

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS/INSTITUTO
MULTIDISCIPLINAR/INSTITUTO TRÊS RIOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM ADMINISTRAÇÃO

DISSERTAÇÃO

A Organização dos Atingidos por Barragens: Delineando
Repertórios de Ações Coletivas Frente à Usina Hidrelétrica de
Itapebi

Venícios Oliveira Alves

2019



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS/INSTITUTO
MULTIDISCIPLINAR/INSTITUTO TRÊS RIOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM ADMINISTRAÇÃO**

**A ORGANIZAÇÃO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS:
DELINEANDO REPERTÓRIOS DE AÇÕES COLETIVAS FRENTE À
USINA HIDRELÉTRICA DE ITAPEBI**

VENÍCIOS OLIVEIRA ALVES

Sob a Orientação da Professora

Dra. Maria Gracinda Carvalho Teixeira

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Administração** no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Área de Concentração em Gestão e Estratégia.

Seropédica-RJ
Julho de 2019

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A474o Alves, Venícios Oliveira, 1989-
 A Organização dos Atingidos por Barragens:
 Delineando Repertórios de Ações Coletivas Frente à Usina
 Hidrelétrica de Itapebi / Venícios Oliveira Alves. -
 Seropédica, 2019.
 147 f.: il.

 Orientadora: Maria Gracinda Carvalho Teixeira.
 Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Rural do
 Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
 Administração, 2019.

 1. Movimentos Sociais. 2. Repertórios de Ações
 Coletivas. 3. Organização. 4. Populações Atingidas por
 Barragens. 5. Política de Garantia de Direitos. I.
 Teixeira, Maria Gracinda Carvalho, 1952, orient. II
 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
 Programa de Pós-Graduação em Administração III. Título.

**O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código
de Financiamento 001**

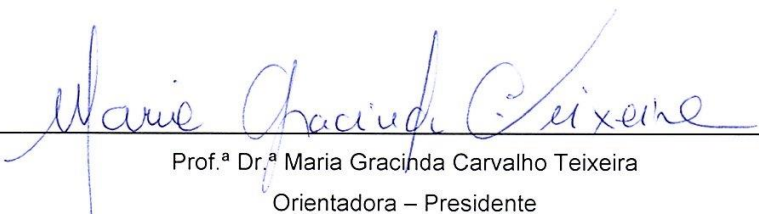


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/Instituto Multidisciplinar/Instituto Três Rios
Programa de Pós-graduação em Administração-PPGA
Mestrado Acadêmico em Administração-MAA

VENÍCIOS OLIVEIRA ALVES

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre, no Programa de Pós-Graduação em Administração, na área de concentração em Gestão e Estratégia.

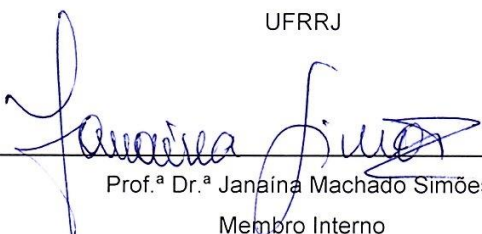
DISSERTAÇÃO APROVADA EM 11/07/2019


Prof.^a Dr.^a Maria Gracinda Carvalho Teixeira

Orientadora – Presidente

Membro Interno

UFRRJ


Prof.^a Dr.^a Janaína Machado Simões.

Membro Interno

UFRRJ


Prof.^a Dr.^a Patrícia Aparecida Ferreira

Membro Externo

UFLA

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, Maria de Lourdes e Manoel Messias (*in memoriam*), que dignamente me apresentaram o caminho da humildade, honestidade e persistência.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela oportunidade de realização desse mestrado e por ter me sustentado e guiado nos momentos mais difíceis e pelas bênçãos de cada dia.

A toda a minha família que mesmo de longe me deu total apoio durante a realização de todo trabalho, em especial a minha mãe Maria de Lourdes, a minha pequena sobrinha Lorena, o meu irmão Maurício e as minhas irmãs Lidiane e Cristiane.

Ao Projeto Suíço na pessoa do Erich Flueckiger pela confiança, apoio e incentivo nos meus estudos.

Ao Diefrey pelo companheirismo, carinho e amizade nos melhores e piores momentos ao longo de toda essa jornada.

Aos professores, colegas e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Administração/Mestrado Acadêmico em Administração (PPGA/MA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro pela vivência, aprendizado e troca de conhecimento.

A minha orientadora a professora Dra. Maria Gracinda Carvalho Teixeira, pelo apoio, compromisso, sugestões, dedicação e confiança no meu trabalho, sem os quais esta dissertação não seria possível.

Aos membros da banca examinadora, a professora Dra. Janaina Machado Simões e a professora Dra. Patrícia Alves Ferreira pelo interesse, disponibilidade e recomendações.

Ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense (PPGS/UFF) pela oportunidade de realização de disciplinas eletivas nesses programas.

Aos entrevistados, que tanto colaboraram doando seu tempo e compartilhando conhecimentos importantes para o desenvolvimento desse trabalho.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro com a bolsa de mestrado, bem como o suporte para a participação em eventos nacionais e internacionais.

Agradeço também a todos aqueles que não estão aqui listados, mas fizeram parte deste trabalho contribuindo de alguma forma para a realização deste. A todos minha gratidão!

Muito obrigado de coração!

RESUMO

ALVES, Venícios Oliveira. **A Organização dos Atingidos por Barragens: Delineando Repertórios de Ações Coletivas Frente à Usina Hidrelétrica de Itapebi.** 2019, 146 p. Dissertação (Curso de Mestrado em Administração). Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/Instituto Multidisciplinar/Instituto Três Rios, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2019.

A pesquisa, de natureza qualitativa, intenta identificar os repertórios de ações coletivas dos atingidos pela UHE de Itapebi e o seu papel no processo organizativo dos atingidos a partir da experiência no município Salto da Divisa – MG. A literatura derivada de vários campos disciplinares a que se lançou mão no estudo permitiu a construção de um diverso arcabouço teórico-conceitual para compor a fundamentação teórica do estudo. Isso demandou considerável esforço do pesquisador. Repertório de ações coletivas, conceito de autoria de Charles Tilly, advém do campo da teoria da sociologia política dos movimentos sociais, cujo significado é um conjunto de formas de ação em que há motivação política. A suposição inicial da pesquisa é de que os repertórios de ações coletivas criados no âmbito local contribuem na organização dos atingidos pela UHE Itapebi e ajudam a fortalecer as demandas nacionais do MAB configurando uma relação de interdependência para a consolidação dos pilares do MAB. Os dados documentais e os achados empíricos da pesquisa obtidos através de entrevistas com sujeitos selecionados chamam atenção para o fato de que a institucionalização da PNAB encontrará resistência na esfera empresarial e governamental visto que há um aparato jurídico-institucional no país que não favorece a noção de atingido compreendida pelos protagonismos locais e nacionais do MAB. A pesquisa confirma a interdependência entre os protagonismos local e nacional no sentido de consolidar os pilares do MAB e o quanto isso é importante para avançar em direção da PNAB, e vai mais além. Acena para a urgência em focar esse aparato junto aos órgãos competentes no sentido de atualizar leis e regulamentações que afetam a relação entre investimentos públicos e populações afetadas, de modo que se caminhe para a aprovação da PNAB e outras iniciativas originadas no interior do movimento dos atingidos e seja possível um diálogo, entre as noções de atingidos com consequências justas para as populações envolvidas.

Palavras-Chave: Movimentos sociais, organização, populações atingidas por barragens, repertórios de ações coletivas, política de garantia de direitos.

ABSTRACT

ALVES, Venícios Oliveira. **The Organization of People Affected by Dams: Delineating Repertoires of Collective Actions Facing the Hydroelectric Plant of Itapebi.** 2019. 146 p. Dissertation (Course of Master in Administration). Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/Instituto Multidisciplinar/Instituto Três Rios, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2019.

The research, of a qualitative study, tries to identify the repertoires of collective actions of those affected by the hydroelectric plant of Itapebi and their role in the organizational process of those affected from the experience in the city of Salto da Divisa - MG. The literature derived from several disciplinary fields that was used in the study allowed the construction of a diverse theoretical-conceptual framework to compose the theoretical foundation of the study. This required considerable effort from the researcher. Repertory of collective actions, concept of authorship by Charles Tilly, comes from the field of the theory of political sociology of social movements, whose meaning is a set of forms of action in which there is political motivation. The initial assumption of the research is that the repertoires of collective actions created at the local level contribute to the organization of dam-affected people by the hydroelectric plant of Itapebi and help to strengthen the national demands of the movement of people affected by dams (MAB) by establishing an interdependence relationship for the consolidation of the MAB's pillars. The documentary data and the empirical findings of the research obtained through interviews with selected subjects call attention to the fact that the institutionalization of the National Policy on the Rights of the Populations Affected by Dams (PNAB) will find resistance in the business and governmental sphere since there is a legal-institutional apparatus in the country that does not favor the notion of reached understood by the local and national protagonists of MAB. The research confirms the interdependence between local and national protagonists in consolidation of the MAB's pillars and how important it is to move towards PNAB and goes further. Wave to the urgency to focus this apparatus with the competent public agencies to update laws and regulations that affect the relationship between public investments and affected populations, so as to move towards the approval of the PNAB and other initiatives originated within the MAB and a dialogue between the notions of those affected with fair consequences for populations involved.

Key words: Social movements, organization, populations affected by dams, repertoires of collective actions, rights guarantee policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do Vale do Jequitinhonha	73
Figura 2 - Mapa de Localização da UHE Itapebi	76
Figura 3 - Vista Aérea da UHE Itapebi	77
Figura 4 - Mapa Área Inundada da UHE Itapebi nos Estados da Bahia e Minas Gerais	80
Figura 5 - Igreja Matriz São Sebastião de Salto da Divisa - MG	82
Figura 6 - Rádio Comunitária “Voz do Povo” localizada nos fundos da Igreja Nossa Senhora Aparecida de Salto da Divisa- MG.....	83
Figura 7- Símbolo do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).....	85
Figura 8 - Lavadeiras de Roupas de Salto da Divisa no rio Jequitinhonha antes da UHE Itapebi – atualmente área inundada	87
Figura 9 - Pescadores de Salto da Divisa no rio Jequitinhonha antes da UHE Itapebi - atualmente área inundada.....	88
Figura 10 - Colônia dos Pescadores de Salto da Divisa - MG	92
Figura 11 - Processo de Licenciamento Ambiental da UHE Itapebi.....	95
Figura 12 - Jornal Informativo do Movimento de Cultura Popular Saltense e Movimento SOS Tombo da Fumaça	96
Figura 13 - Conjunto Paisagístico das Cachoeiras do Tombo da Fumaça do Município de Salto da Divisa - MG antes e depois do lago da UHE Itapebi.....	97
Figura 14 - Bairro Vila União em Salto da Divisa – MG após reivindicação dos atingidos pela UHE Itapebi.....	102
Figura 15 – Margens do Rio Jequitinhonha antes da Construção da UHE Itapebi	108
Figura 16 – Lago da UHE Itapebi após Inundação do Rio Jequitinhonha	109
Figura 17 - Lavanderia Pública construída pela UHE Itapebi em Salto da Divisa - MG.....	111
Figura 18 - Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos da ALMG na Câmara Municipal de Salto da Divisa - MG.....	114
Figura 19 - Macrófitas no lago da UHE Itapebi no Município de Salto da Divisa - MG	117
Figura 20 - Audiência Pública da Comissão de Participação Popular da ALMG sobre a Hidrelétrica de Itapebi	119

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Organizações e Países que compõem o Movimento dos Afectados por Represas Latino Americano (MAR)	39
Quadro 2 - Correntes da Abordagem Clássica sobre Ação Coletiva.....	41
Quadro 3 - Marco Legal da Política de Produção de Energia Elétrica no Brasil	58
Quadro 4 - Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens	63
Quadro 5 - Políticas Estaduais de Garantia de Direitos dos Atingidos por Barragens.....	64
Quadro 6 - Configuração dos Sujeitos da Pesquisa	69
Quadro 7 - Questões Norteadoras da Pesquisa	70
Quadro 8 – Categorias e Subcategorias de Análise da Pesquisa	71
Quadro 9 - Política Indenizatória para os atingidos pela UHE Itapebi em Salto da Divisa - MG	110

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACOES - Associação Comunitária dos Extratores de Salto da Divisa
ACRUSALD - Associação das Comunidades Rurais de Salto da Divisa
ALMG - Assembleia Legislativa de Minas Gerais
ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica
APA - Área de Proteção Ambiental
APSD - Associação dos Pescadores de Salto da Divisa
ASSCOM - Associação Comunitária de Comunicação
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
CATHU - Comissão dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí
CDDHSF - Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Submédio São Francisco
CDDPH - Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
CEBs - Comunidades Eclesiais de Base
CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais
CFI - Corporación Financiera Internacional
CGT - Confederação Geral do Trabalho
CHESF - Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CLOC - Coordenadoria Latino-americana de Organizações do Campo
CMB - Comissão Mundial de Barragens
CNDH - Conselho Nacional de Direitos Humanos
CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNPTAB - Coordenação Nacional Provisória de Trabalhadores Atingidos por Barragens
CNT - Convenção Nacional de Trabalhadores
CONAQ - Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas
CONPNAB - Conselho da Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas
COOPE - Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CRAB - Comissão Regional de Atingidos por Barragens
CRABI - Comissão de Atingidos por Barragens do Iguaçu
CRACOHX - Comissão Regional dos Atingidos pelo Complexo do Xingu
CTA - Central dos Trabalhadores Argentinos
CTM - Confederação de Trabalhadores do México
CTV - Central de Trabalhadores da Venezuela

CUT - Central Única dos Trabalhadores do Brasil
CUT - Central Unitária de Trabalhadores da Colômbia
EIA - Estudo de Impacto Ambiental
EPE - Empresa de Pesquisa Energética
ESAU - Escola Sindical do Alto Uruguai
ESMA - Escola Sindical Margarida Alves
ETTERN - Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza
EZLN - Exército Zapatista de Libertação Nacional
FAPES - Fundação do Alto Uruguai para a Pesquisa e Ensino Superior
FEAB - Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
FESTIVALE - Festival de Cultura Popular do Vale do Jequitinhonha
GADDH - Grupo de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos
GESTA - Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais
GPI – Grande Projeto de Investimento
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICHS - Instituto de Ciências Humanas e Sociais
IEA - Instituto de Estudos Avançados
IECLB - Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil
IEPHA/MG - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
IFCS - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais
IPPUR - Instituto de Planejamento Urbano e Regional
LIMA - Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens
MAM - Movimento pela Soberania Popular na Mineração
MAR - Movimiento dos Afectados por Represas Latino Americano
MMC - Movimento de Mulheres Camponesas
MOAB - Movimento dos Ameaçados por Barragens do Vale do Ribeira
MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores
MPP - Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NACAB - Núcleo de Assessoria as Comunidades Atingidas Por Barragens

NUCEC - Núcleo de Pesquisas em Cultura e Economia

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONGs - Organizações Não Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PACAB - Projeto de Assessoria às comunidades atingidas por barragens

PEABE - Política Estadual dos Atingidos por Barragens e outros Empreendimentos

PCHs - Pequenas Centrais Hidrelétricas

PDAB - Programa de Direitos dos Atingidos por Barragens

PDRAEH - Política de Desenvolvimento de Regiões Afetadas por Empreendimentos Hidrelétricos

PEH - Pequenas Estações Hidrelétricas

PIT - Plenário Internacional de Trabalhadores

PJR - Pastoral da Juventude Rural

PNAB - Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens

PNB - Produto Nacional Bruto

PRI - Partido Revolucionário Institucional

PT - Partido dos Trabalhadores

RIMA - Relatório de Impacto Ambiental

STF - Supremo Tribunal Federal

TAC - Termo de Ajustamento de Conduta

TLC-CAFTA - Tratado de Livre Comércio da América Central

TMR - Teoria da Mobilização de Recursos

TNMS - Teoria dos Novos Movimentos Sociais

TPP - Teoria do Processo Político

UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UHE – Usina Hidrelétrica

UNT - União Nacional de Trabalhadores

UNT - União Nacional de Trabalhadores da Venezuela

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

I - INTRODUÇÃO.....	15
1.1 Contextualização	15
1.2 O Problema de Pesquisa	20
1.3 Objetivos.....	20
1.3.1 Objetivo Geral	20
1.3.2 Objetivos Específicos	20
1.4 Suposição da Pesquisa	21
1.5 Delimitação do Estudo.....	22
1.6 Relevância da Pesquisa.....	22
1.7 Organização Geral da Dissertação.....	23
II - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	25
2.1 Os Repertórios de Ações Coletivas: Uma Abordagem Teórica Introdutória	25
2.2 Processo Organizativo e os Repertórios de Ações Coletivas dos Atingidos por Barragens	31
2.3 Um Breve Resgate dos Paradigmas dos Movimentos Sociais	39
2.3.1 Paradigma Norte-americano dos Movimentos Sociais.....	41
2.3.2 Paradigma Europeu dos Movimentos Sociais	44
2.3.3 Paradigma Latino-Americano dos Movimentos Sociais e o Movimento dos Atingidos por Barragens	47
2.4 Ser “atingidos” por Barragens – O que significa?.....	53
2.5 Política Indenizatória do Setor Elétrico versus Política de Garantia de Direitos dos Atingidos por Barragens.....	57
III - METODOLOGIA.....	66
3.1 Delineamento da Pesquisa	66
3.1.1 Características.....	66
3.1.2 Coleta de Dados.....	67
3.1.2.1 Pesquisa Bibliográfica: A Construção do Arcabouço Teórico.....	67
3.1.2.2 Pesquisa Documental.....	67
3.1.2.3 Pesquisa com Base em Fontes Orais: Entrevistas	68
3.2 Sujeitos da Pesquisa.....	68
3.3 Questões Norteadoras da Pesquisa	70
3.4 Tratamento e Análise dos Dados	70
3.5 Categorias de Análise	71
IV – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA	73
4.1 Breve Histórico do Município de Salto da Divisa.....	73
4.2 A construção da Usina Hidrelétrica de Itapebi e a sua relação com a população e localidade	76
4.3 Análise dos Dados com Base nas Categorias e Subcategorias Analíticas.....	81
4.3.1 Categoria de Análise: Organização	81
4.3.2 Categoria de Análise: Repertório de Ações Coletivas.....	93
4.3.3 Categoria de Análise: Significado de Atingido	107

V – RESULTADOS E CONCLUSÕES DA PESQUISA	122
REFERÊNCIAS.....	124
APÊNDICES	133
Apêndice A - Roteiro Semiestruturado de Questões com Base nas Questões Norteadoras...	134
Apêndice B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	137
Apêndice C - Ofício à Câmara de Vereadores de Salto da Divisa - MG	139
ANEXOS.....	140
Anexo I - Lei nº 080/98 que Declarou a Cachoeira do Tombo da Fumaça e Adjacência como Área de Paisagem Natural	141
Anexo II - Lei nº 091/99 de Revogação da Lei Municipal nº 080/98	142
Anexo III - Lei nº 13.370/99 que Declarou a Cachoeira do Tombo da Fumaça Patrimônio Paisagístico e Turístico do Estado de Minas Gerais.....	143
Anexo IV - Lei nº 14.324/2002 que Revogou a Lei nº 13.370/99.....	145
Anexo V - Autorização de Uso de Imagens do Município de Salto da Divisa	147

I - INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

Os estudos sobre populações atingidas por barragens para a produção de energia vêm sendo objeto de pesquisa das Ciências Sociais e Humanas tanto na literatura nacional quanto internacional, tomando vulto desde as últimas décadas do século XX.

Com a intensificação dos programas energéticos do país, outras áreas do conhecimento e campos disciplinares sociais e humanos representados por antropólogos, sociólogos, geógrafos, juristas, cientistas políticos, economistas, entre outros, passaram a se interessar pela temática, explorando as abordagens sociais, culturais, ambientais, de ocupação territorial, de direitos humanos, entre outras, gerando uma complexificação da literatura sobre o objeto de maneira a apontar para as profundas mudanças provocadas nos territórios envolvidos nos projetos hidrelétricos e na vida de grupos sociais e populações inteiras afetadas pela implementação desses projetos industriais.

Com isso, diversos núcleos de pesquisa¹ foram criados no país e desde então vêm estudando a relação desses empreendimentos com as regiões e populações locais. No bojo desses estudos os atingidos por barragens foram ganhando notoriedade com esses centros de pesquisas, pois através deles passaram a ter visibilidade assim como puderam receber assessoria técnico/científica para o suporte que requeriam as populações atingidas que paulatinamente foram se organizando para reunirem condições de lutarem por seus direitos.

Os estudos resultantes desses núcleos, ao serem divulgados, possibilitaram acesso às informações necessárias sobre os empreendimentos e também serviram de pressão junto às instituições públicas responsáveis do setor elétrico brasileiro – a *holding* do setor elétrico, a Eletrobrás e as empresas concessionárias do setor que implementam os projetos hidrelétricos pelo país e passaram a contratar, a partir da segunda metade da década de 1980, Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA) desses empreendimentos, alguns dos quais receberam colaborações científicas de universidades (TEIXEIRA, 1995). Esse acesso a informações, desde então vem beneficiando as organizações locais e nacionais de atingidos e dando subsídios aos “repertórios de ações coletivas” (Tilly)²

¹ Destacam-se núcleos pioneiros a partir da década de 1980 como o Núcleo dos Estudos Energéticos do Brasil, coordenado pelo professor Luiz Pinguelli Rosa do Programa de Planejamento Energético (então denominado Área Interdisciplinar de Energia) do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE/UFRJ); o Núcleo de Estudos sobre Barragens, coordenado pela professora Lygia Sigaud do Museu Nacional/UFRJ; o Núcleo de Estudos de Energia da USP coordenado pelos professores José Goldemberg e José Roberto Moreira. Seguiu-se com o Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza (ETTERN) coordenador pelo professor Carlos Bernado Vainer, vinculado ao Instituto de Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ); o Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo (NMSPP) coordenado pela professora Leonilde Servolo de Medeiros, vinculado ao CPDA/UFRJ; o Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA) coordenado pela professora Andréa Zhouri, vinculado à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH/UFMG); o Grupo de Pesquisa em Meio Ambiente e Sociedade, coordenado pelo professor Pedro Jacob, vinculado ao Instituto de Estudos Avançados (IEA/USP); Núcleo de Pesquisas em Cultura e Economia (NUCEC) coordenador pelos professores Federico Neiburg e Fernando Rabossi, vinculado ao Museu Nacional e Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), ambos da UFRJ, entre outros.

² Charles Tilly (1929-2008) “é um dos grandes nomes da sociologia do século XX, em particular da sociologia política. Seus trabalhos sobre movimentos sociais, publicados a partir dos anos 1970, são um divisor de águas no estudo do assunto, por combaterem explicações economicistas e psicologizantes, oferecendo, em contraponto, teoria que focaliza fatores eminentemente políticos na compreensão do processo de mobilização coletiva. Ao edificar tal teoria, Tilly se deu conta da necessidade – e da dificuldade – de incorporar dimensões culturais à explicação dos processos políticos. Amante da música, abordou a imbricação entre cultura e ação política valendo-se da noção de ‘repertório’” (Alonso, 2012, p.1).

dessas organizações, frente às suas reivindicações para o reconhecimento de direitos, diante da implantação de projetos hidrelétricos.

Nesse sentido, privilegiou-se no presente estudo explorar os “repertórios de ações coletivas”, cujo conceito, de autoria do sociólogo Charles Tilly (2006) advém do campo da teoria da sociologia política dos movimentos sociais, cujo significado é “um conjunto de formas de ação” em que há motivação política; “um repertório familiar de ações coletivas que estão à disposição das pessoas comuns num dado momento histórico” (TILLY, 1978, p. 151-152). As teorias de Tilly vêm contribuindo não somente com a literatura internacional como também servindo de importante fonte inspiradora de recorrentes estudiosos brasileiros do campo do movimentalismo no Brasil como Gohn, Tatagiba, Alonso, Lüchmann, Abers, Paterniani, Trindade, Schaefer, Nicoletti, entre outros. Estas teorias permitem identificar as diferentes formas de ação, ou a diversidade da atuação associativa de grupos sociais, relacionadas aos objetivos e recursos das associações, como também aos contextos, regras e espaços políticos e institucionais de articulação disponíveis. Ao se eleger estudar os repertórios de ação, serão destacadas as próprias formas de organização do movimento social dos atingidos, privilegiando-se uma experiência particular. “Repertório” trata de interações, relações, entre grupos de atores, e não ações isoladas (Tilly, 2006). O conceito é relacional, uma interação entre várias partes. O “repertório” é estrutural e estruturante (TILLY, 2006, p. 47-48).

Lüchmann, Schaefer e Nicoletti (2017) a partir de Tilly (2006) defendem a corrente interpretativa de repertórios mais voltada para a análise dos confrontos políticos, reunindo, diferentes manifestações de lutas e conflitos políticos. Essas interpretações são complementares por se originarem da mesma fonte e, portanto, propiciando maior riqueza à análise. Nesse sentido, poder-se-á se apropriar dessas distintas interpretações que nortearão teoricamente o conceito de repertórios de ações que se intenta imprimir no presente estudo.

Por outro lado, a noção de organização que se imprime nesse trabalho diz respeito não somente às entidades que formam o movimento dos atingidos que vão se constituir sujeitos da pesquisa, mas também no sentido de *organizing*, ou seja, o processo organizativo, ou melhor, o conjunto das práticas que vão caracterizar o processo de organizar (Czarniawska, 2008). Nesse sentido, a organização ocorre por meio das ações realizadas pelos agentes heterogêneos, das estruturas que governam a ação e dos arranjos materiais que amparam a prática organizativa (Schatzki, 2006). Pode-se entender, portanto, que no presente estudo a organização reúne o conjunto dos repertórios de ações coletivas ocorridos no âmbito do movimento dos atingidos pelo empreendimento em questão.

Os repertórios de ação dos grupos sociais envolvidos pela Usina Hidrelétrica (UHE) de Itapebi foram emergindo com o envolvimento das populações que se compreendem como atingidas pela instalação dessa Usina. A UHE Itapebi afetou áreas urbanas e rurais do município de Salto da Divisa em Minas Gerais, além de áreas rurais de três municípios baianos.

A principal motivação para a escolha desse caso empírico para estudo é que há escassos registros acadêmicos dessa experiência, aliado ao fato do pesquisador ser originário da região do estudo e observado, pelo menos no início, a problemática dos atingidos pela UHE Itapebi, no tocante ao território mineiro e a organização das pessoas que foram se agrupando para formarem mais tarde associações frente às questões que lhes afetavam com a construção do empreendimento.

Os repertórios vêm se constituindo a partir das primeiras formas de organização das quais as populações se apropriaram para o enfrentamento de questões concernentes aos impactos provocados por essa usina hidrelétrica. Por sua vez, na perspectiva das populações atingidas, as empresas responsáveis, não apresentaram uma política de garantia de direitos e/ou mediadas compensatórias condignas com as perdas por elas sofridas com a chegada da barragem. Essa perspectiva vem sendo compartilhada por outros grupos de atingidos ao longo no Brasil. Acredita-se que a partir desse esforço empreendido para se conseguir delinear os

repertórios de ação dos atingidos pela UHE de Itapebi, o estudo permitirá uma reflexão do papel desses repertórios para o alcance dos objetivos desses grupos sociais e ultrapassar os desafios no tocante à implementação de políticas públicas governamentais que reconheçam os direitos das populações atingidas, o que tem mobilizado e fortalecido a organização local e suas articulações nacionais e têm concorrido com as políticas compensatórias apresentadas pelo setor elétrico que não tem apresentado soluções satisfatórias aos atingidos.

Os grandes projetos hidrelétricos fizeram parte do Programa de Grandes Investimentos no país, tendo em vista a sua dimensão, atuação e objetivos. Sua consolidação ocorreu nos anos 1970 por meio da Política Nacional de Exploração Energética de Recursos Hídricos que foi marcada por duas importantes características: o predomínio do Estado com agente empreendedor e a afirmação de grandes empresas no planejamento e na expansão do sistema de geração de energia (VAINER; ARAÚJO, 1992).

Esse processo previa a construção de grandes projetos hidrelétricos, haja vista que o Brasil apresenta um enorme potencial energético, sendo privilegiado pelas reservas de água doce e vazão dos rios, suficiente para a produção de energia, fazendo com que o país se tornasse uma das grandes potências energéticas do mundo (BERMANN, 2003).

Aumentar esse potencial energético do Brasil tem sido uma grande preocupação de especialistas desde então. No contexto do regime militar, com a abertura para o capital estrangeiro, o país vivia o processo de instalação das primeiras usinas hidrelétricas, que muitas vezes atendiam a metodologias de trabalho abruptas e ferindo os direitos de populações locais (ANAB, 2013).

A capacidade de geração energética do país veio se apresentando também como “uma moeda em termos de potencial econômico, de produzir e gerar insumos, de movimentar indústrias e o comércio de bens e serviços” (CÂMARA; SOARES, 2015, p. 3). De acordo com dados da ANEEL (2015) a fonte de energia mais utilizada é a hídrica, com 1159 empreendimentos em operação e que correspondem a 66,56% do total da potência produzida no país.³

As formas de organização local, na experiência em estudo, antecederam o alcance do movimento dos atingidos por barragens (MAB), que no âmbito nacional já estava atuante em outras regiões, mas a organização local ainda não tinha se articulado no âmbito nacional.

A organização das populações atingidas por barragens vem ganhado notoriedade no país desde o final da década de 1980. Iniciando focos de resistência locais nas usinas de Tucuruí (PA), Itaipu (binacional com o Paraguai), Itá e Machadinho, no Sul no país, e Sobradinho e Itaparica, no Nordeste. Os atingidos manifestaram revoltas, lutas por indenizações justas e formaram organizações locais e regionais. Essa atuação local foi se transformando em ações articuladas coletivamente para um movimento de caráter nacional. Em 1989, foi realizado o Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, com a participação de representantes de várias regiões do país. Esse foi um marco importante, pois foi nesse evento que se decidiu constituir uma organização mais forte e abrangente a nível nacional para fazer frente aos planos de construção de grandes barragens (MAB, 2014).

Na década de 1990, a quantidade de usinas hidrelétricas em Minas Gerais foi intensificada, assim como em outros estados, com a privatização do setor elétrico que previu a construção, no estado, de 380 barragens, sendo 45 grandes barragens e 335 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs). Essa proposta de construção de barragens desencadeou diversos conflitos sociais no estado. De um lado estava o discurso do desenvolvimento econômico por parte das

³ Há também investimentos do setor elétrico brasileiro na utilização de outras fontes de energia, principalmente: a eólica (que utiliza a força dos ventos para acionar uma usina elétrica); fotovoltaica (do sol); a de utilização dos mares (pela cinética das ondas do mar); a termelétrica (combustível fóssil); a biomassa e a fonte de energia térmica liberada em reações nucleares. Para maiores informações sobre essas fontes, ver ANEEL (2015).

empresas e do governo, de outro, as denúncias pelos movimentos sociais em torno dos impactos ambientais gerados por esses empreendimentos. A atuação dos movimentos sociais almejava o reconhecimento de seus direitos na política ambiental do Estado e a proposta de um novo projeto de produção de energia no país. Esses movimentos eram compostos por organizações de atingidos pela construção de barragens somadas a um conjunto de outros atores sociais como a igreja, entidades de direitos humanos, Organizações Não Governamentais, universidades, os quais exerciam um papel fulcral na assessoria aos atingidos (ZHOURI; ROTHMAN, 2008).

O cenário político e econômico brasileiro marcado por ideias desenvolvimentistas acentuaram o processo de modernização e industrialismo no Brasil, a partir da difusão da tecnologia em larga escala para impulsionar o crescimento econômico e apoiar esse sistema, que se caracteriza pelo estado permanente de crise e renovação demandando, portanto, uma *performance* mais efetiva e concreta do Estado (CÂMARA; SOARES, 2015, p. 2).

Nas últimas décadas, a retomada do crescimento econômico, recentemente vivenciada pelo Brasil, reabriu as discussões sobre como ampliar a sua capacidade produtiva e de geração de energia. As limitações na produção de eletricidade se tornaram um problema público para a sociedade brasileira, principalmente a partir de vários eventos que deixaram cidades, regiões e mesmo, grande parte do país sem energia – que ficaram conhecidos como “apagões”, o que sinalizava a deficiência na produção de energia como entrave para o aumento da atividade industrial e o crescimento das atividades econômicas.

Não é recente que os riscos da modernidade industrial e a necessidade de um crescimento econômico responsável vêm estimulando o debate sobre o modelo de desenvolvimento econômico e social, que permeou a política brasileira adotada dos anos 60 a 80, justamente o período de maior expansão dos Programas de Grande Investimento e que foi resgatada a partir de 2006, com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e com ele, o incremento à estratégia de aproveitamento dos recursos hídricos para o crescimento do país. Na esteira desse incremento foi reativado o polêmico projeto de construção da usina hidrelétrica de Belo Monte localizada no Rio Xingu, Estado do Pará,

Em Minas Gerais, no Vale do Jequitinhonha, os grandes projetos hidrelétricos se iniciam, no final dos anos 1980, impulsionados pelo Programa Novo Jequitinhonha. Esse programa previa a ampliação de malhas viárias e a construção, pela Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) de 15 barragens na região com o argumento de vencer a seca e contribuir para o desenvolvimento regional (RIBEIRO, 2008).

De acordo com Zhouri e Rothman (2008), os primeiros registros de repertórios de ação diante da construção de barragens em Minas são do final da década de 1980. A Igreja Católica através da Comissão Pastoral da Terra (CPT) teve um papel importante na organização e assessoria dos atingidos participando de inúmeros grupos de mobilização na luta pela terra, na resistência à monocultura do eucalipto e no problema de trabalhadores migrantes entre Minas e São Paulo. Essa mobilização envolveu outros atores para a criação da ONG Campo Vale que teve um papel importante na organização e assessoria dos atingidos por barragens. A experiência pioneira do Vale do Jequitinhonha contribuiu para ajudar outras regiões do Estado que estavam vivendo situação semelhante (ZHOURI; ROTHMAN, 2008).

Na Zona da Mata mineira o processo de organização e assessoria dos atingidos por barragens se concretizou no ano de 1994 quando os jornais locais e estaduais começaram a divulgar a construção de barragens na região. No final de 1995, a CPT se articulou com as lideranças dos atingidos pelas barragens no Vale do Jequitinhonha para compartilhar suas experiências diante da chegada dos empreendimentos na Zona da Mata. No ano seguinte, com apoio da Universidade Federal de Viçosa (UFV), foi criado o Núcleo de Assessoria as Comunidades Atingidas Por Barragens (NACAB), que posteriormente passou a se chamar Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (PACAB) com objetivo de contribuir na organização e assessoria aos atingidos na região (ZHOURI; ROTHMAN, 2008).

Os estudos acessados acerca do Programa de Grandes Investimentos apontam características comuns dos investimentos. Por exemplo, se apresentam com a ideia de desenvolvimento e progresso, implicando que os lugares onde se instalam são “atrasados”, e que, portanto, necessitam estar conectados com o mundo moderno (FLEURY, 2016). O complexo reflorestador-siderúrgico implantado no Norte de Minas Gerais se enquadra nesse mesmo olhar desenvolvimentista de “combate ao atraso” em que a ideia de plantação de eucalipto, envolveu involuntariamente os habitantes em geral e em particular comunidades tradicionais da região, ocupando os seus territórios, modificando a paisagem e provocando mudanças compulsivas no modo de vida dessas populações (NOGUEIRA, 2019).

De acordo com Vainer e Araújo (1992), quando falamos em grandes aproveitamentos hidrelétricos no Brasil, observamos que regiões inteiras, bacias hidrográficas e várzeas são olhadas pelas empresas como potenciais jazidas energéticas. Por outro lado, as populações locais são vistas como obstáculos para a apropriação do território que será utilizado para construção do empreendimento. Esses obstáculos, para os referidos autores são considerados “problemas” por parte das empresas na medida em que há resistência das populações atingidas e que isso irá limitar a habilidade técnica de solução dos “problemas” que se tornam as populações. Essa situação é amparada por um aparato institucional, legal e técnico-operacional que leva a *holding* do setor elétrico, a Eletrobrás a delegar poder às suas concessionárias para “limpar o terreno” para a implantação do projeto desde que declarado a utilidade pública para fins de desapropriação (VAINER, 2007).

Com efeito, há décadas que o Estado brasileiro através da sua política energética vem desenvolvendo um forte marco legal para garantir a construção de usinas hidrelétricas, desde o planejamento, concessão, licenciamento, liberação da obra e recursos financeiros necessários sob o argumento de que é uma “energia limpa”, mais segura, mais duradoura e menos custosa quando comparada com outras formas mais tradicionais de geração de energia; a hidroeletricidade tem sido o meio mais utilizado no país para suprir sua demanda por energia, de acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL, 2015). Por outro lado, os governos não criaram canais institucionais que viessem atender as demandas das populações envolvidas, ou mesmo, apresentar uma política pública específica sobre as questões que contemplem os direitos e/ou medidas compensatórias dos atingidos.

No geral tem havido um debate entre a noção de atingido apresentada na postura do setor elétrico e o significado de atingido compreendido pelas populações atingidas pelos empreendimentos hidrelétricos. As lógicas compensatórias se confrontam entre si, gerando uma série de conflitos, o que se verá no decorrer do trabalho.

Registros em documentos do MAB falam que ao longo dos anos, populações atingidas por barragens alcançaram algumas conquistas, como por exemplo, o caso dos atingidos pela Usina Hidrelétrica de Itá⁴, mas não conseguiram que seus direitos fossem reconhecidos como parte de uma política pública de governo (MAB, 2013).

Mais recentemente o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) tem reivindicado a aprovação da Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB) que foi elaborada conjuntamente entre representantes do MAB e sua acessória jurídica e científica, com a colaboração de ONGs. O movimento nacional dos atingidos, com o apoio dos movimentos regionais e locais, pleiteia que essa política seja um instrumento legal a ser seguido por qualquer empresa do setor elétrico na construção de barragens em todo território nacional. Os principais pontos dessa política são: o reconhecimento dos direitos dos atingidos; a

⁴ Os atingidos pela Usina Hidrelétrica de Itá, em 1987 conquistaram um acordo que estabeleceu a construção de reassentamento coletivos com regras para a definição de atingido por barragem, padrões de casa, terra e assistência técnica para as famílias. Esse acordo se tornou uma referência para as demandas de reassentamento dos atingidos por barragens em diversas regiões do país (MAB, 2013).

instituição de um marco legal; a criação de um órgão do Estado responsável pela política, com a representação e participação efetiva dos atingidos; e que sejam definidas as fontes de financiamento para a realização dessas demandas (MAB, 2013).

Com base na discussão teórica até então apresentada e com o suporte das fontes documentais, delineou-se o problema de pesquisa que a seguir será apresentado.

1.2 O Problema de Pesquisa

Na pesquisa científica, problema é uma questão não resolvida que envolve o objeto de discussão em um campo particular do conhecimento. Pode-se dizer que um problema é testado cientificamente quando envolve variáveis que podem ser analisadas ou manejadas. Entretanto, a inquietação em buscar respostas para o problema não está isenta de influências e contradições sociais. Isto porque o pesquisador, desde a escolha do problema está sendo influenciado pelo seu meio cultural, social e econômico. A relevância social de um problema será relacionada positivamente aos valores de quem a julga (GIL, 2008).

Seguindo os passos de Gil (2008), o presente trabalho se baseia numa questão ainda não resolvida que envolve diversos atores afetados pelo problema. Assim, a construção do problema lançará luz a uma situação particular contribuindo para que se avance no conhecimento que será produzido para a resolução do mesmo.

Devido a crescente produção de artigos, teses, dissertações e livros nessa temática nos últimos anos, foi criado em 2005, o Encontro de Ciências Sociais e Barragens, em que, sua primeira edição ocorreu no Rio de Janeiro/RJ. Na sua quarta edição realizada em Chapecó/SC, no ano de 2016 esse evento passou a ser denominado Encontro Internacional de Ciências Sociais e Barragens e sua quinta edição pela primeira vez foi realizada fora do Brasil, em setembro de 2018 na cidade de Santiago/Chile, do qual participou este pesquisador, autor da dissertação.

Esse evento, assim como o seu âmbito internacional mostra o quanto o tema dessa pesquisa tem ganhado vulto nos fóruns científicos nacionais e internacionais o que serve de fonte inspiradora para a formulação do problema de pesquisa a seguir esboçado: **qual é a relevância dos repertórios de ações coletivas no processo organizativo dos atingidos pela UHE Itapebi e conseqüentemente na consolidação do movimento mais amplo dos atingidos por barragens?**

São variados os repertórios de ações coletivas que configuram o processo organizativo dos atingidos conforme se verá no trabalho com as contribuições de Tilly (1978, 2010), Lüchmann (2017), Abers, Serafim e Tatagiba (2014), Bringel (2012), Pontes (2015), Hellman (2009), Petry (2008), Gohn (2015), entre outros autores.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Para explorar o problema de pesquisa, definiu-se como objetivo geral do estudo, **identificar os repertórios de ações coletivas dos atingidos pela UHE de Itapebi e o seu papel no processo organizativo dos atingidos a partir da experiência no município Salto da Divisa – MG.**

1.3.2 Objetivos Específicos

Pretende-se alcançar o objetivo geral do presente trabalho através dos seguintes objetivos específicos:

- a) Descrever o processo de organização local dos atingidos frente ao empreendimento e suas principais motivações;
- b) Mapear os repertórios de ações coletivas do movimento dos atingidos pela construção da UHE Itapebi e suas conexões com o processo organizativo local;
- c) Identificar e caracterizar as principais organizações locais que agregam os atingidos e as entidades que os apoiam na sua trajetória;
- d) Caracterizar a UHE Itapebi e sua relação com a população e localidade;
- e) Identificar as articulações entre a organização local e o MAB em benefício das pautas principais dos atingidos;
- f) Analisar como os repertórios de ações coletivas dos atingidos pela UHE Itapebi têm contribuído na organização desses atingidos.

1.4 Suposição da Pesquisa

Suposição de pesquisa é a antecipação da resposta de um problema em que a realização da pesquisa e seu resultado poderão confirmar, ou refutá-la. No geral, a suposição está associada à pesquisa qualitativa, pois não implica em testagem matemática; porém, na confirmação ou não, se pauta em instrumentos que não utilizam dados estatísticos (VERGARA, 1998).

As motivações que têm levado às diversas formas de organização dos atingidos têm cumprido o seu papel de estimular o fortalecimento e unificação das suas demandas.

Segundo Tilly (2010) os repertórios do movimento social se justapõem aos repertórios de outros acontecimentos políticos, tais como a atividade sindical e as campanhas eleitorais. Explica Tilly (2010) que durante o século XX, diversas associações começaram a realizar uma enorme variedade de funções políticas pelo mundo. Contudo, a integração dessas atuações em campanhas distingue os movimentos sociais de outras variedades de atuação política. As diferentes associações, reuniões públicas, marchas e outras ações políticas que existiram isoladamente, antes de sua combinação no interior de movimentos sociais são consideradas como as primeiras formas de ação dos movimentos sociais.

Lüchmann (2017) destaca que diferentes organizações sociais fazem o uso de vários tipos de repertórios como: greves, protestos e manifestações públicas, ou *lobbies*, bem como aqueles repertórios que são voltados para o plano político-institucional, como os orçamentos participativos, os conselhos gestores, as conferências de políticas públicas e outros instrumentos interativos entre as organizações sociais e instituições públicas.

No bojo desses repertórios, Alonso (2012) afirma que, Tilly escolheu o repertório da greve como o melhor exemplo de ação coletiva, além de outras formas de organização, como partidos políticos, associações voluntárias, sindicatos, passeatas e comícios que são maneiras socialmente legítimas de expressar reivindicações. Tatagiba, Paterniani e Trindade (2012 p. 401), inspirados em Tilly reforçam que “uma dimensão central da noção de repertório é que, ao mesmo tempo em que ele é aprendido do passado, é também constantemente transformado pelos atores no presente”.

Abers, Serafim, Tatagiba (2014) a partir de Tilly, ressaltam que, quando grupos de ativista organizam uma ação coletiva, eles escolhem técnicas e práticas já existentes que possuem legitimidade política e social, como as manifestações, petições entre outras. Todavia, mesmo que essas escolhas sejam influenciadas por experiências do passado e normas existentes, elas são constantemente modificadas nos seus repertórios de ações coletivas pelos atores envolvidos, experimentando e combinando diferentes práticas em novas formas de organizar, mobilizar, apoiar e expressar demandas pelos seus atores.

Com base nessa discussão a pesquisa parte do pressuposto de que **os repertórios de ações coletivas criados no âmbito local contribuem na organização dos atingidos pela**

UHE Itapebi e ajudam a fortalecer as demandas nacionais do MAB configurando uma relação de interdependência para a consolidação dos pilares do MAB.

1.5 Delimitação do Estudo

No tocante a delimitação temporal, a presente pesquisa leva em conta o início da implantação da Usina Hidrelétrica de Itapebi no município de Salto da Divisa em 1997 até finalização da coleta dos dados da presente pesquisa que ocorreu no final do ano de 2018. Com isso, foi possível resgatar o histórico de construção da UHE Itapebi e dos repertórios de ação dos atingidos como protagonistas na experiência por eles vivenciada.

Quanto à delimitação espacial, o estudo foi realizado no município de Salto da Divisa, Minas Gerais, pois, apesar de ser o município cuja área inundada foi menor, foi o único em que os atingidos se organizaram em função das suas reivindicações.

No que diz respeito ao recorte analítico, a presente pesquisa se propõe a identificar os repertórios de ações coletivas dos atingidos pela UHE de Itapebi e o seu papel no processo organizativo dos atingidos a partir da referida experiência. As expressões locais da organização dos atingidos, sendo estas passadas ou recentes são consideradas objeto do campo do movimentalismo, já que os especialistas consagraram o movimento dos atingidos seja local ou nacional como um movimento social (Gohn, 2012). A análise pretende contemplar suas articulações no sentido de pressionar o Estado para o reconhecimento de uma política pública no âmbito nacional, originada no seio do movimento nacional do atingidos que venha resolver os problemas críticos envolvendo os atingidos por usinas hidrelétricas e que arrastam por décadas no país.

1.6 Relevância da Pesquisa

Os movimentos sociais são um dos principais objetos de estudos nas Ciências Sociais e Humanas, haja vista que apresentam boa oportunidade para observar os sujeitos históricos em ação, e por meio deles, os cientistas sociais conseguem avaliar as experiências acerca das condições da vida social. As pesquisas sobre populações atingidas por barragens podem ser inseridas no conjunto dos estudos dos movimentos sociais (GOHN, 2012). Na presente pesquisa ao se privilegiar a organização local dos atingidos, é possível que se conheçam acontecimentos que não seriam vistos em situações do dia a dia, bem como, as limitações e possibilidades de atuação dos seres humanos e de percepção sobre si mesmos em sua vida coletiva e sobre a sociedade em que vivem. Nesse sentido contribuem para apontar as mudanças na sociedade e produção do conhecimento que por sua vez, diante das suas experiências empíricas trazidas, conseguem comprovar as teorias, fortalecendo-as ou refutar suposições ou teorias e assim instigar a produção de novos saberes.

Os estudos sobre movimentos sociais na América Latina se complexificaram para dar conta da diversidade de motivações que vêm levando ao surgimento de novos movimentos ao longo dos anos. Seus estudos têm sido concentrados basicamente nas universidades, em alguns institutos de pesquisa e ONGs. Os programas de pós-graduação são os principais responsáveis pela produção da teoria dos movimentos sociais na América Latina, principalmente no Brasil, México, Argentina e Chile. Um fato interessante no continente é que os pesquisadores dessa temática criaram uma nova identidade em que não são chamados de sociólogos, cientistas sociais etc., mas sim de pesquisadores dos movimentos sociais, por ter se tornado um campo multidisciplinar e também pelo engajamento de pesquisadores na temática estudada.

Conforme os mapeamentos das publicações dos estudos sobre os movimentos sociais de pesquisadores de Administração Pública e de Empresas, realizados por Rosa *et al.* (2009) e por Coelho e Dellagnelo (2013) nos principais periódicos e anais de eventos da Área, houve um

aumento na produção de trabalhos sobre os movimentos sociais. Para esses autores, nessas publicações é possível identificar análises paradigmáticas e multidisciplinares nos estudos sobre os movimentos sociais, bem como sua aproximação com o campo dos Estudos Organizacionais, tornando-o complexo. Porém, para os autores acima, essas pesquisas carecem de maior contribuição na construção teórica do paradigma Latino-americano. Nesse reconhecem a importância de estudar os movimentos sociais na América Latina como um espaço promissor para os Estudos Organizacionais.

Por outro lado, Misoczky *et al.* (2008) apontam os desafios aos Estudos Organizacionais para abordar o tema sobre os movimentos sociais, pois acreditam que isso requer um olhar que vá além da abordagem da formalidade estrutural de uma organização, exigindo lentes muito mais amplas e profundas sobre uma organização para assim dar sua contribuição ao estudo das organizações o que significaria gerar construções teóricas mais inovadoras voltadas para área da Administração, sem abandonar o conhecimento gerado nos outros campos disciplinares que já avançaram mais sobre essa temática.

Este trabalho se justifica pela importância crescente de abordar e entender a relevância da literatura da Sociologia e Ciência Política e sua interface com os Estudos das Organizações no tocante aos repertórios de ações coletivas produzidos no seio dos movimentos sociais e consequentemente no interior dos movimentos dos atingidos pelas barragens nos âmbitos local, regional e nacional. Nesse sentido, ganham destaque, entre os repertórios as formas associativas (TILLY, 2010) como ponto de partida da organização dos movimentos dos atingidos por barragens que são movidas por motivações políticas e tomada de consciência coletiva para a luta pelos direitos das populações num determinado momento histórico. O Brasil e o mundo vivem rico momento de crescimento e fortalecimentos do associativismo, no sentido amplo, principalmente nascido no bojo da sociedade civil.

No conjunto dos repertórios de ações coletivas, o associativismo é ponto de partida da organização local dos atingidos, pois constitui-se boa parte dos requisitos fundamentais para o estabelecimento de uma sociedade democrática, haja vista que as associações têm capacidade de defender direitos coletivos de grupos vulneráveis e excluídos da sociedade, desenvolvendo e promovendo o processo crítico sobre a política, dos seus membros, a fim de pressionar e denunciar as relações existentes de poder na sociedade, ocupando os espaços de debates das políticas públicas, fortalecendo as bases da participação social e da representação política na sociedade democrática moderna (LÜCHMANN, 2016). Nesse sentido, o início da organização local dos atingidos é marcado pelo agrupamento das pessoas em um número vultoso de reuniões e também pela congregação de grupos em associações, conforme se verá adiante no trabalho.

Diante das argumentações apresentadas para justificar a relevância da pesquisa, reitera-se a importância de estudar o tema que é de natureza multidisciplinar vindo a contribuir para os distintos campos disciplinares acima referidos.

Em suma, acredita-se que o estudo irá aprofundar e ampliar o debate desse tema nas áreas de Ciências Sociais e Humanas, especificamente nos campos da Administração Pública e dos Estudos Organizacionais, tendo em vista o grande interesse dessas áreas em pesquisar assuntos de tal relevância.

1.7 Organização Geral da Dissertação

A dissertação está estruturada em cinco capítulos da seguinte maneira: introdução, fundamentação teórica, metodologia, apresentação e análise dos dados da pesquisa e resultados e conclusões da pesquisa.

No primeiro capítulo apresenta-se a introdução do debate sobre a temática distribuída entre o contexto, a problematização, a questão principal da pesquisa, seus objetivos, o pressuposto central da pesquisa, e por último, a delimitação do estudo.

O segundo capítulo dedica-se à construção do arcabouço teórico do estudo que se desdobra em cinco partes: na primeira parte temos “Os Repertórios de Ações Coletivas: Uma Abordagem Teórica Introdutória”, onde se apresenta uma breve discussão sobre os repertórios de ações coletivas tomando como base o principal autor desse conceito e alguns dos seus intérpretes. Na segunda parte, chamada de “Processo Organizativo e os Repertórios de Ações Coletivas dos Atingidos por Barragens” busca-se apresentar uma abordagem teórica sobre processo organizativo e sua relação com a questão dos repertórios de ações coletivas focando-se o movimento dos atingidos por barragens. Na terceira parte denominada de “Um Breve Resgate dos Paradigmas dos Movimentos Sociais” apresentam-se os paradigmas dos movimentos sociais privilegiando-se o americano, o europeu e o latino-americano, dando ênfase a esse último paradigma. Na quarta parte “Ser atingidos por Barragens – O que significa?” discute-se a relação existente entre a noção de atingidos considerada pelo setor elétrico brasileiro e o significado de atingido compreendido pelas populações afetadas pelos empreendimentos hidrelétricos brasileiros. Na quinta e última parte desse capítulo são apresentadas as duas abordagens sobre as medidas compensatórias propostas, de um lado pelo setor elétrico e de outro, pelos atingidos por barragens hidrelétricas levando em conta a experiência em questão.

No terceiro capítulo encontra-se a metodologia da pesquisa, em que se registram o tipo de pesquisa, os instrumentos de coleta e análise de dados, a configuração dos sujeitos mapeados na pesquisa, as questões que norteiam a pesquisa de campo e por último as categorias de análise definidas *a priori*.

No quarto capítulo apresentam-se a análise dos dados da pesquisa que traz um breve histórico do município de Salto da Divisa e da construção da UHE Itapebi e a análise das categorias e subcategorias de análises de acordo com a metodologia definida no capítulo anterior.

No quinto capítulo registram-se os resultados e conclusões da pesquisa, seguidos das referências, apêndices e anexos utilizados para o desenvolvimento desse estudo.

II - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo apresenta-se a construção do arcabouço teórico da dissertação. Primeiramente se dá a discussão sobre a construção dos repertórios de ações coletivas, enfocando o papel desses repertórios na organização dos atingidos por barragens. Segue-se com um breve regaste dos paradigmas dos movimentos sociais, destacando-se o norte americano, o europeu e o latino-americano, dando ênfase a esse último em que se insere o movimento dos atingidos por barragens como um movimento social. Apresenta-se o debate sobre o significado de atingidos por barragens e, por fim, registra-se o subcapítulo sobre a política indenizatória proposta pelo setor elétrico e como contraponto, a proposta de criação de uma política de garantia de direitos dos atingidos por barragens, surgida no interior deste movimento.

2.1 Os Repertórios de Ações Coletivas: Uma Abordagem Teórica Introdutória

Os repertórios de ações coletivas são estudados nessa pesquisa devido a sua potencialidade explicativa para compreender as formas de ações coletivas utilizadas na organização dos atingidos por barragens.

As explicações para a demora da disseminação das teorias de Tilly, dentre elas, os repertórios de ações coletivas, na América Latina como um todo e no Brasil especificamente devem-se a vários fatores como: (i) sentimento anti-imperialista no meio acadêmico latino-americano nas áreas de ciências humanas e sociais; (ii) crítica à corrente estruturalista à qual estavam associadas teorias de Tilly; (iii) a resistência dos estudiosos quanto a perda de referência da literatura marxista, ou como muitos se referiram a isso, à “morte do marxismo”; (iv) a influência de Alain Touraine e outros autores das teorias dos “novos movimentos sociais”; (v) a pouca preocupação da América Latina em teorias produzidas por autores dos movimentos sociais norte-americanos (BRINGEL, 2012) e (vi) desconhecimento de que a obra de Tilly era muito abrangente, não necessariamente atrelada apenas ao estruturalismo (ALONSO, 2012). Esses fatores contribuíram para que, até 1990 a teoria da mobilização de recursos e a teoria da mobilização política tivessem pouca abertura nos debates brasileiros e regionais. Nesse sentido, nos Estados Unidos um grupo de autores, liderado por Tilly em parceria com Tarrow e McAdam que pesquisavam sobre os repertórios de ações coletivas e os movimentos sociais procuravam estabelecer uma nova agenda de pesquisa mais ampla e relacional sobre as ações coletivas. Apesar da construção dessa nova agenda que gerou uma grande repercussão internacional, a mesma não foi disseminada de forma sistemática no Brasil (BRINGEL, 2012).

A principal vertente dos estudos de Tilly engloba as diversas formas de manifestações e conflitos entre grupos da sociedade, sendo que, os estudos do conflito, da violência política e do repertório de ação coletiva são os elementos centrais que Tilly sugeriu para que os processos de mudança do Estado fossem muito mais contingentes, transitórios e reversíveis do os seus estudos prévios sobre desenvolvimento político. Outra contribuição clássica de Tilly consiste na fácil codificação do conhecimento dos historiadores sociais e políticos sobre as várias formas de ação coletiva, bem como a generalização das perguntas sobre as causas, mudanças e variações dessas formas de repertórios de ações coletivas, propondo assim, uma hipótese de que a história de contestação limitava as opções de ação disponível no presente. Nesse contexto, um elemento central para a interpretação de Tilly consiste numa abordagem contingente, interativa, complexa, relacional da história e dos processos sociais (BRINGEL, 2012).

Para Tilly (1978), as greves do século XIX foram inspiradoras para um dos seus primeiros estudos sobre repertórios de ações coletivas. Com o aumento das greves em diversos países da Europa foram se tornando cada vez mais frequentes as reivindicações por melhores salários, horas e condições de trabalho. Essas greves representavam o processo de resistência dos trabalhadores que se tornou um repertório de ação coletiva proativo:

[...] a greve entrou nos repertórios de ação coletiva dos trabalhadores europeus como um meio reativo, mas depois se tornou o primeiro meio de pró ação coletiva. Nesse processo, a greve tornou-se rotina (TILLY, 1978, p. 161, tradução livre do pesquisador).

Nesses primeiros estudos Tilly (1978) dedicou-se aos estudos dos conflitos como medidas que favorecem o lado dos trabalhadores, o lado dos sindicatos e o lado dos patrões. Nesse sentido, a greve tornou-se para Tilly um repertório de ação coletiva de confronto, que é convocada e conduzida por uma determinada organização (TILLY, 1978, tradução livre do pesquisador).

Tilly abriu muitos caminhos para alguns consensos e novas controvérsias sobre as relações entre a mudança social e as mudanças na mobilização política. O estudo dos repertórios de ações coletivas ganhou foco próprio na história e sociologia, abrindo novas perspectivas para trabalhos posteriores nessa temática (BRINGEL, 2012).

Outra importante contribuição de Tilly foi a possibilidade de analisar os repertórios ao longo de vários séculos. As ações coletivas ganharam uma moldura de processos amplos a exemplo dos estudos comparados entre países. Com isso, Tilly inovou sua teoria e metodologia desconstruindo consensos do pensamento social do século XIX que afetaram as teorias sociais do século XX e buscou redirecionar os estudos para a construção e análises concretas e históricas (BRINGEL, 2012).

As explicações históricas dos repertórios de ações coletivas precisam se conectar a explicações políticas no seu tempo. Em busca dessas explicações históricas esses repertórios se encontram atrelados aos movimentos sociais. Nesse sentido Tilly (2010) elenca seus principais argumentos de que: a) desde suas origens no século XVIII, os movimentos prosseguiram não como performances isoladas e sim como campanhas interativas; b) os movimentos sociais possuem uma combinação de três tipos de reivindicação: programa, identidade e posição; c) a evidência das reivindicações de programa, identidade e posição variam expressivamente entre os movimentos sociais, os reivindicantes dentro dos movimentos sociais e entre as fases desses movimentos; d) a democratização é responsável pela formação de movimentos sociais; e) os movimentos sociais afirmam a soberania popular; f) os movimentos sociais quando comparados às formas de política popular e de base local dependem dos fatores políticos e culturais para sua escala, durabilidade e efetividade; g) os movimentos sociais quando estabelecidos num cenário político, a modelagem, a comunicação e a colaboração facilitam sua adoção em outros cenários conexos; h) as formas, o pessoal e as demandas dos movimentos sociais mudam e evoluem com o tempo.

Tomando essas explicações históricas de Tilly (2010) sobre os repertórios de ações coletivas, Alonso (2012) explica que, Tilly construiu a sua Teoria da Mobilização Política (TMP), afastando explicações economicistas, deterministas e psicossociais da ação coletiva. Com isso, surgiu a noção de repertórios de ações coletivas. Ainda segundo a autora, “Tilly partiu, em 1976, de uma noção de repertório como *formas* de ação reiteradas em diferentes tipos de conflito; abordagem estruturalista e racionalista, concentrada na ligação entre interesse e ação e privilegiando atores singulares” (ALONSO, 2012, p. 32).

Os repertórios, como as associações com finalidades específicas, as reuniões públicas, as marchas e outras diversas formas de ação política já existiam antes de sua combinação no interior dos movimentos sociais. Essa combinação dos repertórios com as demonstrações no interior das campanhas criou os aspectos distintivos do movimento social (TILLY, 2010).

Segundo McAdam, Tarrow e Tilly (2009) as ações desenvolvidas pelos movimentos sociais se tornam formas de repertórios que ligam reivindicadores aos objetos de suas reivindicações. Essas ações variam desde a criação de associações ou partidos de interesses,

reuniões públicas, demonstrações, passeatas, campanhas eleitorais, comprometimento para fazer petições, pressão, ocupação de terras e edificações, programas de publicações, formação de organizações de serviço público até construção de barricadas, entre outras ações pontuais.

Em seu desenvolvimento, as ações coletivas podem ser explicadas, segundo Tilly (2010), conforme abaixo:

Um esforço público sustentado de elaboração de reivindicações coletivas direcionadas a determinadas autoridades (esforço que pode ser chamado de *campanha*); O emprego de combinações dentre as seguintes formas de ação política: criação de associações e coalizões para finalidades específicas, reuniões públicas, desfiles solenes, vigílias, comícios, demonstrações, iniciativas reivindicatórias, declarações para e nos meios de comunicação de massa, e panfletagem (esse conjunto variável de atividades pode ser chamado de *repertório dos movimentos sociais*); e Representações públicas [...] (TILLY, 2010, p. 136-137).

O modelo de repertório descreve um grupo. Quanto mais organizado um grupo, maior a probabilidade de o repertório ser flexível. Quanto menos organizado o grupo maior a probabilidade de o repertório ser bem mais rígido. Um repertório flexível permite mudança gradual e contínua. Essas mudanças podem ocorrer por meio da imitação de outros grupos quando os membros de um grupo observam que o outro grupo está utilizando o repertório com sucesso, a exemplo das greves ou das manifestações em que as autoridades estarão vulneráveis às mesmas táticas utilizadas por diversos grupos (TILLY, 1978, Tradução livre do pesquisador).

Os repertórios são expressões da interação histórica e atual dos movimentos sociais e dos seus oponentes. Surgem quando existe uma situação propícia que norteará o repertório a ser construído. Numa visão estratégica, esses oponentes reagem à propagação de um novo repertório por meio da repressão, e muitas vezes utilizando estratégias de controle social com objetivo de transformar um novo repertório num repertório convencional (McADAM; TARROW; TILLY, 2009).

No final dos anos 70, Tilly propôs três classificações para os repertórios de ações coletivas: a primeira seria as formas de ação competitivas que mostrava as rivalidades dentro de um sistema constituído; a segunda seria as formas de ação reativas que buscam defender os direitos das pessoas ameaçadas; e por fim, as formas de ação proativas que serviam para reivindicar os novos direitos demandados pelas pessoas. Contudo, duas décadas depois, diante das críticas a essas formas de ação coletivas, o próprio Tilly revisou essa abordagem concluindo que essas formas de ação coletivas não eram excludentes umas às outras (BRINGEL, 2012). Com isso, a noção de repertórios de ações coletivas se consolidou nas teorias das ações coletivas, servindo assim para:

[...] observar a evidência de que a produção de demandas se concentra em uma quantidade limitada de formas, que se repetem com variações mínimas e constituem a coleção (ou repertório) dentro das quais os potenciais atores selecionam de maneira mais ou menos deliberada (BRINGEL, 2012, p. 46).

Mesmo com entendimento de que esses repertórios são limitados, Tilly salienta que os repertórios são contingentes, tendo em vista que a ocorrência de variações depende da flexibilidade ou rigidez do repertório, bem como da inovação dos grupos sociais envolvidos, lugar e momento histórico em que esses repertórios são utilizados (BRINGEL, 2012). No conjunto desses repertórios de ações coletivas podem se destacar os protestos, passeatas públicas, panfletagem, as marchas, boicotes, greves, abaixo assinado, cartas de manifesto,

ofícios enviados as autoridades, audiências públicas, ação judicial, comício, ocupações entre outros. O conjunto de dessas ações é chamado de repertórios de ações coletivas.

Em seu livro, o clássico *From mobilization to revolution*, de 1978, dedicado a construir sua teoria da mobilização política (TMP), surge de forma generalizada, o primeiro conceito de repertórios de ações coletivas de Tilly:

Num dado ponto do tempo, o repertório de ações coletivas disponível para uma população é surpreendentemente limitado. Surpreendente, dadas as inúmeras maneiras pelas quais as pessoas podem, em princípio, empregar seus recursos ao perseguir fins comuns. Surpreendente, dadas as muitas maneiras pelas quais os grupos existentes perseguiram seus próprios fins comuns num tempo ou noutro (Tilly, 1978, p. 151-152, tradução Alonso, 2012).

Segundo Alonso (2012), embora esse conceito tivesse recebido notoriedade nessa obra clássica de Tilly, a noção de repertório já vinha sendo difundida desde 1976, como uma forma de ação reiterada em diversos tipos de conflitos, abordagem estruturalista e racionalista, concentrada na ligação entre interesse e ação e privilegiando atores singulares. Contudo, ao longo de trinta anos, esse conceito foi sofrendo diversas modificações, apresentando uma abordagem mais relacional e interacionista, privilegiando as experiências que as pessoas têm com situações conflituosas, e o uso e a interpretação dos planos ou roteiros em performances. Tilly manteve essa nova abordagem até seus últimos trabalhos em 2008 quando veio a falecer.

Essas modificações podem ser vistas nos estudos de Tilly a partir da década de 1990, principalmente com a revisão do conceito de repertório em que segundo Alonso (2012), trouxe uma nova definição:

A palavra repertório identifica um conjunto limitado de *rotinas* que são aprendidas, compartilhadas postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha. Repertórios são criações culturais aprendidas, mas eles não descendem de filosofia abstrata ou tomam forma como resultado da propaganda política; eles emergem da luta. [...] Em qualquer ponto particular da história, contudo, elas [as pessoas] aprendem apenas um pequeno número de maneiras alternativas de agir coletivamente (Tilly, 1995, p. 26, *apud* Alonso, 2012, p. 26, tradução e grifo da autora).

De acordo com McAdam, Tarrow e Tilly (2009) os repertórios materializam a articulação entre a inovação e persistência, refletindo suas diferentes ideias. A eficácia de um repertório resulta de sua novidade, de sua habilidade, da sua temporalidade, da capacidade de pegar desprevenidos os seus oponentes ou autoridades. Nesse sentido, os repertórios têm a função de encorajar a persistência.

Para esses mesmos autores, os repertórios se relacionam com os ciclos de movimentos de diversas formas. Primeira, num mesmo ciclo, temas, símbolos e inovações táticas de ações coletivas e individuais influenciam uns aos outros. Segunda, a interação de um ciclo produz oportunidades e incentivos para inovações que são bastante arriscadas e raras fora desse ciclo. Terceira, o movimento de um ciclo da fase expansiva para retração modifica as circunstâncias estratégicas dos participantes, alterando assim, as formas de interação, sem mencionar a proeminência de outros atores modelos, inimigos, rivais ou aliados. Quarta e última, as formas de ação relacionadas a reuniões de apoio, a obtenção de publicidade ou a pressão de reivindicações podem ser generalizadas tornando-se acréscimos de longo prazo aos repertórios de ações coletivas. Diante dessas quatro formas de relação entre os repertórios e os ciclos dos movimentos, os autores ressaltam que as formas repetidas e visíveis ao fracasso tendem a desaparecer (McADAM; TARROW; TILLY, 2009).

Numa abordagem mais recente, Tatagiba, Paterniani e Trindade (2012) mostram que o conceito de repertório de ação coletiva tem sido utilizado para explicar como os movimentos sociais têm buscado responder os desafios da ação coletiva em diversos contextos. Complementando esse conceito, Lüchmann, Schaefer e Nicoletti (2017), salientam que um repertório possibilita identificar várias formas de ação, ou a diversidade da atuação associativa, e que está relacionada não apenas aos diferentes perfis, objetivos e recursos das associações, como também aos contextos, regras e espaços institucionais disponíveis.

Nos dias atuais, pessoas que participam, observam e analisam um acontecimento de ação coletiva popular, na maioria das vezes o chama de movimento social, mesmo que esse acontecimento envolva ou não a combinação de campanhas, repertórios e demonstrações de ações de coletivas. Geralmente os repertórios de ações coletivas incluem diversas alternativas, mudam lentamente, parecendo óbvio e natural para as pessoas que estão envolvidas, se assemelhando a uma linguagem familiar por toda a sua singularidade. Um repertório surge como padrões de direitos e justiça que prevalecem com a população, através de rotinas diárias, organização internas e experiências acumuladas pela população no decorrer do tempo (TILLY, 1978. Tradução livre do pesquisador). Nesse sentido, a noção de repertórios simplifica o estudo das diversas formas de ações coletivas em um determinado lugar e tempo, de um lado, e da população, de outro (TILLY, 1978, Tradução livre do pesquisador).

A maioria das pessoas que participam de uma ação coletiva está inserida em comunidades das quais derivam os significados e identidades importantes para suas vidas. Mesmo sem avaliar os custos e benefícios, as pessoas agem para confirmar as ideias centrais dos seus significados e identidades em suas vidas, principalmente quando existem modelos disponíveis de repertórios e reivindicações inseridas na história dos grupos (McADAM; TARROW; TILLY, 2009).

Segundo Pereira e Silva (2017), ao longo do tempo, diversos conceitos foram desenvolvidos para explicar a organização e complexidades das formas de ação coletiva dos movimentos sociais; esses conceitos são: os repertórios, as táticas e as performances. Eles elencam as principais diferenças desses conceitos: (i) repertório é um conceito marcado pela perspectiva estruturalista histórica de análise; foi o que mais ganhou notoriedade na conjuntura nacional devido a incorporação de novas formas de ação, se refere ao nível macro-histórico e estruturado da ação; (ii) táticas são definidas com um conjunto de ação que foram escolhidas com o objetivo de influenciar ou coagir pessoas; se refere ao nível meso-organizacional e biográfico; (iii) *performance*⁵ é o processo no qual os movimentos sociais demonstram aos outros o significado de sua situação social com o objetivo de que as pessoas acreditem nesse significado; se refere ao nível micro-interativo e dramático.

A utilização de informações públicas sobre reivindicações e as ações coletivas permite abordar a complexidade das relações entre os movimentos sociais e a política institucional das seguintes maneiras: primeira, pode mostrar a tendência de interação dos diferentes tipos de atores sociais com estados, elites e outros atores; segunda, pode demonstrar como esses atores combinam formas contenciosas de ação coletiva com condutas convencionais dentro e próximas às instituições; terceira, pode indicar alterações de recursos, oportunidades e restrições atreladas às alternâncias das formas mais e menos contenciosas da ação coletiva; quarta, pode indicar relações entre as ações desses e de outros atores no mesmo período, com intuito de verificar que o ciclos de protestos produzem diferentes formas de interpretação da ação coletiva e uma inovação da ação coletiva por meio dos grupos sociais; quinta, pode mostrar que mudanças na ação coletiva criam ocasiões revolucionárias e interações entre as pessoas que

⁵ O conceito de “performances” é desenvolvido por Charles Tilly em resposta às críticas lançadas ao estruturalismo do seu conceito de “repertórios”, bem como à sua dificuldade em responder questões relacionadas ao surgimento de inovações nas formas de ação (PEREIRA; SILVA, 2017, p. 12).

transformam essas situações em resultados revolucionários (McADAM; TARROW; TILLY, 2009).

Se levarmos em conta que os movimentos sociais estão representados simplesmente pelas suas identidades e interesses, ficaríamos limitados a estudá-los apenas através de seus respectivos documentos, suas declarações públicas e por meio das negociações de suas identidades coletivas. Contudo, para além disso, os movimentos sociais conectam as suas reivindicações coletivas às autoridades mostrando que a população é merecedora, unificada, numerosa e comprometida. Isso leva os movimentos em direção às ações públicas - as *performances*- que os próprios movimentos sociais apresentam, seja para sinalizar suas demandas às autoridades como também para criar e manter adeptos (McADAM; TARROW; TILLY, 2009). Os movimentos sociais não são qualquer ação popular empreendida por qualquer causa a todas as pessoas e organizações. Estão voltados para a combinação dos aspectos de campanha, repertório e demonstrações de ações coletivas (TILLY, 2010).

O autor Bringel (2012) propõe repensar a análise dos repertórios de ações coletivas e dos movimentos sociais no mundo contemporâneo por meio de três desafios cuja síntese será apresentada aqui de forma breve: o primeiro desafio está centrado na necessidade de espacializar as ações coletivas e os movimentos sociais, levando em conta a dimensão geográfica e as oportunidades políticas de acordo com os diferentes lugares. Assim, o espaço não pode ser visto como mero contexto em que estão inseridas as interações sociais, mas como uma construção social de acordo com estudos de Lefebvre (1974). Assim, “o lugar e o espaço devem ser entendidos como esferas de luta e elementos definidores do movimento social” (BRINGEL, 2012, p. 54). O autor chama atenção para uma reconsideração da importância do espaço dentro da teoria social, nos moldes de Milton Santos (2002), Harvey (1989), entre outros, ampliando a importância da história e do tempo no estudo dos repertórios de Tilly. Bringel (2012, p. 54), ressalta que, ao conjugar o tempo com a história que é um dos legados de Tilly mais o espaço, “poder-se-á projetar uma consciência espacial nos estudos históricos e examinar criticamente as relações de poder e seus vínculos com os lugares”. Entende-se, com base em Bringel (2012, p. 54) que, a partir de Tilly, e comendo com outros autores como mencionado acima, haverá uma grande contribuição para a interpretação dos movimentos sociais na América Latina, uma vez que estes são “fortemente territorializados e com lutas e disputas por terra, territórios e territorialidades” (BRINGEL, 2012, p. 54-55), o que vem a ser uma forte motivação na *performance* de vários casos de grupos sociais de atingidos, no Brasil.

O segundo desafio está relacionado à necessidade de uma abertura disciplinar nos estudos das ações coletivas e dos movimentos sociais, marcada hegemonicamente pela sociologia, em diálogo com outras disciplinas como a ciência política, a história, a psicologia social, e a antropologia. Para além dessas, a geografia e as relações internacionais são novas disciplinas que contribuíram respectivamente para captar as diversas espacialidades da ação coletiva e dos movimentos sociais, bem como aprofundar o estudo da ação coletiva no âmbito internacional e transnacional (BRINGEL, 2012).

Mais recentemente, os Estudos Organizacionais, ao abordar os movimentos sociais têm chamado atenção que os mesmos vão bem mais além das organizações tradicionais, acenando para um amplo debate para a construção de novas teorias acerca da organização dos movimentos sociais sem abandonar o conhecimento já acumulado por outros campos disciplinares (MISOCZKY; FLORES; GOULART, 2008).

Já a terceiro desafio conjectura uma abertura muito mais ampla, de caráter epistemológico sobre como conhecemos as coisas. Os momentos de grandes manifestações são momentos em que geralmente surgem diversos questionamentos profundos; foi assim que surgiu o debate epistemológico questionando as bases tradicionais da ciência e seu modelo indutivo e positivista (BRINGEL, 2012).

A noção de espacialidade, a abertura disciplinar, e a epistemológica podem contribuir para a busca de respostas complexas a outros desafios contemporâneos. Seja qual for o caminho seguido na busca de repostas, Tilly deve e pode ser uma boa referência, tanto pelo seu extenso debate como pela capacidade de relacionar os movimentos sociais a outros campos do conhecimento reformulando suas próprias ideias (BRINGEL, 2012).

Nesse sentido, no sub-tópico seguinte apresenta-se o debate teórico da construção dos repertórios de ações coletivas e a sua relação com o estudo da organização dos atingidos por barragens.

2.2 Processo Organizativo e os Repertórios de Ações Coletivas dos Atingidos por Barragens

Na área da Administração, uma organização pode ser definida por meio de suas formas burocráticas de organizar que atenda os interesses e espaços dominados pelo mercado. Esse tipo de organização é chamado de hegemônico pelo fato de ser caracterizada como um modelo que predomina no mercado através da competitividade, do consumo e de todos os processos que são fundamentais para as tomadas de decisões, que se configuram na reprodução de um processo individualizado e dominante (MISOCZKY; FLORES; BOHM, 2008). Para Misoczky (2010) o conceito de organização hegemônica retira os indivíduos das suas relações sociais. Essa exclusão é a base interna ou externa que geralmente é aplicada ao relacionamento da organização com a sociedade. Com isso, separando os indivíduos e organizações das relações sociais, “a vertente dominante dos Estudos Organizacionais precisa se ocupar com o estabelecimento de conexões artificiais - entre o indivíduo e a organização e entre a organização e o ambiente - para reconectar o que ela mesma artificialmente rompeu” (Misoczky 2010, p. 14). Nesse sentido, Misoczky; Flores e Bohm (2008) criticam esse modelo hegemônico de organização, afirmando que:

[...] A organização hegemônica continuamente tenta naturalizar e essencializar a si mesma como a única forma pela qual o organizar pode ser articulado – tornando invisível, não-existente, a multiplicidade de diferentes mundos organizacionais. Portanto, uma das ações políticas mais básicas e urgentes é desnaturalizar a articulação hegemônica da organização. Este é um ato de exposição que torna possível a imaginação de diferentes mundos e sociedades (MISOCZKY; FLORES; BOHM, 2008, p. 182).

Contrastando com a forma hegemônica de organização, vem ganhando notoriedade ao longo dos anos nos Estudos Organizacionais, outra proposta que contesta o discurso da organização dominante, é a chamada organização alternativa ou coletiva, também denominada por Serva (1993) de “organização substantiva”:

o fenômeno da multiplicação de organizações alternativas ou coletivistas (aqui denominadas substantivas) tem tido um forte incremento desde os anos sessenta e já é observado em todos os continentes, demonstrando uma curiosa espontaneidade à medida que a autonomia é um dos seus fatores marcantes, pois nele não se observa o caráter orgânico que determina a natureza das organizações burocráticas ao conferi-las um sentido integrativo e sistêmico. Muito ao contrário, organizações substantivas parecem brotar pela força espontânea de milhares de indivíduos, espalhados por todo o mundo, que têm se reunido em torno de ideais e princípios determinantes de ações conjuntas as quais, por sua vez, acabam configurando práticas sócio organizacionais

relativamente descompromissadas com o estatuto essencialmente sistêmico da sociedade burocratizada (SERVA, 1993, p. 2).

Para o referido autor, a organização “alternativa”, diferentemente da organização “dominante”, não visa lucro e está inserida em espaços em que a produção do conhecimento é elaborada pelos próprios membros por meio de suas práticas e não por planejadores como na organização hegemônica. Nessa direção, Misoczky (2010, p. 27) explica: “Organizar não é sinônimo de organizar de modo burocrático - para nós esse modo de organizar é tomado como sinônimo de prática gerencial. Organizar é produzir socialmente modos de cooperação, sempre instáveis e em movimento”. Inspirada em Dussel (2002, 2007) e para dar conta da práxis emancipadora⁶, Misoczky (2010) faz uma revisão do conceito e traz uma nova compreensão de organização:

(...) como meio para emancipação, como atividade em que cada participante aprende a cumprir responsabilidades diferentes, sempre no espaço da unidade do consenso produzido no coletivo. Esta organização, que transforma a potência do povo em poder (*potestas positiva*), se efetiva através de *processos e práticas orientados pela razão estratégico-crítica*, que não é razão instrumental, seu êxito não é o do meio-fim formal, mas o do pleno desenvolvimento da vida de todos: seu exercício *realiza a ação transformadora* (MISOCZKY 2010, p. 39).

Esta ideia de organização, conforme Misoczky (2010) propõe uma nova forma de trabalhar e de viver, baseada num novo discurso, de coletividade e de autonomia dos sujeitos envolvidos. A organização alternativa trabalha com princípios de redes de cooperação, solidariedade, igualdade, coletividade, identidade de valores, entre outros, podendo ser constituídas através de associações, cooperativas, coletivos, movimentos sociais, experiências de economia solidária, etc.

Nesse sentido, é preciso que tenhamos fontes de inspiração de organização alternativa para a desconstrução do discurso da organização hegemônica. Pautados nesse conceito, é possível argumentar que algumas dessas fontes de inspiração vêm dos Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra (MST), da Via Campesina, do Movimento Latino Americano dos Atingidos por Barragens (MAR), dos movimentos indígenas e povos originários entre outros, que são exemplos de organizações alternativas que contribuem para a disseminação do discurso contra hegemônico (MISOCZKY, 2010). Nesse sentido, a noção de organização alternativa não diz respeito unicamente ao modo de organização do trabalho, mas remete a pensar o seu próprio sentido social como organização e as suas implicações nos processos de transformação social e por permitir a cooperação entre as diversas formas de organização e sujeitos.

Alinhada ao sentido atribuído ao termo organização de Misoczky (2010), resgata-se aqui a noção de organização que se imprime nesse trabalho, conforme discutido na introdução e que diz respeito não somente às entidades que formam o movimento dos atingidos que vão se constituir os sujeitos da pesquisa, mas também no sentido de *organizing*, ou seja, o processo organizativo, ou melhor, o conjunto das práticas que vão caracterizar o processo de organizar (Czarniawska, 2008). Dessa forma, a organização ocorre por meio das ações realizadas pelos agentes heterogêneos, das estruturas que governam a ação e dos arranjos materiais que amparam a prática organizativa (Schatzki, 2006). Pode-se entender, portanto, que no presente estudo, o

⁶ A práxis emancipadora não pode ser efetuada por sujeitos isolados ou a reboque de líderes; sendo sempre um “ato intersubjetivo, coletivo, de consenso recíproco”. Este organizar-se coletivamente é uma ação que “educa os movimentos sociais em sua autonomia democrática”; “é a ação dos sujeitos que se tornam atores” (DUSSEL, 2007, p.119 e 128 *apud* MISOCZKY 2010, p. 39).

processo organizativo se conecta fortemente ao conjunto dos repertórios de ações coletivas movidas pelos sujeitos locais e mais amplamente, no âmbito do movimento local dos atingidos pelo empreendimento em questão.

Conforme já apresentado na introdução desse trabalho, o processo de desenvolvimento no Brasil que ocorreu na segunda metade do século XX foi marcado pela implantação de grandes projetos de infraestrutura, entre eles a construção de grandes hidrelétricas para geração de energia. Não está no escopo dessa pesquisa avaliar e julgar a melhor forma de geração de energia e quais as que trazem maiores ou menores transtornos para as populações, ou que sejam menos ou mais predatórias para o meio ambiente. O que interessa à presente pesquisa é compreender como o empreendimento entra na região/localidade para se instalar e o que esse modo de se instalar provoca nas populações. Os estudos a que se teve acesso sobre essa questão específica registram que ocorre o deslocamento compulsório, a falta de ampla consulta pública prévia sobre o empreendimento entre outras questões que serão vistas ao longo desse sub-tópico teórico. É fato que a relação que vem se estabelecendo entre esses empreendimentos e as populações justificou a formação dos movimentos locais dos atingidos cujas motivações de diversos atores sociais resultaram no surgimento de um movimento maior de âmbito nacional redundando inclusive numa articulação internacional (SCHERER-WARREN; REIS, 2008).

No final da década de 1970, teve início a primeira organização dos atingidos por barragens. Enquanto a ditadura civil militar retirava os direitos civis e políticos, começaram a surgir diversas organizações contrárias ao regime ditatorial. Nessa época, houve a crise mundial energética e muitos países centrais foram em busca de novas formas de geração de energia para substituir a ausência de petróleo. Com isso, os países que apresentavam grande potencial energético foram alvos de estudos para a exploração de fontes de energia. Grandes empresas internacionais que demandavam muita energia elétrica estavam chegando ao Brasil. Dessa forma, o governo deu início à construção de grandes empreendimentos hidrelétricos em diversas regiões do país (MAB, 2011a).

Segundo Vainer e Araújo (1990), essa situação já estava prevista na política do Setor Elétrico do país:

A política do Setor Elétrico estatal, desde a criação da ELETROBRÁS no início da década de 60, vem sendo marcada por duas características básicas: 1ª a construção de um portentoso aparelho de planejamento, controle e gestão dos sistemas de produção e distribuição de energia elétrica no conjunto do território; 2ª o atendimento ao crescimento da demanda de eletricidade principalmente através da utilização de recursos hídricos, por meio da construção de grandes unidades geradoras. Esses dois eixos de ação levaram a que o sistema ELETROBRÁS atualmente tenha 42.710 MW de capacidade instalada em 90 usinas, sendo 23 termelétricas e 57 hidrelétricas (VAINER; ARAÚJO, 1990, p. 19).

Entre os inúmeros problemas trazidos por esses empreendimentos, um dos que mais se destacou foi o que diz respeito às políticas compensatórias ou indenizatórias do Setor Elétrico que se caracterizaram por serem excludentes, seguindo sua lógica própria, visto que obras ou inundações previstas nos projetos resultaram na expulsão de grande número de pessoas de seus locais de moradia e de trabalho. Essa situação se repetiu nas construções das hidrelétricas por décadas, provocando enorme insatisfação das famílias e demais atingidos. Tal situação motivou o surgimento de diversos grupos de resistência onde às obras estavam sendo instaladas como, por exemplo, em Tucuruí-PA na região norte, Itaipu na divisa do Brasil com o Paraguai na região sul, em Sobradinho e Itaparica na região nordeste. E posteriormente, em Itá e Machadinho na região sul. Os atingidos dessas regiões criaram diversas organizações locais, regionais e nacionais (MAB, 2011a).

Essas, portanto são as primeiras motivações que levaram ao surgimento dos repertórios iniciais de ação coletiva, entre eles, as distintas formas de organizações locais, se estendendo para organizações regionais, nacionais e por último, fóruns internacionais.

Na visão de Vainer e Araújo (1990) os grandes empreendimentos hidrelétricos se inserem nos territórios com a finalidade de produção de energia e não reserva um lugar para as pessoas que lá estão, para as dinâmicas sociais, culturais, econômicas que lá se encontravam.

O grande projeto hidrelétrico aparece para a população regional como algo que lhe é estranho, que não a incorpora nem como recurso, nem como destinatário/consumidor. Ele se impõe como uma exigência do desenvolvimento nacional, que as últimas décadas mostraram, aos estudiosos tanto quanto às populações, ser concentrador espacialmente e excludente social e politicamente. E é este projeto que exige que dezenas, centenas, milhares de famílias abandonem suas terras, seus cemitérios e igrejas, suas relações de vizinhança e sociabilidade, suas casas, vilas, bairros, ou cidades inteiras. É esse projeto também que, através dos danos ao meio ambiente, produz efeitos perversos para as condições de vida, presentes e futuras, daquelas que, não sendo deslocados compulsoriamente, permanecem nas regiões próximas ao empreendimento, muitas vezes acalentados pela doce ilusão divulgada pelo Setor Elétrico de que não são “atingidos” (VAINER; ARAÚJO, 1990, p. 19-20).

Uma das experiências pioneiras dos atingidos por barragens que deram origem ao MAB, como fórum máximo nacional que congrega as mais diversas formas de ações coletivas foi à trajetória e organização dos atingidos pelo “Projeto Uruguai” no Sul do Brasil. Segundo Scherer-Warren e Reis (2008), essa trajetória começou em 1979 quando veio a público um projeto hidroenergético que previa a construção de 25 usinas hidrelétricas na Bacia do Rio Uruguai, localizado entre os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, conhecido popularmente como “Projeto Uruguai”. Com isso, as populações locais, em sua maioria formada de agricultores familiares se mobilizaram contrárias a esse projeto e criaram uma Comissão de Barragens para discutir os problemas a serem enfrentados com a implantação do “Projeto Uruguai” (SCHERER-WARREN; REIS, 2008).

Ainda segundo as autoras supracitadas, a Comissão de Barragens passou a ser chamada de Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB) em decorrência das articulações locais e regionais. Com isso, em 1985 foram criadas quatro comissões regionais no Sul do Brasil que tinham a função de coordenar as respectivas regiões: Itá e Machadinho; Itapiranga/Irai; Lages/Vacaria e Chapecó/Chapecozinho. Posteriormente, a Comissão Regional de Atingidos por Barragens passou a ser denominada de Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

Vainer e Araújo (1990, p. 20-21), ao estudarem esses projetos, identificaram as principais estratégias do Setor Elétrico para consolidar suas ações nas localidades onde os empreendimentos hidrelétricos foram instalados: “desinformação, estratégia territorial patrimonialista e negociação individual”. Para os autores, a “desinformação” é a principal arma das empresas, em que as mesmas sonham informações com intuito de facilitar sua inserção na região. Na “estratégia territorial patrimonialista” as empresas só reconhecem aqueles que detêm legalmente o direito de propriedade, não reconhecendo os moradores e trabalhadores das áreas a serem desapropriadas e/ou inundadas. As empresas preferem fazer *negociações individuais* como forma de impedir que outros setores da sociedade participem do processo de discussão e decisões acerca dos conflitos. Essas estratégias, na visão dos referidos autores, contribuem para dificultar os movimentos sociais a se apropriarem das informações necessárias sobre o empreendimento e participarem efetivamente.

Em estudo mais recente, Vainer (2007, p. 123-124) explica que o conceito de “aproveitamento ótimo” do empreendimento está na lei de concessões e cria os meios legais para “limpar o terreno” e que as indenizações das desapropriações estão relacionadas ao conceito de “propriedade”. Essa situação não leva em consideração o residente que faz daquele pedaço de terra seu local de vida e trabalho ao longo da sua existência e nem sempre terá condições de apresentar um título de propriedade principalmente quando se está tratando de uma das regiões mais carentes do Brasil como o Vale do Jequitinhonha. Além disso, as inundações e outros efeitos do empreendimento abrangem extensões de terra trazendo prejuízos que não somente limitados à noção de propriedade.

Situações como essas motivaram a atuação do CRAB conforme explicam Scherer-Warren e Reis (2008) no caso específico da implantação das hidrelétricas no Vale do Rio Uruguai pela Eletrosul:

[...] Através da atuação das lideranças do Movimento foram buscadas e veiculadas informações sobre as consequências e magnitude do Projeto Uruguai; foram encaminhadas demandas e reivindicações; definidos inimigos e conquistados aliados, pressionando prefeitos e vereadores a se posicionarem, batendo às portas das Assembleias Legislativas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, recorrendo a Brasília, e encaminhando às autoridades federais um abaixo assinado de mais de um milhão e meio de assinaturas; foi também o Movimento que ao adquirir visibilidade, organizou grandes romarias e outras manifestações públicas; publicou um jornal - a “Enchente do Uruguai”; assumiu programas de rádio e criou fatos políticos como a retenção de técnicos da ELETROSUL, a invasão de acampamentos nos territórios ocupados por essa Empresa e a arrancada de marcos colocados pelos técnicos. Foi, ainda, através da atuação do Movimento que se estabeleceram os termos do “Acordo”, em 1987, firmado entre as partes interessadas, em relação às soluções para a retirada dos atingidos da área, incluindo entre elas o reassentamento de atingidos não proprietários de terras (SCHERER-WARREN; REIS, 2008, p. 68).

O estudo de Scherer-Warren e Reis expõe repertórios manifestos quanto ao projeto Uruguai, por organizações dos atingidos. Entre esses repertórios de ações verificaram-se abaixo assinados envolvendo mais de um milhão de assinaturas, grandes romarias; criaram um jornal e assumiram programas de rádio, assim como promoveram ocupações de acampamentos da empresa ELETROSUL construídos para engenheiros e técnicos das obras.

A Igreja marcou sua presença na organização dos atingidos. A Igreja Católica da Teologia da Libertação, por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e de seus agentes pastorais apoiou a organização dos atingidos pelas barragens, colocando à disposição dos grupos sociais sua estrutura física para a realização de eventos e reuniões e oferecendo capacitação para a formação de lideranças (SCHERER-WARREN; REIS, 2008). Os atingidos por barragens também tiveram o apoio de membros da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB). A politização das barragens por meio da Igreja também se manifestou por ações pontuais locais através de cruzeiros que foram fincadas nas delimitações territoriais dos empreendimentos (SCHERER-WARREN; REIS, 2008; FOSCHIERA, 2010a).

A partir de 1980 a formação de lideranças no Alto Uruguai se dava através de cursos ministrados pelas escolas sindicais, cujos conteúdos de formação de lideranças estavam voltados para questões como transformação social para construção de uma nova sociedade (SCHERER-WARREN. REIS, 2008). No norte do país, a Diocese, em Rondônia também promoveu cursos de formação de lideranças sobre Fé e Política, e no Nordeste a formação de

lideranças ficou a cargo do Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Submédio São Francisco (CDDHSF). Nessa mesma época, a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e a participação dessas lideranças nas eleições eram temas debatidos em alguns desses cursos (FOSCHIERA, 2010a).

No início da década de 90, os cursos de formação oferecidos pelas escolas sindicais passaram a ser responsabilidade de movimentos como o Movimento dos Sem Terra e do próprio Movimento dos Atingidos por Barragens (SCHERER-WARREN; REIS, 2008).

O papel de assessoria técnica ao Movimento dos Atingidos por Barragens ficou a cargo de diversos especialistas de diferentes áreas do conhecimento: agrônomos, sociólogos, geógrafos, antropólogos, advogados e de ONGs que se interessaram por causas que envolvessem camponeses, indígenas, quilombolas entre outros grupos sociais afetados pelos empreendimentos hidrelétricos. Esse apoio foi fundamental para capacitar os movimentos a lidarem com as dimensões social, cultural e étnica que perpassam o universo da política energética, tanto pelos aspectos técnicos como pelas consequências econômicas e socioambientais da instalação dos projetos hidrelétricos (SCHERER-WARREN; REIS, 2008).

As diretrizes centrais dos movimentos de atingidos que mais avançaram em todo o país, foram as conduzidas pelo movimento de atingidos da UHE de Itaparica nos estados da Bahia e Pernambuco, organizados pelo Polo Sindical do Sub-Médio São Francisco e pelos atingidos pelo “Projeto Uruguai”, organizados pela CRAB. Desde o início, os movimentos perceberam que deveriam se opor a política da desinformação das empresas do Setor Elétrico. Com isso, esses movimentos começam uma busca incessante de informações, para sua compreensão e divulgação para que os atingidos tivessem ciência das consequências causadas pelas construções de barragens, bem como seus respectivos direitos. A troca de experiências entre atingidos por barragens e o envolvimento de núcleos de pesquisa de universidades habilitados para realizar avaliação de impactos causados pelas barragens fizeram parte da capacitação de vários movimentos (VAINER; ARAÚJO, 1990).

Como visto anteriormente, a ausência de uma política indenizatória que respondesse pelos direitos dos atingidos por deslocamentos compulsórios foi uma das primeiras e maiores motivações do movimento dos atingidos, que, ao observarem que as medidas compensatórias não asseguravam condições dignas de vida levou alguns movimentos a exigirem “terra por terra” (VAINER; ARAÚJO, 1990, p. 22). Ainda segundo os autores, depois de muito tempo foi que as empresas do Setor Elétrico reconheceram a CRAB como representante dos atingidos para então dar início às negociações:

Em 1987, depois de quase uma década de lutas, a ELETROSUL e a ELETROBRÁS reconhecem a CRAB como legítima representante das populações atingidas, abrindo-se uma fase de negociações substantivas. Na plataforma que elaboram nesta etapa, os atingidos exprimiram de modo inequívoco sua maneira de ver os deslocamentos: 1º) a ELETROSUL deveria responsabilizar-se pelo reassentamento de todos aqueles obrigados a abandonar suas terras e casas, fossem proprietários ou não; 2º) nenhuma obra poderia iniciar-se antes de estar assegurado o reassentamento; 3º) o reassentamento deveria ser na região (VAINER; ARAÚJO, 1990, p. 22).

Em 1988 a CRAB participa da criação da Rede de Ação Internacional pelos Rios (*Internacional Rivers Network*) em São Francisco na Califórnia, com intuito reivindicar o direito dos atingidos para participarem/serem ouvidos no processo de elaboração da política energética. Isso se constitui em um repertório de ação coletiva na esfera internacional de grande peso, pois projeta o movimento brasileiro dos atingidos no cenário internacional. Em 1989 a ação nacional de grande repercussão foi a iniciativa do CRAB em organizar o I Encontro dos Atingidos por Barragens, na cidade de Goiânia, com o objetivo de estabelecer trocas de

experiências e estabelecer redes de contato com diversas regiões do país que estavam enfrentando as questões das hidrelétricas (SCHERER-WARREN; REIS, 2008).

Nesse encontro foi criada a Coordenação Nacional Provisória de Trabalhadores Atingidos por Barragens (CNPTAB), que serviu como motivação política para a criação de novas Comissões de atingidos e gerar desdobramentos em diversas regiões do país como: a Comissão Regional dos Atingidos pelo Complexo do Xingu (CRACOHX), em Altamira-PA; a Comissão dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí (CATHU), em Tucuruí-PA; a Comissão de Atingidos por Barragens do Iguaçu (CRABI), no Paraná; o Movimento dos Ameaçados por Barragens do Vale do Ribeira (MOAB), em São Paulo; o Movimento dos Atingidos por Barragens no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, entre outros. Além disso, a CNPTAB foi responsável por disseminar o debate sobre as usinas hidrelétricas nas universidades e sindicatos, elaborar o primeiro informativo nacional dos atingidos por barragens e organizar em março de 1991, na cidade de Brasília, o I Congresso Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens (FOSCHIERA, 2010b).

Ainda segundo o autor acima, esse Congresso de 1991 foi importante para a institucionalização do Movimento Nacional dos Trabalhadores Atingidos por Barragens, quando declarou-se o dia 14 de março, como o Dia Nacional de Luta contra as Barragens, assumindo nova feição o movimento, no sentido de ir mais adiante – de se opor aos empreendimentos. A estrutura desse movimento tinha como princípio a independência das ações realizadas pelos movimentos locais e regionais, ficando a cargo da CNPTAB articular as ações locais, manter contatos entre as organizações, promover trocas de experiências, auxiliar na criação de novas organizações e representar o movimento em qualquer negociação. A CNPTAB passa, portanto a ser o motor dos repertórios de ações coletivas a partir desse evento. Os congressos do MAB passaram a ocorrer de três em três anos reunindo pessoas e organizações de diferentes regiões do país.

Segundo Scherer-Warren e Reis (2008), a partir do Congresso Nacional de Atingidos por Barragens, o Movimento dos Atingidos por Barragens institucionalizou-se como movimento nacional ampliando suas articulações políticas, o que alinha-se à ideia de Tilly (2010) de considerar que um movimento social não se constitui apenas pelas formas de ação de seus demandantes, mas também pela articulação dessas ações com os objetos demandados e com o seu público alvo.

Na condição de movimento nacional, o MAB ampliou suas articulações políticas e, respectivamente, vai transformando sua pauta de lutas numa pauta mais abrangente, inclusiva de interesses e demandas de outros segmentos da população, igualmente em situações de carência. O movimento passa, assim, a compreender e estimular três frentes principais de ação: 1 – a continuidade ao ativismo de base, isto é, a resistência dos atingidos nas suas comunidades, suas regiões, nas barrancas dos rios ou nos canteiros de obras das hidrelétricas; 2 – as articulações políticas nacionais e internacionais, para empoderar-se por meio de redes de movimentos, através da participação num número crescente de fóruns como o Fórum Nacional da Reforma Agrária; em redes inter-organizacionais como a Inter-Redes e a Via Campesina; em articulações mais amplas como a Consulta Popular, a Semana Social Brasileira, a Assembleia Nacional Popular; em articulações transnacionais como o Fórum Consultivo da Comissão Mundial de Barragens e no Committee on Dams, Rivers and People, dentre outras; 3 – as mobilizações ou protestos em praça pública, para criar visibilidade na mídia e na esfera pública e pressionar os organismos estatais, como foi à primeira Marcha nacional, organizada pelo MAB, “Águas pela Vida”, que percorreu o trecho entre Goiânia e Brasília de 13 a 28 de maio de 2004, contando com a participação de atingidos por barragens, pequenos

agricultores, sem terras, índios, pescadores, ribeirinhos e quilombolas. Esta terceira forma de ação conjuga as duas primeiras: o protesto público e o processo articulatório. Desta forma amplia-se a base mobilizatória e a agenda das demandas (SCHERER-WARREN; REIS, 2008, p. 75-76).

Nesse sentido, a partir da Teoria da Mobilização Política (TMP) de autoria de Tilly, verifica-se que a organização tanto local como nacional dos atingidos teve um importante avanço com essas articulações políticas, tendo a capacidade de influenciar um maior número de atores institucionais e sociais para que suas demandas pudessem ganhar maior expressividade dentro e fora do cenário político nacional e internacional.

Em 1997, o Banco Mundial e outras agências multilaterais, participantes de governos, de empresas do setor privado, de organizações da sociedade civil e de populações afetadas por empreendimentos hidrelétricos no âmbito mundial constituíram a Comissão Mundial de Barragens (CMB). A ideia principal era que se criasse uma instituição independente para avaliar a eficácia do desenvolvimento de grandes barragens pelo mundo e estabelecer diretrizes internacionalmente aceitáveis para o planejamento, construção e operação de barragens. A criação da comissão contou com a participação de diversos países como a África do Sul, Austrália, Índia, Suécia, Brasil, Filipinas, Estados Unidos, Alemanha, entre outros. Os membros dessa comissão foram selecionados por sua ampla e variada experiência, pontos de vista e conhecimentos que poderiam trazer para o debate, tendo em vista que o trabalho da comissão foi um trabalho de natureza consultiva, e não investigativa (COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS, 2000).

A Comissão Mundial de Barragens iniciou seus estudos em 1998 e elaborou resenhas especiais sobre a Índia e a China e preparou um relatório sobre a Rússia e os Novos Estados Independentes. Além disso, foram realizados estudos detalhados de oito grandes barragens na Turquia, Noruega, Estados Unidos, Zâmbia e Zimbábue, Tailândia, Paquistão, África do Sul e no Brasil com o estudo da UHE de Tucuruí. Essa comissão também foi responsável por fazer um levantamento de 125 grandes barragens, acompanhado por 17 estudos temáticos sobre questões sociais, ambientais e econômicas, sobre alternativas às barragens e sobre os processos institucionais e de governo (COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS, 2000, p. 15).

Após dois anos de estudos e audiências, em novembro de 2000, a Comissão divulgou em seu Relatório Final que, embora as barragens tivessem contribuído de forma importante e significativa para o desenvolvimento dos países, os benefícios derivados delas haviam imposto um custo social e ambiental desnecessário e mesmo inaceitável (COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS, 2000).

Em 2003, ocorreu o 1º Encontro Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens, na cidade de Brasília que reafirmou a luta dos atingidos como a principal forma de mobilização para obter suas conquistas. Após inúmeros encontros regionais e nacionais em outubro de 2017 ocorreu o 8º Encontro Nacional do MAB na cidade do Rio de Janeiro que contou com a presença de atingidos por barragens de todo o país, lideranças de organizações populares, sindicais, religiosas, partidos políticos, parlamentares e entre outros.

Os fóruns internacionais de debate são espaços de interação dos repertórios de ação coletiva do MAB. O IV Encontro de Ciências Sociais e Barragens que ocorreu na Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS), município de Chapecó, estado de Santa Catarina, foi marcado pela articulação de diversas organizações latino-americanas, que conjuntamente criaram o Movimento dos Afectados por Represas Latino Americano (MAR) conforme o quadro 1 a seguir. “As diretrizes do MAR se pautam na construção do socialismo em toda América Latina, na defesa dos territórios, na soberania sobre os rios e as águas, além de apontar para a construção de um projeto energético popular” (MAB, 2016a).

Quadro 1 - Organizações e Países que compõem o Movimento dos Afectados por Represas Latino Americano (MAR)

Organização	País
Movimiento Ríos Vivos	Colômbia
Movimento dos Atingidos por Barragens	Brasil
Patagonia sin Represas	Chile
Movimiento Amplio por la dignidad y la justicia	Honduras
Red de Educadores y Educadoras Populares	Cuba
Frente Petenero contra las represas	Guatemala
Consejo de Pueblos Mayas	Guatemala
Bloque Campesino Indígena Amazónico de Bolivia	Bolívia
Asociación de pescadores 16 de julio de Cachuela	Bolívia
Fundación Promotora de Cooperativas	El Salvador
Frente Nacional Agrario	El Salvador
Movimiento Popular Patria Grande	Argentina
Rondas Campesinas	Perú
Otros Mundos Chiapas	México
Bios Iguana	México
Asamblea Veracruzana de Iniciativas y Defensa Ambiental	México
Consejo de Pueblos Unidos para la defensa del rio Verde	México
Red Nacional en Defensa del Agua	Panamá

Fonte: Elaboração própria a partir de MAB (2016).

Essa nova articulação representada por 18 organizações de 12 países, surgiu para fortalecer a luta política de todos os atingidos por barragens na América Latina. Ademais, o MAR se torna uma ferramenta importante para a consolidação do paradigma latino americano e dos repertórios de ações coletivas do MAB - a sociedade civil se organizou em diferentes níveis associativos que foram estruturados com base em interesses, valores, conquista da cidadania, em que as ações e protestos sociais se tornaram manifestações simbólicas e pressões políticas, cujo foco desde o início têm sido gerar mudanças em prol de políticas públicas e sociais que não são apresentadas pelo Estado com seus empreendimentos.

Esses repertórios têm atuado como um espaço articulador de ideias e ações empreendidas pela organização local dos atingidos e também do movimento nacional de atingidos por barragens no Brasil. Nesse cenário, Abers, Serafim e Tatagiba (2014) afirmam que o conceito de repertórios de ações coletivas concebido para analisar os movimentos sociais, também é utilizado para compreender as relações existentes entres os atores do Estado e da sociedade.

Compartilhando da afirmação de Gohn (2013) de que o movimento dos atingidos por barragens é um movimento social, sendo ele local, regional ou nacional e que segundo Tilly (2010) os repertórios de ações coletivas se manifestam no âmbito dos movimentos sociais, julgou-se pertinente compreender a abordagem e cronologia dos movimentos sociais a partir do estudo de Gohn sobre os paradigmas dos movimentos sociais como subsídio para ampliar a compreensão dos repertórios de ações coletivas de Tilly (1978).

2.3 Um Breve Resgate dos Paradigmas dos Movimentos Sociais

Os movimentos sociais, assim como qualquer fenômeno social, são marcados pela complexidade de suas características e pelo conjunto das relações sociais existente na sociedade. Cada teoria dos movimentos sociais requer um amplo debate e a cada nova conquista

teórica, novas questões se apresentam requerendo novas explicações teóricas aos novos problemas a serem resolvidos.

Devido a essa complexidade existem muitas formas de abordar os movimentos sociais. Por essa razão, o esforço de se fazer escolhas de uma ou outra abordagem, recai no reconhecimento do pesquisador da limitação do estudo e da delimitação analítica da pesquisa. Nesse sentido, julgou-se, pertinente revisitar os paradigmas dos movimentos sociais, inicialmente com base nos estudos de Gohn (1997), procurando ao final, situar o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) no país, no âmbito dos paradigmas.

Gohn (2000, p. 13) define movimentos sociais como:

Ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial.

É importante aqui registrar que a abordagem paradigmática dos movimentos sociais sistematizada por Gohn (1997) tem se atualizado e trazido contribuições inovadoras de teorias contemporâneas, localizadas pela própria autora (Gohn, 2012). A partir dessa sistematização pesquisou-se que a teoria dos movimentos sociais tem ampliado a ênfase nos ciclos e processos de mobilizações sociopolíticas e o foco nas organizações e nos processos de institucionalização das ações coletivas para as relações entre as ações coletivas e o Estado, buscando reconstruir seus quadros e repertórios de atuação, localizando-as no tempo em termos de média ou longa duração, destacando os processos de oportunidades políticas construídos, assim como priorizando a dimensão cultural dos atores em cena. Fenômenos como disputas políticas passaram a ser, na virada para o século XXI, a marca diferencial da Teoria da Mobilização Política de Tilly que influenciou a trajetória da teoria dos movimentos sociais não somente nos Estados Unidos como também na Europa. Isso veio relativizar o peso do enquadramento estrutural – menores estruturas passaram a ganhar importância, chamando atenção para menores escalas e assim o reconhecimento do ativismo de menor escala com grupos sociais e ações menores, de curto e médio prazo e diversificação maior de atores, que reúne interesses difusos. Touraine, Melucci e Habermas, como se verá à frente, são referenciais, nessa perspectiva que recebeu a denominação de Novos Movimentos Sociais, focada nos discursos acerca das expressões e práticas culturais não necessariamente atreladas às condições materiais objetivas de vida e com a produção norte-americana sobre os movimentos sociais nos debates sobre as questões das estruturas versus as ações dos atores (COHEN, 1985). Essa “evolução” das teorias mostra o quão complexo é definir/conceituar movimentos sociais e como os conceitos precisam acompanhar as dinâmicas da vida social no seu tempo.

Para dar prosseguimento à discussão teórica inicial serão apresentados a seguir os paradigmas principais dos movimentos sociais, procurando ao final, situar o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) no país no âmbito dos paradigmas. Cada paradigma é composto de diversas correntes, portanto, a partir desses paradigmas, a análise contará com a introdução de outras vertentes, conforme a discussão acima, que podem não ser enquadradas como paradigmáticas, mas, cuja presença, pela sua importância, implica em enriquecer o arcabouço teórico do estudo.

2.3.1 Paradigma Norte-americano dos Movimentos Sociais

O desenvolvimento da sociologia norte-americana está ligado à abordagem clássica dos movimentos sociais nas ciências sociais. Embora a maioria dos autores dessa abordagem não fosse americana, foi nos Estados Unidos que essa abordagem foi mais relevante, permanecendo hegemônica por várias décadas espalhando-se para outros países. Apesar de haver críticas a essa corrente, Gohn (1997) acredita ser interessante o seu estudo com objetivo de resgatar o processo histórico das primeiras teorias dos movimentos sociais e ações coletivas a fim de buscar conceitos, referências e matrizes teóricas que foram retomados nos anos 90 pelo paradigma norte americano. No estudo desse breve resgate histórico, outras contribuições surgidas no conjunto da literatura americana foram consideradas não somente para ampliar o paradigma como para mostrar vieses críticos do próprio paradigma.

Segundo os estudos de Gohn (1997), de um modo geral, os autores clássicos da literatura americana explicavam os movimentos sociais em forma de ciclo com surgimento, crescimento e propagação, intermediada por meio da comunicação que envolvia contatos, rumores, reações circulares, difusão de ideias entre outras formas de diálogo. As reivindicações eram vistas como pressões por respostas rápidas às mudanças sociais e “desordem social”. Dava-se muita importância às reações psicológicas como comportamento não racional ou irracional que ocorriam diante das mudanças.

Os comportamentos coletivos da abordagem norte-americana eram considerados produtos de tensões sociais. A ideia de ausência e desintegração social estava bastante presente, com explicações focadas nas reações psicológicas, nas frustrações e aos medos, e nos mecanismos de rompimento da ordem social vigente. Esses elementos estavam alinhados à ideologia hegemônica e representavam condições importantes para a emergência dos movimentos sociais. No âmbito político, a sociedade americana, vista como uma sociedade aberta para todos, induzia de certa forma, as teorias, a explicar os movimentos sociais como não tendo a capacidade de influenciar o sistema político devido as suas características espontâneas e explosivas, mas influenciando somente partidos políticos, grupos de interesse; alguns líderes teriam essa capacidade (GOHN, 1997).

Gohn (1997) apresenta as cinco grandes correntes teóricas da abordagem clássica norte-americana sobre a ação coletiva e os seus principais teóricos conforme o quadro 2. A autora ressalta que a apresentação dessas correntes não seguiu um padrão temporal, tendo em vista que as teorias coexistiram no tempo e foram construídas conforme suas ênfases principais. Sendo que, três dessas correntes se referem especificamente aos movimentos sociais e as outras duas estão ligadas a ação coletiva propriamente dita que podem ocorrer em outras organizações, não necessariamente configurando-se movimento social.

Quadro 2 - Correntes da Abordagem Clássica sobre Ação Coletiva

Correntes	Principais Aspectos	Principais Autores
Primeira corrente	Desenvolveu-se como a Escola de Chicago e alguns interacionistas simbólicos. Os movimentos eram vistos como ações advindas de comportamentos coletivos conflituosos.	Herbert Blumer (1948)
Segunda corrente	Desenvolveu-se com as teorias sobre a sociedade de massas ao longo dos anos 40 e 50. Caracterizava por se preocupar com o comportamento coletivo das massas, vendo-o, também, como fruto da anomia e das condições estruturais de carências e privações.	Erich Fromm (1941), Eric Hoffer (1951) e William Kornhauser (1959)
Terceira corrente	Prevaleceu nos anos 50 e foi marcada por questões políticas que organizavam as classes sociais na busca	Seymour M. Lipset (1950) e Rudolf Heberle (1951).

	de compreender tanto os movimentos revolucionários como as mobilizações partidárias, incluindo o poder político de diferentes grupos.	
Quarta corrente	Foi uma junção das teorias da Escola de Chicago com a teoria da ação social. Averiguaram o comportamento coletivo até a construção das ações coletivas em grande escala.	Talcott Parsons (1952), Ralph L. Turner e Lewis Killian (1957), Neil Smelser (1962) e David Aberle (1966).
Quinta corrente	Teve muita influência nas teorias que substituíram o modelo clássico, entretanto, na sua época não criou nenhuma teoria específica sobre os movimentos sociais, mas abriu caminho para a geração da teoria que viria a ser um novo marco no paradigma norte-americano, a de Mobilização de Recursos.	Joseph R. Gusfield (1955), Philip Selznick (1952) e Sheldon L. Messinger (1955).

Fonte: Elaboração própria a partir de Gohn (1997).

No período entre 1930 e 1960, o argumento difundido era de que o individualismo exacerbado da sociedade moderna teria criado personalidades voltadas para a autossatisfação sem olhar para a política. Explicava-se que a dominação do capitalismo tardio na sociedade de massa era operada com a noção de consumo e com o padrão de dominação individualizado; as mobilizações coletivas apareceriam com uma explosão de frustrações individuais em que as instituições não tinham interesse. A explicação tinha bases psicossociais, amparadas nas emoções coletivas e com um tom sombrio, repercutindo para avanço dos regimes totalitários (ALONSO, 2009).

Explica Alonso (2009) que, após os anos de 1960, os sociólogos da literatura americana que estavam voltados para os estudos das revoluções ou a ausência dessas, passaram a direcionar suas pesquisas também para esses movimentos. Foram desenvolvidas três grandes categorias como a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR); a Teoria da Mobilização Política (TMP), também chamada por alguns autores de Teoria do Processo Político (TPP), ambas atreladas ao paradigma norte americano; e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), atrelada ao paradigma Europeu que será vista no tópico seguinte.

Gohn (1997), explica que a Teoria da Mobilização de Recursos foi a primeira grande corrente que começou devido às mudanças políticas ocorridas nos Estados Unidos nos anos de 1960:

As transformações políticas ocorridas na sociedade norte-americana nos anos 60 levaram ao surgimento de uma nova corrente interpretativa sobre os movimentos sociais, a chamada teoria da Mobilização de Recursos (TMR). Ela começou por rejeitar a ênfase que o paradigma tradicional dava aos sentimentos e ressentimentos dos grupos coletivos, assim como o approach eminentemente psicossocial dos clássicos, centrado nas condições de privação material e cultural dos indivíduos. A psicologia foi rejeitada como foco explicativo básico das ações coletivas, assim como momentos de quebra das normas daqueles grupos. O papel das crenças compartilhadas e o da identidade pessoal, tratados pelo paradigma clássico, foram rejeitados porque eram analisados sob o prisma do comportamento irracional das massas (GOHN, 1997, p. 49).

Olson (1965), autor pioneiro da TMR defendia que a ação tomada em nome de um grupo de indivíduos é levada por meio de organizações e que um propósito característico na maior parte das organizações é o econômico que deixa de promover os interesses coletivos de seus membros. O referido autor dedica-se ao estudo dos grupos de interesses, observando que quanto

maior for o número de pessoas a formarem grupos, mais aptos esses grupos estarão para organizar uma ação coletiva quando comparados com grupos constituídos de poucos integrantes.

Representada também pelos autores McCarthy e Zald, que se destacaram no âmbito da TMR, suas ideias foram amplamente difundidas para explicar os movimentos sociais. Para eles a abordagem da mobilização de recursos enfatiza a base social, examina os recursos que devem ser utilizados, os vínculos dos movimentos sociais com diversos grupos, a dependência dos movimentos sociais de apoio externo para obtenção de sucesso e as estratégias utilizadas pelas autoridades para controlar os movimentos sociais (MCCARTHY; ZALD, 1977). Esses recursos podem ser materiais, financeiros e de infraestrutura dos movimentos sociais; recursos humanos que envolvem ativistas e colaboradores; e recursos de organização que envolvem a coordenação dos indivíduos (ALONSO, 2009).

Já a Teoria da Mobilização Política (TMP) ou Teoria do Processo Político (TPP), cujo principal representante é Charles Tilly revigorou e renovou o debate sobre as ações coletivas na sociedade e suas relações no campo político a partir dos anos 70 por meio de um intenso debate com o paradigma europeu, visto que seus estudos eram focados na análise dos casos europeus. Seguindo os passos de Tilly, outros autores como Sidney Tarrow que se tornou seu principal coautor também concentraram seus estudos no paradigma europeu. O resultado disso foi à criação de uma nova corrente teórica, a TMP, envolvendo americanos e europeus, que passou a predominar na América. Essa nova corrente estava focada nos processos políticos das mobilizações, em especial no jogo de poder entre a sociedade e as esferas governamentais, resultando desse jogo as estruturas das oportunidades políticas (GOHN, 1997; 2014).

Segundo Alonso (2009), tanto a TMP como a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) advém dos debates marxistas sobre as possibilidades da revolução. “Ambas se insurgiram contra explicações deterministas e economicistas da ação coletiva e contra a ideia de um sujeito histórico universal” (ALONSO, 2009, p. 53).

Conta Gohn (2012) que a TMP foi muito pouco utilizada no Brasil nas décadas de 1980/1990, quando surgiram vários estudos e publicações sobre a “era movimentalista” ou o campo do movimentalismo social no Brasil. Neste novo século em que estamos a abordagem de Tilly e colaboradores tem sido “redescoberta” e utilizada por vários pesquisadores e professores de universidades brasileiras. Com a tradução para o português, em 2009, de um dos livros mais conhecidos de Tilly e seus coautores: *Power in Movement*, publicado pela Cambridge Press, em 1994, a abordagem de Tilly e Tarrow nessa obra, divulgou a ideia de movimento social focado nas relações entre as ações coletivas e o Estado, buscando reconstruir seus “frames” — quadros e repertórios de atuação, localizando-as no tempo em termos de média ou longa duração, destacando os processos de oportunidades políticas construídos, assim como priorizando a dimensão cultural dos atores em cena, conforme já descrito acima.

Para além do enquadramento do paradigma americano, conforme discutido no início dessa seção, destaca-se a contribuição de Johnston (2011) que se refere à relação entre o Estado e os movimentos sociais em que o autor⁷ revigorou e renovou o debate sobre as ações coletivas, na sociedade e suas relações no campo político. Utilizando-se de metodologias da TMP, Johnston recupera os repertórios de protestos dos movimentos em diferentes tempos históricos. Segundo o autor, o repertório moderno dos movimentos sociais emerge no início do século XIX, de forma cosmopolita (problemas abrangentes, nacionais), autônoma e modular (incluindo táticas como: marchas, demonstrações, encontros, petições, debates etc.). Estas

⁷ Em seu livro *States & Social Movements*, publicado em 2011 pela Polity Press, Johnston traz contribuições inovadoras e sugestivas para o estudo dos movimentos, protestos e mobilizações sociais. Do ponto de vista teórico, Johnston adota o referencial desenvolvido nos anos de 1990, por C. Tilly e Sidney Tarrow da Teoria da Mobilização Política (TMP).

formas colocaram as questões da participação e da cidadania em pauta (especialmente o voto), assim como deram lugar às organizações de trabalhadores, sociedades e clubes. Johnston tem grande preocupação em diferenciar movimentos sociais de ações pontuais de protestos de grupos. Por exemplo, as lutas das sociedades abolicionistas do passado não são compreendidas como movimentos sociais, mas como organizações de movimentos sociais, o que pode se chocar com a noção de movimentos sociais da corrente dos Novos Movimentos Sociais. Em suma, o autor ressalta que as mobilizações dos movimentos sociais atuais se tornaram uma forma de acompanhamento das políticas e representam uma mudança em relação ao passado quando as ações coletivas nasciam em face da exclusão e da não responsabilização do Estado.

2.3.2 Paradigma Europeu dos Movimentos Sociais

Conforme estudado por Gohn (2011) existem duas abordagens teóricas que se destacam, entre outras, no domínio do paradigma europeu: a abordagem marxista e a abordagem dos novos movimentos sociais. Explica a autora que:

A **marxista** centra-se no estudo dos processos históricos globais, nas contradições existentes e nas lutas entre as diferentes classes sociais. As categorias básicas construídas por seus analistas foram: classes sociais, contradições, lutas, experiências, consciência, conflitos, interesses de classes, reprodução da força de trabalho, estado etc. As noções e conceitos desenvolvidos foram: experiência coletiva, campo de forças, organização popular, projeto político, cultura política, contradições urbanas, movimentos sociais urbanos, meios coletivos de consumo etc. O paradigma dos **novos movimentos sociais** parte de explicações mais conjunturais, localizadas ao nível da política ou dos processos micros da vida cotidiana, fazendo recortes na realidade para observar a política dos novos atores sociais. As categorias básicas deste paradigma são: cultura, identidade, autonomia, subjetividade, atores sociais, cotidiano, representações, interação política etc. Os conceitos e noções criados foram: identidade coletiva, representações coletivas, micropolítica do poder, política de grupos sociais, solidariedade, redes sociais, impactos das interações políticas etc. (GOHN, 2011, p. 205, grifo do pesquisador).

Essas duas abordagens enfatizam a importância das classes sociais como ponto chave para uma melhor compreensão da sociedade, politizando os espaços alternativos de interesse das instituições políticas e sociais na luta pela democracia.

A abordagem clássica marxista tem duas grandes correntes. A primeira está ligada ao jovem Marx e seus estudos sobre consciência, ideologia e alienação, entre outros, os quais tiveram continuidade com Rosa Luxemburgo, Gramsci, Lukács, e da Escola de Frankfurt após a Segunda Guerra Mundial. Já a outra corrente, também baseada nos estudos de Marx, em sua fase mais velha, após 1850, concentrava seus estudos nas relações de produção, forças produtivas, mais-valia etc., privilegiando as classes operárias pelo seu papel que ocupa nos processos de produção e pelas contradições sociais do sistema capitalista (GOHN, 1997).

A abordagem marxista foi predominante nos anos de 1970, sendo representada, principalmente, pelos autores Manuel Castells, Jean Lojkine, Claus Offe, Laclau, Hobsbawm, E. P. Thompson e G. Rudé. Esses autores constituíam a corrente de estudos sobre os movimentos sociais na Europa, em que a política passou a ser foco de uma cultura política, fruto das inovações democráticas dos movimentos sociais, a ter um importante papel no desenvolvimento dos processos sociais e históricos (GOHN, 1997).

A análise dos movimentos sociais sob o viés da abordagem marxista,

(...) refere-se a processos de lutas sociais voltadas para a transformação das condições existentes na realidade social, de carências econômicas e/ou opressão sociopolítica e cultural. Não se trata do estudo das revoluções em si, também tratado por Marx e alguns marxistas, mas do processo de luta histórica das classes e camadas sociais em situação de subordinação. As revoluções são pontos deste processo, quanto há ruptura da "ordem" dominante, quebra da hegemonia do poder das elites e confrontação das forças sociopolíticas em luta, ofensivas ou defensivas (GOHN, 1997, p. 171).

Ressalta Pontes (2015), que o marxismo, seja nos estudos dos movimentos sociais operários e não operários, não se restringe apenas a uma teoria explicativa, mas também a uma teoria que orienta os próprios movimentos. Por isso, na visão do referido autor, suas análises se assemelham a um guia de ação, pois não estão focadas somente no contexto analítico dos problemas envolvidos, mas refletem a prática que se tornará práxis⁸ histórica. O destaque dos estudos contemporâneos marxistas sobre os movimentos sociais é que estes não surgem espontaneamente e o que gera os movimentos sociais são organizações que atuam junto às bases sociais que são motivadas e mobilizadas por problemas dos seus cotidianos.

O paradigma europeu é pautado na ênfase da identidade dos movimentos sociais constituídos no interior de uma estrutura de conflitos em uma sociedade, por isso, o movimento não pode ser analisado a partir de atores isolados (COELHO; DELLAGNELO, 2013).

Dentre os vários estudiosos da abordagem marxista, segundo Coelho e Dellagnelo (2013), destaca-se Manuel Castells por contemplar contextos de lutas emancipatórias que se manifestam em seus estudos: a cidadania, as relações entre o Estado e a sociedade, os limites e possibilidades dos movimentos sociais, a hegemonia, as contradições urbanas e as lutas sociais.

Segundo Gohn (1997) depois dos anos 60 na Europa, a abordagem clássica marxista, passou a ser criticada dando lugar a autores como Alain Touraine, Alberto Melucci, Offe, Laclau, Mouffe, entre outros que criaram esquemas interpretativos dando ênfase à cultura, a ideologia, as lutas sociais, a identidade e a solidariedade. Esses novos esquemas foram responsáveis pela geração da Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS).

As alterações de uma abordagem que analisava o ponto de vista econômico para um patamar cultural culminaram na ênfase dada à organização dos Novos Movimentos Sociais, fazendo com que os movimentos sociais se apresentassem mais descentralizados, sem hierarquia internas, participativos, abertos e espontâneos. Os líderes permaneciam como possuindo um papel importante de análise dos Novos Movimentos Sociais. Isso resultou que os movimentos sociais passaram focar sua atuação em redes de troca de informações e cooperação. Contudo, ainda existem conflitos internos e externos no tocante a essa abordagem e nesse aspecto da TNMS, o movimento social é visto com parte que integra a construção da identidade (PONTES, 2015).

Na TNMS se destacam três linhas: “a histórico-política de Claus Offe (1985), a psicossocial de Alberto Melucci (1980) e Laclau e Mouffe (1985) e a acionalista de Alain

⁸ “O termo práxis vem da antiguidade. Na obra de Marx ele está presente como elemento fundamental de transformação da sociedade e da natureza pela ação dos homens. A práxis significativa refere-se à práxis transformadora do social, que se realiza em conexão com a atividade teórica, por meio da atividade produtiva e/ou da atividade política. No campo da produção teórica, o conceito práxis é fundamental no marxismo, como articulador da teoria à prática. A práxis teórica é aquela que possibilita a crítica, a interpretação e a elaboração de projetos de transformação significativos. A práxis como fruto da atividade produtiva é a mais importante no mundo social. Ela tem como base fundamental o mundo do trabalho. A práxis política surge como articulação entre a práxis teórica e a práxis produtiva propriamente dita, medida pelas condições estruturais de desenvolvimento do processo social” (GOHN, 1997, p. 177).

Touraine (1985). Alguns analistas agrupam os trabalhos de Castells (1983), Touraine, Laclau e Offe sob o rótulo de neomarxistas” (PONTES, 2015, p. 66).

Gohn (1997) elenca as cinco principais características da TNMS, a saber: a primeira é a construção de um modelo teórico baseado na cultura; a segunda, a negação do marxismo como único campo teórico capaz de dar conta da explicação da ação dos indivíduos e, por conseguinte, da ação coletiva da sociedade contemporânea tal como efetivamente ocorre; a terceira, a eliminação do sujeito histórico redutor da humanidade, predeterminado, configurado pelas contradições do capitalismo e formado pela “consciência autêntica” de uma vanguarda partidária, como atores sociais; a quarta característica é que a política passa a ganhar centralidade na análise e é totalmente redefinida; e como quinta e última característica é que os atores sociais passam a ser analisados por suas ações coletivas e pela identidade coletiva criada no processo de ação.

Segundo Pontes (2015), partindo-se do pressuposto de que a TNMS se refere às categorias empíricas, em que estão presentes as novas formas de manifestações coletivas e uma abordagem vinculada ao marxismo clássico, estrutural e determinista, esta corrente pode ser identificada como construtivista, tendo como base diferentes movimentos estudados pela abordagem marxista, incorporando o estudo dos movimentos sociais de estudantes, mulheres, gays e todo o universo de minorias.

Segundo Melucci (1989) nos anos 70, autores como Touraine e Habermas basearam suas análises numa abordagem estrutural, sistêmica que atribuía a razão das novas formas de conflito com a formação de novos atores às mudanças ocorridas no capitalismo pós-industrial. Seguindo as teorias dos anos 70, no entender de Melucci (1989) os movimentos não devem ser analisados por aparências ou retórica, e sim como um sistema de ação, tendo em vista que não se compreende uma ação coletiva como uma “coisa” e não se valoriza integralmente o que os movimentos falam de si mesmos, na tentativa de descobrir um sistema de relações internas e externas que constitui a ação. Explica:

[...] A ação tem de ser considerada como uma interação de objetivos, recursos e obstáculos, como uma orientação intencional que é estabelecida dentro de um sistema de oportunidades e coerções. Os movimentos são sistemas de ação que operam num campo sistêmico de possibilidades e limites. É por isso que a organização se torna um ponto crítico de observação, um nível analítico que não pode ser ignorado. O modo como os atores constituem sua ação é a conexão concreta entre orientações e oportunidades e coerções sistêmicas. Eu penso que nessa direção o legado dos anos 70 pode ser criativamente consolidado através de uma concentração na análise do como, sem negligenciar o porquê (MELUCCI, 1989, p. 52).

A preocupação de Melucci (1989) é compreender o processo de uma ação coletiva, argumentando que não é possível tratar uma ação coletiva como uma coisa qualquer, tampouco valorizar tudo que os movimentos sociais dizem de si mesmos, mas sim tentar descobrir quais são as relações internas e externas de que se constituem uma ação coletiva.

Em suma, com o declínio das grandes teorias sobre os movimentos sociais surgem interpretações que deixam de privilegiar as oportunidades políticas para darem lugar às teorias da ação. Tilly e colaboradores responderam a essa mudança ao reestabelecerem as bases discursivas dos seus estudos. Passaram a admitir que as oportunidades e constrangimentos políticos são reconhecidos por ativistas mesmo antes de definirem um enquadramento estrutural e sugerem o exame de todos os atores implicados nas “zonas contenciosas”. Isso significou que houve uma virada nos aspectos relacionados à escala e estrutura, provocando “uma reconstrução de orientações teóricas existentes, uma revitalização na teoria da ação social a partir de suas matrizes básicas” (Gohn, 2011, p. 122).

Touraine (2006) caracteriza a difusão de lutas pelo surgimento do ele chama de “sociedade pós-industrial”, sociedade esta na qual o trabalho teria perdido centralidade, pois seus conflitos teriam sido diluídos e processados pelas instituições capitalistas. Habermas (1981) reconhece os movimentos sociais como elementos dinâmicos e que tem o potencial de ativação da esfera pública. Assumindo uma postura contestatória, esses movimentos criam patamares para a coletividade expressar e instituir seus direitos e resistir à expansão da racionalidade técnica dentro de todas as esferas da vida social. Já Melucci (2001) redimensiona o conceito de “ação coletiva” nesse contexto difuso em que se processam as interações entre “novos atores” sociais. Tudo isso levou teóricos a repensar suas categorias e critérios de análise.

Para Gohn (2011, p. 122) “novíssimos atores entraram em cena, tanto do ponto de vista de propostas que pautam os temas e problemas sociais da contemporaneidade, como na forma de se organizarem, utilizando-se dos meios de comunicação e informação modernos”. Isso decorre do fato de que houve um deslocamento do foco do conflito nas teorias sobre os Novos Movimentos Sociais respondendo a um novo momento histórico-social marcado por uma “mudança na gramática do conflito político e na produção de demandas, onde há maior ênfase por reconhecimento de diferenças entre grupos menores, que podem eventualmente ser reunidos em demandas por equidade social, mas não apenas” (Habermas 1981, p. 34). Para Habermas, trata-se da formação de uma gramática para novas formas de vida.

Nesse universo investigativo Melucci (2001) propõe redimensionar a ação coletiva situando-a na microescala da relação social, ou seja, no nível das coletividades mais do que em grupos sociais maiores. Nesse ponto observa-se uma conexão entre a Teoria da Mobilização Social de Tilly e a dos Novos Movimentos Sociais. Se na década de 1970 a ideia de oportunidade de ação estava concentrada nas mudanças ocorridas no aparelho político, as revisões críticas elaboradas por Tilly e Tarrow, entre outros, mostram que os limites entre política institucional e não institucional são muito difíceis de serem delineados, de tal forma que os próprios movimentos, em suas conjunturas políticas específicas podem criar seus espaços para oportunidades.

2.3.3 Paradigma Latino-Americano dos Movimentos Sociais e o Movimento dos Atingidos por Barragens

Nas últimas décadas do século XX a maior parte dos estudos do paradigma latino americano, segundo pesquisas de Gohn (2011), esteve concentrada nos movimentos sociais libertários ou emancipatórios; nas lutas urbanas por bens e equipamentos coletivos; pelos espaços participativos; nas lutas pelas terras e no movimento dos trabalhadores sindicalizados. O paradigma que deu base para esses estudos foi o paradigma europeu, sendo a vertente marxista a que predominou nos anos 1970 com estudos voltados para hegemonia, contradições urbanas e lutas sociais. Já entre os anos de 1980 a 1990 a vertente dos novos movimentos sociais foi a que predominou com estudos focados principalmente nas questões da autonomia e da identidade (GOHN, 2011).

Conforme mencionado anteriormente, nesse novo século têm sido desenvolvidas ou reelaboradas novas abordagens teóricas que tem orientado o paradigma latino-americano dos movimentos sociais, a exemplo da Teoria da Mobilização Política (TMP) do paradigma norte-americano que se difundiu, mais recentemente na América Latina passando a ser uma importante referência para o paradigma latino-americano, como observado na literatura. Nesse contexto, o marxismo ressurgiu renovado ao lado do socialismo libertário e o novo humanismo holístico. A autonomia também ressurgiu com foco nas práticas coletivas. Ocorre uma repolitização dos movimentos sociais pós 2008 alinhando as inovações tecnológicas e os conceitos revisados das teorias do século XIX (GOHN, 2014).

No final dos anos de 1970, quando uma onda de regimes ditatoriais dominava a América do Sul, a concepção dos novos movimentos sociais desenvolvida na Europa em ambientes democráticos, foi projetada na realidade autoritária da América Latina que visava uma regulamentação puramente mercantil com o desmantelamento de serviços públicos ou o abandono de qualquer tentativa para consolidá-los (PARAMIO, 2009), o que não combina com ambientes democráticos. A teoria dos novos movimentos sociais explica que estes têm a capacidade de mobilizar populações tradicionalmente ignoradas pelos governantes. Em decorrência disso, os partidos políticos começaram a olhar para os novos movimentos sociais com a expectativa de alcançar os novos sujeitos apontados nos novos movimentos sociais da Europa e as novas massas na América Latina (HELLMAN, 2009).

Explica Hellman (2009) que o desenvolvimento de movimentos de base em países como o Chile, Brasil e México foram resultados dos efeitos sufocantes dos regimes autoritários marcados principalmente por perdas de direitos e de liberdade de expressão, da disseminação da censura, de coibição de manifestação política e da vigilância do ir e vir. Para o autor, isso levou ao surgimento dos novos movimentos sociais como uma tentativa de preencher esse vazio criado pela repressão às formas legítimas de organização e representação popular.

A desconfiança popular nos partidos políticos tradicionais é uma característica compartilhada pelos movimentos de base na América Latina, assim como estudou Hellmann (2009). Nesse sentido, apesar de haver controversias nesse entendimento, os estudiosos dos movimentos de base acreditam na hipótese de que os objetivos de movimentos sociais não devem ser alinhados aos dos partidos políticos. Esse parece ser um aspecto que preocupa tanto os membros da comunidade acadêmica como também ativistas desses movimentos. Essa preocupação está relacionada à própria sobrevivência e autonomia dos movimentos sociais. Para os estudiosos e ativistas, o atrelamento formal ou informal que vem historicamente ocorrendo entre os movimentos de base e partidos políticos, leva à perda de sua identidade e mesmo ao desaparecimento dos movimentos de base (HELLMAN, 2009).

Os primeiros Programas de Ajuste Estrutural impostos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) na década de 1980 foram exemplos da “terapia de choque” (CHASE-DUNN; MOROSIN; ALVAREZ, 2017, p. 30) que encorajou as políticas neoliberais a atacarem o Estado de bem-estar, os sindicatos e partidos formados por trabalhadores. Em muitos países, esses ataques significaram redução das indústrias urbanas e o exugamento das instituições públicas, levando muitos trabalhadores do setor formal a perder seus empregos e a ingressar na economia do setor informal, emigrar ou buscar outras formas vulneráveis de sobrevivência.

Como consequência, criaram-se situações injustas que destruíram as culturas enraizadas, produzindo intensos conflitos sociais no continente ao longo de sua história. Após a fase de desenvolvimento fundado na mudança de regimes populistas sem a participação dos movimentos populares no poder, os militares abandonaram esse modelo e censurou a voz dos movimentos sociais, articulando a reinserção do continente na economia capitalista mundial. Esse período neoliberal caracterizou-se no cenário político pela existência de democracias controladas, e no cenário social pelo incremento de diversas lutas sociais (COSTA, 2016).

É importante conhecer mesmo que brevemente essas questões entre outras, pois estas fizeram parte das grandes motivações para o surgimento dos novos movimentos sociais. Por exemplo, no Chile, a privatização total da saúde, promovendo cortes radiciais dos serviços públicos, a municipalização da educação, o aumento do desemprego e a extinção das organizações populares serviram de fortes motivações para o surgimento dos novos movimentos sociais. Já na Europa as motivações eram criar, através dos novos movimentos sociais formas alternativas de participação política dos partidos tradicionais, ao passo que no sul da América Latina, a realidade era que justamente os movimentos surgiam como resultado da proibição de participação política (PARAMIO, 2009).

Os novos movimentos sociais na América Latina, também conhecidos como movimentos sociais de base ou movimentos populares foram importantes nas lutas de resistência contra os regimes ditatoriais e os programas de governos neoliberais. Sader (2009) explica que a maior parte dos partidos que aderiu a esses programas neoliberais, estavam representando uma máquina de retirada de direitos sociais que prejudicava todos os segmentos dos movimentos sociais.

Para Sader (2009), com a crise do neoliberalismo na América Latina, a partir dos anos finais da década de 1990 um novo momento se coloca como desafio ao movimento popular na questão da disputa hegemônica, com a elaboração de projetos anti-neoliberais, a construção de um bloco de forças alternativo e a luta pela conquista do governo. Esse debate foi se difundindo na América Latina conforme os governos autoritários iam se destituindo na época, como ocorreu na Venezuela, no Brasil, na Argentina, no Uruguai, na Bolívia, no Equador, no México, no Peru, no Paraguai e na Nicarágua.

O paradigma norte americano, de um modo geral sofreu resistência na América Latina; foi considerado funcionalista, conservador e utilitarista, e, portanto, não era valorizado pelo olhar dos estudiosos do continente. Havia um amplo engajamento tanto dos estudiosos como dos militantes nos movimentos sociais no continente, o que era um fator de distanciamento entre esses dois paradigmas, conforme explica Gohn (1997).

Em alguns países da América Latina houve uma radicalização do processo democrático e o surgimento de lutas sociais tidas como tradicionais, como os movimentos étnicos do Equador e da Bolívia, associados ou não a movimentos nacionalistas, como o caso bolivariano da Venezuela. Houve a retomada dos movimentos populares urbanos de bairros no México e na Argentina. Esses movimentos surgiram como agentes de novos conflitos e de renovação das lutas sociais coletivas culminando na eleição de lideranças para ocupar cargos importantes no poder público, a exemplo da Bolívia. Outros movimentos que estavam na sombra eram tratados como rebeldes; surgem como força organizatória, como os piqueteiros na Argentina, cocaleiros na Bolívia e Peru, zapatistas no México. Outros passaram a interagir com redes globais de movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Via Campesina⁹ (GOHN, 2008).

Conta Petry (2008) que a década de 1990 que sucedeu a chamada “década perdida” foi extremamente impactante do ponto de vista social e econômico na medida em que os governos sob a imposição das medidas do Consenso de Washington produziram severas transformações sociais, fruto da globalização neoliberal. Isso provocou uma insatisfação coletiva que culminou no afastamento de presidentes, seguido do agravamento de diversos conflitos e protestos sociais, configurando assim, como o novo ciclo das manifestações populares. As mudanças políticas, econômicas e sociais ocorridas nos países periféricos ao sistema mundo, estancaram a precariedade da economia dos assalariados, do mundo do trabalho e o declínio do sistema de

⁹ Via Campesina é um movimento internacional que reúne milhões de camponeses, pequenos e médios agricultores, sem terra, jovens e mulheres rurais, povos indígenas, migrantes e trabalhadores agrícolas em todo o mundo. Construído sobre um forte sentido de unidade, solidariedade entre esses grupos, que defende a agricultura camponesa para a soberania alimentar como uma forma de promover a justiça social e dignidade e fortemente se opõe agronegócio destruindo relações sociais e da natureza. As mulheres desempenham um papel crucial na Via Campesina. O movimento defende seus direitos e igualdade de gênero. Lutar contra todas as formas de violência contra as mulheres. Os jovens agricultores também desempenham um papel muito importante como uma força inspiradora no movimento. A Via Campesina possui 182 organizações locais e nacionais em 81 países da África, Ásia, Europa e América (Esta lista foi atualizada durante a VII Conferência da Via Campesina, realizada em Derio, País Basco, de 16 a 24 de julho de 2017). No total, representa cerca de 200 milhões de agricultores. É um movimento político, autônomo, plural, multicultural, em sua demanda por justiça social, permanecendo independente de qualquer partido político, de qualquer tipo de afiliação econômica ou outra. Fonte: <https://viacampesina.org/es/>

proteção social. Ainda segundo Petry (2008), a redefinição do Estado e da sociedade provocou novas expressões, na medida em que tentou esgotar politicamente a sociedade civil, transferindo a participação social e política às Organizações Não Governamentais (ONGs). Com isso, na visão do autor, aumentou a importância dos movimentos sociais pela identidade e diferenciação da ONGs.

Originalmente, os movimentos sociais na América Latina estão voltados para três grandes áreas, conforme estudou Petry (2008): a urbana, a rural e a indígena. O surgimento e consolidação dos movimentos indígenas se associaram a diversos movimentos urbanos, alcançando significativa expressividade local, regional e continental. Da mesma forma, o MST teve sua experiência difundida para outros países com Bolívia e Paraguai, no México o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) intensificou a lutas camponesas e indígenas contra as políticas de liberalização da agricultura; na Argentina, os “piqueteros”, desde 1999, tem importante relevância no cenário de protestos contra o neoliberalismo, principalmente nas lutas contra o desemprego; no Peru, a Frente Ampla Cívica de Arequipa, que se mobiliza contra a privatização de empresas públicas, etc.

O sindicalismo também foi uma ferramenta importante para a difusão dos movimentos sociais da América Latina, resultando na formação de grandes organizações de trabalhadores, como no Brasil, a Central Única dos Trabalhadores do Brasil (CUT) de 1983; no Uruguai, o Plenário Internacional de Trabalhadores (PIT) e a Convenção Nacional de Trabalhadores (CNT) de 1985; na Colômbia, a Central Unitária de Trabalhadores (CUT) de 1986; na Argentina, a Confederação Geral do Trabalho (CGT) de 1992, que, em 1996 se transformou na Central dos Trabalhadores Argentinos (CTA); no México, surge a União Nacional de Trabalhadores (UNT) em 1998, contra a Confederação de Trabalhadores do México (CTM) apoiadora do neoliberalismo do Partido Revolucionário Institucional (PRI); na Venezuela criou-se, em 2003, a União Nacional de Trabalhadores da Venezuela (UNT), de inspiração bolivariana, contrário à tradicional Central de Trabalhadores da Venezuela (CTV) envolvida na desestabilização do governo Chávez etc. A *Via Campesina* foi responsável pelas organizações dos movimentos rurais através da Coordenadoria Latino-americana de Organizações do Campo (CLOC), além de articulação internacional feita pela Rede Internacional dos Movimentos Sociais (PETRY, 2008).

No Brasil a Via Campesina é composta pelas seguintes organizações: o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a Pastoral da Juventude Rural (PJR), o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ) e o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM)¹⁰ (VIA CAMPESINA, 2018).

Segundo o Brasil de Fato (2019), o MAB juntamente com o MAM organiza as populações afetadas por barragens para propor medidas que reforçam a soberania popular frente às questões da mineração:

¹⁰ O Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) surge de uma acumulação da experiência de espoliação histórica da mineração no Brasil, alinhada às últimas lutas amazônicas em torno da expansão da mineração na região de Carajás e outros pontos da Amazônia. É no Norte do Brasil, sobretudo, que camponeses, nas suas mais vertentes faces: quilombola, indígena, ribeirinha, cabocla, camponês de fronteira (que já migrou de outros espaços), acirram desde o final dos anos de 1990 com maior intensidade contra os projetos de exploração e escoamento da mineração. São eles, e principalmente nas áreas de mineração do Brasil, que serão prejudicados pelo desapossamento territorial de um capital em crise estrutural, que encontra na natureza (terra, água, minério) uma acumulação extraordinária para manutenção de seus lucros. Fonte: <http://mamnacional.org.br/mam/quem-somos/>

No Brasil, o MAB - Movimento de Atingidos por Barragens (1991) e o MAM - Movimento pela Soberania Popular na Mineração (2012) organizam os atingidos por barragens e propõem medidas que reforçam a soberania popular na mineração, como a regulação de escalas e taxas de extração mineral; a possibilidade de serem criadas Áreas Livres de Mineração, de acordo com a vontade das populações das regiões mineradas; criação de incentivos a Cooperativas de Mineração e Garimpo, no lugar do estímulo a multinacionais de mineração; ampliação da capacidade de fiscalização e monitoramento do aparato estatal; criação da possibilidade de desapropriação dos ativos das empresas, passando a ser diretamente administrados pelos próprios trabalhadores; incentivos à diversificação econômica das regiões mineradas; criação e utilização de canais de deliberação locais/municipais de controle popular sobre a mineração (BRASIL DE FATO, 01 de fevereiro de 2019).

Desde o norte do México, ao sul da Argentina, os movimentos sociais na década de 1990 e, seguindo pela década de 2000, atingiram novos picos de participação popular. Um exemplo disso foram as longas marchas nas ruas da Costa Rica contra o acordo do Tratado de Livre Comércio da América Central (TLC-CAFTA) em 2007; as lutas em El Salvador contra a privatização dos serviços de saúde; no Panamá as lutas contra a reforma do sistema de pensões; as mobilizações massivas dos povos indígenas na Bolívia, Equador e Peru. Além disso, países do Cone Sul como Argentina, Paraguai e Uruguai se mobilizaram contra as primeiras políticas de liberalização econômica em 2000. Nesse cenário novos atores e organizações surgiram como os movimentos sociais de identidades, ambientalistas, feministas, gays /lésbicas entre outros (ALMEIDA; CORDERO ULATE, 2017).

Os movimentos sociais chamados “tradicionalistas” continuaram a desempenhar um papel importante em campanhas contra a austeridade, ajuste estrutural, privatização e livre comércio. Setores rurais persistiram em impulsionar lutas sobre condições de trabalho ou exploração. As comunidades indígenas continuam sendo protagonistas importantes na Bolívia, Colômbia, Equador, Guatemala, Honduras, Panamá e Peru. As mobilizações massivas estavam diretamente ligadas ao auge de vários governos de esquerda na América Latina que chegou a transformar a política de rua em bons resultados nas eleições (ALMEIDA; CORDERO ULATE, 2017).

O capital parecia ganhar a guerra política e ideológica na América Latina no início dos anos 1990, mas, no início do século XXI, o cenário político começa a mudar com a ascensão de representantes governamentais em vários países como o Chile, Venezuela, Brasil, Uruguai, Argentina entre outros, depois de muito tempo de regimes conservadores. Esse momento mostrou uma saturação desses regimes, trazendo grandes desafios e enfrentamentos às lideranças de suas elites nacionais e instituições ao projetar uma posição de esquerda da América Latina no cenário internacional (CHASE-DUNN; MOROSIN; ALVAREZ, 2017).

O descontentamento com as medidas impostas pelo Consenso de Washington e seus resultados negativos na América Latina fizeram com que os movimentos sociais conseguissem aumentar desde 1998 espaços eleitorais de esquerda, a exemplo de Hugo Chávez na Venezuela (em 1998, que segue com Maduro), de Néstor Kirchner e Cristina Kirchner na Argentina (2003 até 2015), no Brasil Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2010 a 2016 - interrompido pelo processo de *impeachment* em 2016), Evo Morales na Bolívia (desde 2006), no Uruguai com Tabaré Vazquez (2004 a 2010), José Mujica (entre 2010 a 2014) retornando Tabaré Vazquez (2015 a 2020).

O mundo ainda está hierárquicamente dividido em três tipos de países: os países *centrais* são aqueles que possuem economias diversificadas e governos estáveis. Os países *periféricos* que dependem da exportação de mercadorias e com produção intensiva de baixos salários. Os países *semiperiféricos* tendem a ser mais diversificados e politicamente mais

poderosos do que as economias periféricas, mas ainda são dominados pelos países centrais e pelas corporações com sede nos países centrais (CHASE-DUNN; MOROSIN; ALVAREZ, 2017).

Segundo estudos de Almeida e Cordero Ulate (2017), diversos grupos participam de campanhas contra a globalização na América Latina, principalmente os movimentos de trabalhadores, estudantes e setor informal:

1) Movimento dos trabalhadores - o trabalho ameaçado pela crise econômica e as privatizações fizeram com que os sindicatos do setor público fossem os mais influentes nas mobilizações, principalmente no México, Argentina, Brasil e Uruguai que possuíam fortes organizações trabalhistas. Os trabalhadores era o grupo social que mais aparecia em protestos em toda a América Central;

2) Movimento dos estudantes - foi o centro das maiores lutas da América Latina nos últimos anos. As universidades públicas, em particular têm desempenhado um papel fundamental no apoio a luta dos estudantes. Em El Salvador a federação de estudantes e as organizações mais radicais participaram das lutas contra o ajuste e austeridade econômica. No Panamá os estudantes participaram das lutas contra a reforma do sistema de pensões, privatização da água e reforma trabalhista. Na Guatemala os estudantes foram peças-chaves contra o acordo da TLC-CAFTA entre fevereiro e março de 2005. Na Costa Rica, a comunidade universitária juntamente com os trabalhadores lutou contra a privatização das telecomunicações e eletricidade no ano de 2000 e organizou a frente universitária contra o TLC entre 2004 e 2007. No Chile ocorreu uma organização massiva de estudantes universitários e secundaristas contra a privatização da educação;

3) Movimento do setor informal - participou de várias lutas contra as consequências dos efeitos sociais e econômicos da globalização. Em El Salvador, os vendedores de DVDs piratas formaram uma organização para lutar contra a TLC e as operações policiais em suas barracas. Outros trabalhadores do setor informal, na adesão a queixas relacionadas à globalização do turismo sexual, também exigiram maior proteção do Estado. No Uruguai, o movimento de ocupação urbana contribuiu para o sucesso eleitoral da frente do partido de esquerda Frente Amplio nos anos 1990 e 2000.

Com a crescente ascensão da esquerda na América Latina, houve alguns avanços na luta dos movimentos. Segundo Gohn (2015), entre esses avanços, a questão ambiental foi palco de mobilizações em algumas regiões, a exemplo da luta contra a instalação de papeleiras no Uruguai; a luta contra empreendimentos de mineração a céu aberto na Argentina; a luta contra as novas hidroelétricas e contra a implantação de áreas de exploração mineral e vegetal, a exemplo do Movimento de Atingidos por Barragens no Brasil e dos pequenos agricultores no Brasil e na Argentina, respectivamente. No plano dos movimentos populares urbanos, destaca-se a luta pela moradia, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto do Brasil (MSTS) que em 2014 triplicou o número de ocupações em São Paulo; além disso, no Brasil a luta pela mobilidade urbana dada as péssimas e escassas condições dos transportes públicos nas grandes capitais, gerou movimentos como o Movimento Passe Livre (MPL) que foi um propulsor inicial das manifestações em junho de 2013.

No início deste milênio, Gohn (2013) mapeou o panorama geral dos movimentos sociais em quatorze eixos temáticos das lutas e demandas no Brasil, que permanecem presentes até os dias atuais. São eles: (i) movimentos sociais voltados para a questão urbana, inclusão social e condições de habitabilidade e moradia na cidade; (ii) mobilizações e organizações populares em torno de estruturas institucionais de participação na gestão político-administrativa da cidade (orçamento participativo e conselhos gestores de políticas públicas); (iii) movimentos pela educação; (iv) movimentos voltados para a questão da saúde; (v) movimentos de demandas por direitos; (vi) mobilizações e movimentos sindicais contra o desemprego; (vii) movimentos decorrentes de questões religiosas; (viii) mobilizações e movimentos dos sem-terra; (iv)

movimentos contra as políticas neoliberais; (x) grandes fóruns de mobilização da sociedade civil organizada; (xi) movimento das cooperativas populares; (xii) mobilizações do Movimento Nacional de Atingidos por Barragens; (xiii) movimentos sociais na área da comunicação; (xiv) movimento pela ética na política.

Dentre os eixos temáticos do milênio apresentados por Gohn (2013), a autora reitera a presença do Movimento de Atingidos por Barragens frente às construções de usinas hidrelétricas no Brasil.

2.4 Ser “atingidos” por Barragens – O que significa?

Segundo Vainer (2008), embora o conceito de atingido esteja explícito em documentos técnicos do setor elétrico brasileiro, voltados para as dimensões econômico-financeiras, ele ainda está em disputa.

Chama atenção o autor que, de um modo geral, do ponto de vista legal,

a noção de atingido diz respeito, de fato, ao reconhecimento, leia-se legitimação, de direitos e de seus detentores. Em outras palavras, estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi atingido por determinado empreendimento significa reconhecer como legítimo – e, em alguns casos, como legal – seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária (VAINER, 2008, p. 40).

A definição desse conceito, ainda em disputa há vários anos vem variando no tempo e espaço, conforme os contextos políticos, sociais e culturais. Com efeito, o conceito de atingido modificou-se nos últimos anos, da mesma forma que evoluiu a noção de direitos humanos ao longo da história moderna. Por esse motivo, esse debate é importante para compreender o que está sendo discutido sobre o reconhecimento e legitimação de direitos das populações afetadas.

No Brasil, a construção de grandes empreendimentos, principalmente dos projetos hidrelétricos, ocorreu dentro de uma lógica que o autor Vainer (2008, p. 41) chama de “estratégia territorial-patrimonialista”. Nesse sentido, o direito está relacionado a ser proprietário de terra. Essa estratégia, o autor relaciona à tradição do direito brasileiro, em que, segundo ele, o Estado reconhece a utilidade pública do empreendimento e concede ao empreendedor o direito de desapropriação.

Assim, ao longo dos anos as empresas do Setor Elétrico se limitaram a indenizar os proprietários das áreas inundadas de modo que as negociações eram puramente pautadas dos valores da desapropriação. Por mais que o termo atingido não fosse utilizado nas negociações, essa abordagem reconhecia o atingido somente como os proprietários de terras (VAINER, 2008). Nesse sentido, explica Vainer:

[...] não há propriamente impactos, e menos ainda qualquer coisa que possa ser entendida como direitos dos atingidos; o que há é o direito de desapropriação por utilidade pública exercido pelo empreendedor, cujo departamento de patrimônio imobiliário negociará como os proprietários o valor justo de suas propriedades. Em face desde direito do empreendedor, o único outro direito reconhecido é o de propriedade e, nesse caso, um direito de propriedade restringido pela “utilidade pública” que lhe antepõe (VAINER, 2008, p. 42).

Foi com a criação da legislação ambiental brasileira¹¹ para estabelecer o licenciamento, conforme chama atenção Vainer (2008) que o conceito de atingido começara a ganhar espaço dentro da questão dos impactos sociais e ambientais. Nesse sentido, as populações afetadas por barragens passaram a exigir o atendimento às suas demandas de atingidos no conjunto dos impactos, como condição apresentada pelos atingidos para a concessão de licenciamento dos empreendimentos.

A ideia de que apenas proprietários que tiveram áreas residenciais inundadas tinham direitos indenizatórios levou ao entendimento de atingido como inundado, em decorrência do deslocamento compulsório. Embora muitas pessoas sejam atingidas de outras formas que não unicamente pela inundação, essa concepção de atingido=inundado, foi sustentada pela legislação de compensação financeira, que considerava que os municípios que tiveram áreas inundadas deveriam ser compensados, ignorando a complexidade da situação que provoca o deslocamento de populações não somente por razões de inundações, mas como decorrência de muitos outros fatores que envolvem grandes mudanças de modos de vida e sobrevivência.

À medida que os impactos ambientais de grandes hidrelétricas brasileiras passaram a ter visibilidade no âmbito internacional junto a entidades como o Banco Mundial, as questões sociais associadas e estes impactos vieram a reboque nas preocupações dos órgãos internacionais, visto o envolvimento do Banco nos programas de ajuste estrutural que levaram a canalizar grandes somas de orçamento para viabilizar grandes barragens; conseqüentemente, estava em questão, para o Banco, a preservação do seu nome em relação aos efeitos devastadores desses empreendimentos (TEXEIRA, 1995). Importante ressaltar a grande repercussão na mídia nacional e internacional envolvendo a responsabilidade do governo brasileiro, Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) no polêmico complexo hidroelétrico do Xingu¹² para a produção de energia, que nos finais dos anos 1980 causou a suspensão desse complexo e gerou outros desdobramentos como resposta às ações de lideranças indígenas da Amazônia brasileira.

Nesse sentido as agências internacionais e não somente o Banco Mundial passaram a se preocupar com essa problemática a conseqüentemente com a definição de atingido. Esse é o caso da Corporación Financiera Internacional (CFI)¹³, o World Bank¹⁴ e o Banco

¹¹ A flexibilização da legislação ambiental brasileira acaba comprometendo além próprio meio ambiente a vida de pessoas que estão próximas aos grandes empreendimentos e ainda deparamos com a omissão das autoridades. Culminando assim, em grandes tragédias anunciadas como ocorreu em Mariana em 2015 e três anos após em Brumadinho. Diante do ocorrido em Mariana, diversas denúncias foram feitas alertando as autoridades do risco de rompimentos de Barragens do Complexo de Mineração em Brumadinho, mesmo assim, no final de 2018 esse complexo de mineração sua ampliação aprovada pelo Conselho Estadual de Política Ambiental, em dezembro de 2018. Fonte: <https://www.mabnacional.org.br/noticia/brumadinho-mais-uma-trag-dia-anunciada>

¹² Em 1988, o Relatório Final dos Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu é aprovado pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), extinto órgão regulador do setor elétrico. O Cacique Paikan, líder Kaiapó, participa de um simpósio sobre manejo adequado de florestas tropicais nos EUA e denuncia que o Banco Mundial iria financiar um projeto de hidrelétricas no Xingu que inundaria sete milhões de hectares e desalojaria 13 grupos indígenas. Apesar de serem diretamente atingidos, os índios não tinham sido consultados. Lideranças indígenas foram convidadas a repetir o relato em Washington. Após esse evento, em novembro, lideranças Kaiapó se reúnem na aldeia Gorotire para discutir as barragens projetadas para o Rio Xingu, ocasião em que decidem convidar autoridades brasileiras para um grande encontro com os povos indígenas que seriam afetados pelas usinas (TEXEIRA, 1995).

¹³ A Corporação Financeira Internacional (IFC – sigla para *International Finance Corporation*), em seus documentos internos explica que é a instituição membro do Grupo Banco Mundial voltada para o fortalecimento do setor privado nos países em desenvolvimento com vistas a combater a pobreza. Para isso, financia investimentos, mobiliza capitais nos mercados financeiros e presta serviços de assessoramento a empresas e governo. Fonte: <http://ois.sebrae.com.br/comunidades/ifc-corporacao-financeira-internacional-grupo-banco-mundial/>

¹⁴ O Banco Mundial em seus documentos internos explica que é a instituição financeira internacional que tem como missão combater a pobreza e promover a prosperidade. Para tanto, oferece assistência financeira e técnica

Interamericano de Desenvolvimento (BID)¹⁵ que têm difundido o conceito de atingido sob outras perspectivas.

No Manual para a preparação de um plano de ação para reassentamento da CFI o conceito de atingido não se restringe mais somente à população em área inundada. Diz o Manual que os empreendedores de projetos de investimentos devem evitar o deslocamento das populações e que, quando isso for inevitável, o empreendedor deve reduzir os impactos negativos causados nas pessoas e no meio ambiente. Ainda conforme o Manual, o principal objetivo da política de reassentamento deveria ser o de garantir que a população deslocada em virtude da implantação desses projetos não fosse deixada em condições de inferiores de moradia àquelas antes da efetivação do projeto (CFI, 2001).

A CFI (2001) compreende que pessoas podem ser deslocadas por razões físicas ou econômicas. Nesse sentido, o deslocamento físico implica na realocação física de uma população devido à perda da habitação, propriedade produtiva ou acesso aos recursos produtivos como a terra, água e florestas. Já o deslocamento econômico passa a ser o resultado de uma medida que interrompe ou elimina o acesso da população aos ativos produtivos sem a necessidade de realocação física.

A CFI (2001) faz uma crítica a visão patrimonialista e vê a necessidade de reconhecer as pessoas não proprietárias, pois a ausência de um documento legal da terra não pode desqualificar as pessoas em receberem assistência do reassentamento. Para a CFI, os reassentamentos devem incluir as pessoas que possuem e que não possuem documentação legal e qualquer pessoa que ocupe terras públicas ou privadas para comércio, habitação ou outras fontes de subsistência.

Segundo Vainer (2008) o relatório da Comissão Mundial das Barragens salienta que existem grupos sociais, famílias ou indivíduos que sofrem os efeitos do empreendimento hidrelétrico no início, durante e fim das obras. Com isso, podem ser evidenciados diferentes tipos de grupos e indivíduos afetados no decorrer do ciclo desse tipo de empreendimento.

Já as diretrizes do Banco Mundial sobre o reassentamento involuntário consideram que populações devem ter direito ao reassentamento nos casos de perda involuntária da terra resultante de: realocação ou perda de abrigo; perda de recursos ou acesso aos recursos; perda de fontes de renda ou meios de subsistência, independentemente de se deslocar ou não para outras áreas; ou no caso de restrição involuntária de acesso aos parques legalmente designados e áreas protegidas impactando sua subsistência. O deslocamento se refere a como a terra e outros bens são expropriados para permitir que um projeto para o bem comum seja realizado e o reassentamento diz respeito ao destino das pessoas deslocadas. Nos documentos do Banco Mundial, deslocamento e reassentamento fazem parte do mesmo processo, que deve ocorrer simultaneamente. Para o Banco Mundial, a definição de pessoas deslocadas não está limitada ao deslocamento físico, mas sim a todas as pessoas afetadas, pois o objetivo da política de reassentamento, nas palavras do Banco, é proteger os meios de subsistência e os padrões de vida da população (WORLD BANK, 1996, 2016).

Nas diretrizes do BID (2017) estas falam da preocupação com as populações, afirmando que o empreendedor deve evitar o reassentamento físico, mas que, caso isso seja inevitável, que este deve ser realizado de forma que todos tenham direitos iguais.

para países em desenvolvimento, facilitando o acesso a serviços e produtos financeiros (empréstimos, créditos, doações) bem como o intercâmbio de conhecimentos inovadores. Fonte: <http://ois.sebrae.com.br/comunidades/banco-mundial/>

¹⁵ O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em seus documentos internos explica que é a instituição financeira internacional que apoia iniciativas em países latino-americanos para reduzir a pobreza e promover a equidade de modo a fomentar a integração regional e o desenvolvimento sustentável. Fonte: <http://ois.sebrae.com.br/comunidades/bid-banco-interamericano-para-o-desenvolvimento/>

Segundo Vainer (2008) a agência internacional que mais contribuiu para ampliar o conceito de atingido, foi a CFI. No entanto, parece existir um consenso entre essas agências de que o conceito de atingido deva remeter ao conjunto de elementos econômicos e sociais causados pelo empreendimento, que possa trazer implicações severas sobre os meios e modo de vida da população. Parece também haver uma concordância desse entendimento de deslocamento por parte da Comissão Mundial de Barragens.

Como relatado acima, essas mudanças de entendimento foram uma consequência de situações críticas por que passavam populações afetadas por projetos de grandes investimentos financiados por essas agências internacionais que vieram a público. Isso fez com que de um lado, a legislação ambiental passasse a impor a obrigatoriedade do licenciamento ambiental e do outro lado ocorria o aumento da resistência e exigências das populações afetadas aos projetos. Tudo isso junto levou o setor elétrico a criar medidas que avançassem na elaboração do II Plano Diretor de Meio Ambiente da Eletrobrás. Então vigente na época da implantação da UHE Itapebi, diz o plano:

O remanejamento de contingentes populacionais em áreas onde são implantados empreendimentos do Setor Elétrico, em especial nos casos decorrentes da formação de reservatórios, constitui um processo complexo de mudança social. Implica, além da movimentação de população, em alterações na organização cultural, social, econômica e territorial da área onde o mesmo ocorre. É consenso geral que o Setor Elétrico - a par de um objetivo imediato de liberar áreas para implantação de empreendimentos, de acordo com os dispositivos jurídico-legais pertinentes - tem a responsabilidade de ressarcir danos causados a todos quantos forem afetados por seus empreendimentos. O cumprimento desta responsabilidade, no entanto, ainda se dá de forma diferenciada entre as concessionárias e até por empreendimento de uma mesma concessionária, no que diz respeito ao tratamento das várias categorias sociais afetadas, sejam elas assemelhadas entre si ou variadas (ELETROBRÁS, 1990, p. 38).

Os planos diretores posteriores elaborados pela Eletrobrás abandonaram a concepção territorial-patrimonialista e a perspectiva hídrica, incorporando a noção de espaço social (VAINER, 2008, p. 58). Entretanto, o principal problema até 2008, pelas políticas que tratavam dos impactos sociais e ambientais de projetos, esteve menos na ausência do conceito de atingido e critérios estabelecidos do que na resistência das empresas do setor elétrico e de quadro-técnicos formados na concepção territorial-patrimonialista (VAINER, 2008).

Diante de todo o debate na definição do significado de atingido, o Relatório da Comissão Especial “Atingidos por Barragens” do CDDPH (2010, p. 30-31) veio apresentar o seu entendimento de atingido, aplicável a indivíduos, famílias, grupos sociais e populações de modo geral, desde que considerando-se as dimensões seguintes:

- 1) A implantação de uma barragem implica, via de regra, processo complexo de mudança social, que envolve deslocamento compulsório de população e alterações na organização cultural, social, econômica e territorial.
- 2) Entende-se que na identificação dos impactos e dos grupos sociais, comunidades, famílias e indivíduos atingidos devem ser consideradas as alterações resultantes não apenas da implantação do reservatório, mas também das demais obras e intervenções associadas ao empreendimento, tais como canteiro, instalações funcionais e residenciais, estradas, linhas de transmissão, etc.
- 3) Na identificação dos tipos de impactos, devem ser considerados, entre outros: a) o deslocamento compulsório (de proprietários e não proprietários);

- b) a perda da terra e outros bens; c) perda ou restrição de acesso a recursos necessários à reprodução do modo de vida; d) perda ou redução de fontes de ocupação, renda ou meios de sustento; e) ruptura de circuitos econômicos.
- 4) Em certas circunstâncias também devem ser consideradas como atingidas as comunidades e populações anfitriãs, isto é, que receberam reassentamentos de deslocados pelo empreendimento.
- 5) Devem ser considerados os efeitos a jusante da barragem, que se fazem sentir normalmente apenas após o enchimento do reservatório. A restrição ou perda do potencial pesqueiro, mudanças do regime hídrico, efeitos sobre a navegação e comunicação, perda ou redução dos recursos para agricultura de vazante ou outras formas de exploração das várzeas (garimpo, extração de materiais, etc.), assim como todas as interferências a jusante deverão ser consideradas para efeito da identificação dos impactos.
- 6) Devem ser consideradas como perdas as alterações impostas a circuitos e redes de sociabilidade, sempre que implicarem na ruptura de relações importantes para a reprodução social, consideradas as dimensões culturais e a identidade dos grupos, comunidades e famílias atingidas.
- 7) As perdas de natureza afetiva, simbólica e cultural, imateriais e intangíveis, e por isso mesmo não passíveis de quantificação e, *a fortiori*, de monetarização, devem ser consideradas e objeto de ampla e aberta discussão e negociação.
- 8) Proprietários e não proprietários, pequenos meeiros, parceiros, posseiros (de terras públicas ou privadas), empregados, autônomos, trabalhadores informais, pequenos empresários e outros poderão ser considerados atingidos. A ausência de título legal de propriedade, de vínculo legal de emprego ou de formalização da ocupação ou atividade não será tomada como critério para excluir grupos, comunidades, famílias ou indivíduos do adequado reconhecimento como atingido.
- 9) Deverá ser considerada a dimensão temporal dos impactos, de modo a incorporar o caráter essencialmente dinâmico dos processos sociais, econômicos, políticos e ambientais. Isto implicará em considerar impactos que se fazem sentir em diferentes momentos do ciclo do projeto, desde o início do planejamento.
- 10) Para os Povos Indígenas e demais Comunidades Tradicionais serão consideradas suas especificidades culturais, direitos históricos, constitucionais e reconhecidos por convenções internacionais.

Essas dimensões que contemplam o significado atingido é uma das formas que visam garantir que as empresas do Setor Elétrico não reduzam esse conceito e nem violem os direitos das populações atingidas pelos empreendimentos. O entendimento do MAB em relação ao significado de atingido é o mesmo da Comissão Especial “Atingidos por Barragens” do CDDPH. Para tanto, é preciso que se crie um marco legal para que essa noção de atingido seja institucionalizada por força de lei, garantindo, assim os direitos de todas as populações atingidas.

2.5 Política Indenizatória do Setor Elétrico versus Política de Garantia de Direitos dos Atingidos por Barragens

Com a Constituição Federal e as Constituições Estaduais, o final dos anos 80 e início dos anos 90 foram marcados pelo progresso nas legislações ambientais estaduais e a consolidação institucional das agências ambientais de vários estados. Foi um período muito importante para a concepção, organização e começo efetivo de pôr em prática o aparato institucional responsável por fiscalizar a atuação das empresas do setor elétrico quanto à

legislação vigente. As empresas passaram a formar quadros técnicos capacitados para seguir as orientações das legislações e sua política indenizatória junto às populações afetadas e suas organizações representativas. O desejo de participação popular no controle social das empresas estatais e agências regulamentadoras expressava o amadurecimento da sociedade, após a ditadura militar brasileira.

A seguir no quadro 3 será apresentado o marco legal da política de produção de energia elétrica no Brasil. Nesse quadro verifica-se, que ao longo dos anos, decretos, resoluções e leis foram criados para o fortalecimento da Política de Produção de Energia Elétrica no Brasil. Nesse mesmo cenário, não foi criado nenhum marco legal que contemplasse uma política voltada para o gerenciamento dos deslocamentos humanos causados pelos empreendimentos.

Quadro 3 - Marco Legal da Política de Produção de Energia Elétrica no Brasil

Marco Legal	Ementa
Decreto n. 24.643, de 10 de julho e 1934.	Decreta o Código de Águas.
Resolução CONAMA n. 01, de 23 de janeiro de 1986.	Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental.
Resolução CONAMA n. 06, de 16 de setembro de 1987.	Dispõe sobre o licenciamento ambiental de obras do setor de geração de energia elétrica.
Lei n. 7.990, de 28 de dezembro de 1989.	Institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataformas continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências. (Art. 21, XIX da CF).
Lei n. 8.001, de 13 de março de 1990.	Define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e dá outras providências.
Decreto n. 1, de 11 de janeiro de 1991.	Regulamenta o pagamento da compensação financeira instituída pela Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e dá outras providências.
Lei n. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.	Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.
Lei n. 9.074, de 7 de julho de 1995.	Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências.
Lei n. 4.904, de 17 de dezembro de 1995.	Dispõe sobre a organização do Ministério das Minas e Energia, e dá outras providências.
Lei n. 9.427, de 26 de dezembro de 1996.	Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências.
Lei n. 9.433 de 8 de janeiro de 1997.	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.
Resolução CONAMA n. 237, de 19 de dezembro de 1997.	Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental.
Decreto n. 2.612 de 3 de junho de 1998	Regulamenta o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e dá outras providências.

Lei n. 9.993, de 24 de julho de 2000.	Destina recursos da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e pela exploração de recursos minerais para o setor de ciência e tecnologia.
Lei n. 9.984, de 17 de julho de 2000.	Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas - ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências.
Lei n. 9.993, de 24 de julho de 2000.	Destina recursos da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e pela exploração de recursos minerais para o setor de ciência e tecnologia.
Decreto n. 5.184, de 16 de agosto de 2004.	Cria a Empresa de Pesquisa Energética - EPE, aprova seu Estatuto Social e dá outras providências.
Resolução CONAMA n. 357, de 17 de março de 2005.	Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.
Decreto n. 7.342, de 26 de outubro de 2010.	Institui o cadastro socioeconômico para identificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica, cria o Comitê Interministerial de Cadastro Socioeconômico, no âmbito do Ministério de Minas e Energia, e dá outras providências.
Resolução ANEEL n. 673, de 4 de agosto de 2015	Estabelece os requisitos e procedimentos para a obtenção de outorga de autorização para exploração de aproveitamento de potencial hidráulico com características de Pequena Central Hidrelétrica – PCH.

Fonte: Elaboração própria a partir de Vainer (2007); Loureiro e Pereira (2014); Brasil (2019).

Esse marco legal vem corroborar para a consolidação da política de produção de usinas hidrelétricas no Brasil. Loureiro e Pereira (2014) salientam que o objetivo principal desse marco legal é a proteção dos recursos hídricos e sua sustentabilidade, mas que sua eficiência vai depender da participação democrática da sociedade, o que não parece ter ainda ocorrido. Vainer (2007) crítica o arcabouço desse marco legal por não contemplar uma política indenizatória que envolva as questões sociais e ambientais:

A legislação a respeito de concessões foi absolutamente omissa quanto ao tratamento a ser dado aos problemas sociais e ambientais decorrentes de grandes projetos hidrelétricos. Os consórcios privados, que adquirem empresas elétricas e concorrem para obter concessões, raramente têm experiência ou qualificação no tratamento das questões sociais e ambientais. Assistiu-se, assim, ao desmonte de uma série de agências estatais, coerente com a própria opção pela desregulamentação e redução de atribuições estatais, a serem delegadas ao mercado. A nova agência reguladora —Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) — é manifestamente incompetente para dar conta das questões sociais e ambientais. Quanto à Empresa de Planejamento Energético (EPE), criada pelo Decreto n.5.184 (16.8.2004), ainda não tem claramente definidas suas responsabilidades do ponto de vista social e ambiental (VAINER, 2007, p. 121).

A ausência de uma política indenizatória adequada para dar resposta aos problemas sociais e ambientais causados às populações atingidas pela implantação de grandes empreendimentos hidrelétricos é uma situação que se arrasta há décadas na qual o setor elétrico brasileiro vem sendo pressionado pela sociedade civil. Essa pressão social tem uma função importante no sentido do controle social sobre o Estado e as empresas do setor, particularmente

pelos movimentos sociais, organizações de atingidos e movimentos ambientalistas. O controle é necessário, pois estimulará a participação popular nas discussões e definições das políticas energéticas e implantação dos empreendimentos hidrelétricos que envolvam as questões indenizatórias dos atingidos (VAINER, 2007).

Entende-se nesta pesquisa, pelo que já foi até aqui discutido, que as questões levantadas sobre a concepção de atingido estão inteiramente conectadas com o problema da ausência de uma política de garantia de direitos dos atingidos por barragens, pois uma coisa leva a outra. Viu-se que desde os anos 1980 o setor elétrico brasileiro vem sendo pressionado pela sociedade civil no tocante aos empreendimentos hidrelétricos. Essa pressão social foi importante para que o Estado e as empresas estatais concessionárias, responsáveis pela implantação dos projetos começassem a ser questionados por setores da sociedade, principalmente os movimentos sociais, em particular representados pelo movimento dos atingidos por barragens, em relação à participação popular nas discussões e encaminhamentos que implicam nas questões indenizatórias dos atingidos.

Para a criação de uma política de garantia de direitos dos atingidos por barragens é importante que se tenha uma identidade e reconhecimento dos grupos atingidos por barragens. Nesse sentido, é importante a compreensão do conceito de políticas públicas. Esse conceito é bastante discutido em diversas áreas do conhecimento, e aqui se destaca a Área em que este estudo se insere que é a Administração.

Para Souza (2006) a política pública pode ser compendiada como:

O campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p. 26).

Com isso, as políticas públicas são ações e programas criados pelo Estado para resolver um problema público que garanta e promova os direitos das populações. Podem ser elaboradas pelo Estado com a cooperação de outras instituições e grupos sociais. De acordo com a CF de 1988, políticas públicas podem emanar do interior da sociedade e ser encaminhadas através de espaços participativos como entidades associativas, conselhos gestores de políticas públicas, fóruns populares temáticos, consultas populares e legitimadas em planos diretores, estatutos das cidades, entre outros instrumentos legais.

Desde a década de 1970, populações vêm se organizando das mais diversas formas pela conquista dos seus direitos em decorrência da implantação de projetos hidrelétricos. Uma das maiores motivações para a sua organização é conseguir que o setor elétrico brasileiro apresente uma política de garantia de direitos dos atingidos por barragens que venha atender seus anseios. Ao longo de várias décadas, o Estado desenvolveu um forte marco regulatório para garantir a construção desse tipo de empreendimento, que abrange a concessão, o licenciamento, até a liberação de recursos financeiros. Todavia, ao longo desses anos o governo brasileiro não criou nenhuma política pública abrangente e específica que venha garantir os direitos das populações atingidas. Entretanto, no ano de 2014, o estado do Rio Grande do Sul foi o primeiro a criar sua política estadual de garantia de direitos dos atingidos por barragens. Uma política de garantia de direitos dos atingidos por barragens é definida como “diretrizes que preservem os direitos das populações atingidas e, de modo mais amplo, os direitos de toda a população a políticas energéticas ambiental e socialmente responsáveis” (VAINER, 2007, p. 129).

Sigaud (1986) foi uma das autoras pioneiras a pesquisar política de garantia de direitos dos atingidos por barragens, com base nos efeitos sociais causados pelas construções de grandes empreendimentos hidrelétricos. Para a autora, os impactos causados na construção de barragens podem ser compreendidos como resultantes de uma intervenção arbitrária do Estado, sendo que, as populações locais são as principais referências para a avaliação desses impactos, necessitando levar em conta a dimensão temporal, pois existem impactos de curto e longo prazo, em que, com o passar dos anos ainda serão sentidos. Nesses impactos a população é afetada com as mudanças que sofrem na estrutura das relações sociais como a realocação compulsória, perda da identidade cultural e indenizações injustas em detrimento de um tipo de desenvolvimento econômico imposto pelo Estado e pelas suas empresas públicas e privadas numa abordagem de cima para baixo.

Sigaud (1986) realizou um estudo comparativo entre dois casos de construção de barragens e percebeu que, em um dos casos, a UHE Sobradinho, localizada no Rio São Francisco no Estado da Bahia, é um dos parâmetros para se pensar os impactos desses deslocamentos, a partir de conflitos de interesse e de um jogo de forças políticas que ocorreram ao longo de anos. No caso da UHE Machadinho localizada no Rio Pelotas, principal afluente do Rio Uruguai na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, Sigaud (1986) verificou que o destino da população é o principal objeto das disputas que se travaram entre os deslocados e as agências governamentais; um dos resultados da pressão da população foi à revisão da política indenizatória de reassentamento proposto pela agência que previa reassentamento a muitos quilômetros de distância de onde habitava anteriormente a população.

O MAB (2013) argumenta que na trajetória da organização dos atingidos por barragens ocorreram inúmeras conquistas, mas não houve ainda o reconhecimento de nenhum direito por força de lei ou de política pública. Com a privatização das instituições públicas do setor elétrico a partir da década de 1990 essa situação se agravou ainda mais (MAB, 2013). Há registros nesses documentos do MAB de que no início dos anos 2000 diversas lideranças do MAB junto com sua assessoria jurídica foram processadas, perseguidas e sofreram violência¹⁶ como forma de desestabilizar a organização dos atingidos na reivindicação de uma política de garantia de direitos dos atingidos por barragens frente às empresas responsáveis pela implantação dos empreendimentos hidrelétricos. Devido a isso, em 2005 o MAB elaborou um dossiê relatando os casos de criminalização de ações dos assessores de direitos humanos junto ao MAB, na implantação de usinas hidrelétricas. Em 2006, o MAB apresentou esse dossiê ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), atualmente denominado Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH)¹⁷ e pediu que a mesma comissão investigasse as violações de direitos humanos. Depois disso, o Conselho criou a Comissão Especial, chamada “Atingidos por Barragens” e começou a visitar os locais e analisar as denúncias relatadas pelo MAB. A comissão averiguou as diversas denúncias e escolheu 7 casos para ser analisados envolvendo os projetos: como UHE Cana Brava, UHE Tucuruí, UHE Aimorés, UHE Foz do Chapecó, PCH

¹⁶ A situação de vulnerabilidade das lideranças do MAB não se resolveu. Em julho de 2018 o corpo de líder do Movimento dos Atingidos por Barragem e pescadora, foi encontrado após cinco meses de seu desaparecimento. A militante Nilce de Souza Magalhães era conhecida na região por denunciar as violações de direitos humanos cometidas pelo consórcio responsável pela hidrelétrica de Usina Hidrelétrica de Jirau. Fonte: www.pragmatismopolitico.com.br

¹⁷ Instituído inicialmente pela Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964, que criou o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), foi transformado em Conselho Nacional dos Direitos Humanos pela Lei nº 12.986, de 2 de junho de 2014. Tal Lei, uma antiga demanda da sociedade civil, tornou o colegiado mais forte institucionalmente e mais democrático, ampliando a participação social e garantindo o diálogo plural e transversal entre os vários atores da sociedade na defesa dos direitos humanos. Assim, o atual CNDH, instituído inicialmente como CDDPH há exatos 15 dias antes do Golpe Militar de 1964, resistiu ao Regime Militar, se constituindo mais antigo colegiado de direitos humanos do país. Fonte: www.mdh.gov.br

Fumaça, PCH Emboque e Barragem de Acauã. Durante quatro anos essa comissão estudou esses casos chegando à seguinte conclusão:

Os estudos de caso permitiram concluir que o padrão vigente de implantação de barragens tem propiciado de maneira recorrente graves violações de direitos humanos, cujas consequências acabam por acentuar as já graves desigualdades sociais, traduzindo-se em situações de miséria e desestruturação social, familiar e individual (CDDPH, 2010, p. 13).

Além disso, a Comissão identificou a violação de 16 direitos humanos na construção de barragens, a saber:

1. Direito à informação e à participação;
2. Direito à liberdade de reunião, associação e expressão;
3. Direito ao trabalho e a um padrão digno de vida;
4. Direito à moradia adequada;
5. Direito à educação;
6. Direito a um ambiente saudável e à saúde;
7. Direito à melhoria contínua das condições de vida;
8. Direito à plena reparação das perdas;
9. Direito à justa negociação, tratamento isonômico, conforme critérios transparentes e coletivamente acordados;
10. Direito de ir e vir;
11. Direito às práticas e aos modos de vida tradicionais, assim como ao acesso e preservação de bens culturais, materiais e imateriais;
12. Direito dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais;
13. Direito de grupos vulneráveis à proteção especial;
14. Direito de acesso à justiça e a razoável duração do processo judicial;
15. Direito à reparação por perdas passadas;
16. Direito de proteção à família e a laços de solidariedade social ou comunitária (CDDPH, 2010, p. 15).

Entre as principais motivações para a organização dos movimentos locais apontados no relatório da Comissão Especial “Atingidos por Barragens” do CDDPH estão à precariedade e insuficiência dos estudos ambientais (EIA/RIMA) e a definição restritiva e limitada do conceito de atingido adotada pelas empresas do setor. O relatório recomendou a implementação de 100 medidas para garantir e preservar os direitos humanos dos atingidos por barragens e evitar novas violações. Essas medidas foram elencadas dentro dos 16 direitos humanos violados identificados pela comissão. Entre as principais recomendações o MAB destaca:

a definição correta de um “*conceito de atingido*”; realização de cadastro público dos atingidos; a definição de uma política e garantia integral dos direitos; a garantia e acesso público às informações e ao conhecimento; a implementação de uma comissão nacional de anistia para indenizar os crimes de violação e pagar a dívida social; e a implementação de planos de recuperação e desenvolvimento das comunidades atingidas e/ou reassentamentos (MAB, 2011b, p. 10).

Por isso, os atingidos por barragem reivindicam a criação de uma política de garantia de direitos dos atingidos por barragens que contemple as recomendações do relatório do CDDPH/CNND para que seus direitos possam ser reconhecidos legalmente:

O “reconhecimento” dos direitos dos atingidos numa lei ou num decreto é muito importante, será uma vitória do movimento de atingidos. Todavia, o MAB tem o pleno entendimento de que o “reconhecimento” de um direito não significa a sua “efetivação”. Direito à saúde, educação, trabalho e lazer são reconhecidos em lei, mas não são plenamente efetivados. Depois de aprovada a política de direitos para as populações atingidas, o MAB estará preparado

para enfrentar esta nova realidade: as lutas serão pela efetivação dos direitos (MAB, 2013, p 19).

O MAB reconhece a importância da garantia dos direitos dos atingidos pelo poder público. Contudo, acredita que a criação de uma política pública construída unilateralmente no seio do setor elétrico não irá solucionar plenamente os problemas dos atingidos, principalmente levando em conta a experiência brasileira de luta pelo reconhecimento de direitos, alguns dos quais não se conseguiram as garantias.

Aponta o MAB (2013) que, a estrutura da política indenizatória dos atingidos que consta dos estudos de impactos ambientais (EIA/RIMA) e o cadastro socioeconômico dos atingidos são de responsabilidade das empresas privadas contratadas pelo setor elétrico para realizar esses estudos e cadastro e que o pagamento de indenizações e concessão dos direitos fica a cargo dessas empresas. Ademais, argumenta o MAB que não existe nenhum órgão de Estado responsável diretamente pelos direitos dos atingidos e tampouco uma fonte de financiamento para essa política.

A política de garantia de direitos dos atingidos por barragens reivindicada pelo MAB representa uma de suas pautas atuais que é a Política Nacional dos Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB). Nessa política, o MAB se coloca como um movimento social e que se constitui o responsável por fazer pressão ao governo federal e às empresas responsáveis pelos empreendimentos hidrelétricos para que o entendimento de atingidos e os processos indenizatórios contemplados pela PNAB sejam concretizados como forma de reconhecer os direitos dos atingidos por barragens em todo o país.

Segundo o MAB (2013), o primeiro marco legal da política de garantia de direitos dos atingidos por barragens foi o Decreto-lei nº 3.356 de 1941, que reconhecia como atingidos apenas os proprietários de terra com documentação legalizada e estabelecia a indenização em dinheiro como única compensação. Contudo, ainda segundo o MAB, somente em 2010 foi instituído o segundo marco legal através do decreto 7.342/10 que criou o cadastro socioeconômico dos atingidos, estabelecendo um breve conceito legal do que seria o “atingido” por barragem. O quadro 4 mostra os principais pontos demandados na PNAB.

Quadro 4 - Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens

Principais Pontos	Características
Definição do conceito de atingido	A PNAB reconhece como detentoras de direitos às populações atingidas que exploram a terra em regime de economia familiar na condição de proprietário, meeiro, posseiro, filho de proprietário etc., bem como todos aqueles que, proprietários ou não, de imóvel rural ou urbano, tenham sido parcialmente desapropriado, assim como aqueles que, não se enquadrando em uma dessas categorias, mantenham vínculo de dependência com a terra, dela dependendo para sua reprodução física e cultural.
Definição das formas de reparação	As reparações devem reconhecer a diversidade de situações, experiências, vocações e preferências, culturas e especificidades de grupos, comunidades, famílias e indivíduos. Deverá contemplar a discussão, negociação e aprovação pelos atingidos e suas representações tendo várias opções, podendo a reparação ocorrer sob várias formas: reposição, Indenização, Compensação/Compensação social.
Definição dos direitos dos atingidos	São direitos dos atingidos que exploram a terra em regime de economia familiar, como proprietário, meeiro, posseiro, filho de proprietário, etc, assim como daqueles que, não se enquadrando em uma dessas categorias, têm vínculo de dependência com a terra, dela dependendo para sua reprodução física e cultural: indenização em dinheiro pelas perdas

	materiais, compensação pelo deslocamento compulsório, traduzida no direito ao reassentamento; compensação pelas perdas imateriais e etc.
Criação de um Programa de Direitos dos Atingidos por Barragens, em cada obra, no âmbito do licenciamento ambiental	O Programa de Direitos dos Atingidos por Barragens (PDAB) deverá ser aprovado pelo Comitê Local da Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens e homologado pelo “Conselho Nacional da Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens”, antes da concessão de licença prévia da obra de barragem.
Criação da “Conta PNAB” que financiará a política de direitos	Com a finalidade de dar consecução à PNAB, na fase de estudo de viabilidade da UHE a Empresa de Pesquisa Energética – EPE, ao fixar o preço de referência do empreendimento, fixará também o preço de referência para investimento social no mesmo, cujo valor será denominado conta PNAB: O vencedor do leilão do empreendimento fica obrigado a executar integralmente o valor fixado no preço de referência para investimento social (conta PNAB), a qual integrará a tarifa de energia do mesmo.
Criação de um órgão de Estado responsável pela política, com a participação dos atingidos	Criação do Conselho da Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas (CONPNAB), órgão colegiado, de natureza consultiva e deliberativa, com a finalidade de acompanhar, fiscalizar e avaliar a PNAB. O CONPNAB será composto por 10 (dez) membros, sendo cinco membros representando o poder público (50% do total das vagas) e 05 membros representando a sociedade civil (50% do total das vagas). Os membros representantes da sociedade civil.

Fonte: Elaboração própria a partir de MAB (2013).

Para o MAB, é urgente à criação de políticas públicas por meio de um marco legal que garanta os direitos dos atingidos por barragens, tendo em vista que, segundo o que defendem, isso irá resolver boa parte dos problemas de violação dos direitos dos atingidos e será um instrumento legal de fortalecimento da organização e reivindicações dos atingidos por barragens. A PNAB está em tramitação na Câmara dos Deputados através do Projeto de Lei 29/2015. Além da criação dessa política nacional, proposta pelo MAB os atingidos por barragens também reivindicam a criação políticas indenizatórias estaduais específicas, conforme o quadro 5 que mostra os Estados pioneiros na reivindicação dessas políticas.

Quadro 5 - Políticas Estaduais de Garantia de Direitos dos Atingidos por Barragens

Projeto de Lei/Decreto	Política	Estado	Principais Características
Projeto de Lei nº 3.918/2018	Política Estadual de Direitos para Atingidos por Barragens (PEDAB)	Rio de Janeiro	É o instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução de ações de proteção social voltadas à garantia de direitos e de condições dignas de vida para a população direta ou indiretamente atingida pela construção de barragens, bem como determina a forma de seu monitoramento e sua avaliação.
Projeto de Lei nº 3.312/2016	Política Estadual dos Atingidos por Barragens e outros Empreendimentos (PEABE)	Minas Gerais	Tem a finalidade de coordenar e implementar ações mitigadoras de conflitos decorrentes do processo de remanejamento dos atingidos por barragens e outros empreendimentos e garantir a interlocução entre os órgãos de governo competentes, os empreendedores e os atingidos pela construção, instalação,

			ampliação e a operação de barragem e outros empreendimentos.
Decreto Estadual nº 51.595/2014	Política de Desenvolvimento de Regiões Afetadas por Empreendimentos Hidrelétricos (PDRAEH)	Rio Grande do Sul	A PDRAEH compreende a descrição de todas as ações, medidas e recomposições sugeridas pelo empreendedor e pactuadas com o Poder Público e com as comunidades afetadas pela construção, instalação e a operação de hidrelétricas, homologadas pelo Comitê Gestor instituído por este Decreto, conforme artigo 25, com a finalidade de desenvolver toda a região de maneira sustentável, minimizar e prevenir danos aos Municípios e às comunidades afetadas.
	Política Estadual dos Atingidos por Empreendimentos Hidrelétricos no Estado do Rio Grande do Sul (PEAEH).		A PEAEH tem como objetivo: regulamentar os direitos dos grupos sociais, das comunidades, das famílias e dos indivíduos atingidos pela construção, instalação e operação de empreendimentos hidrelétricos; garantir que as variadas formas de reparação aos atingidos por empreendimentos hidrelétricos propiciem níveis de bem-estar social melhores que os existentes antes da construção, da instalação e da operação de empreendimentos hidrelétricos; prever as condições para a reestruturação antecipada dos Municípios que receberão trabalhadores para obras de projetos hidrelétricos e de interesse nacional, em articulação com os demais entes federativos envolvidos ; e evitar a formação de passivos sociais por empreendimentos que envolvam a construção, a instalação e a operação de empreendimentos hidrelétricos.

Fonte: Elaboração própria a partir de Rio de Janeiro (2018); Minas Gerais (2016); Rio Grande do Sul (2014).

O Rio Grande do Sul foi o primeiro estado a ter sua política de garantia de direitos dos atingidos por barragens aprovada por meio do Decreto Estadual 51.595/2014, tornando referência para os demais estados. Já os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, assim como a PNAB, também estão com Projetos de Lei em tramitação nas suas casas legislativas para aprovação dessa política. As políticas estaduais de garantia de direitos dos atingidos por barragens possuem as mesmas diretrizes da PNAB. Entretanto, as políticas estaduais só têm validade para barragens cujo licenciamento é estadual, por esse motivo é importante a aprovação da PNAB para a garantia dos direitos dos atingidos em todo o território brasileiro.

III - METODOLOGIA

3.1 Delineamento da Pesquisa

3.1.1 Características

A presente pesquisa se caracteriza por ser de natureza qualitativa, considerando que a análise qualitativa prescinde do uso de dados não estatísticos apoiando-se em conhecimentos teórico-empíricos que permitem atribuir-lhe cientificidade (VIEIRA, 2004), podendo ser utilizados diversos métodos e técnicas de pesquisa, tais como entrevistas, técnicas de observação, entre outros. Afirma Vieira que:

Outra importante característica da pesquisa qualitativa é que ela geralmente oferece descrições ricas e bem fundamentadas, além de explicações sobre processos em contextos locais identificáveis. Além disso, ela ajuda o pesquisador a avançar em relação às concepções iniciais ou a revisar sua estrutura teórica. Mesmo tendo uma natureza mais subjetiva, a pesquisa qualitativa oferece um maior grau de flexibilidade ao pesquisador para a adequação da estrutura teórica ao estudo do fenômeno administrativo e organizacional que se deseja (VIEIRA, 2004, p. 18).

Quanto à tipologia, apresenta um corte seccional com perspectiva longitudinal, entendendo-se, de acordo com Vieira (2004) que é uma pesquisa:

(...) na qual a coleta de dados é feita em um momento no tempo, mas resgata dados e informações de outros períodos passados; o foco está no fenômeno e na forma como se caracteriza no momento da coleta, e os dados resgatados do passado são, normalmente, utilizados para explicar a configuração atual do fenômeno (VIEIRA, 2004, p. 14).

Ainda nos moldes de Vieira (2004), quanto ao nível de análise a pesquisa apresenta o nível grupal em que “o objeto central de interesse da pesquisa é o grupo ou grupos organizacionais” (VIEIRA, 2004 p. 22). Apesar dessa delimitação de nível de análise, a pesquisa, ao focar os repertórios de ação coletiva de grupos de pessoas que formam, nos âmbitos local, regional e nacional o Movimento dos Atingidos por Barragens, esse nível extrapola para o nível societário uma vez que o MAB é um movimento social específico. Assim é possível dizer que esses dois níveis se complementam na análise e que as fronteiras entre estes no presente estudo são tênues.

A presente pesquisa é do tipo descritivo, explicativo e analítico. Para Gil (2008) as pesquisas descritivas descrevem características de determinada população, fenômeno ou estabelecem relações variáveis, e geralmente estudam as características de determinados grupos. Já as pesquisas explicativas e analíticas são as que mais aprofundam o conhecimento daquilo que se pretende estudar e se preocupa em explicar ou analisar o fenômeno em seu contexto específico.

Gil (2008) salienta a importância desses tipos de pesquisa para o bom resultado do estudo.

Pode-se dizer que o conhecimento científico está assentado nos resultados oferecidos pelos estudos explicativos. Isto não significa, porém, que as pesquisas exploratórias e descritivas tenham menos valor, porque quase

sempre constituem etapa prévia indispensável para que se possam obter explicações científicas. Uma pesquisa explicativa pode ser a continuação de outra descritiva, posto que a identificação dos fatores que determinam um fenômeno exige que este esteja suficientemente descrito e detalhado (GIL, 2008, p. 28-29).

Em resumo, estamos tratando de uma pesquisa de cunho social e nesse sentido importa a maneira com que as pessoas se expressam sobre as suas ações e as dos outros. Para Bauer, Gaskel e Allum (2002), não existe “um modo ótimo” de realizar pesquisa social; o caminho deve ser encontrado através de uma consciência adequada dos diferentes métodos, de uma avaliação, de suas vantagens e limitações e de uma compreensão de seu uso para diversas situações sociais, diferentes tipos de informações e diferentes problemas sociais, atentando-se para que não se façam generalizações de situações singulares.

3.1.2 Coleta de Dados

A coleta de dados é uma fase importante do processo de pesquisa que contribui para materializar as informações sobre o tema pesquisado por meio de técnicas específicas que definirão a direção e o desenvolvimento da pesquisa, a fim de facilitar a posterior análise. Compreende-se que uma boa coleta de dados trará informações de qualidade e resultados satisfatórios para a pesquisa.

A coleta dos dados se deu por meio de entrevistas, de fontes documentais e da pesquisa bibliográfica através da construção de um arcabouço teórico.

3.1.2.1 Pesquisa Bibliográfica: A Construção do Arcabouço Teórico

Segundo Gil (2008) uma pesquisa bibliográfica consiste na consulta de um material já elaborado, principalmente livros e artigos científicos; quase todas as pesquisas exigem algum tipo de trabalho que utilize essa modalidade de coleta, assim como também existem estudos exclusivamente realizados por meio da pesquisa bibliográfica.

Para o desenho do arcabouço teórico da presente pesquisa, o que demandou considerável esforço, se lançou mão de estudos de campos disciplinares distintos que possibilitassem uma ampla compreensão da temática como o da Sociologia, Ciência Política, Planejamento Urbano e Regional, Estudos Organizacionais e Geografia Política, o que permitiu a construção de um arcabouço teórico-conceitual multidisciplinar para compor a fundamentação teórica do estudo.

3.1.2.2 Pesquisa Documental

A pesquisa documental segue os mesmos trâmites da pesquisa bibliográfica. Entretanto, deve-se considerar o caráter de consulta das fontes para a sua utilização. Existem os chamados documentos de primeira mão, que não receberam nenhum tipo de tratamento analítico, e os de segunda mão que de alguma forma já foram analisados (GIL, 2008).

No presente estudo as fontes documentais utilizadas foram as seguintes:

- (i) Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da UHE Itapebi elaborado pela ENGEVIX;
- (ii) Relatório da Comissão Especial “Atingidos por Barragens” do CDDPH;
- (iii) Notas Taquigráficas da Assembleia Legislativa de Minas Gerais;
- (iv) Leis municipais e estaduais que serviram como suporte para compreender o processo de construção da UHE Itapebi no município de Salto da Divisa;

- (v) Documentos da PEDAB, PEABE, PDRAEH, PEAEH e da PNAB, entre outros acessados no site do MAB;
- (vi) Relato das Violações de Direitos Humanos diante da Construção da Barragem de Itapebi em Salto da Divisa – MG elaborado pelo GADDH;
- (vii) Jornal e documentos disponibilizados pelas organizações que apoiam os atingidos pela UHE Itapebi;
- (viii) Estatutos das organizações estudadas;
- (ix) Fotografias disponibilizadas e também tiradas pelo pesquisador.

3.1.2.3 Pesquisa com Base em Fontes Orais: Entrevistas

Nas Ciências Sociais a entrevista é um método de coleta de dados bastante utilizado. O emprego da entrevista qualitativa para compreender o mundo da vida dos respondentes é o ponto de partida do cientista social, pois fornece dados básicos para o desenvolvimento e compreensão das relações entre os atores sociais. O objetivo da entrevista é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais diferentes (GASKELL, 2002).

Segundo Vergara (2009) a entrevista demanda que o pesquisador tenha conhecimento teórico que dá base à sua investigação e metodologia. Com esse domínio o pesquisador terá mais facilidade para captar sinais que nem sempre são explícitos pelo entrevistado; também facilitará a possibilidade de modificar e aperfeiçoar perguntas, tendo o cuidado para evitar que sejam tendenciosas.

A entrevista individual ou de profundidade é uma conversação de duração prolongada (GASKELL, 2002), permitindo o aprofundamento da relação entre o pesquisador e o depoente sobre as questões da pesquisa. Antes da entrevista, o pesquisador terá preparado um tópico guia o que na presente pesquisa é entendido como questões norteadoras, que cobrirão os assuntos centrais e o problema da pesquisa. Nesse sentido, a entrevista se inicia com alguns comentários introdutórios sobre a pesquisa, uma palavra de agradecimento ao entrevistado por ter concordado em conceder a entrevista, e, seguindo princípios éticos da pesquisa o pesquisador fez a apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B) em que se solicita a permissão para a gravação da entrevista em áudio e também se reitera o sigilo da identificação do entrevistado se esse fosse o seu desejo.

O número de pessoas aptas a participar da entrevista em profundidade depende do problema da pesquisa, metodologia escolhida e do peso da representatividade dos entrevistados. Também se deve levar em conta a capacidade do pesquisador para a escolha dos sujeitos da pesquisa, pois com a pesquisa piloto já realizada, o pesquisador teve a primeira aproximação com importantes sujeitos, além da sua familiaridade com a localidade e o fenômeno estudado.

3.2 Sujeitos da Pesquisa

Os sujeitos da pesquisa inicialmente foram mapeados através de indicação de representante do Movimento dos Atingidos por Barragens em Salto da Divisa e também dos trabalhos de Gavião (2006), Alves (2008), Pereira (2011), do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA) da UFMG conforme o quadro 6. A maioria das organizações escolhidas como sujeito dessa pesquisa possui mais de 20 anos de atuação no município e todas elas estão envolvidas na problemática dos atingidos por barragens.

Nesse sentido, os critérios para a escolha dos sujeitos foram os seguintes: tempo de atuação no município pesquisado; organizações que se consideram diretamente atingidas pela UHE Itapebi; organizações que apoiam os atingidos pela UHE Itapebi; conhecimento das demandas dos atingidos e envolvimento direto com suas reivindicações. Interessa a esta

pesquisa o olhar dos atingidos e organizações que interagem diretamente com eles no tocante às suas reivindicações. Esse critério de escolha está alinhado à ideia de “repertório”, que segundo Tilly (2006) trata de interações, relações, entre grupos de atores, e não ações isoladas. Reitera o autor que o conceito é relacional, uma interação entre várias partes.

A configuração final dos sujeitos da pesquisa ocorreu quando do retorno a campo em novembro de 2018, onde foi possível consolidar a relação dos sujeitos e levantar dados complementares sobre os mesmos conforme pode ser observado no quadro a seguir.

Quadro 6 - Configuração dos Sujeitos da Pesquisa

Sujeitos	Data de Fundação / Abertura*	Cargo/ Função	Classificação	Quantidade de Atingidos**
Igreja Católica (Irmãs Dominicanas)	26/01/1993	Ministra Extraordinária da Comunhão Eucarística ¹⁸	Igreja que apoia os atingidos pela UHE Itapebi	-
Grupo de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos (GADDH)	18/09/1998	Representante	Grupo que apoia os atingidos pela UHE Itapebi	-
Associação Comunitária de Comunicação (ASSCOM)	15/11/1998	Presidente	Rádio que apoia os atingidos pela UHE Itapebi	-
Associação Comunitária das Lavadeiras de Salto da Divisa	04/02/2002	Presidente	Atingidos pela UHE Itapebi	88
Associação dos Pescadores de Salto da Divisa (APSD)	20/12/2002	Presidente	Atingidos pela UHE Itapebi	150
Associação de Pedreiros de Salto da Divisa	12/05/2003	Presidente	Atingidos pela UHE Itapebi	174
Associação das Comunidades Rurais de Salto da Divisa (ACRUSALD)	01/05/2005	Representante	Atingidos pela UHE Itapebi	-
Associação Comunitária dos Extratores de Salto da Divisa (ACOES)	20/01/2010	Presidente	Atingidos pela UHE Itapebi	48
Colônia dos Pescadores de Salto da Divisa	05/02/2014	Presidente	Atingidos pela UHE Itapebi	110
Associação das Casas Danificadas	-	Presidente	Atingidos pela UHE Itapebi	553
Movimento dos Atingidos por Barragens em Salto da Divisa	26/11/2015	Coordenador	Apoia os atingidos por barragens em Salto da Divisa	-

Fonte: Elaboração própria.

*Data de criação/fundação consultada por meio Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ, 2019), Estatutos e entrevistas realizadas com os sujeitos da pesquisa. No caso da Igreja Católica foi considerada a data de inserção das irmãs dominicanas na localidade.

**Quantidade de atingidos em Salto da Divisa - MG, informada pelos sujeitos durante a pesquisa de campo e documental.

¹⁸ Os Ministros Extraordinários da Comunhão Eucarística exercem este ministério sob a responsabilidade do sacerdote responsável da comunidade que tiver pedido a sua nomeação, no âmbito da sua paróquia ou comunidade. Fonte: <http://www.cnbb.org.br/ministerio-e-eucaristia/>

No tocante a igreja Católica não foi possível entrevistar as religiosas que acompanharam desde o início a organização dos atingidos por não residirem mais localidade, com exceção de uma que está envolvida no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e que não estava presente durante as duas idas a campo. Em relação ao padre, este também não foi ouvido como sujeito por ser recém-chegado na localidade e não tendo acompanhado a trajetória dos atingidos. Por esse motivo, por indicação das outras organizações que apoiam o movimento dos atingidos, uma antiga moradora que, é Ministra Extraordinária da Comunhão Eucarística da Igreja, foi entrevistada nessa pesquisa principalmente pelo seu envolvimento no acompanhamento de toda a trajetória dos atingidos ao lado das irmãs dominicanas.

As principais características dos sujeitos da pesquisa serão apresentadas ao longo da análise com base nas categorias e subcategorias analíticas da pesquisa.

3.3 Questões Norteadoras da Pesquisa

As questões norteadoras da pesquisa foram formuladas com base no arcabouço teórico construído ao longo das leituras e devem corresponder aos objetivos específicos da pesquisa e ir de encontro ao objetivo geral. Tanto as observações de campo na pesquisa piloto quanto as informações das fontes documentais também contribuíram de forma crucial para a elaboração das questões norteadoras. A seguir vê-se o quadro 7 contendo as questões norteadoras e seu alinhamento aos objetivos da pesquisa.

Quadro 7 - Questões Norteadoras da Pesquisa

Objetivos Específicos	Questões Norteadoras
Descrever o papel da organização local dos atingidos frente ao empreendimento;	Qual é o protagonismo da organização local dos atingidos pela UHE Itapebi?
Identificar as principais características das organizações locais de atingidos no âmbito dos movimentos sociais;	Como ocorreu a trajetória da organização local dos atingidos, no âmbito dos movimentos sociais brasileiros?
Caracterizar a UHE Itapebi e sua relação com a população e localidade;	Qual foi a relação estabelecida entre a população e a UHE Itapebi durante a construção do empreendimento?
Levantar as principais motivações para a organização dos atingidos pela UHE Itapebi;	Quais foram as principais motivações que levaram a população local a ser organizar frente ao empreendimento?
Mapear os repertórios de ações coletivas do movimento dos atingidos pela construção da UHE Itapebi;	Quais são repertórios de ações coletivas do movimento dos atingidos pela construção da UHE Itapebi?
Analisar como os repertórios de ações coletivas dos atingidos pela UHE Itapebi têm contribuído na organização desses atingidos.	Quais são as contribuições dos repertórios de ações coletivas na organização local e nacional dos atingidos?

Fonte: Elaboração própria

As questões norteadoras auxiliaram na elaboração de um roteiro semiestruturado de questões conforme o apêndice A:

3.4 Tratamento e Análise dos Dados

De acordo com Gil (2002) uma análise de dados qualitativa deve levar em conta muitos fatores, entre eles, a procedência dos dados coletados, os instrumentos/métodos e técnicas de

coleta de dados da pesquisa, os pressupostos teóricos ou suposição de pesquisa. Dada essa complexidade, o autor decompõe o processo de análise dos dados em três fases:

1 - Redução dos dados: é a fase que consiste no processo de escolha, simplificação, abstração e transformação dos dados originais frutos do trabalho de campo. Para tal, é necessário que haja uma boa definição dos objetivos da pesquisa.

2 – Categorização dos dados: é a fase que consiste na organização dos dados para que o pesquisador possa tirar as melhores conclusões por meio deles. Para isso, é preciso construir o conjunto de categorias que podem ser baseadas no referencial teórico da pesquisa. Nas pesquisas qualitativas o conjunto de categorias é revisto e alterado consecutivamente, com intuito de obter ideias mais abrangentes. Os dados são organizados em forma de textos narrativos, matrizes, esquemas etc.

3 – Interpretação dos dados: é a fase em que o pesquisador terá que fazer um esforço para explicar os dados além da sua categorização. Para isso, o mesmo terá que retornar ao referencial teórico, à pesquisa de campo e até mesmo à coleta de dados adicionais.

Na presente pesquisa, a análise dos dados empíricos com base nas entrevistas em profundidade, pretendeu trazer as principais questões relativas aos repertórios de ações coletivas que vêm compondo a trajetória da organização da população atingida pela UHE de Itapebi frente à política indenizatória, redundando na causa maior do movimento, a institucionalização da Política Nacional dos Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB).

O processo de análise dos dados consistiu-se na organização das ideias de forma sistematizada visando à elaboração do relatório final da pesquisa.

3.5 Categorias de Análise

A análise dos dados empíricos da pesquisa ocorreu por meio da abordagem interpretativa nos moldes de Gil (2008) em que foram definidas três categorias de análise conforme o quadro 8. A partir dos objetivos da presente pesquisa e com base no seu aporte teórico foram definidas essas categorias de análise para a articulação teoria-empíria.

Em alinhamento à abordagem interpretativa proposta, as definições teóricas das categorias norteiam a interpretação do conteúdo dos dados recolhidos a partir das entrevistas com os sujeitos de pesquisa. Dentre as três categorias definidas *a priori*, destacam-se subcategorias, algumas das quais emergiram no decorrer das entrevistas, como demonstrado no quadro que segue:

Quadro 8 – Categorias e Subcategorias de Análise da Pesquisa

Categorias	Definição Teórica	Subcategorias
Organização	Diz respeito a <i>organizing</i> , ou seja, o processo organizativo, o conjunto das práticas que vão caracterizar o processo de organizar (Czarniawska, 2008). (...) como meio para emancipação, como atividade em que cada participante aprende a cumprir responsabilidades diferentes, sempre no espaço da unidade do consenso produzido no coletivo. Esta organização, que transforma a potência do povo em poder (<i>potestas positiva</i>), se efetiva através de <i>processos e práticas orientados pela razão estratégico-crítica</i> , que não é razão instrumental, seu êxito não é o do meio-fim formal, mas o do pleno	a) Caracterização e Protagonismo das instituições que apoiam os atingidos na organização dos mesmos; b) Processo organizativo local dos atingidos.

	desenvolvimento da vida de todos: seu exercício <i>realiza a ação transformadora</i> (MISOCZKY 2010, p. 39).	
Repertório de Ações Coletivas	<p>“um conjunto de formas de ação” em que há motivação política; “um repertório familiar de ações coletivas que estão à disposição das pessoas comuns num dado momento histórico” (TILLY, 1978, p. 151-152);</p> <p>Ações coletivas que surgem da conjugação do tempo com a história que é um dos legados de Tilly, mais o espaço/territorialidade, que são os vínculos das ações coletivas com os lugares (BRINGEL, 2012, p. 54).</p>	<p>a) Ações coletivas apresentadas pelas associações de atingidos e pelas instituições locais que os apoiam;</p> <p>b) Avanços e desafios dos repertórios de ações coletivas na articulação entre as associações de atingidos e as instituições que os apoiam.</p>
Significado de Atingido	A noção de atingido diz respeito ao reconhecimento, leia-se legitimação, de direitos e de seus detentores. Em outras palavras, estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi atingido por determinado empreendimento significa reconhecer como legítimo – e, em alguns casos, como legal – seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária (VAINER, 2008, p. 40).	<p>a) O entendimento de “atingidos” pela empresa responsável do setor elétrico para adoção de política indenizatória;</p> <p>b) Principais reivindicações e denúncias dos atingidos pela UHE Itapebi;</p> <p>c) Significado de “atingidos” pelos entrevistados.</p>

Fonte: Elaboração própria a partir de Czarniawska (2008), Misoczky (2010), Tilly (1978), Bringel (2012), Vainer (2008).

IV – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

Neste capítulo serão analisados os dados da pesquisa, principalmente com base em consulta nas fontes documentais e entrevistas realizadas no município de Salto da Divisa, MG, durante os meses de janeiro de 2018 e novembro de 2018 com os sujeitos mapeados conforme os quadros 6 e 9. Tenta-se também, nesse capítulo conectar esses achados com conceitos e teorias apresentados na fundamentação teórica do estudo. As entrevistas, gravadas em áudio com a permissão dos entrevistados, tiveram a duração entre quarenta minutos e uma hora e meia cada. Os sujeitos foram entrevistados nas dependências físicas das organizações das quais fazem parte e também em locais indicados pelos entrevistados.

4.1 Breve Histórico do Município de Salto da Divisa

O município de Salto da Divisa está localizado no Vale do Jequitinhonha, estado de Minas Gerais, divisa com o estado da Bahia, a 854 quilômetros de Belo Horizonte. De acordo com o censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, sua população é de 6.859 habitantes. O município é banhado pela margem direita, pelo rio Jequitinhonha, que corre por alguns municípios da Bahia, desaguando no oceano Atlântico na cidade de Belmonte-BA.

O Vale do Jequitinhonha ocupa uma área de 85.000 km² na região nordeste do estado de Minas Gerais, correspondendo a 14,5% do seu território, sendo dividido em três regiões: Alto Jequitinhonha (compreende as microrregiões de Diamantina e Capelinha que possuem melhores indicadores sociais); Médio Jequitinhonha (situa-se na parte média do Vale abrangendo as regiões de Pedra Azul e Araçuaí) e Baixo Jequitinhonha (localizado na divisa com o Sul da Bahia, compreende a microrregião de Almenara) conforme a figura 1. A região do Vale do Jequitinhonha conta com 80 municípios com uma população de aproximadamente 1.000.000 (um milhão). A falta de água afeta diretamente a população, por esse motivo o rio Jequitinhonha é de fundamental importância para região. Ademais, a região também enfrenta grandes problemas causados pela monocultura do eucalipto, mineração, usinas hidrelétricas e pelo consumo da água por outras atividades econômicas patronais (SOUZA, 2003; GUERREIRO, 2009; GUIMARÃES 2017).

Figura 1 - Mapa do Vale do Jequitinhonha



Fonte: Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar Justino Obers/UFLA, 2018.

Souza (2003) mostra como foi o processo de ocupação dessas três regiões conforme se observa no mapa, do Vale do Jequitinhonha:

Essa vasta região é diversificada tanto pelo longo processo histórico de ocupação quanto pela diversidade de atividades que predominaram em cada lugar. No alto-médio Jequitinhonha (Serro Frio, Diamantina, Minas Novas) e no norte do estado (Rio Pardo de Minas, Salinas) a ocupação do território se deu a partir do início do século XVIII. No baixo Jequitinhonha (Pedra Azul, Jequitinhonha, Almenara, Salto da Divisa), ela aconteceu somente um século depois. No alto Jequitinhonha, a atividade principal foi a mineração, decorrente das bandeiras paulistas que chegaram às “minas gerais” a partir do final do século XVII. No norte de Minas e no baixo Jequitinhonha, a atividade principal foi a pecuária, que atingiu o território mineiro através do vale do São Francisco, o “rio dos currais”. Atualmente, há predomínio da atividade mineradora no alto Jequitinhonha, predomínio da pecuária no baixo Jequitinhonha e uma atividade mista na região intermediária (SOUZA, 2003, p. 107).

A ocupação colonizadora do Baixo Jequitinhonha remonta aos inícios do século XIX e seu povoamento é explicado, primeiro, pela extraordinária fertilidade da antiga mata atlântica que o cobria, que a tornou um escoadouro do povoamento da região mineradora no alto Jequitinhonha e do sudoeste Baiano; segundo, pela expansão do cacau no sul da Bahia desde finais do século XIX, que sustentou a pecuária da região e permitiu, já no século XX, a abertura de novos mercados para o gado da região em Vitória da Conquista e no Norte de Minas Gerais (RIBEIRO, 2003; GALIZONI *et al.* 2004).

Segundo Galizoni *et al.* (2004), a história do Baixo Jequitinhonha é marcada pela fazenda e a sua relação como os agregados. Poucos lugares em Minas Gerais têm presença e lembrança tão fortes da agregação. Embora este seja um sistema quase desaparecido no início do século XXI, seus traços e influência ainda são marcantes na região:

O agregado é um sujeito social contraditório, pois é definido por duas referências que a história tornou opostas: não tem terra e tem produção autônoma. Usava a terra para plantio e criação, era subordinado à fazenda e, às vezes, empregado por ela. O trânsito de agregados era livre, permitida a entrada e saída de uma para outra fazenda. Essas referências contraditórias revelam como foi complexa a relação da fazenda com a terra e o trabalho. A fazenda do Baixo Jequitinhonha, até por volta dos anos 1970, era uma unidade policultora, pois além da criação de gado era produtora de quase tudo que consumia. Nela os vaqueiros, empreiteiros, gerentes e principalmente agregados, eram lavradores que produziam seus próprios mantimentos, e mais que isso, eram famílias que extraíam da fazenda quase todos os bens que consumiam. Era uma relação baseada em uma série de trocas de favores, dons, direitos e obrigações; tudo mediado pelo poderio do fazendeiro (GAZOLINI *et al.* 2004, p. 3).

A história do município de Salto da Divisa remonta ao início da colonização portuguesa. O Vale do Jequitinhonha sofreu diversas investidas de colonização em decorrência das pedras preciosas. O município de Salto da Divisa foi pisado pelos primeiros brancos em 1550 e 1600, quando vários aventureiros oriundos da Bahia penetraram no território que posteriormente veio a constituir-se na Capitania das Minas. Entretanto, foi somente por volta de 1804 que os barcos tiveram condições de navegar, pois havia muitos ataques indígenas nas margens do Rio Grande

de Belmonte (hoje rio Jequitinhonha) devido ao tráfego intenso de viajantes que transportavam mantimentos, ouro e diamantes, entre eles haviam muitos contrabandistas de pedras preciosas. Contudo, com o intuito de acabar com esse abuso e ocupar a território o Governo da Província da Bahia instalou um posto policial na localidade denominado Quartel São Sebastião do Salto Grande ou simplesmente Quartel do Salto (primeiro nome de Salto da Divisa). Em torno desse quartel surgiu o primeiro povoamento, pois a localidade o Rio Grande Belmonte não era navegável devido a uma cachoeira denominada Tombo da Fumaça que impedia o tráfego, daí o transporte de canoas, mercadorias e viajantes era feito margeando o curso do rio por terra, fazendo com que o quartel se tornasse um posto de pernoite obrigatório para os navegantes (SOL, 1981 *apud* ALVES, 2008; IBGE, 2018).

Depois de criar o quartel, as forças baianas o abandonaram e foram ocupar outros territórios rio abaixo. Com isso, em 1813 um destacamento mineiro comandado pelo alferes Julião Fernandes Leão, veio a ocupar o quartel de São Sebastião do Salto Grande. Com a sua ocupação, o quartel e o povoado passaram a fazer parte de Minas através da vila de Minas Novas. Em 1870, o povoado do Quartel São Sebastião do Salto Grande, passou a ser denominado distrito de Salto Grande (segundo nome de Salto da Divisa) e a fazer parte do município de Araçuaí. Com a construção da estrada de Ferro Bahia-Minas pelo vale do Mucuri em direção a Teófilo Otoni, houve redução da navegação no rio Jequitinhonha, principalmente no transporte de sal, tecidos e cereais para todo o nordeste de Minas Gerais, causando enormes prejuízos à região do Vale do Jequitinhonha (SOL, 1981 *apud* ALVES, 2008; IBGE, 2018).

Em 1876, a família do coronel Carlos da Cunha Peixoto comprou e registrou no cartório de Araçuaí a grande Fazenda Santa Ana, que abrange toda região de Salto da Divisa. Com o declínio da navegação no início do século XX, começou-se na região a atividades de grandes fazendas de gado em substituição a agricultura. Em 1913 passou a fazer parte do município de Jequitinhonha. Posteriormente, em 1943 o distrito de Salto Grande passou a ser chamado de distrito de Salto da Divisa pertencendo ao município de Almenara que depois foi transferido para município de Almenara para constituir o novo município de Jacinto, até que em 1948 o distrito de Salto da Divisa adquiriu sua independência administrativa passando a ser chamado de município de Salto da Divisa. O primeiro prefeito oficial da cidade foi o coronel Orozimbo Cunha Peixoto, filho do coronel Carlos Cunha Peixoto, que teve grande influência na política mineira, sendo muito conhecido e respeitado pela maioria dos políticos de sua época (SOL, 1981 *apud* ALVES, 2008; IBGE, 2018).

A formação do povo Saltense se remete a comunidade indígena da tribo dos botocudos que habitavam a região. Contudo, os portugueses e posteriormente os fazendeiros, denominados coronéis, na busca de conquistar novos territórios mataram a maiores desses indígenas, por considerar que os mesmos eram selvagens e não tinham alma. Salto da Divisa ficou marcado com essa história sangrenta e os sobreviventes desse extermínio criaram uma dependência muito grande dos coronéis, pois não tinham nenhuma perspectiva de vida. Essa situação foi passando de geração em geração, criando uma consciência de subordinação aos coronéis que se apresentavam como filantrópicos. Essa situação piorou com o aumento das grandes fazendas de gado, tendo em vista que, a maior parte da população que vive na área urbana hoje é fruto da expulsão forçada das terras invadidas pelos grandes latifundiários, principalmente entre os anos de 1970 e 1990, onde houve a desaparecimento do uso compartilhado da terra para dar lugar a pastos e comercialização (ALVES, 2008).

No baixo Jequitinhonha, no correr das décadas de 1980 e 1990, um insistente trabalho de base da igreja católica iniciado com irmãs dominicanas (ALVES, 2008) e o empenho de lideranças de trabalhadoras rurais construíram com grandes dificuldades um movimento sindical de trabalhadores rurais independentes - enfrentando causas de agregados expulsos de fazendas, desafiando as manifestações do mando tradicional (RIBEIRO, 2003).

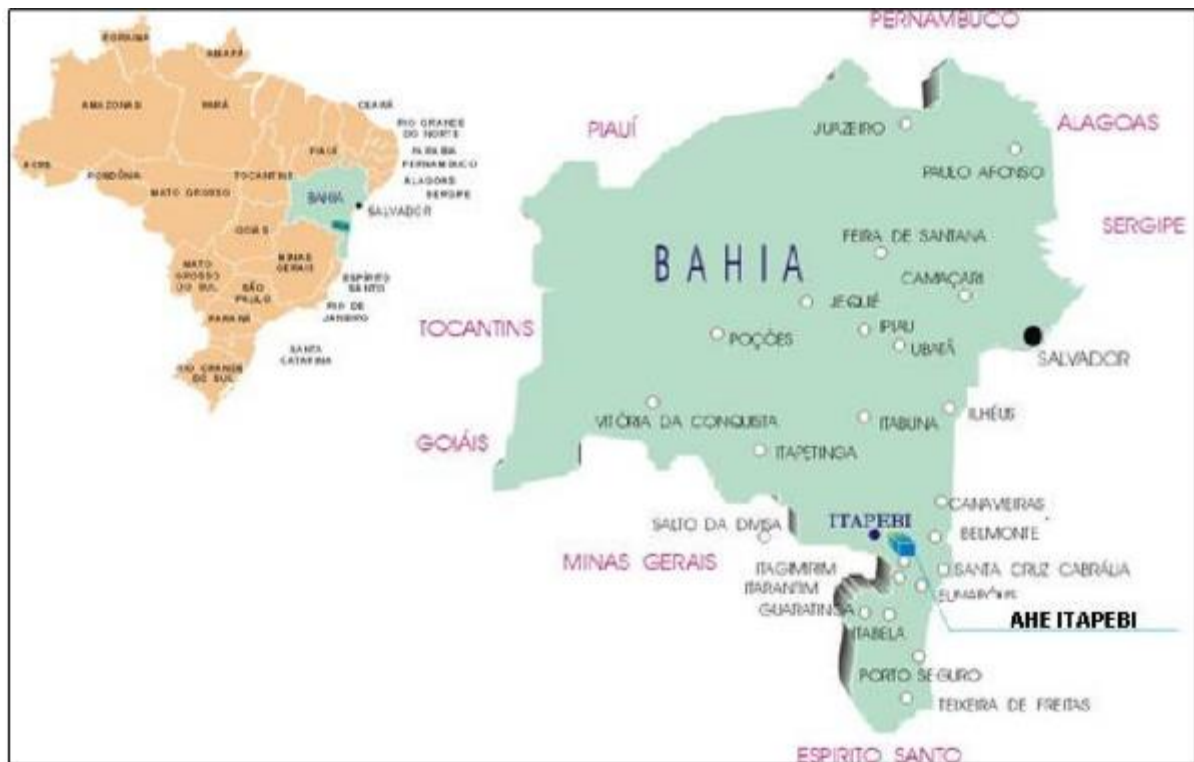
4.2 A construção da Usina Hidrelétrica de Itapebi e a sua relação com a população e localidade

A construção da UHE de Itapebi embora fosse um assunto que não se cogitava mais vir a ser realidade, pegou os Moradores de Salto da Divisa de surpresa com o anúncio e, por mais que esse assunto tivesse sido comentado há vários anos atrás, a população não demonstrava ter conhecimento da dimensão dos impactos que provocariam o empreendimento. Esse desconhecimento é relatado conforme abaixo:

Até então quando surgiu a história em Salto da Divisa, o surgimento da Hidrelétrica de Itapebi, para nós foi até uma surpresa, porque havia se falado muito a respeito da fundação desse empreendimento. Mas só que o povo não acreditava não. Eu acho eu era nem nascida quando se falava da construção da Hidrelétrica de Itapebi. Mas o tempo foi passando, foi passando, e de repente eu já adulta e olha ela ali chegando. E pegou o povo de surpresa, até então sem muito conhecimento, esclarecimento (Entrevista com representante da Associação das Comunidades Rurais de Salto da Divisa em 25 de janeiro de 2018).

O aproveitamento Hidrelétrico de Itapebi está localizado no rio Jequitinhonha, extremo sul da Bahia, a 8 km da cidade de Itapebi-BA e a 118 km da cidade de Belmonte-BA conforme a Figura 2. O local onde foi instalada a usina hidrelétrica fica a 619 km de Salvador e 902 km de Belo Horizonte. O principal acesso ao empreendimento se dá através da BR-101 que faz ligações com cidades que possuem aeroporto na região como Ilhéus e Porto Seguro, distantes 200 km e 110 km, respectivamente da usina (Estudo de Impacto Ambiental da UHE Itapebi elaborado pela ENGEVIX, 1995).

Figura 2 - Mapa de Localização da UHE Itapebi



Fonte: Itapebi Geração de Energia S.A. apud Gavião (2006).

Na década de 60 começaram os primeiros estudos no Baixo de Jequitinhonha a fim de viabilizar a construção desse empreendimento hidrelétrico. Durante muito tempo FURNAS estudou essa região e interrompeu as atividades, transferindo-as para a CHESF, que aproveitou todo material herdado de FURNAS e, em 1989, atualizou e reelaborou o material, dando origem a revisão dos Estudos de Inventário, que foi concluído pela ENGEVIX no ano de 1991 (Estudo de Impacto Ambiental da UHE Itapebi elaborado pela ENGEVIX, 1995).

Em 1998 quando o consórcio formado pela Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA) e a empresa Neoenergia ganhou a licitação para explorar o aproveitamento hidrelétrico de Itapebi (figura 3), foi criada a empresa Itapebi Geração de Energia S.A para operacionalizar a UHE Itapebi. Em abril de 1999, a empresa obteve a concessão de uso de bem público para a UHE Itapebi, além da autorização para implantar o sistema de transmissão de interesse restrito da central geradora. A construção começou em 1999 e foi concluída em 2003, quando a usina entrou em operação (ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A., 2018).

Figura 3 - Vista Aérea da UHE Itapebi



Fonte: Itapebi Geração de Energia S.A., 2018.

Um dos principais objetivos da construção da UHE Itapebi foi a geração de energia elétrica para atender as demandas das Empresas Petroquímicas do Brasil S.A (EPB) na cidade de Salvador e de outras empresas do Polo Petroquímico de Camaçari-BA. Conforme a figura 4, a UHE Itapebi inundou terras de municípios dos Estados da Bahia e Minas Gerais, sendo Itapebi (51,50%), Itagimirim (30,12%) e Itarantim (13,31%) na Bahia e Salto da Divisa (5,54%) em Minas Gerais, num total de 62,48 km² (6.248 hectares), e acumula um volume d'água de 1,6 bilhão de metros (Estudo de Impacto Ambiental da UHE Itapebi elaborado pela ENGEVIX, 1995).

Apesar dos municípios baianos terem sido mais atingidos em termos de área inundada, Salto da Divisa, em Minas Gerais, foi o único que além da área rural, a inundação atingiu também áreas urbanas, comprometendo o modo de vida das comunidades ribeirinhas que utilizavam o rio Jequitinhonha para exercer suas atividades econômicas de subsistência, causando assim, inúmeros conflitos sociais na localidade. Por esse motivo, e também devido à mobilização dos atingidos em Salto da Divisa, a delimitação espacial da pesquisa se restringe ao município mineiro. Não há registros documentais de que a mobilização ocorrida em Minas Gerais tenha sido observada no caso dos municípios baianos.

A Igreja Católica relatou que não houve nenhuma iniciativa da empresa para abordar diretamente a população. Ela procurava a prefeitura para falar sobre a construção da hidrelétrica. Nesse sentido, explicou que, juntamente com o GADDH “impuseram” essa aproximação com intuito de mostrar para a empresa que na localidade havia um povo organizado que lutava pelos direitos humanos, conforme relatado por representante da Igreja:

Não houve aproximação... pelo contrário, nós é que impusemos, o GADDH e a igreja é que pôs, que por eles faziam nada, com eles era só cá mesmo que tinha que ser enquanto prefeitura e povo nada. Ai então a aproximação não foi nem uma aproximação não, foi uma imposição, que quando eles chegaram êpa, auto lá! aqui existe um povo, e aqui existe um povo organizado e eles levaram um choque daqueles, sabe? Não, aqui nós temos, nós temos uma ONG, nós temos um grupo dos direitos humanos, nós temos pessoas, nós temos advogados, nós temos procuradores, promotores, nós temos irmãs, bispos, e nós temos o povo, então reuniões não é só lá com o seu prefeito, câmara de, de vereadores. Eles tinham as reuniões deles lá, mas eles não iam embora daqui antes de ter reunião com a gente, que eles sabiam que o povo não ia permitir isso aí. É, tanto que quando eles começaram a construir, começou toda aquela construção lá, muito pararam aqui, muitos barraram na frente daquelas máquinas lá, pelo fato deles não tá respeitando o que estava combinado, vamos dizer assim, pra ser feito (Entrevista com ministra extraordinária da comunhão eucarística da Igreja Católica em 26 de novembro de 2018).

A Associação Comunitária das Lavadeiras de Salto da Divisa reforça esse apoio do GADDH.

Não, ela não procurou a Associação de Lavadeiras, tudo foi conseguido com o grupo de defesa de direitos humanos, Deus primeiramente, porque é igual eu tô falando, não conhecia, não sabia que que era isso, então quando o grupo sabia e reconhecia, e sabia que eles só vinha pra poder destruir. (Entrevista com presidente da Associação Comunitária das Lavadeiras de Salto da Divisa em 22 de novembro de 2018).

A empresa tentou aproximação com a Rádio Comunitária no intuito de realizar anúncios sobre a construção da UHE para a população. Contudo, a mesma recuou ao perceber que esse veículo de comunicação estava ligado à Igreja Católica (Irmãs Dominicanas) e ao GADDH.

(...) ela tentou aproximar, mas quando percebeu que as irmãs dominicanas e o GADDH, que é o Grupo de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos que tava à frente, eles deram uma recuada, porque eles acharam que aquele veículo lá como diz o dito popular, era “a casa da mãe Joana” e eles pegaram um grupo organizado, então eles deram uma recuada. Tivemos lá uns dois, três anúncios, mas foi quando a empresa pediu pra algumas pessoas da

comunidade ribeirinha se retirassem das ilhas, algumas pessoas se apossaram de algumas ilhas. É... foi um momento que eles nos procurou, e também qualquer tipo de anúncio que tinha lá, não que a gente era manipulado e submisso mas a gente era orientado, né, pelas irmãs, que qualquer tipo de anúncio nesse sentido procurasse elas primeiro. Foi quando as irmãs muito inteligentes dizem assim: “não pode anunciar o que eles querem”, né? anunciou, foi lá e chegou lá tinha um grupo resistente lá também. Quer dizer, eu anunciei e quando eles chegaram lá já tinha pessoas de movimento (Entrevista com representante da Associação Comunitária de Comunicação em 20 de novembro de 2018).

A aproximação com os extratores ocorreu quando a ENGEVIX, empresa responsável pelos Estudos de Impacto Ambiental foi realizar o cadastramento de algumas pessoas para serem indenizadas monetariamente em decorrência da perda da atividade dessa categoria. Contudo, verificou-se que nesse cadastramento, nem todos os extratores foram incluídos, além do que se viu que a indenização havia sido irrisória conforme relatado:

Teve aproximação assim, que eles falavam que iam pagar aqueles que tavam na área trabalhando, que eles ia acertar. Mas só que chegou no momento que foi pro acerto, que eles colocou eles na parede e falou que eles recebem tanto que eu vou dar procês, e vocês não recebem nada. E nem era o extrator tudo, só a metade também, entendeu. Porque na época a ENGEVIX teve aqui, que era ela que fazia o cadastramento, ela cadastrou a metade das pessoas, o resto ficou sem cadastrar. Então a empresa aproveitou a oportunidade, que só pagaria aqueles, pagaria dessa forma, porque era uma mixaria que eles deu, 17 mil e pouco. Que era, esse 17 mil era indenização das ferramentas que eles tinha, agora o trabalho não. (Entrevista com presidente da Associação Comunitária dos Extratores de Salto da Divisa em 23 de novembro de 2018).

A aproximação da ENGEVIX com os pescadores ocorreu no momento da elaboração do EIA/RIMA em que a empresa mandou uma equipe de biólogos para realizar o levantamento pesqueiro. Esses biólogos entraram em contato com os pescadores e nesse processo o GADDH entrevistou com intuito da empresa fazer uma negociação com essa categoria de atingidos:

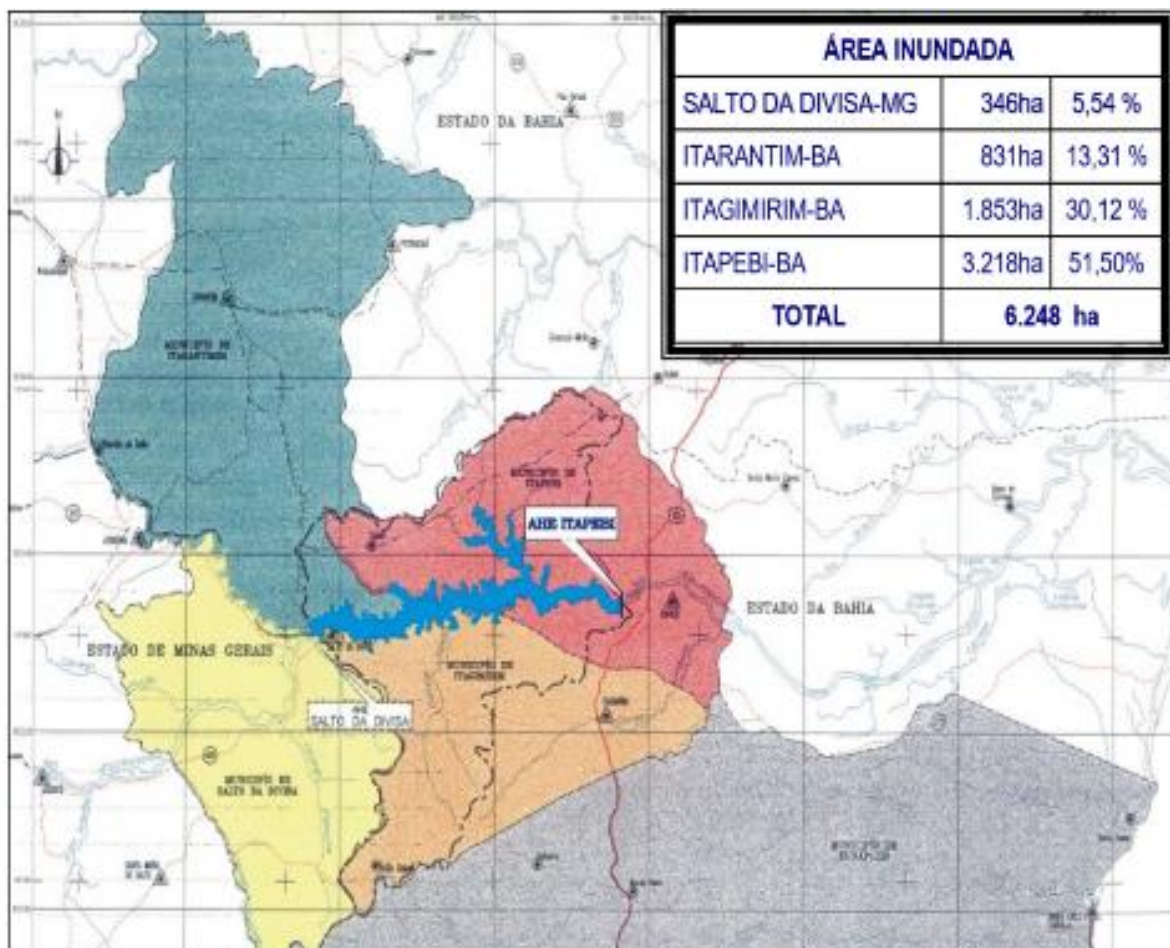
Olha, é... mandavam uma equipe de biólogo fazer o levantamento pesqueiro. Esse biólogo (...) pra fazer a pesquisa dele claro que dependia do pescador. E entre esses (...) que acompanhou a pesquisa, eles (...), eu e mais outro. Bom, foi uma das maneiras que eles chegaram a aproximar da gente. Mas a empresa, ela queria atropelar tudo e todos, todos e tudo. Então, por intermédio do GADDH que as coisas começou a fluir e eles viram que a gente não ia deixar a coisa barato, e aí foi a maneira que abriu o leque pra gente sentar e negociar. Abriu uma brecha, né? (Entrevista com presidente da Associação dos Pescadores de Salto da Divisa em 25 de novembro de 2018).

Com base em Vainer e Araújo (1990), é possível argumentar que a empresa se aproximou das comunidades rurais por meio da “estratégia territorial patrimonialista” (VAINER; ARAÚJO, 1990, p. 20-21) em que reconhecia somente aqueles que detêm legalmente o direito de propriedade, não reconhecendo todos os agricultores familiares e trabalhadores das áreas que seriam inundadas. A empresa utilizou também outra estratégia, a “negociação individual” (VAINER; ARAÚJO, 1990, p. 20-21) para comprar as terras num preço bem abaixo do valor de mercado. Com isso, alguns agricultores familiares receberam

uma indenização no valor de 30 mil em decorrência da área que seria inundada. Os fazendeiros, por sua vez, donos das terras próximas às comunidades rurais estavam a favor do empreendimento e não deram nenhum apoio aos agricultores familiares para que eles não aceitassem a proposta inicial da empresa:

(...) a primeira cartada dela é essa, se houvesse resistência, aí poderia ter um final diferente. É. Porque na visão de quem não conhece, acha que trinta mil é muito. Tipo assim, que vai durar... É muito pra nós pobre, trinta mil! Quem vive lá no mato, nossa senhora... Vivendo do que produz e vendendo barato... Para o fazendeiro a construção da barragem foi maravilhosa, porque antes eles não tinha água pro gado beber. E com o enchimento do lago o que veio favorecer. E os, e os fazendeiro, porque a água veio na porta de sede pra eles (Entrevista com representante da Associação das Comunidades Rurais de Salto da Divisa em 25 de janeiro de 2018).

Figura 4 - Mapa Área Inundada da UHE Itapebi nos Estados da Bahia e Minas Gerais



Fonte: Estudo de Impacto Ambiental da UHE Itapebi elaborado pela Engevix (1995).

O mapa acima (figura 4) demonstra as áreas inundadas no lado mineiro e do lado baiano. Estudos realizados na região por Gavião (2006) e Pereira (2011) relatam que houve várias falhas na elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da UHE de Itapebi, dentre elas os autores elencam: erro na previsão da área que seria inundada e dos impactos socioeconômicos; ineficiência na elaboração e execução das medidas compensatórias e mitigadoras para a população atingida. Conforme os referidos autores, essas falhas foram responsáveis pela origem dos conflitos entre a população local do município de Salto da Divisa e o empreendimento, pois

prejudicaram a formulação de uma política do setor elétrico na região desde o início dos estudos de impacto ambiental, inviabilizando o processo indenizatório da UHE Itapebi que fosse coerente com os efeitos das inundações e deslocamento compulsório dos atingidos pelo empreendimento.

4.3 Análise dos Dados com Base nas Categorias e Subcategorias Analíticas

A análise dos dados empíricos da pesquisa ocorreu por meio da abordagem interpretativa nos moldes de Gil (2008) em que foram definidas três categorias e subcategorias de análise conforme o quadro 8 apresentado anteriormente.

4.3.1 Categoria de Análise: Organização

Diz respeito a *organizing*, ou seja, o processo organizativo, o conjunto das práticas que vão caracterizar o processo de organizar (Czarniawska, 2008).
(...) como meio para emancipação, como atividade em que cada participante aprende a cumprir responsabilidades diferentes, sempre no espaço da unidade do consenso produzido no coletivo. Esta organização, que transforma a potência do povo em poder (*potestas positiva*), se efetiva através de *processos e práticas orientados pela razão estratégico-crítica*, que não é razão instrumental, seu êxito não é o do meio-fim formal, mas o do pleno desenvolvimento da vida de todos: seu exercício *realiza a ação transformadora* (MISOCZKY 2010, p. 39).

Essa categoria de análise tem como objetivo identificar as características e o protagonismo das instituições que apoiam os atingidos na organização dos mesmos, bem como apresentar como ocorreu o processo organizativo local dos atingidos.

4.3.1.1 Caracterização e Protagonismo das instituições que apoiam os atingidos na organização dos mesmos

I Igreja Católica

Chegando ao município Salto da Divisa em 1993, as irmãs dominicanas foram morar na casa paroquial e se familiarizaram com o local até adquirirem uma casa para dar estabilidade à ação pastoral que queriam implantar através das Comunidades Eclesiais de Base (Cebs).

Desde quando chegaram a Salto da Divisa, enfrentaram muitos desafios, dentre eles a rejeição dos coronéis e dos latifundiários, mas lentamente a classe pobre foi se abrindo e confiando no trabalho das irmãs dominicanas. Com o intuito de se aproximarem da realidade local, as irmãs ficaram um longo tempo ouvindo as pessoas e estudando o lugar. Com isso, tomaram conhecimento dos problemas sociais existentes na localidade. A partir do conhecimento da realidade sócio-econômico-religiosa de Salto da Divisa, e tendo consciência dos grandes desafios que tinham pela frente, as irmãs iniciaram suas atividades pastorais. Começaram com reuniões de pequenos grupos nos bairros: reflexões bíblicas nas casas e animação litúrgica na igreja paroquial. Formaram pequenas comunidades de base e, em seguida, apoiaram a formação das associações de moradores. Tudo para favorecer a formação de lideranças, em nível local, diocesano e regional. Queriam propor a luta pela justiça e pela paz na cidade, proclamando a liberdade do povo em todas as dimensões humanas. Com a notícia da construção da UHE Itapebi as irmãs se mobilizaram para buscarem conhecimento dos impactos que esse empreendimento causaria na localidade:

O papel da igreja foi com irmã Rosa (dominicana) que tomou assim a iniciativa de proteger os atingidos, né? Então ela trabalhou muito, ela viajou

muito, ela foi a lugares onde tinha barragem, onde tinha construção de barragem, ela foi pra ver qual, qual foi o resultado aos atingidos. Então lá onde ela, ela foi, como Dalva também foi. É, elas viram assim uma situação muito dramática porque os atingidos não foram atendidos como os empresários, os construtores da barragem prometeram. Então elas foram se organizando e entraram em contato com a Odebrecht, que é a empresa que construiu a barragem e foi trabalhando com eles, foi muito penoso pra elas, viu. A igreja deu apoio aqui nessa situação, porque elas viram a situação de lugares onde tinha barragem que não foi como eles prometeram (Entrevista com ministra extraordinária da comunhão eucarística da Igreja Católica em 24 de janeiro de 2018).

Figura 5 - Igreja Matriz São Sebastião de Salto da Divisa - MG



Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador (2018).

A busca de conhecimento pelas irmãs dominicanas acerca das experiências de outras barragens contribuiu para a criação, com orientação da Igreja Católica, de duas importantes organizações locais para apoiar os atingidos como o Grupo de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos (GADDH) e a Associação Comunitária de Comunicação (ASSCOM). Essas entidades desempenharam o papel de organizações alternativas, conforme conceitua Misoczky (2010). Assim, a Igreja Católica, o GADDH e a ASSCOM tiveram importância crucial na organização inicial local dos atingidos pela UHE Itapebi no município.

II Grupo de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos (GADDH)

A Igreja Católica esteve à frente da criação do GADDH por intermédio das irmãs dominicanas com o objetivo principal de ajudar a conter o alto índice de violência sofrida pelas

mulheres que eram constantemente espancadas e ameaçadas de morte por seus maridos e pelos inúmeros casos de abusos sexuais de crianças e adolescentes que chegou a culminar na morte de mulheres e estupros de crianças e adolescentes na localidade. Essa situação na maioria das vezes era negligenciada pelas autoridades que não tomavam as providências cabíveis. E também nos casos de abusos advindos do próprio poder público e pessoas de má fé. Foi seu objetivo levar as pessoas a acreditarem que tinham condições de lutar pelos seus direitos, e que existia um grupo disposto a apoiá-las. Segundo seu estatuto, no art 1º, o GADDH foi fundado aos 7 de dezembro de 1997, na cidade de Salto da Divisa, como pessoa jurídica de direito privado, filantrópico, de caráter educacional, cultural, promocional, de denúncia, de assessoria, de estudo, de pesquisa, sem fins lucrativos e com duração indeterminada.

O GADDH passou a ser uma organização respeitada dentro do município de Salto da Divisa, não somente pela sociedade civil, mas também pelos órgãos públicos: Executivo, Legislativo e Judiciário. Devido ao seu trabalho em defesa e apoio aos direitos humanos, o GADDH foi escolhido como mediador entre os atingidos pela UHE Itapebi em Salto da Divisa e a empresa responsável pelo empreendimento desde que o anúncio de que a construção da hidrelétrica no município de Itapebi-BA iria atingir a localidade. Posteriormente o GADDH foi uma das organizações responsáveis e que motivaram os processos de organização dos atingidos pela UHE Itapebi no município.

III Associação Comunitária de Comunicação (ASSCOM)

Em 15 de novembro de 1998 foi criada a Associação Comunitária de Comunicação (ASSCOM), por iniciativa da Igreja Católica. Popularmente conhecida como Rádio Comunitária “A Voz do Povo” (figura 6), este veículo de comunicação passou a ter uma importância muito grande no município de Salto da Divisa, pois atingiu e uniu numa só vez as populações da zona urbana e rural.

Figura 6 - Rádio Comunitária “Voz do Povo” localizada nos fundos da Igreja Nossa Senhora Aparecida de Salto da Divisa- MG



Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador (2018).

A Rádio Comunitária “A Voz do Povo” surge legalmente para poder exercer a função de comunicação entre os saltenses e vizinhança, formando-os e informando-os, bem como oferecendo um serviço de utilidade pública aos moradores de área urbana e a zona rural. Além

disso, a criação da rádio foi importante para a conscientização da população por meio dos programas que interagiam com toda a comunidade conforme relato a seguir:

Então, uma das criações da rádio comunitária, foi pra que o povo tenha voz e vez. Porque nós vivíamos os anos atrás, umas décadas atrás, numa cidade onde imperava o coronelismo. Onde as pessoas não poderiam ter voz nem vez, né. Uma certa ditadura. E ao surgimento da rádio comunitária, quando surgiu a rádio, então o povo começou a participar, o povo começou a ligar, o povo via na rádio, vem na rádio e fala, pergunta, esclarece. Então a rádio comunitária é esse instrumento que está aí até hoje de informar e esclarecer, para que o povo tenha voz e vez de cobrar, de reivindicar seus direitos, seus deveres. Porque Salto da Divisa já viveu épocas aí que praticamente se fosse falar em direitos não poderia nem sair na janela. E depois do surgimento da rádio comunitária o povo aprendeu que pode falar, que ele pode ouvir, que ele pode reivindicar, que ele tem direitos e deveres. Esse é objetivo da rádio comunitária, instrumento de libertação (Entrevista com representante da Associação Comunitária de Comunicação em 23 de janeiro de 2018).

A rádio surgiu também como um elemento diferenciador e qualitativo no trabalho pastoral da Igreja Católica, pois favoreceu a união e a organização dos grupos, tais como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), as associações de bairros e outras associações que se preocupavam com questões específicas da população, assim, cumprindo sua missão como um instrumento a serviço da mesma. Nesse sentido, a rádio exerceu importante papel na organização dos atingidos pela UHE Itapebi, oferecendo espaço às suas reivindicações, divulgando informações de seu interesse e estreitando os canais entre os atingidos e a população como um todo.

IV Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) em Salto da Divisa - MG

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) no âmbito nacional cujo símbolo configura-se na imagem abaixo é um movimento social popular nacional de massa que luta em favor dos atingidos por barragens em todos os níveis regionais, sem distinção de sexo, cor, religião, partido político e grau de instrução. O MAB é responsável por organizar as pessoas atingidas por barragens com intuito de esclarecer e alertar a população dos impactos socioambientais que esse tipo de empreendimento causa na localidade, bem como orientar as pessoas acerca da violação dos seus direitos. Participam dos grupos de base do MAB todas as pessoas atingidas direta ou indiretamente por barragens que estão dispostas a lutarem pelos seus direitos como os pescadores, lavadeiras, pedreiros, meeiros, trabalhadores rurais sem-terra, entre outros. Todas as famílias do MAB em cada região estão organizadas por meio dos grupos de base, que é o principal elemento do MAB. Para além desses grupos existem coordenadores a nível, local, regional, estadual e nacional.

Figura 7- Símbolo do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)



Fonte: MAB (2018).

Segundo os relatos das entrevistas realizadas com os atingidos pela UHE Itapebi em Salto da Divisa o MAB nacional não esteve diretamente envolvido na problemática desses atingidos desde o anúncio da construção da usina hidrelétrica no município de Itapebi. No entanto, segundo os relatos, as irmãs dominicanas, juntamente com outros atingidos visitaram locais em que foram construídas usinas hidrelétricas para tomarem conhecimento e posteriormente alertar a população local sobre os impactos que a UHE Itapebi poderiam causar na localidade. Essas visitas possibilitaram o primeiro contato com o MAB. Contudo, o mesmo não acompanhou os atingidos em suas reivindicações desde o começo. Porém, a partir de 2015 por ocasião de um evento cultural no Vale do Jequitinhonha construiu-se um braço do MAB em Salto da Divisa a partir do qual as lutas locais passaram a ser inseridas no MAB nacional. Explica o depoente:

O MAB já tinha em Salto da Divisa, o que acontece que não tinha essa identificação do nome MAB. O que era apenas um movimento dos atingidos por barragem, que na época era coordenado pelas irmãs, a irmã Rosa, irmã Geraldinha, Terezinha. Sentiu-se a necessidade de organizar esses grupos através de associações. Foram criadas as associações de moradores, extratores de pedra, é, lavadeiras, pescadores. Enfim... foi criada toda uma estrutura pra que esses grupos tivesse condições, a... judicialmente de ir contra a implantação do projeto da Itapebi para geração de energia em Salto da Divisa. E essa implantação deu-se através de uma revogação de uma lei que nós tínhamos o Tombo da Fumaça tombado, como patrimônio histórico, material e imaterial. E na época foi revogado pelos vereadores, com o executivo também aceitou a implantação desse projeto em Salto da Divisa (Entrevista com coordenador do Movimento dos Atingidos por Barragens em Salto da Divisa em 12 de janeiro de 2018).

Viu-se anteriormente que não apenas os fazendeiros estavam contentes com a chegada do empreendimento por favorecer água em suas terras para gado como também a elite política local que não apoiou os atingidos como se verá adiante.

Como mencionado acima, o estreitamento de laços ocorrido a partir de 2015 foi um marco para o movimento local quando, entre os dias 26 de julho a 01 de agosto ocorreu em Salto da Divisa o 32º Festival de Cultura Popular do Vale do Jequitinhonha (FESTIVALE). Nesse evento, além de organizações culturais de toda a região, também estava presente representantes do MAB nacional. A partir dessa ocasião, com o MAB conhecedor dos problemas locais causados pela UHE Itapebi, iniciou-se um processo de articulação entre o MAB nacional e as organizações de atingidos locais no apoio às suas reivindicações. O MAB tem uma estrutura bem profissional com uma visão bastante ampla dos direitos dos atingidos, por esse motivo reconhece que os atingidos não são apenas as pessoas que fazem parte das organizações de atingidos, mas sim toda a população do município:

Então (...) se falar dos movimentos dos atingidos por barragem, falamos apenas de Salto. Que era o grupo formado por moradores, pela Igreja Católica, os direitos humanos, tudo in loco, tudo em local. Mas não só aqui, o MAB se tratando de identificação, o MAB, que é agora uma organização internacional, até. Tá mais ou menos que está trabalhando em Salto da Divisa agora, direcionado os trabalhos aqui. Até porque é uma estrutura totalmente diferente, uma estrutura bem profissional, com pessoas que têm uma visão além daquela de atingidos, os atingidos vê apenas os seus direitos. O MAB tem uma visão ampla dos direitos de partes, sabe? (...) já temos cento e oitenta famílias atendidas. E chega em torno de quase seiscentas pessoas atingidas, é, atendida hoje pelo MAB hoje em Salto da Divisa... O MAB hoje ele é reconhecido em Salto, tanto pelas pessoas que estão vinculadas às associações, quanto àquelas que não estão. Porque entendeu-se que os atingidos não foi apenas aqueles das associações, é no entorno da cidade toda (Entrevista com coordenador do Movimento dos Atingidos por Barragens em Salto da Divisa em 12 de janeiro de 2018).

Com isso, o MAB criou quatro grupos de base na localidade. Esses grupos são coordenados pelos representantes das organizações locais de atingidos. Devido à ampla visão do MAB em relação aos direitos dos atingidos, fazem também parte desses grupos tanto as pessoas que participam dessas organizações quanto as pessoas que, embora não estejam inseridas nesses grupos se consideram atingidas. Vale ressaltar que a inserção do MAB no município não alterou a estrutura das organizações locais de atingidos:

As associações continuam funcionando normalmente. (...) Até porque as visões das associações e a visão do MAB elas andam juntas (Entrevista com coordenador do Movimento dos Atingidos por Barragens em Salto da Divisa em 12 de janeiro de 2018).

Os mencionados “grupos de base” do MAB, formados pelos próprios atingidos vieram fortalecer as demandas locais e contribuir para a articulação das organizações locais de atingidos com o MAB estadual e nacional, mesmo que a política de garantia de direitos dos atingidos pela UHE Itapebi já esteja judicializada.

4.3.1.2 Processo organizativo local dos atingidos

I Associação Comunitária das Lavadeiras de Salto da Divisa

As lavadeiras (figura 8) de roupa de Salto da Divisa exerciam suas atividades econômicas nas margens do rio Jequitinhonha lavando roupas para as famílias do município.

Na maioria das vezes trabalhavam em grupos quando proseavam e cantavam durante a lavagem das roupas.

Figura 8 - Lavadeiras de Roupas de Salto da Divisa no rio Jequitinhonha antes da UHE Itapebi – atualmente área inundada



Fonte: Acervo de Imagens do Plenário da Câmara Municipal de Salto da Divisa - MG (Anexo V).

Essa atividade de lavagem de roupa artesanal se transformou numa tradição cultural em que as lavadeiras por meio dos seus cantos passaram a ser reconhecidas como as lavadeiras do Jequitinhonha.

Com a chegada da UHE Itapebi no município, como não constava no EIA/RIMA que o lago iria inundar as margens do rio onde as lavadeiras lavavam roupas, essas profissionais não foram consideradas como atingidas pela hidrelétrica.

Consequentemente, após o enchimento do lago, as margens do rio Jequitinhonha e os lajedos que eram utilizados para secagem das roupas foram totalmente inundados em todo o perímetro urbano do município. Diante dessa situação, as lavadeiras foram se reunindo para formarem a Associação Comunitária das Lavadeiras de Salto da Divisa, apoiadas pela Igreja Católica e pelo GADDH, ampliando o conjunto de organizações que se formavam em torno das questões relativas aos prejuízos profissionais resultantes da chegada da hidrelétrica.

Aí foi Deus primeiramente que nós juntou com o Grupo de Defesa dos Direitos Humanos, as irmãs dominicana que tava junto, e muita gente que procurava recurso fora pra poder ajudar, entendeu? E aí lá vai, aí quando chegou na época que eles começaram e tal a trabalhar e tal embaixo do Itapebi e fazer com a construção dessa barragem falando que ninguém ia ser atingido. (...) Aí nós, a gente, sempre se reunia, e falava com as irmãs, nós vamos ser atingidos uma por uma. Não, eles falam que não vamos ser atingidos, que vamos ser livres, e que todo mundo vai lavar roupa e que água vem só até o

mirante. Do mirante pra cima era onde todo mundo usava... Eu só sei que o processo foi rolando e nós foi se sentindo prejudicado, entendeu? E a gente junto com as irmãs, junto com a comunidade chegar e perguntar pra gente vocês não participam de reunião, vocês têm que cadastrar uma associação e tal, participar de reunião, participar da comunidade tal, né. Para formar a Associação as irmãs ficaram cadastrando o povo, foi cadastrando o povo, arranjando camisa da marca de atingidos (Entrevista com presidente da Associação Comunitária das Lavadeiras de Salto da Divisa em 10 de janeiro de 2018).

Embora a empresa tenha construído uma lavanderia comunitária como forma de compensar o fim da atividade de lavagem de roupa nas margens do rio, esta, na visão das lavadeiras, não atendeu às suas necessidades e suas reivindicações permanecem as mesmas. Para a empresa responsável pela UHE Itapebi, as negociações com essa categoria já foram dadas por encerradas. Mesmo assim, as lavadeiras continuam se reunindo e apresentando seus pleitos junto aos empreendedores pleiteando em função dos prejuízos que elas justificam com o fim da atividade de lavagem de roupas no rio Jequitinhonha.

II Associação dos Pescadores de Salto da Divisa (APSD)

Assim como as lavadeiras, os pescadores (figura 9) também exerciam suas atividades nas margens do rio Jequitinhonha como meio de sustento para suas famílias e também como subsistência, fazendo parte da cultura e tradição da cidade a pesca artesanal.

Figura 9 - Pescadores de Salto da Divisa no rio Jequitinhonha antes da UHE Itapebi - atualmente área inundada



Fonte: Acervo de Imagens do Plenário da Câmara Municipal de Salto da Divisa - MG (Anexo V).

Com o anúncio da construção da UHE Itapebi, assim como surgiram dúvidas sobre a melhoria de vida profissional dos pescadores, surgiram também diversas preocupações em relação ao futuro da pesca artesanal no rio Jequitinhonha conforme relato a seguir:

Tudo isso que aconteceu foi em função dela. Até meio porque, eu só vou voltar um pouquinho atrás, até mesmo porque na época que não existia hidrelétrica, nosso trabalho era um trabalho artesanal, bem artesanal mesmo. É, e a gente não precisava de tudo isso pra poder sobreviver, só precisava de uma tarrafa, uma prancha de surf, uma capanga de borracha e um saco de farinha era as nossas tralhas de pescaria. E hoje estamos nessa situação graças ao surgimento da hidrelétrica, que teve impactos ambientais e acabou com a nossa tradição, a nossa tradição profissional. Não que eu tô sendo contra o progresso, é, mas que o progresso existe, mas também respeitando as nossas tradições, os nossos direitos (Entrevista com presidente da Associação dos Pescadores de Salto da Divisa em 21 de janeiro de 2018).

Visto as incertezas que rondavam essa atividade tradicional os pescadores, com o apoio das entidades, já atuantes pela causa dos atingidos, passaram a se reunir, se organizaram e criaram a Associação dos Pescadores de Salto da Divisa (APSD) com a finalidade de apresentar suas demandas junto à UHE Itapebi, tendo em vista que, com o enchimento do lago, a atividade pesqueira sofreu grandes alterações afetando a produção da pesca da região. A APSD foi uma das organizações pioneiras no município e devido a sua experiência outras organizações de atingidos foram surgindo ao longo dos anos conforme relato a seguir:

Olha, a associação de pescadores de Salto da Divisa, ela é uma pioneira. Foi por intermédio dela que desembolou todo o processo de, dos impactos, de reconhecimento dos impactos. Aí por intermédio dela veio as associações das lavadeiras, foi criada a associação dos pedreiros, dos extratores de pedra e areia, né. Até, até a associação pegou uma causa bem do próprio município que englobou essa questão aí, pra... É... dá prosseguimento nos processos. Então a associação de pescadores, ela, nesse sentido é das, principais, né? (Entrevista com o presidente da Associação dos Pescadores de Salto da Divisa em 21 de janeiro de 2018).

A APSD continua com suas reivindicações frente a UHE Itapebi para que seus direitos sejam garantidos. Essa associação deu origem a outra organização de pescadores, o que será visto mais à frente nesse trabalho.

III Associação de Pedreiros de Salto da Divisa

Essa categoria sofreu impactos com a vinda da UHE Itapebi, devido ao fim das atividades de extração de pedra, areia e dos fazedores de bloco em decorrência da inundação do lago. Com isso, houve o encarecimento da matéria prima que era retirada pelos extratores e por consequência o aumento do desemprego para os pedreiros. Diante da nova situação que se apresentou aos pedreiros, esse grupo social encontrou apoio e orientação da Igreja Católica e GADDH criaram a Associação de Pedreiros de Salto da Divisa. Essa situação é relatada pela Associação de Pedreiros de Salto da Divisa conforme notas taquigráficas de Audiência Pública realizada pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) em Belo Horizonte em 20 de dezembro de 2016:

Eu gostaria de explicar um pouco como surgiu a Associação dos Pedreiros. Foi uma das entidades criadas por último, porque, quando a Itapebi iniciou

todos os procedimentos de informação sobre a construção da hidrelétrica, sempre deixou alguns pontos que não fechavam. Por isso a Associação de Pedreiros só foi sentir o impacto após o enchimento do lago, que aconteceu se não me falha a memória, em novembro de 2002, quando o lago começou a cobrir as Cachoeiras do Tombo e da Fumaça... Quem viu não se conteve e se emocionou vendo aquilo. Cobriu toda a área de onde era extraída a pedra, a brita e a areia, automaticamente, nós, pedreiros, a construção civil, seríamos atingidos porque não pagávamos nada por aquela matéria prima. Simplesmente íamos lá, pegávamos e usávamos para construir. Naquela época também se encerrou uma atividade dos pedreiros artesanais que construía as alvenarias feitas de pedras espelhadas. No Salto ainda se encontra muita casa construída por alvenarias artesanais. Quando nos deparamos com essa situação, criamos nossa associação, em março de 2003, composta por 174 profissionais da construção civil e ajudantes de pedreiros (MINAS GERAIS, 2016, p. 22-23).

A Associação de Pedreiros de Salto da Divisa conta que a inundação do rio Jequitinhonha em decorrência da UHE Itapebi levou à extinção da areia e das pedras que eram retiradas do local. Com isso, as obras diminuíram e a escassez de trabalho levou muita gente a mudar da cidade. Os pedreiros não receberam nenhuma indenização e por isso reivindicam seus direitos frente a UHE Itapebi.

IV Associação das Comunidades Rurais de Salto da Divisa (ACRUSALD)

Segundo o art.1º do seu estatuto, a Associação das Comunidades Rurais de Salto da Divisa (ACRUSALD) foi fundada em 01 de maio de 2005, com sede na Comunidade Rural da Ilha Paraíso, e foro na Comarca de Jacinto - MG, como uma sociedade civil de direito privado, com personalidade jurídica própria, com duração indeterminada, sem fins lucrativos ou econômicos e regida pelo próprio estatuto. De iniciativa de três agricultoras familiares, que começaram a se reunir para discutir a situação dos agricultores familiares, a ACRUSALD foi criada, com o objetivo de agregar e defender os direitos de todos os pequenos produtores familiares rurais do município, em que, além da comunidade rural Ilha Paraíso, outras comunidades rurais também passaram a fazer parte da associação, saber: a Ilha Maravilha, a Ilha Fantasia, a Ilha Brilho do Sol, a Ilha Monte Cristo, a Ilha Girassol, a Ilha Nova Gália entre outras. Vale ressaltar que esse conjunto de ilhas fica localizado acima do reservatório da UHE Itapebi. Entretanto, outras comunidades rurais também foram atingidas porque estavam na área que foi inundada pela UHE Itapebi, fazendo com que parte dos agricultores familiares que viviam nessas comunidades rurais fosse buscar refúgio nas comunidades rurais que estavam acima do reservatório. O relato abaixo mostra como ocorreu a abordagem da empresa responsável pela construção da UHE Itapebi nas comunidades rurais que foram inundadas:

A empresa comprando terras baratas, com preço de banana. Se autofavorecendo, né? faltando a justiça social. E eles (agricultores familiares) achando que aqueles trinta mil era muito dinheiro... A primeira cartada dela (UHE Itapebi) é essa, se houvesse resistência, aí poderia ter havido um final diferente... Para o fazendeiro, a construção da barragem foi maravilhosa, porque antes eles não tinha água pro gado beber. E com o enchimento do lago veio favorecer. (Entrevista com representante da Associação das Comunidades Rurais de Salto da Divisa em 25 de janeiro de 2018).

Para representante da ACRUSALD ouvida na pesquisa, prejuízos sofridos pelos trabalhadores rurais com a UHE Itapebi ferem o direito constitucional dessa categoria de trabalhadores e comprometem o fomento do progresso e avanço da extensão rural em Salto da Divisa - MG. Nesse sentido, a ACRUSALD apresenta como proposta junto aos produtores atingidos: identificar, analisar, mobilizar e concentrar esforços no sentido de que os produtores familiares rurais conquistem maior atenção dos órgãos públicos competentes, de forma a obterem mais apoio para a produção e comercialização de seus produtos, através de intervenções políticas e sociais organizadas.

V Associação Comunitária dos Extratores de Salto da Divisa (ACOES)

Associação Comunitária dos Extratores de Salto da Divisa (ACOES) é uma organização que engloba as categorias de extratores de pedra, areia e fazedores de bloco. Essa organização foi criada devido a impossibilidade da extração de pedra e areia em decorrência da inundação do rio Jequitinhonha e como consequência o desemprego generalizado desses trabalhadores. Esses atingidos reivindicaram seus direitos frente a UHE Itapebi, os extratores de pedras reivindicavam que fosse disponibilizado pela empresa um novo local com toda estrutura para a extração de pedras e areia nos arredores do município. Porém a empresa conforme relato a seguir utilizou uma estratégia pressionando esses extratores para que a indenização fosse feita em dinheiro, porém nem todas suas demandas foram atendidas e a empresa não reconheceu todas as categorias que foram agregadas nessa associação.

As pessoas que nem sabiam o que era barragem, nem pensavam de ser atingidas, foram atingidas também. E hoje nós formamos grupos - os grupos de lavadeiras, grupos de extratores com os tiradores de areia, os fazedores de bloco que dependia da areia do rio, né. Eles chamaram os extratores, e fizeram reuniões várias vezes, junto com a irmã. E aí quê que aconteceu? Eles... teve dia que eles colocou eles na parede e falou "Ou tudo ou nada, ou vocês recebem essa quantia que eu tô dando, ou nada" eles já tavam praticamente cansados daquela luta, receberam, mas não foi indenização, foi apenas uns trocados que deram pra eles. E aí ficaram... nove extratores sem receber nada, porque estavam acima do mirante e pensavam que o cabo não ia até lá. E essas pedras que eles tiravam era da beira do lago, a areia também era do lago do rio, Jequitinhonha... E quê que acontece? até hoje nós estamos com as associações formadas, tudo documentado, tamo na justiça, e já tá pra mais ou menos o que, uns dezesseis, dezessete anos que tá na justiça. Nós não temos resposta de nada (Entrevista com presidente da Associação Comunitária dos Extratores de Salto da Divisa em 10 de janeiro de 2018).

Para essa categoria de atingido, a empresa falhou ao não identificar que o grupo era maior, o que configura mais uma falha e mais um impacto não previsto nos estudos de impacto ambiental pela UHE Itapebi. Outro impacto não previsto foi o alagamento da área de extração de areia próxima ao porto de Itapuã. Essa situação fez com que essa categoria se organizasse como o apoio da Igreja Católica e do GADDH para formar a Associação Comunitária dos Extratores de Salto da Divisa (ACOES) com intuito de continuar reivindicando junto a UHE Itapebi os seus direitos.

VI Colônia dos Pescadores de Salto da Divisa

A Colônia dos Pescadores de Salto da Divisa, também conhecida pelo nome Colônia dos Pescadores Artesanais e Aquicultores de Salto da Divisa/MG – Z 33 é uma organização

que originou da Associação de Pescadores de Salto da Divisa (APSD) com o objetivo de garantir os direitos trabalhistas de todos os pescadores da associação. O depoente entrevistado explicou que os pescadores artesanais e aquicultores se organizaram para a criação da Colônia mesmo que já houvesse uma associação de pescadores criada, porque a Colônia tem mais peso institucional para recorrer aos seus direitos trabalhistas. A criação da Colônia dos Pescadores em Salto da Divisa facilitou os tramites burocráticos para os pescadores e pescadoras adquirirem seus direitos trabalhistas, como o seguro defesa, o auxílio maternidade aposentadoria entre outros. Isso fortaleceu a luta dos pescadores junto aos atingidos. O depoente explica essa situação:

Bom, no início não existia Colônia aqui pelo fato de a gente ser meio leigo no assunto, né. Então aí a gente fundou uma associação, uma associação é diferente da colônia. Colônia, ela faz muitas coisas em benefício do pescador, principalmente a aposentadoria, enquanto que a associação não faz isso, entendeu? Ela adquire o seguro defesa, ela salário maternidade, ela busca recursos para o pescador sobre a aposentação, aposentadoria do pescador. E por isso que a gente como aqui é distante da cidade, que tinha colônia, igual tem a cidade de Almenara, então a gente optou pra fundar a colônia aqui, que, no entanto, não tinha colônia. E a gente optou por essa fundação da colônia aqui, pelo fato das pessoas ser carente e não ter dinheiro pra deslocar daqui, porque a distância é muito longa, e os pescadores não têm recurso pra isso. Entendeu? (Entrevista com presidente da Colônia dos Pescadores de Salto da Divisa em 23 de janeiro de 2018).

A Colônia dos Pescadores de Salto da Divisa (figura 10) está funcionando numa sala cedida pela prefeitura de Salto da Divisa na rodoviária do município e conta com 110 membros, todos permaneceram como membros da Associação criada anteriormente.

Figura 10 - Colônia dos Pescadores de Salto da Divisa - MG



Fonte: Arquivo Pessoal do pesquisador (2018).

Embora a Colônia dos Pescadores seja uma organização que tenha surgido para assegurar os direitos trabalhistas dos pescadores, suas reivindicações frente a UHE Itapebi são semelhantes às da Associação de Pescadores. Entretanto a empresa interage somente com a Associação. Então eles se organizaram de maneira que somente a Associação ficasse responsável por apresentar as demandas dos pescadores frente a UHE Itapebi, e se fortalecendo com o apoio da Colônia enquanto esta última ficou responsável por apresentar as demandas dos pescadores frente as organizações institucionais trabalhistas.

VII Associação das Casas Danificadas

A Associação das Casas Danificadas surgiu devido à necessidade de a população reivindicar seus direitos devido aos impactos causados nas suas casas durante a construção da UHE Itapebi no município durante e após o enchimento do lago. As casas começaram a rachar devido as explosões de pedras para a construção de obras, bem como pela grande circulação de caminhões e máquinas pesadas provocada pelas obras da UHE Itapebi no município de Salto da Divisa e após o enchimento do lago, em que anos depois, outras casas começaram a ter rachaduras.

No início, os atingidos pelas casas danificadas foram se reunindo e se organizando em grupos menores e posteriormente formaram a Associação das Casas Danificadas para terem legitimidade nas suas reivindicações frente à UHE Itapebi. Explica um depoente sobre a formação dessa associação:

Eu tinha um grupo, não era associação mesmo, era um grupo cê entendeu? Onde desde quando formou esse grupo que eu fui ser o representante, cê entendeu. Aí depois que a gente formou a associação... Aí o próprio juiz falou pra gente que a gente tinha que formar uma associação pra ficar mais fácil de tá, é, resolvendo os problemas (Entrevista com presidente da Associação das Casas Danificadas em 18 de janeiro de 2018).

Informações da Associação das Casas Danificadas nessa mesma entrevista, registram que há 553 famílias que reivindicam junto a UHE Itapebi reparação das suas residências, e que, com o enchimento do lago, a água invadiu o lençol freático da cidade, causando danos em diversas casas de diferentes bairros da cidade e que os residentes não possuem condições financeiras para realizar as reformas necessárias.

4.3.2 Categoria de Análise: Repertório de Ações Coletivas

“um conjunto de formas de ação” em que há motivação política; “um repertório familiar de ações coletivas que estão à disposição das pessoas comuns num dado momento histórico” (TILLY, 1978, p. 151-152);

Ações coletivas que surgem da conjugação do tempo com a história mais o espaço/territorialidade, que são os vínculos das ações coletivas com os lugares Bringel (2012).

Essa categoria de análise registra as ações coletivas apresentadas pelas associações de atingidos e pelas instituições locais que os apoiam, bem como os avanços e desafios dessas ações coletivas nas articulações entre as associações de atingidos e as instituições que os apoiam.

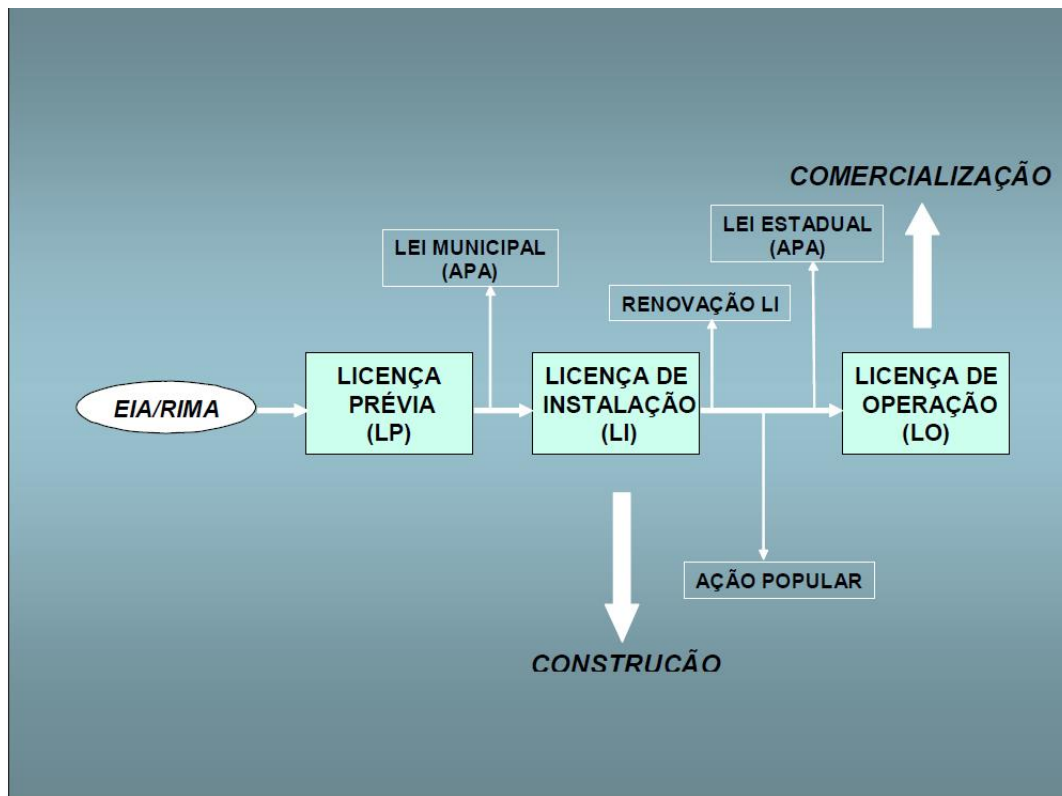
4.3.2.1 Ações coletivas apresentadas pelas associações de atingidos e pelas instituições locais que os apoiam

Com o discurso de “progresso” a empresa construtora, Odebrecht, autorizada por concessionária da Eletrobrás, em 1997 fez os primeiros contatos numa audiência pública com o poder público local, com a Igreja Católica e com liderança dos moradores para anunciar que o município iria fazer parte do projeto do reservatório da UHE Itapebi, um antigo projeto do setor elétrico brasileiro. Nessa ocasião foi apresentado o projeto de construção da UHE Itapebi. Essa audiência pública¹⁹ ocorreu no Clube Social da cidade e tinha como objetivo inicial de dar o primeiro passo para o processo de licenciamento ambiental do empreendimento. Segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA, 2018), o processo de licenciamento ambiental de usinas hidrelétricas é composto de três fases: a) Licença Prévia (LP) que atesta a viabilidade ambiental de empreendimentos, aprovando sua localização e concepção e estabelecendo condições a serem atendidas para a próxima fase; b) Licença de Instalação (LI) que autoriza a instalação do empreendimento ou da atividade, de acordo com as especificações constantes nos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e condicionantes; c) A Licença de Operação (LO) que autoriza a operação da atividade ou do empreendimento, após verificar o cumprimento do que consta nas licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e as condições determinadas para a operação. Nesse sentido, nessa primeira audiência o intuito era a obtenção da Licença Prévia.

A Associação Comunitária de Lavadeiras de Salto da Divisa ressalta que o projeto apresentado na audiência pública foi bem recebido, principalmente pelas autoridades locais. Contudo, a Igreja Católica, o GADDH e as pessoas que seriam atingidas se posicionaram contrárias ao empreendimento, pois, para representante das lavadeiras, nas propostas do empreendimento apresentadas pela Odebrecht, “tudo parecia uma beleza”, mas a população não era importante no projeto, mas recebeu, no clube lotado de pessoas o apoio total do prefeito. Nessa audiência foi aprovada a licença prévia da UHE Itapebi. Entretanto nas outras fases do processo de licenciamento houve diversos questionamentos por parte da população conforme mostra a figura a seguir.

¹⁹ A Audiência Pública é uma das etapas da Avaliação de Impacto Ambiental e o principal canal de participação da comunidade nas decisões em nível local. O procedimento consiste em apresentar aos interessados o conteúdo do estudo e do relatório ambiental (diagnósticos, área de influência, impactos positivos e negativos do empreendimento, medidas mitigadoras e compensatórias), esclarecendo dúvidas e recolhendo as críticas e sugestões sobre o empreendimento e as áreas a serem atingidas. É um momento em que o órgão ambiental, bem como o proponente do projeto, tem acesso direto às expectativas e eventuais objeções do público, de forma que elas possam ser consideradas como um critério de decisão. As Audiências Públicas poderão ser realizadas por determinação do Ibama, sempre que julgar necessário, ou por solicitação de entidade civil, do Ministério Público ou de 50 ou mais cidadãos. O edital de realização da Audiência deve ser publicado no Diário Oficial da União e em jornal regional ou local de grande circulação, rádios e faixas, com indicação de data, hora e local do evento. O local escolhido para realização da Audiência deve ser de fácil acesso aos interessados. Por isso, devido à localização geográfica das comunidades e grupos interessados, poderá haver mais de um evento sobre o mesmo projeto. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/empreendimentos-e-projetos/licenciamento-audiencias-publicas#sobreasaudienciaspublicasnoprocessodelicenciamentoambiental>

Figura 11 - Processo de Licenciamento Ambiental da UHE Itapebi



Fonte: Gavião (2006).

Essa mobilização dos atingidos no município de Salto da Divisa foi um dos grandes entraves no processo de licenciamento ambiental da UHE Itapebi conforme mostrado na figura em que a população se mobilizou para impedir que a empresa conseguisse obter êxito nas próximas etapas do licenciamento.

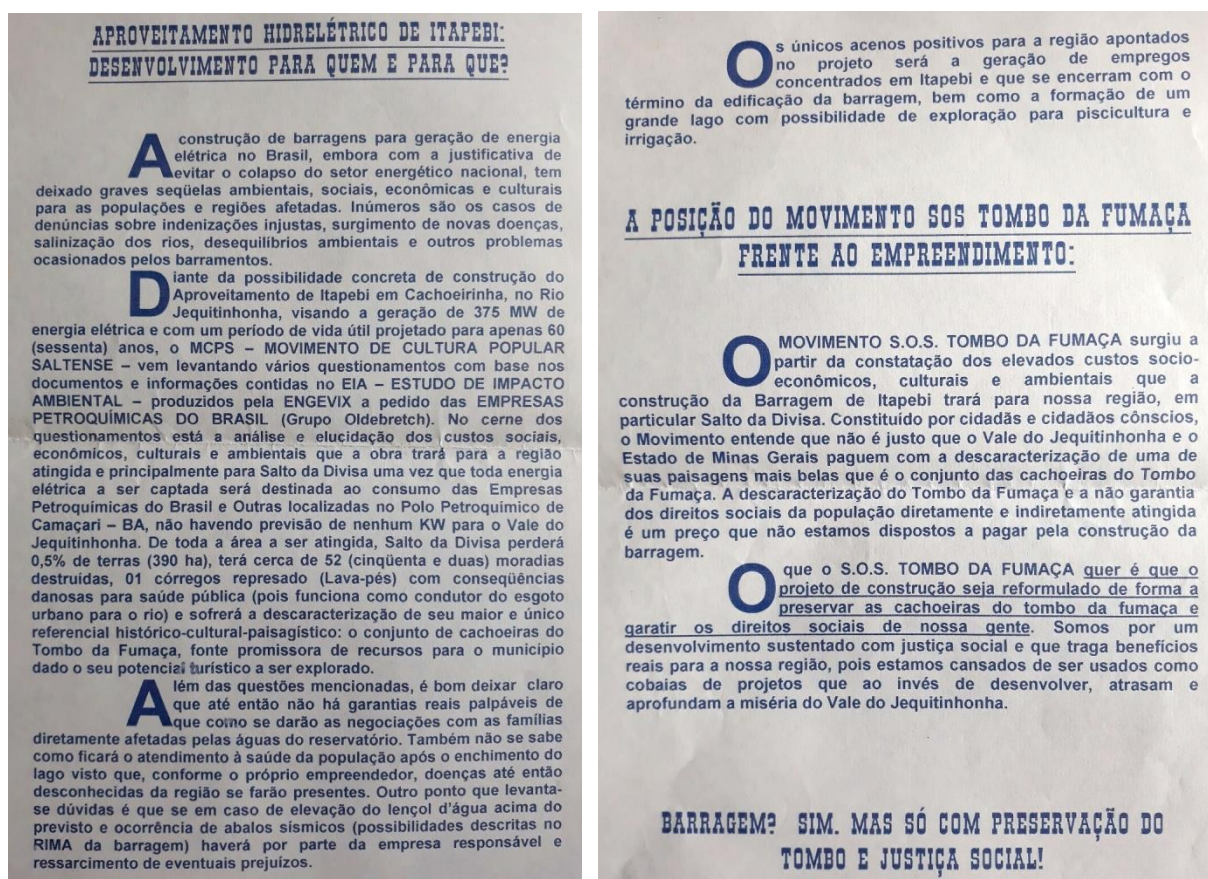
Segundo o relato abaixo do Grupo de Apoio de Defesa e Direitos Humanos este tomou a frente das negociações entre a empresa construtora da UHE Itapebi e os atingidos.

Não se fazia uma negociação, é... entre os moradores de Salto da Divisa e a Itapebi, sem a presença do GADDH, cê entendeu? Onde várias vezes, várias vezes mesmo, é... o pessoal da Itapebi, o diretor da Itapebi, chegou na casa da presidente do GADDH, da vice-presidente da época, oferecendo dinheiro, muito dinheiro mesmo, cê entendeu, pra ela abandonar o povo atingido, viu. Se eles conseguisse comprar o pessoal dos direitos humanos, o resto eles passava por cima... Eles oferecia muito dinheiro na época mesmo. Só que o pessoal da linha de frente não aceitava, cê entendeu? lutava com o povo. E... o pouco que nós conseguiu com Itapebi, foi muita luta e através do GADDH, Grupo de Apoio de Defesa e Direitos Humanos (Entrevista com representante do Grupo de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos em 26 de novembro de 2018).

Após a obtenção da licença prévia por parte do empreendimento, começaram as primeiras movimentações individuais e coletivas dos envolvidos. A população a ser atingida conseguiu acesso a um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) anterior, feito por uma empresa ligada a Furnas, que oferecia informações suficientes sobre o impacto ambiental que provocaria a implantação de uma barragem naquela localidade. Esse acesso foi importante, pois enquanto a empresa construtora apresentava à população as vantagens do empreendimento, a população

foi se organizando. A Igreja Católica, juntamente com a população local formaram o Movimento de Cultura Popular Saltense e o Movimento SOS Tombo da Fumaça com o objetivo de impedir que as cachoeiras fossem inundadas. Nesse sentido, a organização desses movimentos em prol da preservação das Cachoeiras foi um dos primeiros repertórios dos atingidos pela UHE Itapebi. Depois de terem acesso ao EIA/RIMA da UHE Itapebi, esses movimentos elaboraram um Jornal Informativo (figura 12) denunciando os impactos sociais que o empreendimento poderia causar na localidade. Esse informativo foi distribuído em toda a cidade com intuito de alertar toda a população que embora a usina hidrelétrica estivesse sendo construída no município baiano de Itapebi, o município de Salto da Divisa também seria atingido correndo o risco de inundar as Cachoeiras do Tombo da Fumaça.

Figura 12 - Jornal Informativo do Movimento de Cultura Popular Saltense e Movimento SOS Tombo da Fumaça



Fonte: Documento disponibilizado pelo Grupo de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos durante a pesquisa de campo realizada em novembro de 2018.

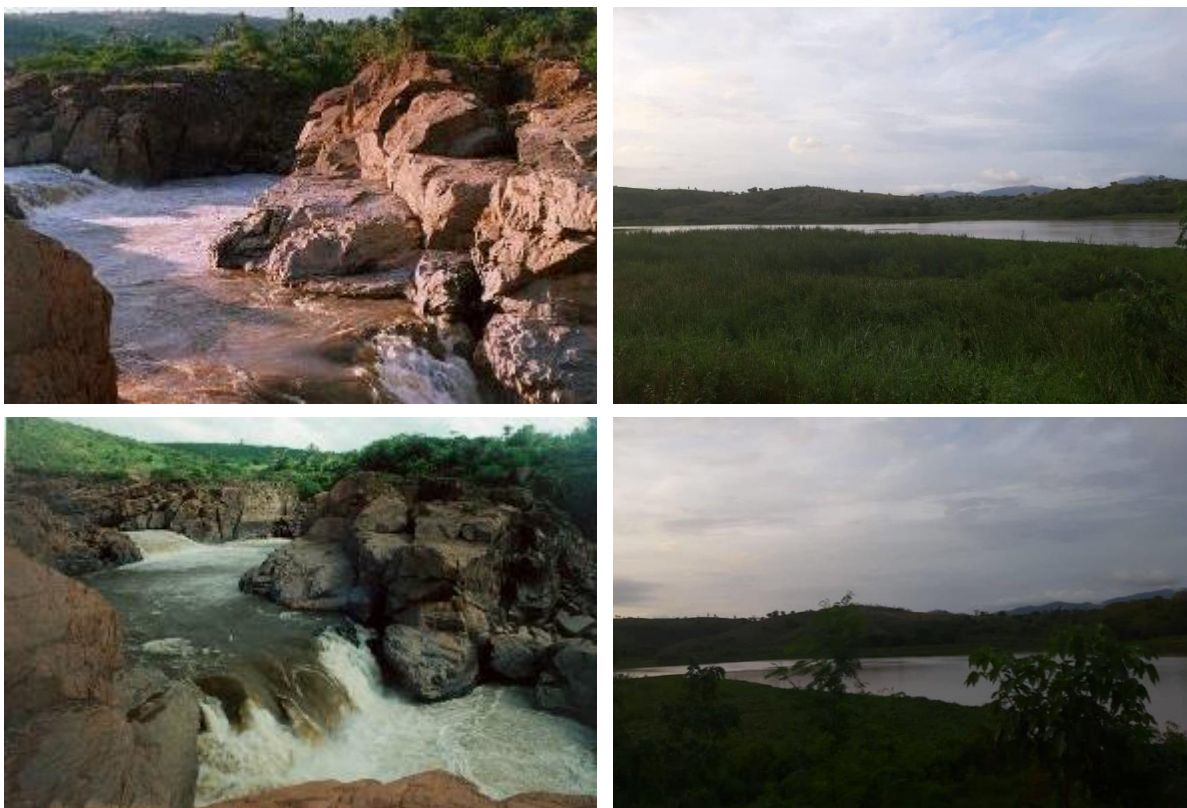
Num segundo momento, diante das fortes ameaças de inundação das Cachoeiras do Tombo da Fumaça (figura 13), caso as licenças de instalação e de operação viessem a ser aprovadas, as organizações se juntaram e utilizaram outros repertórios de ações coletivas como abaixo assinados e caminhadas para mostrar ao poder público local que a população era contrária a inundação das Cachoeiras.

Abaixo assinado nós fizemos vários abaixo assinados aqui, vários. Saímos de casa em casa, batendo de porta em porta pedindo apoio pro povo, e ele apoiava em tudo o que a gente precisava. Saia nas ruas, nas caminhadas, no grito dos excluídos, tantos participavam. Nos ajudavam (Entrevista com

representante do Grupo de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos em 26 de novembro de 2018).

Devido à utilização desses repertórios, os atingidos conseguiram pressionar para que as autoridades locais aprovassem em 27 de abril de 1998 a lei municipal nº 080/098 (Anexo I) que declarava a Cachoeira do “Tombo da Fumaça” e adjacências como área de Paisagem Natural Notável a ser protegida pelos poderes públicos do município de Salto da Divisa e seus cidadãos. Com a aprovação dessa lei, conforme mostrado na figura (11) a empresa responsável pela construção do empreendimento não conseguiu obter a licença de instalação de imediato, pois essa lei se tornou um obstáculo no processo de licenciamento. Entretanto, um ano após sua aprovação, em 26 de abril de 1999 essa lei foi revogada pelas mesmas autoridades que a aprovaram com a lei nº 091/99 (Anexo II), ficando cada vez mais caro a falta de apoio das elites políticas locais aos atingidos e por consequência, a empresa construtora conseguiu a obtenção da licença de instalação para iniciar as obras de construção da usina.

Figura 13 - Conjunto Paisagístico das Cachoeiras do Tombo da Fumaça do Município de Salto da Divisa - MG antes e depois do lago da UHE Itapebi



Fonte: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG), 2017. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/14-patrimonio-cultural-protetido/bens-tombados/158-conjunto-paisag%C3%A1stico-das-cachoeiras-do-tombo-da-fuma%C3%A7a> e Arquivo Pessoal do Pesquisador (2018). Fotografia do lado esquerdo: antes da barragem. Fotografia do lado direito: depois da barragem

No dia da votação para a revogação da a lei municipal nº 080/098 a população se mobilizou e ocupou a Câmara Municipal para pressionar os vereadores manterem a lei que preservava as cachoeiras do Tombo da Fumaça. Entretanto, contrariando a vontade da população a revogação foi aprovada pela maioria, por sua vez, a população, em forma de protesto atirou ovos nos vereadores que votaram a favor da revogação da lei, esse episódio ficou

conhecido como “chuva de ovos” conforme relato da Associação dos Pescadores de Salto da Divisa:

Então quando falou em revogação da lei, aí a manifestação das pessoas que tinha conhecimento, e da, e dos próprios pescadores também, foi pra câmara, é... teve uma chuva de ovos, sim. Quebrou-se ovo na cabeça de vereador, e pintou o escambal pra que essa lei não fosse revogada... Mas mesmo assim foi revogada (Entrevista com presidente da Associação dos Pescadores de Salto da Divisa em 25 de novembro de 2018).

A mobilização dos atingidos para preservar as cachoeiras do “Tombo da Fumaça” após perder a causa da criação da lei municipal 080/98 (revogada pela lei 091/99), que preservava a cachoeira “Tombo da Fumaça”, foi o marco inicial que impulsionou a implantação da UHE Itapebi no município conforme relato abaixo. Não havia mais impedimentos para as empresas:

E essa implantação deu-se através de uma revogação de uma lei que nós tínhamos o Tombo da Fumaça tombado, como patrimônio histórico, material e imaterial. E na época foi revogada pelos vereadores, com o executivo também aceitou a implantação desse projeto em Salto da Divisa (Entrevista com coordenador do Movimento dos Atingidos por Barragens em Salto da Divisa em 12 de janeiro de 2018).

Logo depois, a Igreja Católica e o GADDH se articularam com a população em reuniões, manifestações, abaixo assinados e abriram um processo no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) para pressionar as autoridades estaduais a tomarem providências imediatas sobre o tombamento da cachoeira do “Tombo da Fumaça”, que estava sendo ameaçada pelo projeto da UHE Itapebi. Essa situação culminou na aprovação, em 30 de novembro de 1999 da Lei Estadual nº 13.370/99 (Anexo III) no artigo 2º dessa lei que considerava as cachoeiras do “Tombo da Fumaça” como Área de Proteção Ambiental:

Ficam declarados Área de Proteção Ambiental da Cachoeira do Tombo da Fumaça - APA da Cachoeira do Tombo da Fumaça - os terrenos marginais ao rio Jequitinhonha, situados em território mineiro, que integram uma área poligonal cujos limites estão a 600m (seiscentos metros) do eixo do rio, no trecho entre a pedra do Canta Galo e a pedra do Bode, localizadas, respectivamente, a aproximadamente 580m (quinhentos e oitenta metros) a jusante e a 400m (quatrocentos metros) a montante da crista da cachoeira (MINAS GERAIS, 1999).

Essa lei estadual foi outra barreira no processo de licenciamento da UHE Itapebi, pois impediu que a usina obtivesse de imediato a licença de operação. Entretanto, a UHE Itapebi juntamente com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) entrou com uma Ação Civil Originária nº 593 no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o Governo do Estado de Minas Gerais para que essa lei fosse revogada. A decisão de revogação da lei foi aprovada pelo plenário do STF.

Conforme a decisão do STF compete à União explorar, mesmo por concessão, o potencial hidrelétrico do rio Jequitinhonha, que é bem da União, pelo fato de cruzar dois estados, como prevê a Constituição Federal (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2001).

Ao proclamar o resultado do julgamento, o presidente do STF ressaltou que o governo do Estado Minas Gerais havia criado obstáculos para exploração do potencial hidrelétrico no rio Jequitinhonha, fazendo surgir um conflito entre a autarquia federal e o estado. Diante da decisão do STF o governo do Estado de Minas Gerais em 20 de junho de 2002 revogou essa lei e instituiu a lei estadual nº 14.324/02 (Anexo IV) e por fim aos empreendedores da UHE Itapebi conseguiram a sua última licença do processo de licenciamento ambiental, dando início a fase de operação do empreendimento até então já construído.

Segundo a Associação de Pescadores de Salto da Divisa, apesar de ganharem tempo para prosseguir com a organização dos atingidos, essa causa foi perdida, por definitivo em todas as instâncias, autorizando assim, a construção da UHE Itapebi e a inundação das Cachoeiras do Tombo da Fumaça²⁰.

Aí, que acontece? eles conseguiram aqui, junto com os vereadores na época, revogar a lei do tombamento histórico das cachoeiras do Tombo da Fumaça. Conseguiu aqui, foi pra Belo Horizonte, lá conseguiu também. Foi pra Brasília e lá também conseguiram. E acabou inundando as cataratas. Aí que o impacto foi tamanho. Então construiu a hidrelétrica (Entrevista com presidente da Associação dos Pescadores de Salto da Divisa em 25 de novembro de 2018).

Com isso, os atingidos elaboraram documentos que foram apresentados em reunião entre o Conselho de Políticas Ambientais (COPAM) e a Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) para serem incluídos nas condicionantes da licença para a construção da barragem. O principal teor desses documentos versava na obrigação da empresa em pagar tudo o que seria perdido com a inundação do rio Jequitinhonha no município de Salto da Divisa. Dessa forma, os saltenses lutavam pela indenização de seus bens e atividades econômicas que seriam encobertos com a cheia do reservatório (ALVES, 2008).

Conforme observado, toda essa movimentação no processo de licenciamento da UHE Itapebi foi provocada pela população local por meio dos repertórios de ações coletivas que estavam ao seu alcance e envolveu diversos segmentos dos poderes executivo, legislativo e judiciário, nas esferas municipal, estadual e federal, englobando de vereadores a ministros, mostrando assim, uma importante mobilização da população local que se viu ameaçada desde o anúncio de implantação da UHE Itapebi.

No conjunto de ações realizadas pelos atingidos da UHE Itapebi, as reuniões foram e continuam sendo, junto com as práticas associativas os repertórios que mais contribuem na organização dos atingidos. A Associação de Pescadores de Salto da Divisa relata que no início foram mais de duzentas reuniões e bastante duradouras:

²⁰ A formação geológica que constituiu a cachoeira do Tombo da Fumaça demorou milhares de anos para se constituir como marco natural. Em meados do século XIX, foi elaborado o projeto intitulado “Plano de uma parte do Rio Grande de Belmonte ou Jequitinhonha para servir à sua canalização na Província da Bahia” que previa a construção de eclusas que canalizariam o rio Jequitinhonha e permitiriam a navegação de Belmonte até Salto da Divisa. Esse projeto não foi executado. Posteriormente, em 1999, contrariando o tombamento estadual e a proteção municipal foi concedida Licença de Instalação da Usina de Itapebí no Estado da Bahia, determinando a submersão das cachoeiras do Tombo da Fumaça, importante referencial histórico e paisagístico da cidade e do Estado de Minas Gerais. O tombamento estadual do Conjunto paisagístico das Cachoeiras do Tombo da Fumaça foi aprovado em 1999 com inscrição no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro do Tombo Histórico, das obras de Artes Históricas, dos Documentos Paleográficos ou Bibliográficos. Fonte: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/institucional/legislacao/14-patrimonio-cultural-protetido/bens-tombados/158-conjunto-paisagistico-das-cachoeiras-do-tombo-da-fuma%C3%A7a>

Foi duzentas e tantas reuniões. Reuniões que começava cinco da tarde e terminava lá por volta de meia noite, meia noite e meia né, ou começava sete da manhã e termina por volta de meia noite, meia noite e meia. Geralmente era assim. Só a fim de esclarecer pra nós sobre a questão dos impactos ambientais que uma hidrelétrica causaria, e... por nós não ter conhecimento muitos de nós duvidaram até da existência disso (Entrevista com presidente da Associação dos Pescadores de Salto da Divisa em 25 de novembro de 2018).

Antes e após a construção da UHE Itapebi essas reuniões foram realizadas no Centro Comunitário São Sebastião, local disponibilizado pela Igreja Católica. Atualmente as organizações de atingidos realizam reuniões mensais, sendo que a maioria dessas reuniões ocorre no Centro Comunitário do Bairro Vila União. Além das reuniões mensais, a Associação Comunitária dos Extratores de Salto da Divisa relata que sempre que precisa realizar alguma reunião extraordinária articulada com todas as associações e para tal, utilizam a rádio comunitária como canal de comunicação para informar o local e horário da reunião:

Agora mesmo nós recebemos uma mensagem do advogado - queremos fazer uma reunião, aí nós articula as associação todas, botamos um anúncio na rádio, tal hora tem uma reunião com o advogado, aí todo mundo participa. Porque chama todo mundo pra participar (Entrevista com presidente da Associação Comunitária dos Extratores de Salto da Divisa em 23 de novembro de 2018).

É importante ressaltar que as ações coletivas empreendidas pelos atingidos da UHE Itapebi não se limitaram ao nível local, principalmente ao longo dos anos, pois os mesmos sempre participaram de manifestações, reuniões e audiências públicas fora da localidade apresentado suas demandas e apoiando as de outros atingidos. Por exemplo, a Associação das Casas Danificadas relata que os atingidos pela UHE Itapebi participaram e participam de manifestações em outras cidades, a exemplo na cidade de Mariana e Brasília. Além disso, estiveram presentes no 8º Encontro Nacional do MAB que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro em 2018.

...Teve um encontro fora, igual na barragem de Mariana, foi o pessoal daqui. É, teve encontro em Brasília, foi gente daqui. No Rio de Janeiro mesmo foi gente daqui, cê entendeu? O povo tá participando e buscando mais, é... maneira de a gente tá aprendendo cada vez mais com o pessoal lá fora, né. (Entrevista com presidente da Associação das Casas Danificadas em 19 de janeiro de 2018)

Pelo que se observou nos relatos e em conversas mais informais em campo, essas ações dos atingidos da UHE Itapebi em diferentes localidades juntamente com outros atingidos, possibilitam através da troca de experiências uma melhor organização de suas lutas e demandas frente ao empreendimento hidrelétrico em questão.

4.3.2.2 Avanços e desafios dos repertórios de ações coletivas na articulação entre as associações de atingidos e as instituições que os apoiam

Paralelamente à luta da preservação ambiental das Cachoeiras do Tombo da Fumaça, começaram a se formar os grupos de atingidos para discutirem as questões indenizatórias em decorrência da possível inundação do rio Jequitinhonha na localidade. Posteriormente, grupos

transformaram-se em associações por categoria de atingido, conforme se observa nos quadros 6 e 9 deste trabalho.

Uma das primeiras ações coletivas de resistência foi relatada por representante da Igreja Católica. Trata-se de uma situação que ocorreu antes mesmo de se formarem as associações. Relatou-se que a empresa, num determinado dia, ao chegar na localidade onde seria construída parte da UHE Itapebi, quando tentaram passar com os tratores para iniciar a derrubada das casas, se deparou com os moradores que haviam planejado uma ação de resistência se colocando em frente às máquinas para impedir a demolição de suas casas. Essa situação perdurou até que souberam para onde seriam realocadas as pessoas atingidas. Ainda, segundo o relato, a empresa tinha o plano de colocar toda a população que estava na nessas casas debaixo de acampamentos de lonas até a finalização da construção de um novo bairro.

Em frente as máquinas, o povo chegando e eles começaram, né, a querer derrubar as casas, porque eles chegaram já pra poder derrubar e já fazer, né, o, toda a limpeza do terreno, vamos dizer assim, pra começar a construir, e sem oferecer ao povo pra onde iria ser relocado, antes e primeiramente Deus e depois a, o grupo dos direitos humanos juntos mesmo com a Igreja Católica foi que, através de denúncias, através de recursos na justiça para que parassem até mostrar o local, onde ia ser construído o novo bairro, o Bairro União. Eles falam Vila União, mas é Bairro União, ne, o Bairro União para relocar o povo, que o primeiro momento eles limpavam toda essa área que hoje é o bairro e que iriam colocar debaixo de lonas sem construir as casas do pessoal. Aí foram briga, briga que eu digo, assim, luta e mais luta, reuniões e mais reuniões. Então dessa forma, e aí a gente reunia, o pessoal reunia todo o grupo, com força com vontade, muitos deitavam lá na frente, muitos paravam, eles não paravam uma semana nem nada não, aqui vocês não consegue, ai sim eles, eles, a, é, compraram ne, entre aspas, que eu não sei e tal, esse local ai e foi pra poder, começou a construção, só que queriam construir da forma deles (Entrevista com ministra extraordinária da comunhão eucarística da Igreja Católica em 26 de novembro de 2018).

Diversas reuniões e audiências públicas ocorreram para a definição da questão do reassentamento. O Grupo de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos teve acesso ao mapa que empresa elaborou para construção do novo bairro e apresentou aos ribeirinhos. Entretanto, num primeiro momento ninguém concordou com o formato de casa que seria construído pela empresa. O argumento dos atingidos foi de que, o que estava no mapa apresentado era inferior às condições de moradia anterior ao empreendimento.

Outra luta, tornamos a reunir o povo e junto com eles, nos trouxeram já o mapa deles (do empreendimento), a planta feita, ahn, ahn. Ninguém aceitou, olha, não vamos aceitar dessa forma não, porque minha casa era assim, minha casa era assado, meu quintal era assim, meu quintal era não sei como, eles queriam colocar tudo geminado, né? não, nós não aceitamos, e mais audiência, e mais para barragem, para construção, para e povo ficamos em cima mesmo, o pessoal todo, né, e aí eles, depois, que eles construíram, o deslocamento do pessoal, entendeu? (Entrevista com representante do Grupo de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos em 26 de novembro de 2018).

Após inúmeras reivindicações e fiscalização dos atingidos a empresa construiu um novo bairro com 80 casas que passou a ser chamado, pela população de Bairro Vila União (figura 14).

O tempo foi passando, é... aí a gente foi é, pegando experiência mais através do pessoal dos direitos humanos, viu? A gente chegou onde a gente tá, conseguimos 80 casas ali da Vila União, construída para o pessoal que morava na área atingida. Conseguimos 80 casas, viu? Era através do GADDH é que a gente fazia, a gente não tinha experiência, né, mas fazia essas vistorias através de muita briga com a usina, a gente ia fazendo essas vistorias, cê entende? E... tamos aí, viu. (Entrevista com presidente da Associação das Casas Danificadas em 28 de novembro de 2018).

Figura 14 - Bairro Vila União em Salto da Divisa – MG após reivindicação dos atingidos pela UHE Itapebi



Fonte: Arquivo Pessoal do pesquisador (2018).

O movimento dos atingidos pela UHE Itapebi no município de Salto da Divisa - MG, representado, em sua maioria por associações e organizações que os apoiam, ao longo dos anos utilizaram diversos repertórios de ações coletivas como reuniões, audiências públicas, petições, manifestações, articulação com organizações locais, estaduais e nacionais, sendo que, a sua principal reivindicação e que permanece é uma política compensatória que venha contemplar amplamente os direitos dos atingidos pela UHE Itapebi no município.

Pode-se considerar que a organização dos atingidos pela UHE Itapebi, por meio de reuniões e associações possibilitou a criação de hábitos de solidariedade e colaboração entre seus membros; o associativismo acabou funcionando com um importante mecanismo dos comportamentos sociais contribuindo para uma convivência democrática onde as pessoas aprendem a ouvir, mostrar suas opiniões, além de planejar repertórios de ações de interesse em comum, conforme ensina Lüchmann (2014). A Associação de Pescadores de Salto da Divisa e a Associação das Casas Danificadas ressaltam que embora não seja sempre tão harmoniosa a relação entre todas as organizações de atingidos, é verdade que todas as organizações estão sempre dispostas a ajudar umas às outras:

Você sabe que lidar gente é uma coisa complexa demais. Tem os prós e os contras. E isso, desde que o mundo é mundo, é dessa maneira. Mas as articulações elas tá com de modo conjugal, coletiva, né. Embora, há um que puxa pra um canto e um que puxa pro outro, no geral as articulações, ela tá de modo coletivo (Entrevista com presidente da Associação de Pescadores de Salto da Divisa em 25 de novembro de 2018).

É... hoje... a gente só funciona as através da união, cê entendeu. Por exemplo, se o presidente dos pescadores precisar de mim, eu tô junto. Se o presidente das lavadeiras precisar de mim, eu tô junto. Se a presidente dos extrator de pedra e areia precisar de mim, eu tô junto. Se o presidente dos pedreiros precisar de mim, nós tamo junto, cê entendeu. Hoje eu como presidente das casas danificadas, se eu marcar uma reunião e eu precisar dos presidentes das associações tudo, cê entendeu, eles vão estar junto comigo, me ajudando também. Hoje a maneira que nós tamo, é... trabalhando, é... através da união, um ajudando o outro, na coletividade, cê entendeu. Então é isso aí, e nós tamos na luta ainda por causa disso, é um ajudando o outro. Porque um sozinho é muito complicado, cê bater de testa com a empresa como a Itapebi (Entrevista com presidente da Associação da Casas Danificadas em 28 de novembro de 2018).

Como já descrito anteriormente, o suporte do Grupo de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos (GADDH), da Igreja Católica e mais tarde, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) serviu como estímulo inicial para a construção, em nível local, da organização dos atingidos desde que a notícia do empreendimento foi divulgada pelas autoridades locais.

E as pessoas, nós não tínhamos assim conhecimento realmente do que seria a construção de uma barragem, o que seria uma barragem, né. E a irmã, por já trabalhar na organização das comunidades, é... começou a articular, a organizar um grupo. Primeiro através de reuniões, nós fizemos as primeiras reuniões, tivemos as primeiras reuniões no centro comunitário São Sebastiao, e ela começou a expor todo, o agravamento, toda a situação de uma construção de uma barragem, porque ela já tinha conhecimento. Inclusive ela organizou esse grupo, fez visita a algumas barragens, construção de barragem, pra poder tomar pé, conhecimento, pra que pudesse passar pro povo, mostrar pro povo. Ela trouxe até alguns vídeos de construção e barragem, depoimentos de alguns, algumas pessoas que já tinham, que tavam vivenciando essa situação que hoje nós vivenciamos, né, nossa realidade, e ela sempre expunha sempre com o pessoal (Entrevista com representante do Grupo de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos em 26 de novembro de 2018).

Essas articulações interinstitucionais no sentido de apoiar judicializações são repertórios que contribuíram para uma sequência de outras ações, que, embora não vitoriosas para os atingidos serviram para unir as pessoas e também de alerta para a necessidade de criação de uma política indenizatória que contemplasse os direitos das poluções atingidas pela barragem.

Como se viu, o início da organização dos atingidos foi marcado principalmente pelo apoio do GADDH e da Igreja Católica no sentido de que a população se agregasse em associações. Assim foram surgindo os pescadores, lavadeiras, trabalhadores rurais, extratores de pedra e areia, pedreiros que prepararam documentos denunciando os impactos socioambientais e reivindicando sua política de garantia de direitos. O conjunto dessas práticas

coletivas está alinhado a ideia de processo organizativo/*organizing* de Czarniawska (2008). Ademais, essas associações também são organizações alternativas conforme Misoczky (2010).

Diante dessa situação, antes de formarem essas associações, em assembleia, os atingidos de Salto da Divisa escolheram o GADDH para ser seu representante legal nas negociações com a empresa responsável pelo empreendimento. A Igreja Católica, por intermédio das irmãs dominicanas atuantes na região foi responsável pela articulação que gerou criação do GADDH, e conseqüentemente o primeiro apoio institucional local aos atingidos, conforme relato a seguir:

A igreja tomou assim a iniciativa de proteger os atingidos, né. Então ela trabalhou muito, ela viajou muito, ela foi onde tinha construção de barragem pra ver qual foi o resultado dos atingidos (...). Elas viram assim uma situação muito dramática porque os atingidos não foram atendidos pelos empresários, os construtores da barragem prometeram. Então elas foram se organizando e entrou em contato com a Odebrecht, que é a empresa que construiu a barragem e foi trabalhando com eles, foi muito penoso pra elas, viu. A igreja deu apoio aqui nessa situação, porque elas viram a situação de outros onde, de outros lugares onde tinha barragem que não foi como eles prometeram (Entrevista com ministra extraordinária da comunhão eucarística da Igreja Católica em 24 de janeiro de 2018).

Outra organização local incentivada pela Igreja Católica foi a Associação Comunitária de Comunicação (ASCCOM), também conhecida como Rádio Comunitária “A Voz do Povo” que apoiou os atingidos pela UHE Itapebi. A ASCCOM tem reforçado o seu apoio aos atingidos no decorrer dos anos nas suas reivindicações frente à UHE Itapebi conforme relato a seguir:

A rádio comunitária sempre esteve à disposição dos atingidos, e está até hoje. E nós estamos nessa luta com eles aí, né? Reivindicando seus direitos, que até hoje nós ainda não tivemos a posição, é... nem da justiça, nem da hidrelétrica de Itapebi. E aí os danos estão aí, todos estão vendo como está a situação da nossa Salto da Divisa. Que no Vale Jequitinhonha, e estamos aí castigados, e estamos sendo até hoje, pela barragem (Entrevista com representante da Associação Comunitária de Comunicação em 23 de janeiro de 2018).

Destaca-se que a Radio Comunitária está aberta a locutores voluntários que queiram fazer alguma comunicação. Esse apoio local serviu como um importante estímulo inicial para a organização dos atingidos desde o anúncio do empreendimento divulgado pelas autoridades locais. Os relatos abaixo consideram que, embora o MAB não tenha participado do processo de negociação junto a UHE Itapebi, desde o início, a forma que a organização local estava tomando já era considerada como um movimento local de atingidos por barragens:

Bom, nas negociações, é, ou seja, na implantação dela aqui, o MAB não teve assim, não teve participação nenhuma. Mas o GADDH teve a participação ativa, né. Que antes dela, essa obrigação primeiramente a Deus, né. E depois o GADDH, né, uma freira que teve aqui, (,,,) ela foi quem nos ajudou a lutar pra, pra conquistar alguns direitos, que eles atropelaram a maior parte, né (Entrevista com presidente da Associação dos Pescadores de Salto da Divisa em 21 de janeiro de 2018).

Então a gente, é, se falar dos movimentos dos atingidos por barragem, falamos apenas de Salto. Que era o grupo formado por moradores, pela Igreja Católica, os direitos humanos, tudo in loco, tudo em local (Entrevista com

coordenador do Movimento dos Atingidos por Barragens em Salto da Divisa em 12 de janeiro de 2018).

Os repertórios de ações coletivas articulados pelos atingidos foram importantes para a criação de outras organizações na localidade, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a Comunidade Quilombolas Braço Forte²¹ e a Comunidades Tradicional Cabeceira da Piabanha. Nesse sentido, segundo Gohn (2008) e Petry (2008) o Movimento dos Atingidos por Barragens e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, são duas importantes organizações que integram o paradigma latino americano e que estão inseridas localmente. Cabe ressaltar que as organizações de atingidos e as instituições que os apoiam também fazem parte desses novos movimentos que surgiram a partir de 2006, com a ideia de ocupação de terras improdutivas na região. O Grupo de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos e a Associação Comunitária de Comunicação relata que as ações empreendidas pelos atingidos foram importantes para o surgimento dessas novas organizações:

Muito, muito ajudou, né, porque, é, foi um exemplo vamos dizer assim, né? Quando eles viram que realmente nós podemos, nós temos direitos, né, eles começaram a acreditar neles próprios e com isso, foi incentivando e elevando a autoestima de outros... Em 2006 nós já começamos a luta pela terra, e em 2008, ne, nós conseguimos o primeiro grupo, vamos dizer assim, para a ocupação da fazenda ali do Monte Cristo. Foi inédita a nossa “reforma agrária” em Salto da Divisa. Então foi toda essa caminhada, essa, Igreja Católica, esse GADDH, esse povo atingido, esse grupo que nós organizamos em associações que animou outro povo, apesar deles não tão lutando tanto com a Itapebi. Mas eles estavam lutando pela terra, caminhando quase juntos, ne, e eles começou a acreditar que realmente o GADDH ficou responsável por tudo isso (...) a igreja também, os padres, as irmãs, tudo com a parte da terra (Entrevista com representante do Grupo de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos em 26 de novembro de 2018).

A questão de perder o medo, né. Outros grupos foram criados, outros grupos estão resistentes, outros grupos estão observando esses grupos que estão resistentes e aprendem a ser resistentes também. Então eu tenho, creio eu, sim, que o MST foi inspirado também nos atingidos, porque naquela época que surgiu a barragem, quem era louco de falar que ia se apossar de uma terra? Mas depois que surgiu o GADDH, depois que surgiu a rádio comunitária que o povo ganhou voz e vez, os outros movimentos também foram encorajando, né, e foi criando as resistências também, então tá aí, a conquista da terra. Foi com luta, foi com garra e foi principalmente sem medo (Entrevista com representante da Associação Comunitária de Comunicação em 20 de novembro de 2018).

Segundo Moreira (2017), essas novas organizações foram surgindo a partir de 2006, quando houve a primeira ocupação de fazendas improdutivas no município, que deram origem ao acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), denominado Dom Luciano. Anos depois o MST conseguir formar outros dois acampamentos nas áreas rurais

²¹ A Comunidade Quilombola Braço Forte, localizada na fazenda Talismã, no município de Salto da Divisa, baixo Jequitinhonha, MG é reconhecida pela Fundação Cultural Palmares e integrante da Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais e a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ). Fonte: <http://conaq.org.br/noticias/nota-publica-tjmg-manda-despejar-comunidade-quilombola-braco-forte-em-salto-da-divisa-mg/>

do município denominados de Irmã Geraldinha²² e Ouro e Prata. Outra organização que surgiu na localidade a partir dessa época foi a Comunidade Tradicional da Cabeceira da Piabanha, que, com a utilização de diversos repertórios aprendidos com a experiência das Cachoeiras do Tombo da Fumaça, lutam pela preservação do Parque Estadual Alto Cariri no município de Salto da Divisa com o intuito de impedir a expansão da exploração de minério pela empresa Nacional de Grafite²³ nessa área ambiental que possui cerca de 20 mil hectares, protegendo remanescentes de Mata Atlântica reconhecida legalmente. Contudo, a empresa mineradora Nacional de Grafite juntamente com os fazendeiros da região e alguns políticos tentam revogar essa lei para que seja realizada a exploração de minério nessa localidade.

Sobre outro movimento recente já mencionado que foi a criação da Comunidade Quilombola Braço Forte, Santos Junior e Costa Filho (2017) contam que há muitos anos atrás os fazendeiros da região expulsaram os remanescentes de quilombos das terras onde viviam, levando-os a migrarem para a cidade. Com o reconhecimento legal da Comunidade Quilombola Braço Forte esses quilombolas conseguiram retornar às terras que habitam numa fazenda do município.

Hoje, eu sou, sou militante do MST, e sou afrodescendente de quilombo. Hoje, é... há uma grande possibilidade de juntar todos esses, essas comunidades junto, pra nós com os pescadores, e de lavadeiras, extratores de pedra areia, bloco, casas danificadas. Somar atrás desse direito. Mas anteriormente não tinha, né, mas hoje já tem... Na comunidade lá hoje, quilombo, a maior parte que tá lá foi pessoas que saíram, que foi impactada diretamente pela hidrelétrica, e que sentiu na cidade como um peixe fora d'água. (Entrevista com presidente da Associação dos Pescadores de Salto da Divisa em 25 de novembro de 2018).

Importante lembrar que essa situação ocorreu pelo encorajamento do movimento local dos atingidos. Relata o GADDH:

É tanto que a diretoria do GADDH, o conselho, é, fiscal, é formado pelos presidentes das associações, não são pessoas de uma outra situação, então, é, a gente tem um conselho de ética, que a igreja participa, e todo, ó, o diretor, o presidente, o vice-presidente, todo o pessoal, é, financeiro, também, são

²² A Irmã Geralda Margela da Fonseca (Irmã Geraldinha) é a única freira dominicanas ainda residente no município de Salto da Divisa. Em 2011 na presença da Ministra Maria do Rosário, do presidente do Senado, José Sarney, demais autoridades e representantes dos Movimentos Sociais e de ONGs, recebeu juntamente com demais premiados, das mãos da Presidenta Dilma Rouseff um prêmio de Direitos Humanos na categoria Irmã Dorothy Stang. Irmã Geraldinha foi premiada em virtude de sua luta pela terra, em meio aos desafios e perseguições junto aos Acampados do Acampamento Dom Luciano em Salto da Divisa – MG. O prêmio constou em um troféu e um certificado assinado pela Presidenta. O nome da Irma Geraldinha foi indicado pelo Instituto de Direitos Humanos do Estado de Minas Gerais, para a Secretaria de DH da Presidência da República, a decisão foi tomada a parti de um processo de seleção. Fonte:

<https://www.cptnacional.org.br/index.php/component/content/article?id=913:irma-geraldinha-recebe-premio-de-direitos-humanos>

²³ Empresa brasileira, fundada em 1939, a Nacional de Grafite concentra suas atividades na mineração e no beneficiamento do grafite natural cristalino de alta qualidade. Em suas três plantas localizadas nas cidades de Itapecerica, Pedra Azul e Salto da Divisa, no estado de Minas Gerais, a Nacional de Grafite beneficia o minério, gerando cerca de 70.000 toneladas anuais de grafite de diferentes características. Em Salto da Divisa, a Nacional de Grafite começou a exploração de minério na década de 1990 com a construção de uma unidade produtiva na localidade com capacidade inicial de 500 toneladas/mês, estabelecendo importante integração com a unidade de Pedra Azul, principalmente pela qualidade do grafite tipo flake. Fonte: <http://www.grafite.com/a-nacional-de-grafite.php>

todos, são todas as pessoas dessas associações, tanto do MST que hoje nós já temos três comunidades, a comunidade tradicional tem o presidente, né, da cabeceira do Piabanha, que faz parte também da diretoria do GADDH, do conselho. A do assentamento, Dom Luciano, que também faz parte. O pessoal do assentamento que também que os posseiros que também faz parte. E aí pedreiros, pescadores, extratores, lavadeira, o menino aqui agora, né, também já tá no grupo, ah sim, o quilombola também já tá, que é o Jorge, também era pescador, e também é lá, também ele é. O Valdinei, que também era dos pedreiros também faz parte (risos), então nós criamos, quer dizer, o GADDH que é fruto desse povo... (Entrevista com representante do Grupo de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos em 26 de novembro de 2018).

4.3.3 Categoria de Análise: Significado de Atingido

A noção de atingido diz respeito ao reconhecimento, leia-se legitimação, de direitos e de seus detentores. Em outras palavras, estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi atingido por determinado empreendimento significa reconhecer como legítimo – e, em alguns casos, como legal – seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária (VAINER, 2008, p. 40).

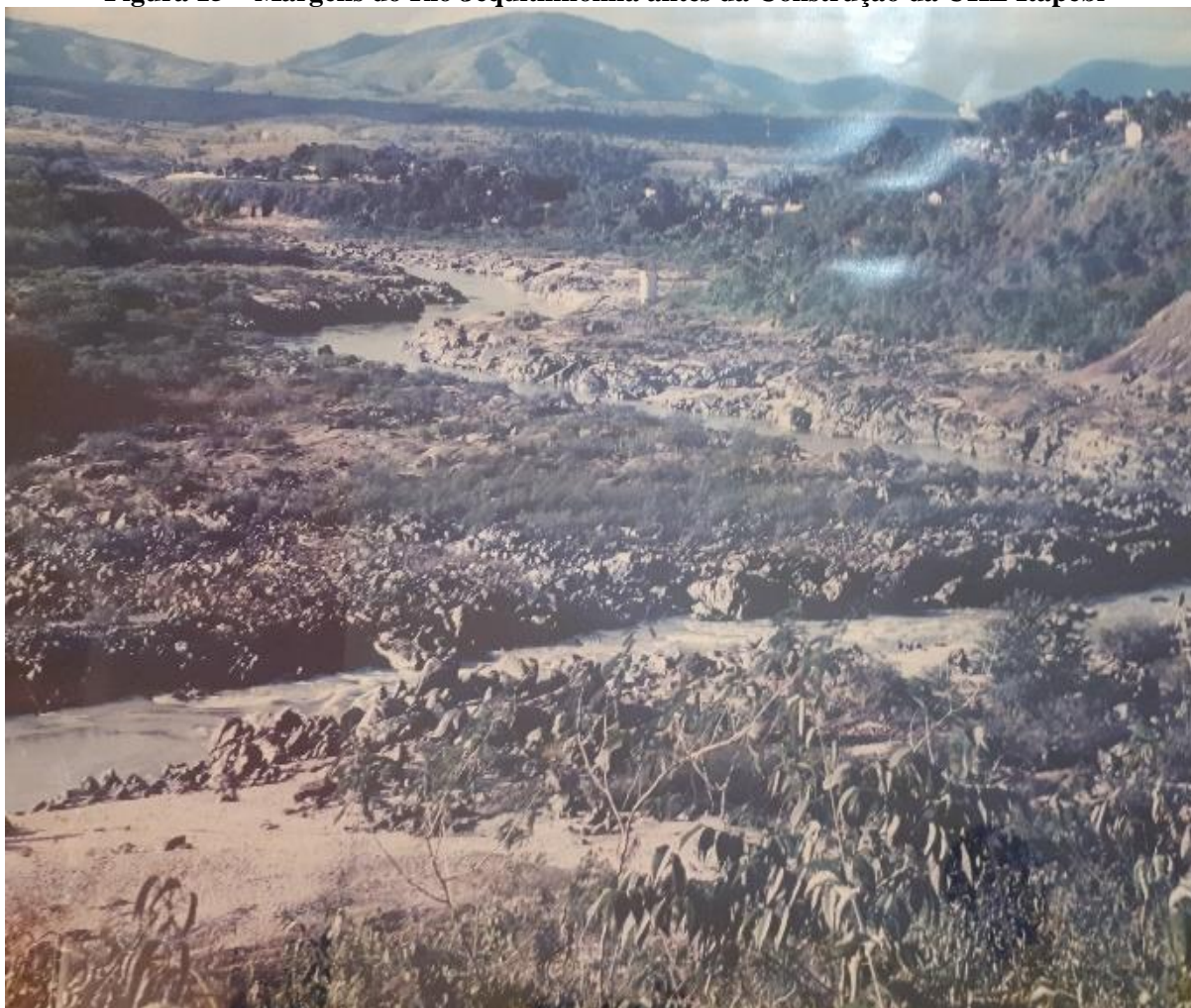
O remanejamento de contingentes populacionais em áreas onde são implantados empreendimentos do Setor Elétrico, em especial nos casos decorrentes da formação de reservatórios, constitui um processo complexo de mudança social. Implica, além da movimentação de população, em alterações na organização cultural, social, econômica e territorial da área onde o mesmo ocorre. É consenso geral que o Setor Elétrico - a par de um objetivo imediato de liberar áreas para implantação de empreendimentos, de acordo com os dispositivos jurídico-legais pertinentes - tem a responsabilidade de ressarcir danos causados a todos quantos forem afetados por seus empreendimentos. O cumprimento desta responsabilidade, no entanto, ainda se dá de forma diferenciada entre as concessionárias e até por empreendimento de uma mesma concessionária, no que diz respeito ao tratamento das várias categorias sociais afetadas, sejam elas assemelhadas entre si ou variadas (ELETROBRÁS, 1990, p. 38).

Essa categoria de análise emergiu a partir do entendimento de “atingidos”, de um lado, pela empresa responsável do setor elétrico e de outro, pela população atingida, para adoção de medidas compensatórias.

4.3.3.1 O entendimento de “atingidos”

Os impactos causados à população de Salto da Divisa pela construção da Usina Hidrelétrica de Itapebi foram muitos. Podemos elencar entre estes, a perda das principais opções de lazer atreladas ao uso recreativo do rio Jequitinhonha (figura 15), como a Cachoeira do Tombo da Fumaça e a praia de Itapuã; significativos problemas em relação à produção pesqueira afetando a qualidade e a quantidade que os pescadores costumavam pescar; houve a perda da atividade das lavadeiras no rio Jequitinhonha. Esta atividade constituía uma tradição na região, a qual proporcionava um importante espaço de interação de expressivo número de mulheres da comunidade que exerciam a profissão de lavadeiras como uma fonte de renda para as famílias. Outra categoria que se viu prejudicada foi a dos pedreiros, trabalhadores da construção civil, uma vez que a inundação do local de extração da matéria-prima provocou a extinção da atividade de extração de pedra e areia no município, acarretando em um aumento no custo da construção civil, e, conseqüentemente, na redução da oferta de emprego para os pedreiros (ZHOURI e ZUCARELLI, 2008).

Figura 15 – Margens do Rio Jequitinhonha antes da Construção da UHE Itapebi



Fonte: Acervo de Imagens do Plenário da Câmara Municipal de Salto da Divisa - MG (Anexo V).

A imagem a seguir (figura 16) mostra o lago na UHE Itapebi onde ficavam as margens do rio Jequitinhonha demonstrado na figura anterior. Esse trecho do rio Jequitinhonha estava acima das cachoeiras do Tombo da Fumaça.

Figura 16 – Lago da UHE Itapebi após Inundação do Rio Jequitinhonha



Fonte: Arquivo Pessoal do Pesquisador (2018).

O Grupo de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos (GADDH), a Associação Comunitária de Comunicação (ASCCOM) e a Igreja Católica foram organizações de importância ímpar nas mobilizações públicas iniciais e na própria tomada de consciência voltada para a reivindicação de uma política indenizatória adequada aos atingidos pela UHE Itapebi em Salto da Divisa. A partir dessas mobilizações abriu-se um debate para se entender o significado de atingido, pois, desde o início percebeu-se direções desencontradas na noção de atingido apresentada pelo setor elétrico e a percepção de atingidos compreendida pela população com base na situação vivida pela mesma.

Conforme apresentada na fundamentação teórica deste estudo, a abordagem do empreendimento sobre as medidas compensatórias era relativa ao que chamam de política indenizatória voltada para aqueles cujas propriedades seriam inundadas. Esse entendimento não era compartilhado por todos que se sentiam afetados pelo empreendimento. Com as orientações jurídicas e de direitos humanos recebidas pelas organizações locais o empreendimento teve que rever o seu conceito visto que a população apresentava suas reivindicações que não se harmonizavam com o olhar empresarial, o que pode ser observado no quadro 9 a seguir. Essa situação que não é exclusiva da experiência em análise, conforme observada em estudos de Vainer (2007) expõe que a ausência de uma política indenizatória adequada para dar resposta aos problemas sociais e ambientais causados às populações atingidas pela implantação de grandes empreendimentos hidrelétricos é uma situação que se arrasta há décadas na qual o setor elétrico brasileiro vem sendo pressionado pela sociedade civil.

Quadro 9 - Política Indenizatória para os atingidos pela UHE Itapebi em Salto da Divisa - MG

Categorias de Atingidos	Proposta da Política Indenizatória pela UHE Itapebi	Ajustes da Política Indenizatória após Reivindicações dos Atingidos
Comunidades Rurais	Escolha de novas terras para 11 famílias que moram em comunidades rurais.	A terra escolhida apresentava-se com baixo poder econômico de cultivo, além de situar-se distante do município. Por isso, as 11 famílias optaram por indenizações em dinheiro. Outras 15 famílias rurais que estava na zona de inundação, reivindicaram junto ao GADDH, o direito a indenização, como condição para abandonar a área.
Extratores de Pedra e Areia	Aquisição de equipamentos, construção de prédio para guarda de material, legalização da jazida. Disponibilizar estoque de areia por um período de dois anos.	Pagamento de indenizações em dinheiro aos extratores de pedra e areia.
Pescadores	Indenizações a 17 pescadores cadastrados através do fornecimento de apetrechos, treinamento e suporte administrativo.	O número de pescadores pela empresa era um total de 17, contudo o GADDH reconhecia 48 pescadores cadastrados. No final das contas 42 pescadores foram indenizados com aquisição 21 barcos a motor; 1.000 anzóis de variados tamanhos; 84 redes de espera com 100 de cem metros; 126 espinhéis com 15 anzóis cada; e 84 covos.
Lavadeiras	Não foram contempladas pela política indenizatória	As lavadeiras de roupas, apoiadas pelo GADDH, reivindicaram a construção de uma lavanderia pública, como forma de mitigar dificuldades do exercício de suas atividades. As instalações construídas foram transferidas para a Associação de Lavadeiras.

Fonte: Elaboração própria a partir de Gavião (2006).

As medidas compensatórias apresentadas no quadro 9 foram consideradas ineficientes, na avaliação dos atingidos, uma vez que foram indenizações parciais e em alguns casos, como no relato a seguir não houve a utilização da lavanderia (figura 17) construída para as lavadeiras, por não apresentar boas condições de uso:

As pias não sei, desse tamaninho, você colocava uma calça jeans lá dentro, não cabia, não podia esfregar. Uma tábua, duas pias uma pra um lado e outra pro outro e uma tábua no meio pra duas lavadeiras. Entendeu? Nós tinha água com abundância, não comprava água e não dependia de ninguém pra poder lavar roupa, entendeu. Eles colocaram essas pias e ninguém usou, ninguém fez nada. E ficou lá. Nenhuma, ninguém, ninguém. Ninguém utilizou nada, cabou com tudo, quebrou tudo, quebrou por.... foi um espaço que não tinha condição de utilizar (Entrevista com presidente Associação Comunitária das Lavadeiras de Salto da Divisa em 10 de janeiro de 2018).

Figura 17 - Lavanderia Pública construída pela UHE Itapebi em Salto da Divisa - MG



Fonte: Arquivo Pessoal do pesquisador (2018).

Para o grupo dos atingidos, extratores de pedra, areia e fazedores de bloco, as indenizações também foram insuficientes, pois não foram cumpridos os acordos estabelecidos com a UHE Itapebi conforme relato da seguir:

Eles prometeram pros extratores que iam procurar um local, uma pedreira pra retirar as pedras pra fazer calçamento em rua. Retirar. Arrumar uma pedreira, que ia dar uma caçamba, que ia fornecer todos os equipamentos e tudo mais, mas não fizeram nada (Entrevista com presidente da Associação Comunitária dos Extratores de Salto da Divisa em 10 de janeiro de 2018).

Um dos critérios que norteou a noção de atingido da empresa foi a delimitação de proximidade das residências ao reservatório - o lago formado pela barragem de Itapebi, além da questão da indenização por propriedade sobre a terra. Nesse sentido os entrevistados argumentam que nem todas as pessoas que se consideram afetadas foram beneficiadas por esses critérios. A Associação das Casas Danificadas, por exemplo, relata que a empresa se recusa a reconhecer os danos causados nas casas que estão distantes a mais de 100 metros da beira do lago:

Hoje, só na área que eles fala que tem a responsabilidade são duzentas e cinquenta e oito casas. Cê entendeu? Que é só dentro dos 100 metros, na margem do lago, dentro dos cem metros de distância. E na cidade toda hoje, a gente fala que a cidade toda é atingida, que tem casa lá no Curral da Matança que é um bairro afastado do lago, e as casas lá tá pior que a nossa

na beira do rio, da beira do lago. Então pra mim hoje, e pra muita gente, a cidade toda é atingida (Entrevista com presidente da Associação das Casas Danificadas em 19 de janeiro de 2018).

Os atingidos pela UHE Itapebi consideram injustas às indenizações realizadas após o enchimento do reservatório. A atividade de pesca sofreu grande impacto, principalmente a pesca artesanal, conforme relato a seguir:

A empresa tirou toda à nossa maneira de trabalhar. Nós trabalhava artesanalmente. E na implantação da hidrelétrica, ela mudou todo o curso de trabalho nosso (Entrevista com presidente da Associação dos Pescadores de Salto da Divisa em 21 de janeiro de 2018).

Essa situação local reflete a mobilização do Movimento dos Atingidos por Barragens em torno da definição do significado de atingido que contribuirá com a proposta de criação de uma política pública mais ampla que reconheça os direitos das populações atingidas por barragens em todo o país. Ademais, essas questões não resolvidas ao longo de mais de 20 anos, entre as distintas noções de atingido envolvendo as partes, assim como as negociações com o IBAMA e com a empresa responsável, são registradas em documentos do MAB:

São quase 20 anos de violação de direitos. Alguns atingidos pela Usina Hidrelétrica de Itapebi, localizada no rio Jequitinhonha, divisa dos estados da Bahia e de Minas Gerais, até hoje não foram indenizados, e outros, nem reconhecidos como afetados pela empresa Itapebi Geração de Energia. As diversas categorias - pescadores, lavadeiras, pedreiros, garimpeiros, extratores de pedras e areias, e representantes de moradias – lutam constantemente pela abertura de negociação com a empresa e o IBAMA, mas sempre sem sucesso. Os atingidos reclamam da falta de fiscalização séria do IBAMA e do não cumprimento das condicionantes ambientais pela Itapebi (MAB, 2016b).

O significado de “atingidos” é um conceito muito importante e norteador da política de garantia de direitos, seja no âmbito estadual ou nacional. Como essa política ainda não foi aprovada, o que prevalece é o significado de “atingidos” proposto pela política indenizatória do setor elétrico, que apresenta limitações frente ao conceito de atingido proposto pelo Movimento dos Atingidos por Barragens.

Segundo o Movimento de Atingidos por Barragens em Salto da Divisa, toda a população é considerada atingida, sejam aquelas pessoas que foram atingidas diretamente com a perda de suas atividades econômicas e inundação de suas moradias e terras entre outros, ou pelo fato dessas pessoas simplesmente residirem numa localidade onde se tem uma barragem.

O MAB, ele tem o conceito de que o atingido é todo aquele que, de qualquer forma, direta ou indiretamente, foi atingido por qualquer dano, sabe. (...) se tem uma pessoa que não foi atingido diretamente, mas indiretamente ela foi, porque ela tem uma água ruim, ela não tem uma qualidade de vida boa em sua cidade, porque a cidade não produz como antigamente produzia as hortaliças, hoje em dia não produz mais isso. O peixe nosso é um peixe contaminado. Então, se tem pessoas numa cidade pequena, onde tem uma barragem, todos os seus moradores são atingidos. Essa é a concepção do MAB. Em Salto da Divisa os atingidos não foram apenas aqueles das associações, e sim a cidade toda (Entrevista com coordenador do Movimento dos Atingidos por Barragens em Salto da Divisa em 12 de janeiro de 2018).

De acordo com a Associação Comunitária de Lavadeiras de Salto da Divisa, todas organizações de atingidos são consideradas atingidas, pois todas estão lutando pela mesma causa, por uma política de garantia de direitos frente a UHE Itapebi.

Todo mundo é atingido sim, porque se todo mundo tá brigando pelos mesmos direitos, tem que ver que todos esses direitos tudo tava no Jequitinhonha, tava tudo no rio (Entrevista com presidente da Associação Comunitária das Lavadeiras de Salto da Divisa em 10 de janeiro de 2018).

Segundo a Associação Comunitária dos Extratores de Salto da Divisa todo o município é atingindo, sejam as comunidades que viviam as margens do rio, bem como a população que reside em lugares distantes do lago da UHE Itapebi, a exemplo do bairro Cansação.

Pra completar a história toda, todos de Salto da Divisa são atingidos, morador, todo mundo, os ribeirinhos na beira do rio, todos, todos, todos, morro do Cansação, Porto de Areia, tudo está atingido (Entrevista com presidente da Associação Comunitária dos Extratores de Salto da Divisa em 10 de janeiro de 2018).

A Associação das Casas Danificadas também relata que todas as pessoas que procuram a associação informando problemas em suas casas, a associação faz o cadastro dessas pessoas para que juntos possam reivindicar os direitos quanto aos danos.

Hoje Salto da Divisa em peso é atingido, então nós não podemos pegar só pessoas que faz parte das associações, cê entendeu? Qualquer pessoa que quer tá junto com nós, nós abraçamos a causa, fazemos o cadastro e estamos juntos (Entrevista com presidente da Associação das Casas Danificadas em 18 de janeiro de 2018).

Para a Colônia dos Pescadores de Salto da Divisa embora existam reivindicações específicas de cada categoria, a política de garantia de direitos desses atingidos é uma só e terá o papel de atender todas essas demandas, conforme o relato a seguir:

Todas as organizações aqui, tão engajadas, porque todos nós tem que defender o outro, porque nós estamos no mesmo barco. (...) queira o pescador, queira o atingido de casa, é, lavadeira, extrator de pedra, areia, todos estão juntos, porque as entidades tem que andar sempre junto. Porque o processo é um só. Queira ou não queira tem que tá junto, ne? (Entrevista com presidente da Colônia dos Pescadores de Salto da Divisa em 19 de novembro de 2018).

4.3.3.2 Principais reivindicações e denúncias dos atingidos pela UHE Itapebi

No decorrer dos anos ocorreram diversas reuniões e audiências públicas a fim de discutir e debater a chamada política indenizatória apresentada pelo setor elétrico aos atingidos, a exemplo da audiência pública (figura 18) realizada pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) em 2014, na Câmara Municipal de Salto da Divisa, que contou com a presença das associações de atingidos, organizações locais, autoridades, representantes de instituições públicas e sociedade civil com a finalidade de debaterem sobre as possíveis violações de direitos humanos decorrentes dos impactos da construção da UHE Itapebi.

Figura 18 - Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos da ALMG na Câmara Municipal de Salto da Divisa - MG



Fonte: Pollyanna Maliniak / ALMG (2014). Fotos publicadas e disponíveis em: https://www.almg.gov.br/sala_imprensa/fotos/index.html?idAlb=7012&albPos=1

A empresa UHE Itapebi não compareceu à essa audiência (de 2014) e enviou uma carta ao presidente da audiência relatando que cumpre todos os seus direitos e deveres e que desconhece qualquer violação de direitos humanos em suas atividades, conforme nota taquigráfica a seguir:

...a Itapebi é uma empresa em operação há mais de 10 anos e, desde sua concepção, cumpre rigorosamente, na totalidade, suas obrigações e deveres. Sem prejuízo do cumprimento cabal da legislação, há temas com divergências e interesses antagônicos que estão submetidos ao Judiciário para um pronunciamento definitivo isento do Estado. Com o entabulamento desses pontos e de forma cabal, a Itapebi, desde logo, registra que desconhece e repudia qualquer ato de violação de direitos humanos em seus negócios e na sua operação por si e por seus terceiros contratados, não admitindo, em hipótese nenhuma e sob quaisquer circunstâncias, o descumprimento de tal preceito fundamental... (MINAS GERAIS, 2014, p. 6).

Nessa mesma audiência o advogado dos atingidos relatou o andamento da política de garantia de direitos dos atingidos pela UHE Itapebi junto a Justiça:

Existe um processo na Justiça Federal de Teófilo Otôni da associação de pescadores, extratores de pedra e areia, pedreiros e lavadeiras. Esse processo está em andamento desde 2007, e conseguimos a realização da perícia, feita pelo Luiz(?) Eugênio, que esteve aqui. Essa perícia demorou dois anos para ser concluída. Tive acesso a ela no final de junho e me manifestei. Embora a

perícia tenha sido favorável às categorias, foi muito genérica, não tratou do dano de cada categoria especificamente, que é o meu objetivo no processo. Lemos a perícia, vimos que há relato de um dano, mas ele não é quantificado. A perícia não menciona o valor do dano ambiental (MINAS GERAIS, 2014, p. 58).

No conjunto de demandas e denúncias dos atingido pela UHE Itapebi no município de Salto da Divisa, a Colônia de Pescadores reivindica que a empresa proporcione condições de trabalho para o pescador, de acordo com relato abaixo.

Ó, a primeira reivindicação que eu cobro da empresa, e isso aí pode até com a justiça, com o que quiser, tô falando a verdade. É a, a empresa, a própria empresa, tomar uma providência de arrumar ou colocar um meio dos pescadores sobreviver, seja por tanque, seja por que for, alguma coisa que dá pra eles sobreviver, tirar o sustento da, do próprio rio, igual antigamente, porque até hoje... Ninguém manifestou, não tem um, não tem um deputado, um candidato, um senador, ninguém ainda não fez nada pela essa classe de pescador, que tá aí sofrendo, morrendo aos pouquinhos... (Entrevista com presidente da Colônia dos Pescadores de Salto da Divisa em 19 de novembro de 2018).

Junto com a Colônia de Pescadores, a Associação de Pescadores de Salto da Divisa também reivindica que a empresa apresente um meio para que estes possam manter sua atividade de pesca artesanal. Caso contrário, a associação exige que a empresa indenize os pescadores atingidos com pelo menos 200 mil reais para cada pescador em decorrência dos danos causados a categoria desde 1997, quando tudo começou:

É... no ponto de vista meu, como diretor da entidade, é... que eles construiriam um meio pra manter as atividades tradicionais do pescador. Ou, do contrário, eles ressarcem os prejuízos de 2000 mil ... de 97 até agora. Olha, eu sei que os impactos não têm dinheiro que pague. Mas, pelo menos pra cada pescador duzentos mil, no mínimo, né? (Entrevista com presidente da Associação dos Pescadores de Salto da Divisa em 21 de janeiro de 2018).

A Associação das Lavadeiras de Salto da Divisa, grupo social que se percebe atingido não reivindica mais a manutenção das atividades de sua categoria, pois a maioria das lavadeiras já está com idade avançadas, com dificuldades de exercer a profissão. Entretanto, para elas, até que se resolva a questão da indenização monetária em decorrência do impacto causado com o fim da atividade, elas exigem remuneração mensal conforme relato a seguir:

Moço, agora a nossa reivindicação mesmo é ser indenizada. Porque além de tudo, ninguém aguenta fazer mais nada. Já tá todo mundo velho, ninguém aguenta mais não. E nós estamos brigando na justiça pelo menos um salário todo mês... Até chegar à indenização nossa (Entrevista com presidente da Associação Comunitária das Lavadeiras de Salto da Divisa em 22 de novembro de 2018).

A Associação de Pedreiros de Salto da Divisa reivindica uma indenização monetária e que a UHE Itapebi proporcione condições para que os pedreiros possam exercer suas atividades de forma artesanal conforme nota taquigráfica a seguir:

Estamos nos mobilizando, pois, nosso maior sonho é alcançar nosso objetivo. Sabemos que a indenização pelos danos causados pela Itapebi não será suficiente para trazer de volta nosso sonho, engolido pela hidrelétrica. O nosso sonho não é só uma indenização, mas também a continuidade dos trabalhos em nossa atividade, que é saber mexer com areia, pedra e cimento. Hoje a matéria-prima que chega no Salto da Divisa é retirada de dentro do lago, nas margens de propriedades particulares de pessoas que usufruíram desse desastre para sobreviver. Afinal, o acesso para conseguir essa matéria-prima é através dessas propriedades particulares.... e para, muitas vezes, trazer junto o assoreamento. Na época nossas casas não rachavam tanto quanto nos dias de hoje (MINAS GERAIS, 2014, p. 17).

A Associação das Comunidades Rurais de Salto da Divisa denuncia a construção de 15 pequenas barragens no Rio Jequitinhonha entre o percurso do município de Salto da Divisa até o município de Araçuaí que inundará as terras dos agricultores familiares. Contudo, a associação está preparada para que juntamente com os agricultores familiares, atingidos e organizações que apoiam os atingidos possam contestar a construção dessas barragens que poderá inundar a Área de Preservação Permanente (APP) em que os mesmos vivem.

A revolta da gente é que eles ainda falam de construir quinze pequenas barragens até Araçuaí. Primeiro, dizendo que eles vão construir barragem de compressão de areia do córrego do Ribeirão. Depois, aqui a barragem de retenção de água do Morro do Macaco. Onde o canteiro de obra será aqui em casa, aqui onde nós estamos. Ai nós estamos nessa luta, e vai ser uma luta de resistência. Porque nós não vamos entregar nossa área de serviço, que nós moramos em uma ilha, na área de APP (Área de Preservação Permanente), que nós protegemos, conservamos, usufruindo, as terras são boas. Nós perguntamos pra onde vão nos levar? Que tipo de terra vão nos oferecer? Que estrutura vão nos dar? E tem gente que mora a mais de quarenta anos, igual vou dizer. (Entrevista com representante da Associação das Comunidades Rurais de Salto da Divisa em 25 de janeiro de 2018).

A Associação Comunitária dos Extratores de Salto da Divisa reivindica indenização monetária ou um local para extração de pedras. Contudo, a empresa se recusa a reconhecer qualquer uma das suas reivindicações:

Nossa reivindicação é que eles indenizam a gente de forma correta, entendeu, de forma correta. Que seja aquilo mesmo que a gente tem o direito... A gente já pediu várias coisas, eles não chegam a acordo nenhum, nem dinheiro, nem terra, nem outra pedreira, nem nada. Eles querem passar por cima, pra não pagar nada a ninguém (Entrevista com presidente da Associação Comunitária dos Extratores de Salto da Divisa em 23 de novembro de 2018).

Todas as organizações de atingidos de Salto da Divisa, as instituições que os apoiam juntamente com o movimento dos Atingidos por Barragens denunciam o nível de poluição do reservatório da UHE Itapebi em Salto da Divisa. A Colônia e Associação de Pescadores relata essa situação, principalmente, pelo impacto causado à saúde da população, com a contaminação do lago pela proliferação de macrófitas²⁴ (figura 19).

²⁴ São conhecidas pelos especialistas como macrófitas aquáticas (macro = grande, fita = planta). São vegetais que habitam desde brejos até ambientes totalmente submersos (isto é, debaixo d'água). As macrófitas aquáticas são, em sua grande maioria, vegetais terrestres que ao longo de seu processo evolutivo, se adaptaram ao ambiente aquático, por isso apresentam algumas características de vegetais terrestres e uma grande capacidade de adaptação

E tem mais um agravante, que eu sempre falo, é as macrófitas que tá no lago aí, essa tira o sonho de qualquer pescador. Primeiro, eles não podem ir nos locais dele pra pescar, porque elas não deixa. Quando ela não tá de manhã, elas tá de tarde. E como o pescador vai botar uma rede pra pescar, porque ele sobrevive é disso? Não tem como! (Entrevista com presidente da Colônia dos Pescadores de Salto da Divisa em 19 de novembro de 2018).

Figura 19 - Macrófitas no lago da UHE Itapebi no Município de Salto da Divisa - MG



Fonte: Arquivo Pessoal do pesquisador (2018).

Em 2015 o Grupo de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos (GADDH) elaborou um Relatório denunciando as violações de direitos humanos diante da construção da UHE Itapebi em Salto da Divisa. Esse relato foi encaminhado às autoridades, contendo os principais problemas:

Ampliação do número de atingidos em função da alteração do projeto; sérios problemas ambientais como assoreamento do rio, poluição da água, desaparecimento de espécie de peixes existentes na bacia do rio entre outros. A associação de Lavadeiras – categoria reconhecida após 1999 – em decorrência das luta das mulheres para reivindicar seus direitos, Atualmente

a diferentes tipos de ambientes (o que torna sua ocorrência muito ampla). Fonte: http://www.ufscar.br/~probio/info_macrof.html

são cerca de 80 mulheres; pescadores, na época cerca de 150 pessoas, mas foram reconhecidas pela empresa apenas 42 pessoas que também discutem modificações do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC); extratores de pedra e areia – 21 pessoas embora os extratores tenham sido contemplados com o TAC firmado com a empresa e ministério público, no qual a categoria reivindica um complementação em função da extinção de suas atividades; pedreiros cerca de 172 pessoas – Associação formada após o enchimento do lago como consequência trouxe casas danificadas com 150 casa apresentando problemas de infraestrutura como rachaduras imensas de modo a colocar em risos a vida de moradores; garimpeiros que ficaram sem suas atividades laborais (GADDH, 2015).

Além disso, todas as organizações locais de atingidos, as instituições que os apoiam e o Movimento dos Atingidos por Barragens, também denunciam o risco que município está correndo em decorrência da inundação do lençol freático do lago da UHE Itapebi. Essa situação está provocando diversos problemas estruturais na cidade conforme dados de documento do MAB:

Além de diversos problemas que precisam lidar cotidianamente devido a construção da barragem, a população de Salto da Divisa vive atualmente uma consequência assustadora, a inundação das terras abaixo da cidade, ou seja, a formação de um lençol freático por baixo do município... Com uma grande quantidade de água retida em um lago que não aguenta o volume muito alto, as águas começaram a invadir o solo, criando lençóis freáticos embaixo da cidade. Em alguns pontos do município, é possível encontrar água a apenas 6 metros da superfície quando é feita a perfuração para a abertura de poços artesianos. Como consequência, as casas e ruas da cidade têm sido abaladas, criando buracos em paredes, desabamento de muros, e praças com verdadeiras crateras (...) (MAB, 2019a).

A Associação das Casas Danificadas reivindica que em comum acordo entre os engenheiros contratados pelo movimento e os engenheiros da UHE Itapebi, seja estabelecido que as casas danificadas em condições de reformar sejam reformadas pela empresa e as casas danificadas que estão em situação grave sejam demolidas e construídas novas casas.

E tem casa que os engenheiros chega, os dois, tanto da parte dos atingidos, como da parte da Itapebi. Eles senta, conversa, e vê que aquela casa tem como recuperar ou não, cê entendeu? E aí tamo nessa pendência, esperando ver o que vai resolver... (Entrevista com presidente da Associação das Casas Danificadas em 28 de novembro de 2018).

A UHE Itapebi, amparada pelo aparato legal das legislações do país e normativas do setor elétrico, não reconhece a política de garantia de direitos reivindicada pelos grupos sociais de atingidos no município de Salto da Divisa. Dentre as várias judicializações movidas pelos atingidos pela UHE Itapebi, a política de garantia de direitos permanece como principal demanda de suas lutas. Através dessa experiência local, vivenciada ao longo dos anos pelos envolvidos, compreende-se que o reconhecimento da Política Estadual dos Atingidos por Barragens e outros Empreendimentos (PEABE) e a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB) têm um importante papel de absorver as demandas dos MABs locais e resolver conflitos que se arrastam por décadas.

Em dezembro de 2016, em Belo Horizonte, foi realizada pela Comissão de Participação Popular da ALMG, no plenarinho IV outra audiência pública (figura 20), também com o

objetivo de discutir a política de garantia de direitos dos atingidos pela UHE Itapebi em Salto da Divisa. Nessa audiência esteve presente uma defensora pública especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais a fim de tomar conhecimento da situação dos atingidos em Salto da Divisa conforme notas taquigráficas acessadas:

...Antes de comparecer a esta audiência, eu pedi à assessoria do gabinete para enviar algumas informações a respeito do caso de Itapebi e da ocupação no Município de Salto da Divisa, porque temos notícias de algumas circunstâncias, mas nunca recebi formalmente nenhum relato específico a respeito dessa situação... (MINAS GERAIS, 2016, p. 5).

Procurei saber a respeito do assunto, considerando o que está disponível na internet, e especialmente a respeito do licenciamento da hidrelétrica de Itapebi, que me parece ter cerca de 20 anos, é bem antigo. Como está em dois estados, Minas Gerais e Bahia, é um licenciamento do Ibama. Em relação a essa circunstância, parece que o Ministério Público Federal, ao longo desses anos, tem expedido muitas recomendações. Creio que existe até algum tipo de ação judicial, mas em relação a essa situação específica dos atingidos, parece que até hoje nada foi promovido (MINAS GERAIS, 2016, p. 5-6).

... Acho que vou encerrar minha fala. Eu gostaria mais de ouvir nessa reunião que contribuir falando alguma coisa sobre isso (MINAS GERAIS, 2016, p. 7).

Figura 20 - Audiência Pública da Comissão de Participação Popular da ALMG sobre a Hidrelétrica de Itapebi



Fonte: Ricardo Barbosa / ALMG (2016). Foto publicada e disponível em: https://www.almg.gov.br/sala_imprensa/fotos/index.html?idAlb=11761&albPos=3

No mesmo documento, o MAB de Minas Gerais apresentou algumas expectativas em relação aos atingidos pela UHE Itapebi, conforme nota taquigráfica a seguir:

Temos quatro expectativas com relação à Barragem de Itapebi, no município de Salto da Divisa, fruto dessa audiência: manter um processo de interlocução com a Neoenergia; agilizar o processo da política estadual dos direitos das famílias atingidas, que já tramita nesta Casa - Projeto de Lei nº 3312; apertar o Ibama, para que realmente faça valer as condicionantes daquela barragem e esperar por um plano de desenvolvimento regional para toda a bacia, enxergando toda a Bacia do Rio Jequitinhonha (MINAS GERAIS, 2016, p. 21).

Essa audiência foi importante para que os atingidos tomassem conhecimento das expectativas apresentadas e da atuação da Defensoria Pública que passou a fazer um acompanhamento mais próximo da política indenizatória da UHE Itapebi junto aos atingidos.

Para a aprovação da Política Estadual dos Atingidos por Barragens e outros Empreendimentos (PEABE) e da Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB) a Colônia de Pescadores de Salto da Divisa acredita que é necessário que exista um deputado que possa tomar para si a problemática dos pescadores atingidos para que se façam valer suas demandas:

a primeira coisa que eu acho aí é que algum deputado, algum político olhasse mais pro lado do pescador, porque eles abandonou os pescador, e são milhões de pescador, pra quem não sabe são milhões. Então o pescador tá abandonado. Eles excluiu, fez coisa que excluiu o pescador que agora tá sozinho sem saber a quem vai recorrer. Então gostaria que alguém competente, que tivesse competência lá desses deputados, que tivesse o poder lá, pra poder alavancar essas coisas, essas lei que não foi aprovada ainda. Pra poder fazer a cobrança em cima da lei, dentro do direito da lei, porque até então não tem lei, ne, então vai cobrar de quem? Esse, te falar a verdade, esses assunto aí eu vou ser curto e grosso, a pessoa, as pessoa cobra e cobra e nada, nada e morre na praia. Porque não tem ninguém que defendesse, se tiver você fala porque eu não sei (Entrevista com presidente da Colônia dos Pescadores de Salto da Divisa em 19 de novembro de 2018).

A Associação Comunitária de Comunicação acredita que os atingidos precisam da interlocução com deputados e senadores que são simpatizantes dos movimentos sociais e do movimento dos atingidos. Creem que o Congresso Nacional pode ajudar:

Pra que a gente possa ter essas garantias, pra que a gente possa ter essas leis é o seguinte. É porque nós também dos movimentos temos nossos representantes lá em Brasília, lá no Senado. Não é todo mundo que é contra os movimentos. Nós temos algumas pessoas lá também que é a favor do movimento. É nós estamos é, procurando essas pessoas através dos movimentos, através dos nossos representantes, lideranças, né, também vamos procurar as pessoas que nos representa lá. É por isso que nós votamos para que depois a gente seja, seja retribuído pelo voto que nós demos. Eu votei em fulano, por exemplo, “fulano, e aí? Pessoal tá querendo cortar nossos direitos, que que você pode fazer por nós aí? Que que você pode rever aí? Quem corta direito de movimento é quem não gosta, e nós temos aí você que gosta, que é simpatizando, que é nosso representante. Que que você pode fazer aí por nós? Vê com seu colega Fulano e Fulano também, que teve aqui na época”. É a única forma, não temos outra saída. É procurar quem gosta

de nós, quem nos representa, não é verdade? (Entrevista com representante da Associação Comunitária de Comunicação em 20 de novembro de 2018).

Segundo essa linha, a Associação dos Pescadores acredita que é necessário ir a Brasília, fazer manifestações lá em Brasília. Explica o presidente da Associação dos pescadores:

(...) esse país nosso é como feijão duro, só vai através de pressão. Então uma maneira pra isso sair do papel, é manifestar, é reivindicar, é ir lá em Brasília formar piquete, e manifestar o direito, reivindicar os direitos pra aquilo sair do papel. É uma das maneiras que a gente pode contribuir. É... falando como local, Salto da Divisa, né? (Entrevista com presidente da Associação dos Pescadores de Salto da Divisa em 25 de novembro de 2018).

Segundo o GADDH, a aprovação da PEAB e da PNAB se dará através da luta contínua juntamente com os atingidos locais. Para o MAB local, essas políticas poderão ser legitimadas através de ações de uma deputada eleita que está engajada nas lutas sociais do MAB e dos atingidos em Salto da Divisa. Representante do MAB aposta nessa articulação com políticos locais do estado:

É... hoje, é, tem uma, uma deputada que... chama Beatriz Cerqueira, você deve conhecer... Onde a gente tivemos um encontro lá em Almenara. Ela tá nos ajudando nessa, tanto na parte do MAB, quanto na parte dos atingidos, cê entendeu. E... a gente deu um voto de confiança pra ela, cê entendeu, e é uma pessoa que através do MAB, é... vai tá nos ajudando lá na assembleia dos deputados em Belo Horizonte. Eu acredito, entendeu, que a partir de janeiro, eu acredito que as coisas possa melhorar pra nós, é... atingidos aqui de Salto da Divisa. Através dela, cê entendeu (Entrevista com coordenador do Movimento dos Atingidos por Barragens em Salto da Divisa em 28 de novembro de 2018).

No dia 14 de março, dia Internacional de Luta Contra as Barragens, em Defesa dos Rios e da Vida, e data em que se comemora 27 anos de fundação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), os atingidos pela UHE Itapebi no município de Salto da Divisa juntamente com outros atingidos de todo o Estado e com apoio de atingidos do Estado do Espírito Santo realizaram um ato político nas ruas de Belo Horizonte a caminho da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e entregou ao presidente da casa um documento com as reivindicações de todos atingido do Estado e solicitou o desarquivamento da PEAB, que foi arquivada em janeiro de 2019. Nesse ato político, os atingidos também denunciaram a falta de reconhecimento dos direitos nos crimes de Mariana e Brumadinho e durante todo o processo histórico de instalação de barragens no estado, também pediram justiça para os assassinatos de militantes dos direitos humanos, como a militante do MAB Nicinha morta em Rondônia e da vereadora Marielle Franco, cujo assassinato havia completado um ano na ocasião (ALMG, 2019; MAB, 2019b).

Essa situação, reflete o que foi relatado pelos entrevistados em relação a articulação entre os movimentos para fortalecer a aprovação da política de garantia de direitos, o que os leva a crer que as lutas específicas se fortalecem quando se juntam a uma causa maior.

V – RESULTADOS E CONCLUSÕES DA PESQUISA

O principal objetivo dessa pesquisa, de natureza qualitativa, foi identificar os repertórios de ações coletivas dos atingidos pela barragem de Itapebi, analisando sua contribuição no processo organizativo dos atingidos a partir da experiência no município Salto da Divisa – MG.

Para chegar a esse objetivo final realizou-se uma revisão da literatura em diversos campos disciplinares o que permitiu a construção do seu arcabouço teórico-conceitual multidisciplinar, assim como foram examinados diversos documentos e realizadas entrevistas no município afetado pelo empreendimento, o que amparou a abordagem empírica do estudo.

A análise dos dados empíricos da pesquisa ocorreu por meio da abordagem interpretativa nos moldes de Gil (2008) através da qual foram definidas três categorias de análise, quais sejam: organização, repertórios de ações coletivas e significado de atingido. Em alinhamento à abordagem interpretativa proposta, as definições teóricas das categorias nortearam a interpretação dos dados recolhidos a partir das entrevistas com os sujeitos da pesquisa. Dentre as três categorias definidas *a priori*, destacam-se subcategorias, algumas das quais emergiram no decorrer das entrevistas.

Na categoria “organização” foi possível identificar que a Igreja Católica de Salto da Divisa foi a primeira entidade protagonista, pois a mesma foi responsável por estimular a criação de diversas organizações locais que serviram de suporte aos atingidos como o GADDH e Rádio Comunitária, para citar as pioneiras, que num primeiro momento, foram responsáveis por representar e acompanhar os atingidos nas suas reivindicações frente às empresas que se apresentaram na localidade representando a Eletrobrás.

Na categoria “repertórios de ações coletivas” foi possível identificar que as ações coletivas dos atingidos no município de Salto da Divisa, as quais se iniciaram em meados da década de 1990 e se configuram em reuniões, petições públicas, passeatas, audiências públicas, deslocamentos para as capitais, entre outras ações, igualmente importantes na organização dos atingidos na localidade. Através desses repertórios multiplicaram-se os surgimentos de associações locais, destacando-se a de pescadores, a de lavadeiras, a de extratores de pedra areia e bloco, seguida da associação das comunidades rurais e das casas danificadas. Portanto, o associativismo configura-se como o ponto de partida da organização local dos atingidos, no conjunto dos repertórios de ações coletivas nos moldes de Tilly (2010). A pesquisa sinaliza a contribuição dos repertórios de ações coletivas em várias situações, além da criação dessas associações, a aprovação de duas importantes leis e a construção de um novo bairro para a população que estava prestes a perder a possibilidade de novas moradias nos moldes que elas desejavam. Os repertórios mantem a chama acesa da motivação política, corroborando a importância dos estudos de Tilly (1978; 2010).

A pesquisa expõe a relevância da prática associativa conforme ensina Lüchmann (2016), para gerar consciência coletiva e mobilizar para a ação. A prova disso é a quantidade de associações hoje existentes em Salto da Divisa e o envolvimento das mesmas com o Movimento do Atingidos por Barragens, que passou a absorver e encaminhar as reivindicações e demandas locais dos atingidos pela Barragem de Itapebi.

Além disso, o estudo mostra que os repertórios locais contribuíram para a criação de outras organizações como: o Movimento dos Trabalhadores Sem Terras (MST), a Comunidade Tradicional da Cabeceira da Piabanha e a Comunidade Quilombola Braço Forte. Em todas essas organizações estão inseridas pessoas atingidas pela hidrelétrica de Itapebi, fortalecendo assim o processo de comunicação entre essas organizações e mostrando que os repertórios criados pelos atingidos na localidade são ações coletivas de base que contribuem para o fortalecimento do Movimento dos Atingidos por Barragens em nível nacional e internacional, tendo em vista que segundo Gohn (2008) o MAB juntamente e o MST são duas importantes organizações nacionais que estão inseridas no paradigma latino-americano dos movimentos sociais.

Na categoria “significado de atingido” foram identificadas três subcategorias e aqui destacamos (i) a noção de atingido pela Eletrobrás que por sua vez se ancora no aparato jurídico-institucional brasileiro para remover ou desapropriar pessoas, comunidades para o uso do espaço para investimentos públicos e (ii) o significado de atingido compreendido pelas populações atingidas por barragens hidrelétricas que foi incorporado pelo MAB que vai muito além de formas de indenização monetária, e de delimitação de proximidade com o reservatório, como foi mostrado no trabalho. O principal problema que a pesquisa aponta nessa questão é que há um choque de racionalidades no qual as distintas noções de atingidos se confrontam, não dialogam, e não favorecem aqueles que não são contemplados pela ideia de indenização monetária com base na desapropriação.

A pesquisa conclui, com base nesses resultados apontados, que através dessa experiência local, vivenciada ao longo de mais de vinte anos pelos envolvidos, os repertórios de ações coletivas tiveram e ainda têm um papel fundamental na articulação dos atingidos frente à barragem de Itapebi visto que a motivação política se mantém, conforme Tilly ensina. Assim, no que se referem às medidas compensatórias propostas pela empresa que permanecem sendo contestadas pelos atingidos, e se mantém a expectativa de que venha a se efetivar políticas públicas governamentais como a PNAB que tem o potencial de desempenhar um importante papel de absorver as demandas das populações locais atingidas por barragens, propor solução para a resolução de conflitos provocados pelo setor elétrico e suas empresas concessionárias e construtoras que se arrastam ao longo de décadas. Os principais pontos da PNAB são: o reconhecimento dos direitos dos atingidos, a instituição de um marco legal, a criação de um órgão do Estado responsável pela política, com a representação e participação efetiva dos atingidos e que sejam definidas as fontes de financiamento para a realização dessas demandas (MAB, 2013).

Todavia, a pesquisa chama atenção para o fato de que a institucionalização da PNAB encontrará um cenário de resistência na esfera empresarial e governamental visto que há um aparato jurídico-institucional no país, como já ressaltado por Vainer (2007) que não favorece o sentido de atingido compreendido pelos protagonismos locais e nacionais do MAB. A pesquisa confirma a interdependência entre os protagonismos local e nacional no sentido de consolidar os pilares do MAB e o quanto isso é importante para avançar em direção da PNAB, e vai mais além. Acena para a urgência em focar esse aparato junto aos órgãos competentes no sentido de atualizar leis e regulamentações que afetam a relação entre investimentos públicos e populações afetadas, de modo que se caminhe para a aprovação da PNAB e outras iniciativas originadas no interior do movimento dos atingidos e seja possível um diálogo entre as noções de atingidos com consequências justas para as populações envolvidas.

Por fim, como ideias que possam colaborar para o aprofundamento e continuidade dessa pesquisa, recomenda-se:

- a) Abordar a perspectiva de outras organizações locais como a prefeitura, a câmara de vereadores e também a empresa do Setor Elétrico responsável pelo empreendimento sobre a compreensão de atingidos e do empreendimento como um todo;
- b) Ampliar a pesquisa envolvendo as novas organizações locais que surgiram por intermédio dos repertórios de ações coletivas dos atingidos como: o Movimento dos Trabalhadores Sem Terras (MST), a Comunidade Tradicional da Cabeceira da Piabanha e a Comunidade Quilombola Braço Forte;
- c) Estudar o projeto de lei da Política Estadual dos Atingidos por Barragens e outros Empreendimentos (PEABE) e o projeto de lei da Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB), que foi aprovada no âmbito da câmara dos deputados, mas não ainda no senado, no sentido de mapear suas propostas para o reconhecimento dos direitos das populações de atingidas.

REFERÊNCIAS

- ABERS, Rebecca; SERAFIM Lizandra; TATAGIBA Luciana. Repertórios de interação Estado-sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na era Lula. **Dados-Revista de Ciências Sociais**, v. 57, n. 2, p. 325-357, 2014.
- ACRUSALD - ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES RURAIS DE SALTO DA DIVISA. **Estatuto da Associação das Comunidades Rurais de Salto da Divisa**. Sede Comunidade Rural da Ilha Paraíso -Zona Rural-Salto da Divisa-MG e foro Comarca de Jacinto- MG, 2005.
- ALMEIDA, Paul; CORDERO ULATE, Allen. Movimientos sociales en América Latina. Pp. 15-28. En: *Movimientos sociales en America Latina: perspectivas, tendencias y casos*; editado por Paul Almeida y Allen Cordero Ulate. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2017.
- ALMG - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. **Presidente recebe pauta de atingidos por barragens**. 2019. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2019/03/14_presidente_recebe_MAB.html> Acesso em: 03 de abril de 2019.
- ALONSO, Angela *et al.* As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova: revista de cultura e política**, n. 76, p. 49-86, 2009.
- ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito em **Sociologia & Antropologia**. v. 02, nº03, p. 21-41, 2012.
- ALVES, Luis Antonio. **Ação Pastoral das Irmãs Dominicanas em Salto da Divisa, MG, de 1993-2005'** 01/12/2008 152 f. Mestrado em Teologia Instituição de Ensino: Centro Universitário Assunção, São Paulo, 2008.
- ANAB - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ATINGIDOS POR BARRAGENS ANAB. **Cartilha As Lutas dos Atingidos por Barragens por Direitos Humanos – ANAB**, 2013. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/publicacao/cartilha-lutas-dos-atingidos-por-barragens-por-direitos-humanos>>. Acesso em: 04 de junho 2018.
- ANEEL - AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional – PRODIST**. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br>> Acesso em: 06 de junho de 2018.
- BANCO MUNDIAL. Licenciamento ambiental de empreendimentos hidrelétricos no Brasil: uma contribuição para o debate. Volume II: **Relatório Principal**, n. 40995-BR, 2008.
- BAUER, Marting W.; GASKELL, George & ALLUM, Nicholas C. Qualidade, Quantidade e interesses do conhecimento – Evitando confusões. In. BAUER, Marting W.; GASKELL, George. *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som*. Petrópolis (RJ): Vozes, p. 17-36, 2002.
- BRASIL. **Legislação**. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2019.

BRASIL DE FATO. **Não foi acidente, é crime! O rompimento da barragem em Brumadinho (MG), no Brasil.** 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/02/01/nao-foi-acidente-e-crime-o-rompimento-da-barragem-em-brumadinho-mg-no-brasil/>>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2019.

BERMANN, Célio. **Energia no Brasil: para quê? Para quem?** São Paulo: Editora Livraria da Física, 2003.

BID - BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Reassentamento Involuntário.** Disponível em: <<http://www.iadb.org/es/acerca-del-bid/reasentamiento-involuntario-,6660.html>>. Acesso em: 29 de novembro 2017.

BRINGEL, Breno. Com, contra e para além de Charles Tilly: Mudanças teóricas no estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais. **Sociologia & antropologia**, v. 2, n. 3, p. 43-67, 2012.

CÂMARA, Andreza Aparecida F.; SOARES, Paulo Brasil D. Águas para vida, não para morte! o papel do movimento dos atingidos por barragens na “onda” neodesenvolvimentista. In: **Anais. 39º Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, outubro de 2015.

CDDPH - CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA. **Comissão Especial “Atingidos por Barragens.”** Resoluções nºs 26/06, 31/06, 01/07, 02/07, 05/07, Brasília, 2010.

CFI - CORPORACIÓN FINANCIERA INTERNACIONAL. **Manual para la preparación de un plan de acción para el reasentamiento.** 2001. Disponível em: <<http://www.prosap.gob.ar/docs/UAS-PlanParaReasentamiento.pdf>>. Acesso em: 02 de dezembro de 2017.

CHASE-DUNN, Christopher; MOROSIN Alessandro y ALVAREZ, Alexis. Movimientos sociales y regimenes progresistas en America Latina: revoluciones mundiales y desarrollo semiperiferico. Pp. 31-48 En: **Movimientos sociales en America Latina: perspectivas, tendencias y casos**; editado por Paul Almeida y Allen Cordero Ulate. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2017.

CMB - COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS. **Barragens e Desenvolvimento: Um Novo Modelo para Tomada de Decisões. Um Sumário.** 2000. Disponível em: <https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/41/cmb_sumario.pdf> Acesso em: 04 de junho de 2019.

CNPJ – CADASTRO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA. **Emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral. 2019** Disponível em: <https://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/cnpj/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao2.asp> Acesso em: 05 de janeiro de 2019.

COELHO, Kellen da Silva; DELLAGNELO, Eloise Helena Livramento. Uma Análise Paradigmática das Teorias dos Movimentos Sociais Utilizadas nos Estudos em Administração. **Revista Gestão Organizacional**, v. 6, n. 1, p. 59, 2013.

COHEN, Jean. Strategy or Identity: New Theoretical Paradigms and Contemporary Social Movements. **Social Research**, n. 52, p. 663-716, 1985.

CZARNIAWSKA, Barbara. Organizing: How to study it and how to write about it. **Qualitative Research in Organizations and Management: An International Journal**, 3(1), 4-20, 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1108/17465640810870364>> Acesso em: 19 de outubro de 2018.

ELETRORÁS. **II Plano Diretor de Meio Ambiente do Setor Elétrico**. Volume 2: Diretrizes e Programas Setoriais, Rio de Janeiro. 1990. Disponível em: <<http://eletrobras.com/pt/Paginas/Biblioteca.aspx>>. Acesso em: 02 de dezembro de 2017.

ENGEVIX. **AHE Itapebi: Estudo de Impacto Ambiental**. Empresas Petroquímicas do Brasil S.A. Salvador, 1995.

FLEURY, Lorena Cândido. A gente não sabe o que é barragem, mas sabe o que é o Xingu: cosmopolítica e conflito ambiental na construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte na Amazônia brasileira. In: Almeida, J. (org.). **Conflitos Ambientais e Controvérsias em Ciência e Tecnologia**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 29-54, 2016.

FOSCHIERA, Atamis Antonio. Conhecendo a trajetória de organização dos Atingidos por Barragens. **Caminhos de Geografia**, v. 11, n. 36 p. 113 – 128, Uberlândia, dez, 2010a.

FOSCHIERA, Atamis Antonio. **Da barranca do rio para a periferia dos centros urbanos: a trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens face às políticas do setor elétrico no Brasil**. Tese Doutorado em Geografia na área de Produção do Espaço Urbano. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente-SP, 2010b.

GALIZONI, Flávia Maria; RIBEIRO, Eduardo Magalhães; CALIXTO, Juliana Sena; BARBOSA, Eduardo Ayres. Águas comunitárias no baixo Jequitinhonha. **Cadernos do CEAS**, Salvador, v. 209, p. 39-58, 2004.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Marting W.; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som**. Petrópolis (RJ): Vozes, p. 64-89, 2002.

GAVIÃO, Afrânio Benjoino. **Gestão de Conflitos Ambientais Frente à Implantação de Hidrelétricas – Estudo de Caso do Aproveitamento Hidrelétrico de Itapebi/Ba.** 01/08/2006 127 f. Profissionalizante em Regulação da Indústria de Energia. Instituição de Ensino: Universidade Salvador, Salvador, 2006.

GADDH - GRUPO DE APOIO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS. **Estatuto do Grupo de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos**. Sede Salto da Divisa – MG e foro Comarca de Jacinto- MG, 1997.

GADDH – GRUPO DE APOIO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS. **Relato das Violações de Direitos Humanos diante da Construção da Barragem de Itapebi em Salto da Divisa-MG**. Salto da Divisa, 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª Edição, Editora Atlas, São Paulo, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. Edições Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, v 5, n 1, p.11-40 jan./jun. 2000.

GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, Set./Dez. 2008.

GOHN, Maria da Glória. Sociologia dos Movimentos Sociais: Um Balanço das Teorias Clássicas e Contemporâneas. **Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies/Revue canadienne des études latino-américaines et caraïbes**, 36:72, 199-227, 2011.

GOHN, Maria da Glória. Desafios dos movimentos sociais hoje no Brasil. **Revista SER Social**, v. 15, n. 33, p. 301-311, 2013.

GOHN, Maria da Glória. A produção sobre movimentos sociais no Brasil no contexto da América Latina. **Revista Política e Sociedade**, v.13 n.48, p. 79-103, 2014.

GOHN, Maria da Glória. Vozes que gritam e vozes silenciadas na América Latina. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 15, n. 3, p. 491-509, 2015.

GUERRERO, Patrícia. Vale do Jequitinhonha: a região e seus contrastes. **Revista Discente Expressões Geográficas**, v. 5, n. 5, p. 81-100, 2009.

GUIMARÃES, Alexandre Queiroz. Planejamento, desenvolvimento territorial e as diretrizes para o desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha. **Revista Espinhaço| UFVJM**, p. 2-14, 2017.

HABERMAS, Jürgen. New Social Movements. **Telos - Critical Theory of the Contemporary** New York, n.49, Sep. 21, p. 33-37, 1981.

HARVEY, David. **The condition of postmodernity: an enquiry into the origins of cultural change**. Oxford: Blackwell, 1989.

HELLMAN, Judith Adler. Estudio de los nuevos Movimientos Sociales en America Latina y la cuestión de la Autonomía. **América Latina Hoy**, Salamanca, v. 3, nov. 2009.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades**. 2018 Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/salto-da-divisa/historico>> Acesso em: 18 de fevereiro de 2018.

IBAMA - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Processo de Licenciamento**. 2018. Disponível em: <<https://www.ibama.gov.br/empreendimentos-e-projetos/licenciamento-ambiental-processo-de-licenciamento>> Acesso em: 03 de junho de 2019.

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A. **História**. Disponível em: <www.itapebi.com.br> Acesso em: 19 de fevereiro de 18.

JOHNSTON, Hank. **States & Social Movements**. Cambridge: Polity Press, 2011, 230 p.

LEFEBVRE, Henri. **Production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1974.

LOUREIRO, Solange Maria; PEREIRA, Vera Lucia Duarte do Vale. Gestão ambiental de recursos hídricos e a hidroeletricidade no Brasil. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**. v. 18, n. 1, p. 388-398, 2014.

LÜCHMANN, Lígia Helena H. Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, n. 85, 2014.

LÜCHMANN, Lígia Helena H. **Associativismo e Democracia: um estudo em Florianópolis**. Ed. da UFSC, 133 p., 2016.

LÜCHMANN, Lígia Helena H.; SCHAEFER, Márcia I.; NICOLETTI, André S. Associativismo e repertórios de ação político-institucional. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 23, nº 2, maio-agosto, 2017.

MAB - MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **História do MAB: 20 anos de organização, lutas e conquistas**. 2011a. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/historia>> Acesso em: 20 de janeiro de 2018.

MAB - MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Síntese do Relatório da Comissão Especial “Atingidos por Barragens”, do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana**. Violação dos Direitos Humanos na construção de barragens. São Paulo, 2011b. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/content/cartilha-sobre-relat-rio-viola-direitos-humanos-em-reas-barragens>> Acesso em: 15 de junho de 2018.

MAB - MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Cartilha Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens**. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/publicacao/cartilha-da-pol-tica-nacional-dos-direitos-das-popula-es-atingidas-por-barragens-pnab>>. Acesso em: 22 de novembro de 2017.

MAB - MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Movimento latino-americano de atingidos por barragens é lançado durante ato político em Chapecó (SC)**. 2016a. Disponível em: <<https://www.mabnacional.org.br/noticia/movimento-latino-americano-atingidos-por-barragens-lan-ado-durante-ato-pol-tico-em-chapec-sc>> Acesso em: 25 de julho de 2018.

MAB - MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Hidrelétrica Itapebi: duas décadas de descaso com os atingidos**. 2016b. Disponível em: <<https://www.mabnacional.org.br/noticia/hidrel-trica-itapebi-duas-d-cadas-descaso-com-os-atingidos>> Acesso em: 01 de fevereiro de 2019.

MAB - MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Salto da Divisa, a cidade sobre as águas**. 2019a. Disponível em: <<https://www.mabnacional.org.br/noticia/salto-da-divisa-cidade-sobre-guas>> Acesso em: 01 de fevereiro de 2019.

MAB - MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Após jornada de lutas, Política de Direitos dos Atingidos caminha na ALMG**. 2019b. Disponível em: <<https://www.mabnacional.org.br/noticia/ap-s-jornada-lutas-pol-tica-direitos-dos-atingidos-caminha-na-almg>> Acesso em: 03 de abril de 2019.

MINAS GERAIS. **Lei n. 13.370**, de 30 de novembro de 1999. Declara a Cachoeira do Tombo da Fumaça Patrimônio Paisagístico e Turístico do Estado, Cria a Área de Proteção Ambiental da Cachoeira. Disponível em: <www.almg.gov.br> Acesso em: 30 de abril de 2018.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais - **Notas Taquigráficas da 26ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura**. Salto da Divisa, 2014.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais - **Notas Taquigráficas da 27ª Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura**. Belo Horizonte, 2016.

MINAS GERAIS. **Projeto de Lei nº 3.312/2016**. Institui a Política Estadual dos Atingidos por Barragens e outros Empreendimentos e dá outras providências. Disponível em: <www.almg.gov.br> Acesso em: 15 de maio de 2018.

MISOCZKY, Maria Ceci.; FLORES, Rafael Kruter; Steffen Böhm. A práxis da resistência e a hegemonia da organização. O&S. **Organizações & Sociedade**, v. 15, p. 181-194, 2008.

MISOCZKY, Maria Ceci; FLORES, Rafael Kruter; GOULART, Sueli. Estudos organizacionais e movimentos sociais: o que sabemos? Para onde vamos?. **Cadernos EBAPE. BR**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 01-14, set. 2008.

MISOCZKY, Maria Ceci. Das práticas não-gerenciais de organizar à organização para a práxis da libertação. In: Maria Ceci Misoczky; Rafael Kruter Flores; Joysi Moraes. (Org.). **Organização e Práxis Libertadora**. 1ed.Porto Alegre: Dacasa Editora, 2010, v. 1, p. 13-56.

MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. Resource mobilization and social movements: A partial theory. **American journal of sociology**, v 82, no. 6 1212-1241. 1977.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**, v. 76, n. 76, p. 11-48, 2009.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais?. **Lua Nova**, São Paulo, n. 17, p. 49-66, June 1989.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do Presente: Movimentos sociais nas sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MOREIRA, Gilvander Luís. Atuação das irmãs dominicanas deságua na luta pela terra: Ética, política e direito?. **Annales Faje**, v. 2, n. 2, p. 169-176, 2017.

NOGUEIRA, Mônica. **Gerais a Dentro e a Fora: Identidade e Territorialidade entre Geraizeiros no Norte de Minas Gerais**. Capítulo 2, “Rememorações” (pp. 66-104); Capítulo 4, “O tempo do encurralamento” (pp. 134-165). Tese de Doutorado em Antropologia Social. Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Brasília, 2009.

OLSON, Mancur. **Logic of Collective Action: Public Goods and the Theory of Groups** (Harvard economic studies. v. 124). Harvard University Press, 1965.

PARAMIO, Ludolfo. Democracia y movimientos sociales en América Latina. **América Latina Hoy**, Salamanca, v. 1, nov. 2009.

PEREIRA, Pedro Jorge Campello Rodrigues. **Desafios do licenciamento ambiental de usinas hidrelétricas: um estudo de caso da UHE ITAPEBI** 01/09/2011 136 f. Mestrado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

PEREIRA, Matheus Mazzilli; SILVA, Camila Farias da. Ação Contenciosa: repertórios, táticas e performances. In: **Anais do 18º Congresso Brasileiro de Sociologia**, Brasília, 2017.

PETRY, Almiro. Os movimentos sociais na América Latina. **Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Formação Humanística. Eixo: América Latina**, 2008.

PONTES, Beatriz Maria Soares. Os suportes epistemológicos dos movimentos sociais. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, v. 4, n. 1, p. 46-85, 2015.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. Agregação e poder rural nas fazendas do baixo Jequitinhonha mineiro. **UNIMONTES CIENTÍFICA**. Montes Claros, v.5, n.2, jul./dez. 2003.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. Mudando para continuar sendo: a organização de movimentos de atingidos por barragens no Vale do Jequitinhonha. In: Franklin Rothman (org.). **Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens**, Viçosa-MG, Editora UFV, 2008.

RIO DE JANEIRO. **Projeto de Lei Nº 3918/2018**. Política Estadual de Direitos para Atingidos por Barragens no Estado do Rio De Janeiro. Disponível em: <<http://.alerj.rj.gov.br>> Acesso em: 15 de junho de 2018.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto 51.595/2014** Institui a Política de Desenvolvimento de Regiões Afetadas por Empreendimentos Hidrelétricos, e a Política Estadual dos Atingidos por Empreendimentos Hidrelétricos no Estado do Rio Grande Do Sul. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br>> Acesso em: 15 de junho de 2018.

ROSA, Alexandre Reis; ALVES, Mario Aquino; MENSONÇA, Patricia; GOMES, Marcus Vinicius. Por uma Agenda de Pesquisa Sobre Movimentos Sociais na América Latina. In: XXXIII Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração, 2009, São Paulo. **Anais do XXXIII EnANPAD**. São Paulo: ANPAD, 2009. p. 1-16.

SADER, Emir. Pós neoliberalismo: da luta social à luta política", in: **Visioni LatinoAmericane**, 1, pp. 15-16, 2009.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS JUNIOR, Reginaldo Cordeiro dos.; COSTA FILHO, Aderval. Entre a Esperança e o Descaso Planejado. A (Des)Estruturação Socioambiental Causada no Município de Salto da Divisa/Minas Gerais pela Usina Hidrelétrica de Itapebi-Bahia. In: **XII Reunión de Antropología del Mercosur**, Experiencias Etnográficas: desafíos y acciones para el Siglo 21. Posadas, Misiones, Argentina. 2017.

SCHATZKI, Theodore R. On organizations as they happen. **Organization Studies**, 27(12), 1863-1873, 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1177%2F0170840606071942>> Acesso em: 20 de outubro de 2018.

SCHERER-WARREN, Ilse.; REIS, Maria José. Do local ao global: a trajetória do movimento dos atingidos por barragens (MAB) e sua articulação em redes, p. 64-82. In: Franklin Rothman (org.). **Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens**, Viçosa-MG, Editora UFV, 2008.

SERVA, Maurício. O Fenômeno das Organizações Substantivas. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 33, n. 2, mar - abr, p.36-43, 1993.

SIGAUD, Lygia. “Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho”. Rio de Janeiro: UFRJ, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 1986. 116 p. (Comunicação n. 9).

SOUZA, João Valdir Alves de. Fontes para uma reflexão sobre a história do Vale do Jequitinhonha. **Unimontes Científica**, v. 5, n. 2, p. 106-120, 2003.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, Dec. 2006.

STF - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Supremo vai julgar conflito entre Minas Gerais e ANEEL**. 2001 Disponível em <<http://stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=57433>> Acesso em 17 de janeiro de 2019.

TATAGIBA, Luciana; PATERNIANI, Stella Zagatto; TRINDADE, Thiago Aparecido. Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo. **Opinião pública**, v. 18, n. 2, p. 399-426, 2012.

TEIXEIRA, Maria Gracinda Carvalho. **Energy Policy in Latin America – social and environmental dimensions of hydropower in Amazonia**. UK: Avebury, 1995.

TILLY, Charles. **From mobilization to revolution**. New York: Newbery Award Records, 1978.

TILLY, Charles. **Regimes and repertoires**. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 3, p. 133-160, 2010.

TOURAINÉ, Alain. Na fronteira dos movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.21, n. 1, p. 17-28, jan./abr., 2006.

VAINER, Carlos Bernardo; ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira de. Implantação de grandes hidrelétricas: estratégias do setor elétrico, estratégias das populações atingidas. **Revista Travessia**, n. 6, jan. abr., 1990.

VAINER, Carlos Bernardo; ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira de. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1992.

VAINER, Carlos Bernardo. Recursos hidráulicos: questões sociais e ambientais. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 59, p. 119-137, 2007.

VAINER, Carlos Bernardo. Conceito de “atingido”: Uma revisão do debate. In: Franklin Rothman (org.). **Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens**, Viçosa-MG, Editora UFV, 2008.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de Coleta de Dados no Campo**. Editora Atlas, São Paulo 2009.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

VIA CAMPESINA. **Quem somos?** Disponível em: <<https://viacampesina.org/es/quienes-somos/>>. Acesso em: 12 de setembro de 2018.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. Por uma boa pesquisa (qualitativa) em Administração. In: VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; ZOUAIN, Deborah Moraes. **Pesquisa qualitativa em Administração**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

WORLD BANK. **Involuntary Resettlement**. Abril 2016. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/home>>. Acesso em: 02 de dezembro de 2017.

WORDL BANK. **Resettlement and Development: The Bankwide Review of Projects Involving Involuntary Resettlement 1986-1993**. Washington, 1996. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/home>>. Acesso em: 02 de dezembro de 2017.

ZHOURI, Andréa e ROTHMAN, Franklin Daniel. Assessoria aos atingidos por barragens em Minas Gerais: desafios, limites e potencial. In: Franklin Daniel Rothman (org.), **Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens**, Viçosa-MG, Editora UFV, 2008.

ZHOURI, Andréa e ZUCARELLI Marcos Cristiano. Vozes da Resistência: Mapeando os conflitos ambientais no estado de Minas Gerais. In: **32º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**. Caxambu, p. 1-24, 2008.

APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS/INSTITUTO
MULTIDISCIPLINAR/INSTITUTO TRÊS RIOS
Programa de Pós-Graduação em Administração
Mestrado Acadêmico em Administração

ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DE QUESTÕES COM BASE NAS QUESTÕES
NORTEADORAS

Primeira questão norteadora:

1 - Qual é o protagonismo da organização local dos atingidos pela UHE Itapebi?

Perguntas direcionadas aos atingidos

- a) Conte um pouco de sua história na localidade onde você reside
- b) Qual foi o motivo que levou a sua categoria a se organizar para formar a associação que você representa?
- c) Explique em que a sua categoria foi atingida pelo empreendimento

Perguntas direcionadas às organizações que apoiam os atingidos:

- d) De que forma sua instituição apoiou inicialmente a organização dos atingidos?
- e) Como esse apoio foi evoluindo?

Segunda questão norteadora:

2 - Como ocorreu a trajetória da organização local dos atingidos, no âmbito dos movimentos sociais brasileiros?

Perguntas direcionadas aos atingidos:

- a) Quais foram as motivações que levaram a criação da associação?
- b) Quais foram as instituições que apoiaram a criação da associação? De que forma apoiaram?
- c) Quando foi criada a associação e qual o número de membros?

Terceira questão norteadora:

3 - Qual foi a relação estabelecida entre a população e a UHE Itapebi durante a construção do empreendimento?

Pergunta direcionada aos atingidos:

- a) Como tomaram conhecimento da construção do empreendimento?
- b) De que forma a empresa abordou a população?
- c) Como foi recebido o empreendimento?
- d) Como ocorreu a aproximação da empresa responsável pelo empreendimento com a sua organização?

Perguntas direcionadas as organizações que apoiam os atingidos:

- e) Qual foi o papel da organização que você representa na conscientização da população?
- f) Como ocorreu a aproximação da empresa responsável pelo empreendimento com a sua organização?

Quarta questão norteadora:

4 - Quais foram as principais motivações que levaram a população local a se organizar frente ao empreendimento?

Pergunta direcionada aos atingidos:

- a) O que levou as associações a se juntarem como atingidas pelo empreendimento?
- b) O que vocês reivindicam?
- c) Junto a que instituições/empresas?
- d) O que vocês obtiveram dessas reivindicações?

Pergunta direcionada às organizações que apoiam os atingidos:

- e) Como a organização que você representar ajudou os atingidos nas suas reivindicações?

Quinta questão norteadora:

5 - Quais são repertórios de ações coletivas do movimento dos atingidos pela construção da UHE Itapebi?

Perguntas direcionadas aos atingidos:

- a) Quais foram as primeiras ações tomadas pela sua associação?
- b) Como elas foram recebidas no âmbito local?
- c) Quais foram as ações seguintes?
- d) Qual foi a receptividade no âmbito local?

Perguntas direcionadas as organizações que apoiam os atingidos:

- e) Quais foram as primeiras ações tomadas pela sua organização no apoio aos atingidos?
- f) Quais foram as ações seguintes?

Sexta questão norteadora:

6 - Quais são as contribuições dos repertórios de ações coletivas na organização local e nacional dos atingidos?

Perguntas direcionadas aos atingidos:

- g) De que forma as ações empreendidas pela associação que você representa está ajudando na consolidação da organização de atingidos?
- h) Quais são as ações que mais vem contribuindo na organização dos atingidos?
- i) Como as associações locais vêm se articulando entre si. Quais são as ações?
- j) Quais são os avanços e desafios dessas ações?
- k) Quais são as ações que vêm contribuindo para criação da política de garantia de direitos dos atingidos?

Perguntas direcionadas as organizações que apoiam os atingidos:

- l) De que forma as ações empreendidas pela organização que você representa está ajudando na consolidação da organização de atingidos?
- m) Quais são as ações de articulação da sua organização com as outras?
- n) Quais são os avanços e desafios dessas ações?
- o) Quais são as ações que vem contribuindo para criação da política de garantia de direitos dos atingidos?

Apêndice B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS/INSTITUTO
MULTIDISCIPLINAR/INSTITUTO TRÊS RIOS
Programa de Pós-Graduação em Administração
Mestrado Acadêmico em Administração**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Meu nome é Venícios Oliveira Alves, discente do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) no Curso de Mestrado Acadêmico em Administração (MA) do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Venho, por meio deste convidá-lo (a) a participar da pesquisa referente ao projeto **“A Organização dos Atingidos por Barragens: Delineando Repertórios de Ações Coletivas Frente à Usina Hidrelétrica de Itapebi”**, sob a Orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Gracinda Carvalho Teixeira, membro do quadro permanente de professores do PPGA/MA/UFRRJ, matrícula SIAPE 1805336. A pesquisa tem fins puramente científicos e tem como objetivo identificar os repertórios de ações coletivas dos atingidos pela UHE Itapebi, analisando sua contribuição na organização desses atingidos.

Sua participação na pesquisa fornecendo uma entrevista é de vital importância para o sucesso do projeto. Entretanto, a sua participação é absolutamente voluntária e, portanto, poderá ser declinada se essa for a sua vontade. O discente/pesquisador ficará à sua disposição para quaisquer esclarecimentos sobre os desdobramentos da pesquisa. A entrevista será gravada em áudio e, caso não deseje que o seu nome seja identificado no registro dos resultados da pesquisa, será mantida a confidencialidade do seu nome/identidade.

Após ler este **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido** e aceitar participar da pesquisa, **solicitamos a sua assinatura em duas vias**, sendo que uma delas permanecerá em seu poder. Qualquer informação adicional ou esclarecimento acerca deste estudo poderá ser obtido com o pesquisador/mestrando pelo telefone (21)98897-3591, e-mail: venicios009@yahoo.com.br

Venícios Oliveira Alves

Discente do PPGA/MA/UFRRJ – Matrícula 2017133609



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS/INSTITUTO
MULTIDISCIPLINAR/INSTITUTO TRÊS RIOS
Programa de Pós-Graduação em Administração
Mestrado Acadêmico em Administração

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO DO ENTREVISTADO

Eu, _____,
portador do número de identidade _____, declaro
por meio deste documento, meu consentimento em participar da pesquisa **“A Organização dos Atingidos por Barragens: Delineando Repertórios de Ações Coletivas Frente à Usina Hidrelétrica de Itapebi”**, que será realizada no município de Salto da Divisa, MG.

Local da entrevista: _____ em ____ de _____ de _____.

Assinatura: _____

E-mail/telefone: _____

Entrevistador: _____

Apêndice C - Ofício à Câmara de Vereadores de Salto da Divisa - MG



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS/INSTITUTO
MULTIDISCIPLINAR/INSTITUTO TRÊS RIOS
Programa de Pós-Graduação em Administração
Mestrado Acadêmico em Administração



OFÍCIO

Salto da Divisa – MG, 20 de novembro de 2018

Excelentíssimo senhor,

Leomar Gonçalves dos Santos

Presidente da Câmara de Vereadores de Salto da Divisa

Meu nome é Venícios Oliveira Alves, discente do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) no Curso de Mestrado Acadêmico em Administração (MA) do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Estou realizando uma pesquisa referente ao projeto “**A Organização dos Atingidos por Barragens: Delineando Repertórios de Ações Coletivas Frente à Usina Hidrelétrica de Itapebi**”, sob a Orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Gracinda Carvalho Teixeira, membro do quadro permanente de professores do PPGA/MA/UFRRJ, matrícula SIAPE 1805336.

A pesquisa tem fins puramente científicos e tem como objetivo identificar os repertórios de ações coletivas dos atingidos pela UHE Itapebi, analisando sua contribuição na organização desses atingidos.

Nesse sentido, com intuito de contribuir para o desenvolvimento da mesma venho por meio deste solicitar a **lei 080/98** que tombava as cachoeiras do “Tombo da Fumaça” como patrimônio histórico e cultura de Salto da Divisa e a lei de revogação **091/99**. Aproveito a oportunidade para solicitar autorização para utilização do acervo de imagens disponíveis no plenário da Câmara na minha pesquisa.

Sem mais para o momento desde já agradeço a disponibilidade. Qualquer informação adicional ou esclarecimento acerca deste estudo poderá ser obtido com o pesquisador/mestrando pelo telefone (21)98897-3591, e-mail: venicios009@yahoo.com.br

Venícios Oliveira Alves
Discente do PPGA/MA/UFRRJ – Matrícula **2017133609**

ANEXOS

Anexo I - Lei nº 080/98 que Declarou a Cachoeira do Tombo da Fumaça e Adjacência como Área de Paisagem Natural

**PREFEITURA MUNICIPAL DE
SALTO DA DIVISA/MG**

AV. ALZITON PEIXOTO, 72 - CENTRO - SALTO DA DIVISA/MG
TEL/FAX (033 725-1110)

LEI Nº 080/98

**DECLARA A CACHOEIRA DO TOMBO DA FUMAÇA E
ADJACÊNCIAS COMO ÁREA DE PAISAGEM NATURAL.**

A Câmara Municipal de Salto da Divisa/MG, aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica declarado como área de Paisagem Natural Notável, a "CACHOEIRA DO TOMBO DA FUMAÇA" e adjacências, a ser protegida pelos poderes públicos do Município de Salto da Divisa e seus cidadãos.

Parágrafo Único: A proteção a que se refere o caput deste artigo compreende do Tombo da Fumaça à Pedra do Canta Galo (580 metros abaixo) e do Tombo da Fumaça à Pedra do Bode (396 metros acima), bem como a faixa de 100(cem) metros de toda margem direita do percurso do Rio Jequitinhonha descrito neste parágrafo.

Art. 2º - Em decorrência do Disposto nesta Lei, fica vedada a realização de qualquer obra ou serviço que venha a alterar a paisagem natural notável da "Cachoeira do Tombo da Fumaça".

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário, a presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Salto da Divisa/MG, 27 de Abril de 1998.

Joaquim Abagaro de Oliveira
Joaquim Abagaro de Oliveira
Prefeito Municipal

*Sancionada em
27-4-98*

**PREFEITURA MUNICIPAL DE
SALTO DA DIVISA/MG**

AV. ALZITON PEIXOTO, 72 - CENTRO - SALTO DA DIVISA/MG
TEL/FAX (033 725-1110)

LEI Nº 091/99

REVOGA A LEI MUNICIPAL Nº 080/98.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DA DIVISA, por seus representantes legais, APROVA, e eu, Prefeito Municipal SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica revogada a Lei Municipal nº 080/98, em todo o seu teor.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Salto da Divisa/MG, em 26 de Abril de 1999.


Joaquim Abagaro de Oliveira
Prefeito Municipal

Anexo III - Lei nº 13.370/99 que Declarou a Cachoeira do Tombo da Fumaça Patrimônio Paisagístico e Turístico do Estado de Minas Gerais

LEI Nº 13.370/1999 de 30/11/1999



DECLARA A CACHOEIRA DO TOMBO DA FUMAÇA PATRIMÔNIO PAISAGÍSTICO E TURÍSTICO DO ESTADO, CRIA A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA CACHOEIRA DO TOMBO DA FUMAÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada patrimônio paisagístico e turístico do Estado a cachoeira do Tombo da Fumaça, localizada no rio Jequitinhonha, no Município de Salto da Divisa.

Art. 2º Ficam declarados Área de Proteção Ambiental da Cachoeira do Tombo da Fumaça - APA da Cachoeira do Tombo da Fumaça - os terrenos marginais ao rio Jequitinhonha, situados em território mineiro, que integram uma área poligonal cujos limites estão a 600m (seiscentos metros) do eixo do rio, no trecho entre a pedra do Canta Galo e a pedra do Bode, localizadas, respectivamente, a aproximadamente 580m (quinhentos e oitenta metros) a jusante e a 400m (quatrocentos metros) a montante da crista da cachoeira.

Parágrafo único - O Poder Executivo, no prazo de cento e oitenta dias, elaborará o memorial descritivo da APA da Cachoeira do Tombo da Fumaça, especificando seus limites e a área por ela abrangida no Município de Salto da Divisa.

Art. 3º A APA da Cachoeira do Tombo da Fumaça destina-se à recuperação, à preservação e à conservação dos ecossistemas nos quais se insere a cachoeira do Tombo da Fumaça, especialmente:

I - à proteção dos ecossistemas ribeirinhos;

II - à preservação dos remanescentes florestais locais;

III - à recomposição da mata ciliar e à recomposição florestal das demais áreas de preservação permanente previstas na Lei nº 10.561, de 27 de dezembro de 1991;

IV - à melhoria das condições para a recuperação e a proteção da fauna e da flora regionais, em especial das espécies ribeirinhas e da ictiofauna;

V - ao estímulo à melhoria da qualidade ambiental das áreas circunvizinhas.

Art. 4º É proibido na APA da Cachoeira do Tombo da Fumaça:

I - realizar obra ou serviço que altere ou descaracterize a paisagem natural da área definida no art. 2º desta lei;

II - promover ações de desmatamento e degradação ambiental, de drenagem, de aterro, de obstrução de canal e outras que descaracterizem os ecossistemas da APA sem a adoção de medidas compensatórias de recuperação ambiental e a preservação do efeito estabilizador da cobertura vegetal contra o aparecimento de pontos suscetíveis à erosão;

III - realizar obra ou serviço que importe ameaça ao equilíbrio ecológico ou que atente contra os objetivos estabelecidos no art. 3º desta lei;

IV - pescar com rede, tarrafa ou assemelhados.

Art. 5º O Estado se articulará com o Município de Salto da Divisa para a implantação e a administração da APA da Cachoeira do Tombo da Fumaça.

Parágrafo único - Para a gestão da APA da Cachoeira do Tombo da Fumaça, será criado órgão colegiado, composto de representantes do poder público estadual e do município envolvido, dos usuários e de entidades da sociedade civil organizada com sede e atuação comprovada nessa bacia hidrográfica, na forma do regulamento desta lei.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de cento e oitenta dias.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 30 de novembro de 1999.

Itamar Franco
Governador do Estado

LEI Nº 14.324/2002 de 20/06/2002

**CRIA O SISTEMA ESTADUAL DE
CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE
AMBIENTAL PARA BENS E PRODUTOS
INDUSTRIALIZADOS E AGRÍCOLAS.**



O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo o seguinte dispositivo da Proposição de Lei n.º 15.200:

Art. 1º Fica criado o Sistema Estadual de Certificação de Qualidade Ambiental para bens e produtos industrializados e agrícolas.

§ 1º - A certificação de que trata este artigo se dará mediante a concessão do Selo de Qualidade Ambiental do Estado de Minas Gerais, a ser instituído pelo Poder Executivo.

§ 2º - A certificação será requerida, de forma voluntária, por empresas industriais e produtoras de bens de consumo, que poderão, obtido o selo de Qualidade Ambiental, fazer uso dele na forma de rótulo sobre seus produtos.

Art. 2º O Selo de Qualidade Ambiental do Estado de Minas Gerais objetiva certificar que a produção de determinado bem de consumo utiliza processo gerencial e técnico sujeito a uma adequada gestão ambiental e que não causa danos ambientais ou os tenha reduzido ao mínimo, bem como, no caso de produto agrícola, que é produzido sem a utilização de fertilizante e defensivo químico.

Art. 3º O Sistema Estadual de Certificação de Qualidade Ambiental será planejado, implantado e administrado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com apoio técnico da Fundação Estadual de Meio Ambiente - FEAM -, do Instituto Estadual de Florestas - IEF - e do Instituto Estadual de Gestão das Águas - IGAM.

Art. 4º A concessão do certificado de qualidade ambiental fica condicionada à avaliação técnica do processo produtivo do bem, que considerará, entre outros fatores:

I - a análise do ciclo de vida do produto e a ausência de impactos e danos ambientais no processo de produção;

II - o processo de produção com sistema de gestão ambiental adequado;

III - o licenciamento ambiental da empresa produtora;

IV - o recebimento, por parte da empresa, de certificação ambiental reconhecida internacionalmente;

V - os índices de consumo de recursos naturais e energéticos;

VI - os padrões de descarte e destinação final do produto;

VII - os resultados de auditorias ambientais;

VIII - os fatores sociais, econômicos e de saúde na produção, no uso e no descarte do produto.

Art. 5º Os custos da avaliação de que trata o art. 4º, a serem ressarcidos pela empresa requerente, serão fixados em regulamento próprio.

Art. 6º Para os fins do que dispõe o art. 4º, poderão ser contratadas, na forma da lei, empresas de consultoria.

Art. 7º Esta lei será regulamentada no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua publicação.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário e, em especial, a Lei nº 13.370, de 30 de novembro de 1999. (Artigo vetado pelo Governador e mantido pela Assembléia Legislativa em 20/8/2002.)

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 20 de junho de 2002.

ITAMAR FRANCO
Governador do Estado




**AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGENS DO MUNICÍPIO DE
SALTO DA DIVISA, CONSTANTES NO PLENARIO DA
CAMARA MUNICIPAL.**

O Presidente da Câmara Municipal de Salto da Divisa, **LEOMAR GONÇALVES DOS SANTOS**, no uso das suas atribuições legais, estabelecidas no Regimento Interno desta Casa, bem como na Lei Orgânica deste Município e outras prerrogativas constitucionais, autorizar ao Senhor **VENICIOS OLIVEIRA ALVES**, brasileiro, solteiro, portador da CI14360253-54 com data de expedição de 26/11/2018, Discente do PPGA/MA/UFRRJ – Matrícula 2017133609 residente a Rua Jairo Ramalho, 200, Bairro Boa Esperança, Seropédica no Rio De Janeiro - RJ, autorizar que o mesmo possa utilizar o acervo de imagens que se encontram expostas no Plenário da Câmara Municipal de Salto da Divisa, em seus trabalhos, pesquisas e exposições para fins puramente científicos e escolares.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Salto da Divisa, Estado de Minas Gerais, em 27 (vinte e sete) de novembro de 2018.

CÂMARA MUNICIPAL SALTO DA DIVISA


Leomar Gonçalves dos Santos
Presidente

Leomar Gonçalves dos Santos
Presidente da Câmara